



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA**

A TRAJETÓRIA POLÍTICA TENENTISTA ENQUANTO PROCESSO

Do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)

FABRÍCIA CARLA VIVIANI

SÃO CARLOS

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIA POLÍTICA**

A TRAJETÓRIA POLÍTICA TENENTISTA ENQUANTO PROCESSO

Do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)

FABRÍCIA CARLA VIVIANI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: PROF^a. DR^a. VERA
ALVES CEPÊDA

SÃO CARLOS

2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

V859tp

Viviani, Fabrícia Carla.

A trajetória política tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932) / Fabrícia Carla Viviani. -- São Carlos : UFSCar, 2009. 200 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Ciência política. 2. Estado nacional. 3. Identidade social. 4. Militares. 5. Ideologia política. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Programa de Pós Graduação em Ciência Política
Via Washington Luis, Km 235 – Caixa Postal 676
Fones: (16) 3351-8415
CEP: 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil
E-mail: ppgpol@ufscar.br

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
FABRÍCIA CARLA VIVIANI

28/04/2009

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Milton Lahuerta
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP - Araraquara

Prof. Dr. Francisco Luis Corsi
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/UNESP - Marília

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 28/04/2009.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Prof. Dr. Milton Lahuerta
Prof. Dr. Francisco Luis Corsi

Homologado na CPG-PPGPOL na
9^a. Reunião no dia 24 de 09.

Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo
Coordenador do PPGPOL

A todos aqueles que ousaram desafiar o curso “natural” da vida, romperam as barreiras culturais e se enveredaram pelos caminhos restritos da academia.

AGRADECIMENTOS

Finda mais uma fase e se faz necessário agradecer aqueles que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização desse trabalho.

A Vera Cepêda, minha orientadora e amiga, por sua paciência infinita, sua compreensão, suas sábias orientações, seu carinho, sua dedicação, seu companheirismo para todas as horas e, principalmente, pela eterna confiança e contínua motivação a este trabalho.

Ao professor Francisco Corsi por ter me auxiliado na construção deste objeto durante todos esses anos, ensinando-me o valor e a responsabilidade de uma pesquisa científica. Agradeço também por ter aceitado gentilmente compor tanto a banca de qualificação quanto de defesa. Ao professor Milton Lahuerta por sua disposição e gentileza em compor a banca examinadora.

A Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, sobretudo, Cláudia e Nara, pela solicitude diante dos procedimentos burocráticos.

Aos professores da Unesp de Marília, Marcos Del Roio e Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha, agradeço os incansáveis incentivos a este objeto, nossas longas conversas, indicações e provocações que contribuíram em grande medida para o aprofundamento reflexivo do presente trabalho.

Ao Comandante Francisco Cascardo, por compartilhar o seu arquivo pessoal e pelas longas discussões que iluminaram várias das minhas indagações sobre este objeto.

Aos eternos amigos unespianos, sobretudo, as *Picaretas*, Silvana, Lica e Lili, e os agregados, Vine, Gerson, Lílian, Priscila, Danilo Dálio, Odirlei (*in memoriam*) que embora distantes sempre se mantiveram presente durante este dois últimos anos e, com certeza, permanecerão por longas datas.

As integrantes de minha atual República Tania, Juliana, Tati e Kátia, pelo companheirismo, carinho e infinita paciência com uma moradora nem sempre bem humorada e quase sempre impaciente.

Aos amigos conquistados na UFSCar, Érika, Kátia, Camila, Léia, Aline, Rafael, Francine, Rui Jorge, Fábio, Gumiero, Daniel Miranda e todos os membros do Grupo de Estudos *Modernização e Democracia*, onde fiz muitos amigos e compartilhei muitas discussões, fundamentais para este trabalho.

A Israel que sempre foi meu ponto de equilíbrio e minha fonte de renovação para seguir em frente, agradeço seu eterno companheirismo e seu carinho incondicional.

Agradeço em especial, Ângela, minha “fada-madrinha”, pela constante confiança, dedicação, apoio e carinho.

A FAPESP por ter financiado esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória política do movimento tenentista entre 1922, data de seu surgimento, e 1932, momento em que o Clube 3 de Outubro formulou o *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*. O objetivo central é detectar como ao longo desse período o tenentismo transitou de um grupo militar, defensor de interesses institucionais, a grupo político, ao formular um projeto para o conjunto da sociedade, ou seja, passou de um movimento reativo a um movimento propositivo. Sendo assim, a hipótese aqui trabalhada é que a construção do movimento tenentista enquanto ator político coincidiu com suas manifestações no cenário nacional entre 1922 e 1932. Supostamente essa metamorfose foi proporcionada pelo fato de que os “tenentes” surgiram de um momento histórico de modernização da sociedade brasileira e das Forças Armadas e ao interagir com esse cenário forjaram sua identidade coletiva, sendo assim, capaz de interferir no processo de mudança social. Para tanto, partindo do pressuposto de que o movimento tenentista estava em construção, analisaremos os documentos produzidos nesse período pelos segmentos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande Sul – epicentro de disputa pelo poder político e regiões de maior vitalidade do movimento. Assim, a metodologia empregada será de análise primária de manifestos, programas, folhetins e cartas do tenentismo desse período, uma vez que acreditamos que os textos produzidos pelos atores são produtos intelectuais de reflexões, formulações, ressignificações que os orientam para a ação.

PALAVRAS-CHAVE: Tenentismo; modernização; identidade coletiva; pensamento social brasileiro.

Abstract

This work analyzes the Tenentismo (lieutenants' movement) 's political trajectory from 1922, date of its appearance, to 1932, moment when the October 3rd Club created the *Sketch for the Social and Political Reconstruction of Brazil*. Its central aim is to detect how, during this period, the Tenentismo made a transit from a military group, defending institutional interests, to a political group, formulating a project for the society as a whole, that is, it changed from a reacting to a proposing movement. That being so, the hypothesis here considered is that the construction of the movement as a political actor coincided with its manifestations in the national scenery between 1922 and 1932. Supposedly, this transformation happened due to the fact that the lieutenants emerged from a historical moment of modernization of the Brazilian society and of the Armed Forces, and the interaction with this scenario forged its collective identity, and made it capable of interfering with the process of social change. For this purpose, starting from the idea that the Tenentismo was under construction, we will analyze the documents produced during this period by both the São Paulo and the Rio de Janeiro segments. Thus, the methodology employed is the primary analysis of Tenentismo's manifestos, programs, handouts and letters from the period, since we believe the texts produced by these actors are the intellectual product of reflections, formulations, re-significations that oriented them towards action.

KEY-WORDS: Tenentismo; modernization; collective identity; Brazilian social thinking.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PARTE I	19
CAPÍTULO I – A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA E SEUS NOVOS ATORES	20
1. O processo de modernização brasileira e a emergência de novos atores sociais	23
a) O complexo cafeeiro e suas ramificações	29
b) Sociedade e política: as contradições do Império e o advento da República	37
2. A instauração da <i>República das Oligarquias</i> : configuração, fissuras e contradições	44
3. Os anos 20 e o epicentro da crise da Primeira República: o surgimento dos “tenentes”	50
CAPÍTULO II – A MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO TENENTISTA	62
1. Os militares na República	64
2. Primeiras manifestações armadas e fissuras tenentistas – o Forte de Copacabana e a Revolta de 1924	77
3 - O processo de bifurcação e a aproximação aos civis.	89
4 - O processo de pulverização no pós-30: as instituições tenentistas	94
PARTE II	107
CAPÍTULO III - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA TENENTISTA NO PRÉ-30	108

1. O Forte de Copacabana: surgimento do ator	116
2. A revolta paulista de 1924: forjando a consciência coletiva tenentista	121
3. A coluna Miguel Costa-Prestes: orientação para a ação	132
4. A aproximação aos civis e a Revolução de 1930: definição dos caminhos	140
CAPÍTULO IV – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA TENENTISTA NO PÓS-30	151
1. As sistematizações programáticas da Legião Revolucionária de São Paulo	153
2. O <i>Esboço</i> do Clube 3 de Outubro: concretização do processo de construção da identidade coletiva tenentista	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS – A TRAJETÓRIA POLÍTICA TENENTISTA (1922-1932)	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184
ANEXOS	193

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é analisar a trajetória do movimento tenentista¹ entre 1922 e 1932 - que compreende momentos da deflagração, com o episódio do Forte de Copacabana e a formulação do *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil* pela instituição tenentista Clube 3 de Outubro.

Primeiramente, a seleção desse tema reflete a importância que esse movimento desempenhou nos contextos dos anos 20 e 30, não apenas em relação à sua participação no colapso da Primeira República, mas também por sua atuação na primeira metade dos anos 30.

Ainda, além disso, este trabalho surgiu da nossa inquietação em relação à forma pela qual a literatura acerca do tema habitualmente aborda o tenentismo. Os trabalhos sobre o movimento geralmente o associam aos interesses corporativos das Forças Armadas (CARVALHO, 1985) ou então às classes médias urbanas (PINHEIRO, 1985) ou pequena burguesia (SANTA ROSA, 1976; SODRÉ, 1968), destacando, também, sua trajetória pelo interior do país entre 1925 e 1927, durante a longa jornada na Coluna Prestes (MEIRELLES, 1995). Ou então, o apontam como um grupo que se fragmentou em fins dos anos 20 e se direcionou ao Partido Comunista Brasileiro ou à Aliança Liberal (CARONE, 1975). Outros trabalhos destacam a participação dos “tenentes”² na derrocada da Primeira República e sua utilização enquanto “tropa de choque” do Governo Provisório de Getúlio Vargas, sobretudo, na capital paulista (PRESTES, 1999; BORGES 1992).

Raramente o movimento em questão é analisado como um fenômeno político particular que emerge de uma situação histórica específica, como um segmento portador de particularidade e contradições e, sobretudo, como um grupo em construção. Isso conduziria grande parte da literatura a observar o tenentismo sob episódios isolados: ora

¹ Durante toda a atuação na década de 20, o movimento não tinha essa designação, no qual os termos utilizados eram *militares revolucionários*, *revoltosos*, *rebeldes*, *militares da Coluna Prestes*. As expressões *tenentes* e *tenentismo* surgiram somente em 1931 em contexto de acirrada disputa pelo poder com a oligarquia paulista (BORGES, 1992).

² As aspas em *tenentes* justificam-se pelo fato que esse termo transcende a idéia de patente militar. Quando nos referimos ao movimento tenentista não associamos diretamente a categoria institucional Forças Armadas. O tenentismo será abordado aqui como grupo que surge dentro das instituições militares, mas que transcende esse caráter no decorrer de sua trajetória política, se constituindo em um grupo político. Ademais, em 1929, a aliança entre “revolucionários históricos” (aqueles que participaram do movimento tenentista desde sua formação) e grupos que se formaram em torno da Aliança Liberal, fez com que o tenentismo no pós-30 não só tivesse uma conotação mais ampla, como também proporcionou que personagens como Oswaldo Aranha e Góes Monteiro participassem da articulação e organização do movimento após 1930.

Forte de Copacabana, ora Revolta Paulista, ora confronto dos “tenentes” com a oligarquia paulista, ora o tenentismo nos anos 20 ou nos anos 30³.

Ao abordar analiticamente essa bibliografia⁴, e após algumas pesquisas primárias para a realização da presente pesquisa, observamos que havia um nexos entre um episódio e outro, ainda que o tenentismo – como qualquer outro grupo – tivesse contradições, divergências e fissuras internas. Observando a atuação dos “tenentes” entre 1922 e o início dos anos 30, chegamos à hipótese de que o tenentismo tinha surgido como um ator do processo de modernização da sociedade brasileira e das Forças Armadas e, ao interagir com esse momento histórico, forja sua identidade coletiva. Ou seja, as transformações em curso na sociedade brasileira entre meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, proporcionaram mudanças estruturais que, conseqüentemente, afetaram as instituições e as formas de atuação de seus atores – dentre os quais as Forças Armadas, principalmente o Exército. Assim, a proliferação de setores também pode ser observada no interior da instituição, que por sua vez sofria várias alterações organizacionais entre fins do século XIX e início do século XX. Dessa configuração irromperiam vários setores no interior das Forças Armadas, que passariam a visualizar formas diferenciadas de intervenção política, entre elas o movimento tenentista.

Assim, em 1922, o tenentismo surgiu de um contexto particular de modernização da sociedade brasileira e das Forças Armadas, desempenhando uma intensa atuação contestatória das estruturas da Primeira República e participando ativamente dos momentos críticos do início dos anos 30, que trariam uma reorganização jurídico-política da sociedade brasileira.

Logo, o intuito desse trabalho concentra-se na tentativa de compreender a trajetória política tenentista considerando-a enquanto processo, cujo objetivo é compreender as metamorfoses endógenas ao próprio movimento como decorrente de sua interação com a arena exógena. Supomos que o tenentismo, à medida que foi se colocando no cenário nacional, interagiu com outros grupos e forjou uma identidade coletiva que possibilitou a transição de grupo militar, pois surge de uma situação

³ Respectivamente, alguns exemplos mais expressivos são: Silva, 1964; Corrêa, 1976; Borges, 1992; Gomes, 1980; e Forjaz 1977, 1978, 1988.

⁴ Projeto de iniciação científica, financiado pelo CNPq: *Tenentismo e projeto nacional*, desenvolvido na graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Marília), sob a orientação do Prof.Dr. Francisco Luiz Corsi.

institucional específica, a grupo político, no qual a sociedade passa a ser o núcleo de suas manifestações.

Portanto, a hipótese desse trabalho consiste no fato de que o tenentismo foi um ator que surgiu enquanto fruto da modernização social e institucional, e à medida que interagiu com o momento histórico, buscou corresponder aos dilemas de sua época, constituindo-se como ator político desse mesmo processo. Nas décadas de 20 e 30, o desafio a ser enfrentado pela nacionalidade era de construção da Nação e do Brasil moderno. Nesse processo, exigia-se dos atores inseridos nessa conjuntura, elucidações dos problemas nacionais e dos desafios da Nação, fundamentais para a formulação do direcionamento nacional e para a edificação de projetos de futuro. No caso dos “tenentes”, participantes desse processo, não seria diferente.

Em 1922, a leitura do Brasil restringia-se ao olhar da caserna para fora, ou seja, da instituição militar para a situação política do regime oligárquico. Embora tenham irrompido de um cenário social conturbado, os militares que subverteram no Forte de Copacabana tinham como pretensão a defesa corporativa em retaliação ao então candidato à presidência da República, Artur Bernardes, utilizando-se de um confronto direto com a oligarquia dominante. Em 1924, os “tenentes” já buscavam uma relação com outras questões que mediavam, principalmente a arquitetura projetada pela República Oligárquica. Segundo os “tenentes”, a obra republicana de política de favores, restrita a alguns setores elitistas, conduziu o povo brasileiro a uma situação de inércia e de ignorância.

Já com a Coluna Prestes, entre 1925 e 1927, o contato com as regiões interioranas brasileiras teria proporcionado aos “tenentes” uma visão da situação social do povo brasileiro, sobretudo, a miséria e o analfabetismo. A partir de então, as fissuras geradas no interior do movimento visualizariam alternativas diferentes para a resolução dos problemas nacionais. Ainda que a pulverização desses personagens pelo cenário fosse múltipla, as tendências que adquiriram maior envergadura se concentraram no grupo que se direcionou ao Partido Comunista Brasileiro e no grupo que aderiu a Aliança Liberal e participou da Revolução de 1930.

Contudo, o enfoque de nossa análise concentra-se nesse último segmento por considerá-lo como integrante da nova pactuação sócio-política que se engendraria a partir de 30. Esse grupo teria maior vitalidade em São Paulo e no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Não por acaso, foi nessas regiões - epicentro da disputa do poder - que

esse segmento tenentista criaria duas instituições centrais para sua articulação no cenário político: Legião Revolucionária de São Paulo e Clube 3 de Outubro.

Essas instituições seriam os principais canais de expressão de formulação das propostas tenentistas no pós-30. Seriam por ela, que as discussões acerca dos problemas nacionais e as propostas de direcionamento da Nação se dariam, ou seja, tais entidades orientariam e organizariam a atuação desse segmento tenentista na construção de um projeto de futuro.

Sendo assim, tentaremos demonstrar como episódios tenentistas - geralmente analisados isoladamente pela literatura - compõem uma trajetória de amadurecimento ideológico dos “tenentes”, alteração que os teria conduzido de uma manifestação em defesa da instituição a um esboço de projeto nacional, formulado em 1932. A escolha por essa data está relacionada ao fato de que embora a existência política do tenentismo, sob divergências na literatura, estenda-se até 1935, nosso objetivo não é descrever o movimento tenentista em sua trajetória política enquanto atuação no cenário nacional. Ao contrário, busca-se apreender como nessa trajetória forjou-se uma identidade coletiva que possibilitou sua transição de grupo militar, preocupado com as questões institucionais, a grupo político, destinado a intervir nos dilemas políticos e sociais da nação.

Assim, o marco temporal deriva do fato de que, em 1922, o tenentismo irrompeu sob fortes estímulos corporativos, no qual a defesa da instituição das Forças Armadas seria o epicentro de sua atuação. No entanto, em 1932, após um longo processo de atuação no cenário político e sob fissuras internas, os “tenentes” do Clube 3 de Outubro formularam um programa político que viria a ser defendido na Assembléia Nacional Constituinte de 1934.

É nesse sentido que abordaremos a trajetória tenentista enquanto processo e não enquanto manifestações isoladas, uma vez que isso nos permite captar o movimento de formação do ator político tenentista, pois ele surge, integra e interfere no processo de mudança social dos anos 20 e 30.

Para tanto, dividimos nosso trabalho em duas partes. A primeira, de ordem mais descritiva, com objetivo de compreender as mudanças estruturais derivadas do avanço do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira, buscando identificar as condições que proporcionaram a formação de vários atores sociais pertencentes à ordem moderna.

Essas transformações no desenho da sociedade refletiriam em várias instituições, dentre as quais as Forças Armadas e, conseqüentemente, alterariam seus próprios atores e suas formas de intervenção no contexto sócio-político. Assim, a instituição militar, especialmente o Exército, seria impactada pela modernização na sociedade - não apenas em relação ao aparelhamento e organização internas, mas também pela mutação nos seus próprios membros.

Sendo assim, a primeira parte compõe os dois primeiros capítulos, nos quais buscamos qualificar o surgimento do tenentismo nos anos 20, uma vez que consideramos esse movimento como fruto do processo de mudanças na sociedade e no Exército. Mais especificamente, no Capítulo 1, pretende-se observar as ramificações derivadas do complexo cafeeiro e a configuração de uma sociedade mais diversificada - alterações que refletiriam na arena política e proporcionariam situações que conduziriam, por exemplo, à Proclamação da República, à Constituição de 1891 e ao arcabouço da Primeira República. Principalmente, busca-se compreender como essa configuração gerou suas próprias contradições que desencadearam as crises dos anos 20 e 30, contexto que traria a formação de vários segmentos, dentre os quais o movimento tenentista.

No Capítulo 2, a preocupação é compreender como a interação entre Forças Armadas, com destaque ao Exército, forjaria e alteraria consideravelmente os grupos internos à instituição, que passariam a ver de formas diversificadas a intervenção dos militares na arena política. Essa mutação refletiria na configuração sócio-política produzida fora das fileiras institucionais e alteraria de forma significativa a atuação dos grupos militares. Dessa forma, acredita-se ser possível entender não apenas como o tenentismo irrompeu enquanto fruto dessas vicissitudes, mas também captar o histórico e as peculiaridades das intervenções tenentistas nos anos 20 e 30 diante desse quadro. Para tanto, trazemos nesse capítulo uma apresentação da formação e atuação dos “tenentes”, assim como as fissuras internas, os caminhos traçados por seus integrantes e a configuração do movimento após a Revolução de 1930.

Na segunda parte, de ordem mais analítica, abordamos o processo de atuação do tenentismo no marco estabelecido: do Forte de Copacabana em 1922 até a formulação do *Esboço* do Clube 3 de Outubro, em 1932. O objetivo consiste em compreender a trajetória política tenentista, partindo do pressuposto de que a interação desse movimento com seu tempo social proporcionou sua autoconfiguração enquanto grupo, percurso que permitiria a constituição de sua identidade coletiva. Isso remete a hipótese

de que o tenentismo estava em constante construção e teria fases de formação de sua consciência coletiva na medida em que a integração com o seu tempo histórico se acentuava, ou seja, a partir de alterações no cenário exógeno, o movimento se transformava endogenamente em direção à edificação de um projeto político que correspondesse à nacionalidade brasileira.

Essa trajetória supostamente estaria dividida, portanto, em três fases: 1ª - surgimento do ator (1922-1924); 2ª - abertura efetiva do processo de construção da consciência coletiva (1924-1930); e 3ª - concretização do processo de construção da identidade coletiva (1930-1932). Em cada uma dessas fases, o tenentismo teria estímulos, instituições, personagens, formas de atuação diferenciadas, que acreditamos estarem ligadas ao nível de compreensão da realidade nacional e de possibilidade de condução da nação. Os documentos em cada uma dessas fases parecem denotar essa questão.

Sendo assim, a segunda parte do presente trabalho está composta por dois capítulos que buscam compreender as características ideológicas e as formulações programáticas que expressassem, ao longo da prática política (1922-1932), as ressignificações, as possibilidades e as condições desses atores que teriam proporcionado o seu processo de construção endógena enquanto grupo político. Sobretudo, quais circunstâncias que permitiram esse grupo transitar de uma situação histórica particular como grupo militar a um movimento político produto e ator desse mesmo processo.

No Capítulo 3, serão analisadas as 1ª e 2ª fases da trajetória, enunciadas acima, com o propósito de captar, a partir de 1924, a dinâmica que impulsionou os “tenentes” a estreitarem os laços com a sociedade brasileira, iniciando uma fase de interação com o momento histórico. Analisaremos como algumas questões relacionadas aos problemas da realidade brasileira foram sendo incorporadas e ressignificadas pelos insurgentes da Revolta de 24 e da Coluna Miguel-Costa Prestes (1924/1927). Esse capítulo também aborda as fissuras tenentistas, assim como as escolhas dos caminhos de seus membros, ou seja, se a interação do tenentismo durante essas revoltas armadas teria permitido aos segmentos internos vislumbrar alternativas de transformação e organização nacionais. Com isso, as ramificações do movimento entre 1928 e 1930 serão abordadas aqui como reflexo da apreensão dos grupos internos ao tenentismo acerca dos problemas e da realidade nacional. Todo esse processo será constituído a partir de apropriações de

alguns aspectos teóricos e metodológicos de Gramsci (2000), Mannheim (1982) e Pocock (2003).

No primeiro caso, aproximaremos a trajetória tenentista aos três momentos de consciência política destacados por Gramsci (2000). Para o autor, a estrutura social permite o surgimento de atores políticos que precisam constituir consciência e identidade para atuarem no momento histórico. Contudo, as formulações de Gramsci se referem às formações das classes burguesa e proletária, sendo uma expressão da luta de classes da sociedade capitalista. Por isso, não utilizaremos tais conceitos da mesma forma utilizada pelo autor, uma vez que o tenentismo não foi uma classe social, mas um dos grupos políticos que integrou o bloco histórico, atuação que exigia uma transição de interesses corporativos para interesses que contemplassem o conjunto da sociedade.

Além disso, as colocações de Mannheim (1982) sobre grupo social e sobre construção de sua autorrepresentação também serão válidas para nos aproximar da atuação tenentista e sua formação enquanto ator político. Esse autor nos proporciona mecanismos analíticos que podem apontar como os “tenentes” se transformaram endogenamente ao corresponderem à interação com a situação exógena, dado que qualquer grupo ao se inserir no momento histórico se ressignifica, constrói sua identidade e altera o conjunto social em que está inserido.

Para tanto, essa trajetória será abordada a partir dos textos e documentos produzidos pelo movimento tenentista entre 1922 e 1932, cuja análise se apoiará no método analítico de Pocock (2003). Segundo o referido autor, é possível reconstruir o discurso político de uma época a partir da análise dos textos em que os discursos foram construídos, pois assim seria possível captar as formas pelas quais os atores políticos perceberam e refletiram sobre seu momento histórico. Na análise sobre o tenentismo, isso significa captar as transformações endógenas a partir de sua interação com os autores e personagens que compartilharam o mesmo cenário.

Essas pretensões se estendem ao Capítulo 4, no qual abordaremos a 3ª fase da trajetória tenentista, a qual supomos ser o desfecho do processo de construção da identidade coletiva. Dessa forma, nossa análise se concentrará nos programas e nos manifestos da Legião Revolucionária de São Paulo e do Clube 3 de Outubro, canais de expressão do movimento nos primeiros anos da década de 30. Tais entidades, sobretudo o Clube 3 de Outubro, diante do colapso das instituições da Primeira República teriam o desafio de formular propostas mais consistentes para a Nação. Nossa hipótese é que isso foi alcançado com a formulação do *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*

pelo Clube 3 de Outubro, documento que conteria uma tentativa de construção de projeto de futuro, concretizando, assim, a transição do tenentismo a grupo político.

PARTE I

CAPÍTULO I

A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA E SEUS NOVOS ATORES

As alterações processadas na sociedade brasileira, de meados do século XIX até a década de 1930, desencadearam a transição para a modernidade no país, na qual mudanças de ordem econômica, social e política comporiam momentos críticos da construção dos pressupostos do moderno no Brasil. Essa configuração seria derivada de um conjunto de fatores, como: o fim do modelo agrário-exportador e as ramificações derivadas do complexo cafeeiro, a configuração de uma sociedade mais diversificada, sobretudo após a implementação do trabalho assalariado, e as alterações políticas marcantes, como a Proclamação da República e a Revolução de 1930.

Esse movimento teria nos anos de 1920 e de 1930, um momento crítico na convulsão e conturbação social, derivada da convergência e do confronto entre as forças incipientemente modernas e a manutenção de características persistentes da estrutura colonial. Portanto, essas décadas significaram um momento de inflexão do processo de modernização, especialmente em relação à recusa da arquitetura da Primeira República por parte de vários grupos emergentes e da nova pactuação sócio-política advinda com a Revolução de 1930.

Neste capítulo buscar-se-á destacar como as alterações estruturais fomentaram não apenas a ebulição de vários atores político-sociais, mas também como esses segmentos se constituíram enquanto atores políticos da modernização. Mais especificamente, tentar-se-á compreender como essa conjuntura favoreceu a emergência do tenentismo enquanto movimento correspondente às vicissitudes daquele momento histórico, cujo pressuposto parte das interfaces entre sociedade e Forças Armadas, acima de tudo o Exército.

Nesse sentido, o movimento tenentista será abordado neste trabalho, tendo por sustentáculo a ideia gramsciana de *conjuntura* e *estrutura*, no qual a distinção entre o que é orgânico e o que é ocasional é de suma importância⁵. Para Antonio Gramsci (2000), a análise das relações de forças políticas deve ser realizada atrelada ao estrutural e orgânico, no qual o *dever ser* requer uma compreensão das relações concretas de consciência e organização das classes sociais. Ou seja, há diferenças substanciais entre conjuntura e estrutura, entre fato e movimento orgânico.

⁵ *Todavia, no estudo de uma estrutura, devem distinguir-se os momentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). Também os fenômenos de estrutura dependem, certamente, de movimentos orgânicos, mas seus significados não têm um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente (Gramsci, 2000, p. 36).*

Sendo assim, Gramsci nos auxiliará a compreender que os episódios tenentistas⁶, que marcaram a história brasileira do início do século, expressaram um movimento mais amplo que envolvia a sociedade como um todo. Isso requer uma diferenciação entre movimento tenentista, enquanto episódio histórico-político e sua atuação como ator político submerso ao incipiente processo de modernização brasileira que tramitava na sociedade. Os “tenentes” refletiriam uma manifestação da *conjuntura* inserida na *estrutura*.

Sendo assim, a presente análise tentará inserir o tenentismo no movimento orgânico de longa duração que pode ser denominado como *construção do Brasil moderno*, cuja diversificação das forças sociais, derivada das alterações estruturais, atreladas à manutenção do sistema agrário-exportador conduziria a uma ebulição político-social nos anos 20. Entre meados do século XIX e do século XX, a variação estrutural proporcionada pelo modelo agrário-exportador, fomentada pelas modificações no eixo dinâmico da economia brasileira do setor agrário (rural) para o industrial (urbano), engendraria a transformação rumo à sociedade capitalista e industrial. Essa transição proporcionou a gestação de diversos grupos: o setor industrial, o setor operário, as oligarquias dissidentes, as classes médias urbanas, a juventude militar, os grupos que ascenderam ao palco da história e tentaram se articular enquanto grupo hegemônico no processo de construção do Brasil Moderno e da Nação brasileira. Como destaca Cepêda (2004),

A interpretação da modernização passa pela abordagem econômico-estrutural (as leituras sobre os determinantes econômicos), mas o quadro explicativo só se completa ao incorporar as escolhas feitas pela sociedade dos caminhos que modelarão seu futuro (por conflito ou convencimento, por coerção ou negociação) (CEPÊDA, 2004, p.133).

Os anos 20 e 30 e o surgimento do tenentismo não podem ser analisados descoladamente da conjuntura e das alterações estruturais, uma vez que esse movimento só tem significado político inserido nesse quadro. Entretanto, quais dessas forças sociais seriam capazes de dirigir o clima revolucionário desse período, ou seja, de uma deflagração armada? Quais seriam as condições e as limitações de cada grupo social, derivado dessas mudanças estruturais, para conduzir o processo rumo à modernização

⁶ As categorias gramscianas serão utilizadas na análise da trajetória tenentista apenas como aproximações e não expressão fiel e nem no uso original do autor. Na análise de Gramsci, os conceitos *estrutura*, *conjuntura*, *consciência coletiva* expressam as relações de classes – burguesia/proletariado – e o movimento tenentista, como veremos adiante, não se constituiu enquanto classe social, mas como grupo social que integrou o bloco histórico.

brasileira? Para delimitar essa questão, faz-se necessário evidenciar alguns aspectos do processo de construção do Brasil moderno, e quais as características dos grupos sociais que surgiram a partir dele. No entanto, há um aspecto *a priori* nessa questão: os grupos serão considerados como grupos em gestação e, nesse sentido, buscar-se-á analisá-los como atores sociais que surgem do contexto de alteração estrutural brasileira enquanto setores em construção, sendo abordados como tal.

Nesse sentido, neste capítulo, o tenentismo será analisado como fruto das forças sociais em mutação, uma vez que o consideramos como um dos segmentos submergidos na ramificação dessas alterações estruturais no Brasil. O objetivo, portanto, é identificar as possíveis relações entre tenentismo e o quadro de alterações e de configuração dos dilemas sociais emergentes com a modernização no Brasil. Para tanto, será necessário dividir esse capítulo em três sessões, no qual tentaremos evidenciar as interfaces entre as alterações estruturais brasileiras e o caráter das intervenções militares nesse período, sobretudo do Exército.

Na primeira sessão, o núcleo será a estrutura e as alterações do Império até 1894; na segunda, observaremos o processo de transformação da sociedade brasileira durante o período de implantação da Primeira República e a década de 1920; e por fim, na terceira, a abordagem concentrará na década de 20, principalmente o ano de 1922, por ser o ano de irrupção do movimento tenentista. Esse percurso pretende demonstrar como o despontar das bases do desenvolvimento capitalista no país, com destaque à dimensão urbana (urbanização, configuração capital/trabalho, questão social, surgimento das camadas médias urbanas), interferiram de forma substantiva nas transformações da instituição militar, alterando sua forma de intervenção política. Feito isso, deduzimos que será possível observar como o grupo de subversão militar dos anos 20 refletiu o avanço do capitalismo no Brasil e a edificação de seus pressupostos intrínsecos.

1. O processo de modernização brasileira e a emergência de novos atores sociais

A conturbação político-social dos anos 20 e seu desdobramento na Revolução de 1930 sintetizaram um longo processo de mudanças em curso na sociedade brasileira desde o século XIX. As profundas transformações estruturais engendradas a partir da esfera econômica e, conseqüentemente, política, social, institucional e cultural,

proporcionariam a transferência do mundo rural para o mundo urbano, da agricultura para a indústria, do trabalho escravo ao trabalho assalariado, da política do favor à tentativa da racionalidade moderna.

Esse cenário foi configurado tendo como substrato, o confronto com a arquitetura da sociedade brasileira edificada no sistema colonial. Em outras palavras, a transição para o moderno no Brasil foi marcada pela herança de estruturas do sistema colonial, que incidiu características à sociedade brasileira, mesmo após a Independência, a Abolição da escravatura e a instauração da República. Tais aspectos refletiram na forma de organização da instituição militar, especialmente do Exército.

No entanto, embora houvesse permanências, a conjuntura projetada com o processo da independência política permitiu um movimento de modificações significativas das forças estruturais e produtivas, no qual as características da revolução burguesa⁷ despontariam. Isto é, o arcabouço projetado a partir do processo de Independência proporcionou “abertura”, embora lenta, combinada e permeada pela conciliação, em relação a algumas características da Colônia.

No período colonial, a política descentralizada, dominada por centros locais de poder, bloqueava o surgimento de mecanismos burocráticos que gerou o serviço público, ou seja, um aparato estatal e militar. No Brasil Colônia não havia um Estado sob bases modernas, inexistência que até então se dava por conta da estrutura social e política, projetada com a colonização portuguesa⁸. Por outro lado, a produção de bens

⁷ Seguimos aqui as reflexões de Florestan Fernandes, em *Revolução burguesa no Brasil*. O autor destaca que a Independência consistiu em uma etapa importante da revolução burguesa no Brasil. A Colônia estava inserida no circuito do mercantilismo sob uma conexão econômica. Mas a condição marginal dentro do comércio externo, acabava por neutralizar as “capacidades” do senhor de engenho. Ou seja, a influência que o capitalismo poderia exercer na colônia perdia-se na sua própria relação de organização interna. Assim sendo, a estrutura sócio-econômica e política mantinha os “móveis capitalistas” submetidos à sociedade colonial. Somente quando há o rompimento do estatuto colonial com a Independência e com a criação do Estado Nacional esses “móveis” teriam mais vitalidade, iniciando um longo processo de expansão. Entretanto, mantinha-se a grande lavoura. Para Florestan (1976), não há uma transformação interna radical desses setores. No entanto, a partir da Independência, houve uma potencialidade crescente, canalizadas para o crescimento econômico interno, *permitindo o esforço concentrado da fundação do Estado nacional, a intensificação concomitante do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividades econômicas, que os dois processos exigiam*. (Florestan, 1976, p.27). Os “móveis capitalistas” a partir daí iriam incorporar lentamente o “espírito burguês”, no qual posteriormente empenhariam em implementar as condições econômicas, jurídicas e políticas fundamentais à ordem social competitiva.

⁸ A continuidade das estruturas coloniais e das ausências de pressupostos imprescindíveis para o avanço brasileiro rumo às alterações significativas em relação à Colônia, seria o grande núcleo explicativo de alguns autores brasileiros para justificar o atraso do Brasil em relação ao desenvolvimento do capitalismo mundial e, portanto, de suas instituições. Oliveira Vianna (1987), por exemplo, argumentará que a Colônia não foi capaz de produzir condições para a transição ao mundo moderno. O “complexo cultural” colonial gerou ausência de consciência de uma comunidade estritamente nacional. As instituições que aqui se estabeleceram por não conter essa “consciência nacional”, dada a forma de colonização, não

primários para a exportação satisfazia à demanda externa de produção correspondendo ao comando da Metrópole. Essa característica impedia o desenvolvimento dos centros urbanos, uma vez que o processo econômico estava voltado ao universo rural, sendo as localidades urbanas apenas entrepostos comerciais, armazenadores de produtos primários e via de escoamento da produção colonial.

Esse cenário começou a se alterar com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, quando o pacto colonial foi alterado com a abertura dos portos, permitindo o comércio direto do Brasil com as “nações amigas”, e com a suspensão do tratado de proibição de instalação de manufaturas no Brasil. A arquitetura derivada da recepção da Corte portuguesa ativaria o processo de urbanização, a possibilidade de implementação das primeiras indústrias, as universidades, os setores financeiros, o Banco do Brasil, etc. Embora esses aspectos significassem a exclusividade da Inglaterra nas transições comerciais, o fracasso da instalação das indústrias⁹, a centralização dos avanços urbanos no Rio de Janeiro, a transferência da Corte para o Brasil permitiam em longo prazo a possibilidade de alterações das estruturais coloniais.

Destarte, o rompimento do estatuto colonial e a consolidação do Estado Nacional com o Império proporcionariam o desenvolvimento de algumas características voltadas à ampliação dos centros urbanos e a configuração de uma poderosa máquina

transcenderam as barreiras do personalismo, que impregnaram as relações sociais e políticas. Por conseguinte, não se forja no Brasil uma comunidade – aos moldes anglo-saxões – e muito menos uma sociedade que proporcionasse a formação de um indivíduo racional. A “adoção” das idéias liberais seria um indício de modernidade e distinção, porém, na prática, a realidade era regida pelo clientelismo. Por outro lado, ao analisar a relação entre metrópole e colônia, Caio Prado Jr. (1942; 1984) considera que embora houvesse uma oposição entre elas, a Colônia constituiu em uma empresa, correspondendo às necessidades da formação do capitalismo mundial em sua fase mercantilista. Porém, as estruturas estabelecidas pela metrópole neutralizavam qualquer desenvolvimento de condições inerentes ao capitalismo. Ou seja, dentre as transformações ocorridas na Europa no século XVI com a formação do Estado Moderno, a Colônia brasileira recebeu apenas a lógica da empresa, embora correspondesse ao mercantilismo europeu. Para Caio Prado (1984), disso emerge o fato de que o Brasil não nasceu totalmente moderno, uma vez que segue uma lógica mercantilista na esfera econômica em que sua função é exclusivamente a geração de excedentes e de acumulação para a metrópole, correspondendo assim, às necessidades da economia mercantilista européia. Porém, mantém-se pré-moderno em outras esferas, como cultural, social e política. Ou seja, o latifúndio, a inexistência de uma racionalidade e a permanência do sistema escravista e das relações de favor coexistiam com as práticas econômicas modernas estabelecidas entre Metrópole e Colônia. No entanto, a formação do Brasil Contemporâneo estaria na Colônia, sobretudo, moldada pelo sistema de produção da cana-de-açúcar. O movimento de independência do Brasil era visto pelo autor de forma ambígua: por um lado havia uma descontinuidade em relação à luta política, ou seja, da oposição *metrópole x colônia* e, por outro, manteve-se uma continuidade no plano das estruturas coloniais, uma vez que permanecia os principais traços do sistema colonial: grande propriedade e escravismo.

⁹ Roberto Simonsen concebia que a chegada da família real ao Brasil estimulou a diversificação de serviços e alterou o ambiente nacional. Essas transformações se direcionavam aos organismos estatais e burocráticos, maior dinamismo econômico, urbanidade e cultura. Mesmo assim, havia uma política de exportação da Coroa que direcionava a agricultura de exportação como foco da vida produtiva. Simonsen considerava que isso confrontava diretamente a liberação da indústria. Ver Cêpeda (2004).

burocrática e militar. No entanto, o curso desse processo esteve sob marchas e contramarchas. Sérgio Buarque de Holanda (2004) destaca como a continuidade da estrutura colonial obstruiu a consolidação do Estado moderno no Brasil. Ainda que a máquina burocrática do Estado Nacional tenha se forjado a partir de 1822, ela será moldada sob os valores afetivos e personalistas da família patriarcal, características que não se limitavam à ordenação das relações pessoais, mas se ramificavam para toda a sociedade. É nesse sentido que Sérgio Buarque visualiza o passado no presente, ou seja, os fatores do atraso/arcaico (personalismo) e do moderno (racional) se completando na formação do Estado brasileiro, como se esse se transformasse em uma continuidade da família patriarcal.

A construção da modernização no Brasil, portanto, segundo Holanda (2004) seria edificada em descompasso com a modernidade. Traços dessa seriam mesclados aos traços tradicionalistas, no qual a racionalidade, seja do Estado ou do homem, não se enraizaria na vida social. Ao contrário, as relações políticas, sociais e econômicas estariam imbricadas de atraso e de moderno. A ideia de herança colonial é derivada justamente dessa permanência e ramificação das estruturas personalistas na construção das relações sociais, onde o velho se mistura com o novo, o tradicional com o moderno.

A continuidade das relações privadas na construção do Estado brasileiro acarretaria à formação da máquina burocrática tonalidade personalista para o preenchimento das funções administrativas. A consequência do personalismo brasileiro, segundo Sérgio Buarque de Holanda (2004), seria o bacharelismo, no qual a figura do bacharel gozava do privilégio e prestígio e de uma relação social derivada do favor. Para o referido autor, na lógica nacional, muitas vezes tal formação acadêmica só servia como porta de entrada para os cargos públicos. Mais do que o exercício da profissão, o que se deseja no Brasil são saltos em altos cargos, independentemente da área de atuação, como forma de manutenção de posição social e estabilidade, eximindo-se de uma preocupação com a construção da nação.

Não é outro, aliás, o motivo da ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade, como sucede tão freqüentemente com certos empregos públicos (HOLANDA, 2004, p. 157).

Esse processo híbrido mudança/permanência também poder ser observado no caso da montagem do aparelho do monopólio legítimo de violência. Incluso no plano joanino de organização de um aparelho de Estado que refletisse o domínio e os

interesses da metrópole, instalada no Brasil, estava a organização de um aparelho militar. Sua estrutura forjada antes de 1822¹⁰, mas sobrevivente após a independência, seria organizada sob hierarquia lusa, na qual a discriminação dos elementos nativos era garantida pela oficialidade portuguesa¹¹. A Constituição de 1824 reproduziria a estrutura militar da Colônia, na qual as três categorias militares – exército, milícias e guardas policiais – refletiriam, no primeiro caso, a ideia de tropa regular e paga (que antes vinha de Portugal e passaria a ser nacional¹²) e nos demais casos, reportariam às milícias e às ordenanças, ambas auxiliares e gratuitas, ficando a cargo dos senhores de terra. Porém, a ordem de relevância entre elas seria alterada. No Império, o desprezo pelo Exército se traduzia na manutenção do recrutamento aos moldes coloniais já que se optou pela entrega do poder militar a grupos políticos regionais e não pela edificação de um Exército moderno, posto que, no Brasil, o modelo de aparelho repressor sempre fora ajustado aos interesses dos setores dominantes.

O poder desses proprietários de terras se refletia na dominação do principal opositor do Exército: a Guarda Nacional. As grandes manifestações de rebeldia locais, no processo de independência política e, sobretudo, no Período Regencial, conduziram as autoridades políticas do período a considerarem a defesa da ordem interna sobreposta à defesa externa do país. Nessa conjuntura, a necessidade de conter e reprimir as manifestações de rebeldia popular seria mais relevante. Dessa forma, em 1831 criou-se a Guarda Nacional, uma espécie de milícia comandada por chefes políticos locais, em que o sucesso perante os motins populares renderia aos latifundiários a “titulação” de

¹⁰ Nelson Werneck Sodré (1968) destaca as diferenciações da estrutura militar entre meados do século XVI e a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808. No período inicial, havia uma convergência de interesses entre os setores dominantes da metrópole e da Colônia. Nesse caso, o tipo de organização militar consistia nas forças militares irregulares e semi-regulares, – *Serviço de Ordenanças e bandeiras* – serviço de segurança territorial comandados por setores dominantes coloniais, destinadas à expansão e defesa do território, à captura de indígenas para o trabalho e ao exercício policial na repressão de escravos foragidos. À medida que os interesses entre os segmentos metropolitanos e coloniais começam a se diferenciar, situação verificada no período aurífero, a Coroa portuguesa sentia a necessidade de manter na Colônia um sistema de policiamento confiável, optando assim pela substituição em regiões estratégicas (aurífera) dessas forças coloniais por Tropas Regulares, oriundas da metrópole. Assim, a necessidade de maior controle e fiscalização das riquezas da Colônia alteraria fundamentalmente a estrutura militar. Em 1808, a relevância da Tropa Regular se acentua visto que além da garantia dos interesses da Coroa era necessário protegê-la.

¹¹ Nelson Werneck Sodré (1968) aponta que a ordem era a de não conceder aos oficiais brasileiros postos superiores ao de capitão. Mas a hostilidade, segundo o autor, *ia mais longe, propondo que os brasileiros fossem considerados inaptos para a promoção àqueles postos [superiores] e que se estendesse tal critério aos funcionários civis* (Sodré, 1968, p.88).

¹² Segundo Sodré (1968), a partir de 1822, permaneceriam no Exército apenas os oficiais portugueses que aceitaram a Independência, os que se mantinham fiéis à metrópole foram expulsos do país, com a ajuda de milícias e do povo armado. *No dia 9 do corrente, apareceu a esquadra; mandei-a fundear fora da barra, porque o povo está muito desconfiado de tropa que não seja brasileira* (D.Pedro apud Sodré, 1968, p.88).

“coronéis”. Essa figura seria chave na configuração e na manutenção da República oligárquica, entre 1894 e 1930.

Uma das principais evidências da sobreposição da Guarda Nacional ao Exército, pode ser observada no recrutamento de ambas as instituições. Diante de uma sociedade escravocrata e sob dominação fundiária *ser soldado era castigo, motivo de humilhação, destino de elementos incorrigíveis, de malfeitores, mesmo, no qual tratava-se mais de um processo policial do que de norma militar (...)* A caserna continuava a ser um refúgio de desocupados, de desqualificados, de malfeitores (SODRÉ, 1968, p.137). Como aponta José Murilo de Carvalho (1985), as principais fontes de recrutamento do Exército eram: *a) os nordestinos afugentados pelas secas; b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela política; d) os inaptos para o trabalho* (CARVALHO, 1985, p.195).

No entanto, cabe destacar que até meados do século XIX os soldados eram recrutados nas camadas mais marginalizadas da sociedade, ao contrário do que acontecia na formação da oficialidade do Exército e dos integrantes da Marinha como um todo: posição reservada aos setores dominantes, elementos respaldados em poder político, que assumiriam as posições de autoridade militar. No Exército, a ampliação do recrutamento dos oficiais de baixas patentes só viria com a Guerra do Paraguai, como veremos abaixo.

Em contraposição, a Guarda Nacional *fora a alçada militar, subordinada à autoridade política, a serviço direto de recrutar os elementos melhores da sociedade, e distribuía os comandos segundo a confiança dos donos de terras. Era a força da elite, por cima e por baixo, no comando e na tropa* (SODRÉ, 1968, p. 132). José Murilo de Carvalho (Op.cit.) destaca que eram obrigados a servir na Guarda Nacional todos aqueles, entre 21 e 60 anos, que atingissem uma renda anual de 100\$000, condição que faria com que essa instituição fosse uma *fiel representação dos grupos de renda mais alta do país*.

A forma de recrutamento é sintomática acerca da organização social do Império. Em relação à base social, quem não estava sob domínio dos proprietários de escravos estava sob a submissão do patrimonialismo dos senhores de terra nas áreas rurais. Aqueles que estavam à margem desse aparato escravista/patrimonialista direcionavam-se aos recém formados centros urbanos e sofreriam uma profilaxia social, cuja resolução muitas vezes era o envio ao Exército. Essa configuração sinaliza para a forma que o sistema imperial resolvia a “questão social” que escapava às resoluções escravistas.

No entanto, as vicissitudes do período imperial, sobretudo após a segunda metade do século XIX, proporcionariam incipientes transformações nos modos de produção – do escravista para o capitalista – momento em que a expansão da economia exportadora, no qual café era o principal e mais dinâmico produto¹³, atingiria altos índices de progresso. Da mesma forma, a Guerra do Paraguai alteraria a base social do Exército e as relações de força entre ele e o Império.

a) O complexo cafeeiro e suas ramificações

O sistema cafeeiro ainda funcionaria sob os moldes coloniais de agricultura de exportação, mas, diferentemente dos ciclos produtivos agrícolas desenvolvidos até então, permitiria profundas diferenciações estruturais no país, já que dele germinaram condições que transcenderam o âmbito agrário. O modelo agroexportador concentrado na cultura cafeeira proporcionaria mudanças irreversíveis no cenário da sociedade brasileira do século XIX, que afetariam as instituições imperiais, assim como o Exército, refletindo também nos atores e em suas atuações dentro desse novo quadro.

Como destaca Paula Beiguelman (1978), a diferença da economia cafeeira consistia no fato de que ela gerou um complexo que abriu aos rudimentares cultivos de alimentação e indústria. Mais especificamente, *temos, pois, que o complexo cafeeiro passa a incluir uma pequena componente que tem como fulcro a presença de um trabalho que conjuga ao braço a capacidade de consumo* (BEIGUELMAN, 1978).

Como destaca Wilson Suzigan (2000), os *efeitos multiplicadores* da expansão da exportação consistiam na estimulação e diversificação das atividades econômicas internas e a modernização da economia, que abrangia desde ativação do mercado interno e o desenvolvimento de infraestrutura até o desenvolvimento de uma economia de mercado e a criação de um sistema bancário. Suzigan destaca que a partir de um produto básico de exportação geraram-se efeitos de encadeamento (*linkage effects*)¹⁴, ou seja, a partir do crescimento da renda provenientes das exportações de café,

¹³ Wilson Suzigan (2000) destaca que embora o café estivesse no auge da economia exportadora ele não gozava de exclusivismo. Segundo o referido autor, havia outros produtos agrários exportadores, como borracha, açúcar, algodão, fumo, cacau, mate, couros e peles. Ver Suzigan (2000, p.17).

¹⁴ Suzigan utiliza o termo e os pressupostos da “teoria do crescimento econômico induzidos por produtos básicos” de Watkins e de Hirschman (Ver Suzigan, 2000, pp.70-76). Suzigan (2000) ressalta que a relação entre sistema agrário-exportador e impulso de outros setores não pode ficar restrito ao café e a região de São Paulo. É preciso considerar que outros produtos exportadores, estimularam outras regiões como Nordeste e Minas Gerais. Assim, o autor sustenta a idéia de que embora o café tenha adquirido destaque no estímulo ao *linkage effects*, a economia de exportação também agiu como impulsionador. *Algumas*

Estimulou investimentos em atividades como beneficiamento de café, fabricação de máquinas de beneficiar café e outras máquinas e implementos agrícolas e de sacaria de juta para ensacar o produto para a exportação, construção de estradas de ferro e portos, bem como investimentos e atividades tais como fabricação de tecidos de algodão para vestir a força de trabalho, produtos alimentícios, etc. (SUZIGAN, 2000, p.73).

De fato, a economia cafeeira se configurou em um complexo transcendente a produção agrícola, uma vez que o café exigia necessidade de serviços que não se limitavam ao âmbito rural. A produção de café criou uma rede de serviços ligados à produção e a comercialização do produto, germinando investimentos nos centros urbanos, acarretando maior integração do mercado interno.

Nesse sentido, observa-se de fato, como acentuou Paula Beigueiman (1978), que a produção cafeeira requeria necessidades peculiares e apresentava características diferenciadas dos produtos agrário-exportadores precedentes. O escoamento da produção exigia meios mais ágeis do que os de tração animal, imbróglgio que se acentuava com o aumento da produção. Em contrapartida, a comercialização do produto também sofria o impacto dessa aceleração, tendo em vista o rápido fluxo da produção. Essas necessidades geraram o impulso da criação do sistema ferroviário, de serviços de comercialização e portuário. Por outro lado, a exigência de sacaria para a evacuação do café impulsionou o primeiro grande surto de industrialização no país, por volta de 1870, quando a indústria local têxtil passou a corresponder a essa necessidade.

Dessa forma, as regiões urbanas limítrofes às ferrovias e aos centros exportadores tiveram grande impulso de crescimento, tornando-se locais onde ocorriam o transporte, a negociação, o financiamento e o escoamento da produção. Ademais as produções fabris também se davam nessas localidades, ativando ainda mais o desenvolvimento das cidades. Esse fluxo em relação aos centros urbanos ocorreu inicialmente no Vale do Paraíba e, posteriormente, em São Paulo. A rigor, Santos seria um dos mais importantes centros urbanos no final do século XIX e início do século XX, pois a ampliação de serviços ligados à comercialização e a exportação do café era cada vez mais acentuada com a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí (FAUSTO, 1977). Por outro lado, no Rio de Janeiro, sede do poder imperial, esse impulso urbano seria pioneiro. Além das atividades ligadas ao complexo cafeeiro, a ampliação do

indústrias 'novas' começaram a se desenvolver para a fabricação de insumos, tais como sacos de algodão para a farinha de trigo e açúcar refinado, garrafas de vidro para a cerveja e outras bebidas, latas para acondicionar fósforos, cigarros e alimentos, maquinaria industrial simples como tornos, equipamentos têxteis e peças, pequenos motores, etc. (Suzigan, 2000, p.365).

aparelho burocrático-militar, decorrente da consolidação do Estado Nacional, faria da capital nacional o primeiro grande centro urbano que criou uma camada média social extensiva (SAES, 1975).

O complexo cafeeiro proporcionaria a configuração dos componentes da racionalidade econômica moderna: capital e trabalho. Com a ativação dos centros urbanos e com a abolição, a economia se tornaria cada vez mais diversificada e integrada na medida em que os serviços derivados dessas demandas de ampliação do mercado interno foram se alterando lentamente e ampliaram os interesses ligados às diversas áreas. Uma das ramificações dessa conjuntura consistiu na instalação da indústria nacional, incipiente processo que conduziria à diversificação das relações de produção de transposição da ausência da racionalidade econômica. A problemática das origens da indústria no Brasil, e conseqüentemente do processo de industrialização, consiste na temática de vários trabalhos¹⁵. A controvérsia refere-se à relação do surgimento da indústria com o sistema agrário exportador, sobretudo, a identificação das fases da industrialização no Brasil, as formas de desenvolvimento, o gênero da atuação do Estado, as características intrínsecas e peculiares do caso brasileiro, a origem do capital de investimento e os agentes sociais centrais.

Entretanto, se por um lado os indícios da burguesia brasileira estavam vinculados às localidades rurais, impulsionada pelo avanço do café e pela intensificação do mercado interno, por outro, emergiam novos núcleos populares urbanos que teriam o trabalho assalariado como via de inserção na organização social, configuração que também estava vinculada ao sistema cafeeiro. O novo cenário urbano e incipientemente industrial daria uma nova configuração ao trabalho. Como aponta Wilson Suzigan (2000), *o progresso da economia de exportação provocou, sobretudo, importantes mudanças sociais. O acréscimo da procura por mão-de-obra, estimulou a transição da economia escravista para uma economia baseada no trabalho assalariado, criando, assim, um mercado de trabalho crescentemente suprido por trabalhadores imigrantes e contribuindo para a formação de uma economia de mercado* (SUZIGAN, 2000, p.18).

O deslocamento de setores de trabalhadores, do campo para a cidade pelo processo de abolição e da chegada de imigrantes europeus alavancou a urbanização, estabelecendo um fluxo migratório. Esse fluxo pode ser considerado como parte do primeiro momento de modernização brasileira, no qual a urbanização, a comercialização

¹⁵ Furtado (1975); Silva (1976); Mello (1986); Cano (1983); Conh (1988); Suzigan (2000), entre outros.

e os incipientes impulsos do mercado interno se tornaram centrais dentro dessa diversificação da sociedade. Assim sendo, houve um impulso do deslocamento para os centros urbanos e do mercado interno, uma vez que se criaram necessidades inexistentes no período pré-abolição.

A partir da abolição e da imigração se desencadeou o processo de superação do trabalho escravo, colocando-se a economia cafeeira sobre novas bases. A relevância do trabalho assalariado, que além de germinar a relação entre capital e trabalho, proporcionou o desenvolvimento do café por todo o Estado de São Paulo, favoreceu o surgimento de um mercado interno, com a crescente urbanização, e ativou a incipiente indústria nacional à produção de produtos destinados a esses novos setores urbanos.

Da mesma forma que os setores ligados ao capital passavam por mutações e vicissitudes internas, como veremos adiante, o seu contraponto também despontava. A figura de um trabalhador livre e proprietário de sua força de trabalho seria configurada a partir do processo de instituição do trabalho assalariado, embrião da racionalidade moderna e da configuração do conflito entre capital e trabalho.

Esse conflito, acentuado a partir da abolição, recebeu estímulo com a *importação* de mão-de-obra europeia, sobretudo italiana. Com a imigração, além de amenizar o problema de “braços para o café” também reforçaria a tendência de uma *racionalidade* do ideal de civilização europeia. Os imigrantes já tinham um comportamento considerado “moderno”, ou seja, eram dotados de um *ethos* racional que poderia conjugar ideal de capacidade produtiva e disposição para consumir manufaturas. O processo de metamorfose do trabalho escravo ao trabalho livre, teria implícita a tentativa de aproximação com a Europa, passando-se de um cenário de população – pluralidade de diversas raças – à situação de povo – coletividade de cidadãos, em um contexto em que estava em marcha a revolução burguesa no Brasil.

O trabalho livre produziria as classes e as tensões vinculadas ao capital e o trabalho, no qual setores diferenciados já poderiam ser observados, confronto que se acirraria cada vez mais. Houve assim, o surgimento da racionalidade econômica (cálculo custo/benefício) tanto pelo âmbito capitalista quanto pelo âmbito do trabalhador. Esse passa a negociar o valor de seu trabalho e aquele a refletir as possibilidades de lucrar com o operário. Sendo assim, a relação entre capital e trabalho embora germinados do sistema cafeeiro arquitetou-se nos centros urbanos, sobretudo, após a instauração do trabalho assalariado, germinando os requisitos mínimos do conflito social. Como destaca Boris Fausto (1977),

embora o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundários e de serviços. O primeiro tinha pequena importância do ponto de vista econômico, enquanto o segundo era estrategicamente relevante para o desempenho do núcleo estrutural (FAUSTO, 1977, p.21).

Porém, conforme Octavio Ianni (1985), tal revolução não resolveu o problema racial no país, ao contrário, apenas transformou *raças* em *populações*, enquanto coletividade de trabalhadores. Índios e negros são agora livres e iguais, mas essas condições restringem-se à exigência do mercado enquanto donos de sua força de trabalho. A híbrida revolução burguesa brasileira os transformou em trabalhadores, porém não em cidadãos. Com a abolição e com a República o índio e o negro seriam relegados ao segundo plano, já que o europeísmo seria ressaltado com a figura do imigrante. No entanto, essa questão era muito mais complexa. No Império, a construção da nacionalidade significava um prolongamento da sociedade europeia, porém, a questão da escravidão não fora tocada. Na República, embora houvesse o fim do sistema escravista, essa questão é atravessada pela visão pessimista em relação à miscigenação, que corromperia os alicerces da nação.

Aproveitou-se a imigração para provocar a redefinição social e cultural do trabalho braçal, de modo a transformá-lo em atividade harmoniosa livre do estigma da escravidão. Tão honrosa que o negro e o índio somente poderiam exercê-la se a executassem como o imigrante. As modificações das condições de produção – isto é, forças produtivas e relações de produção – ocorrem simultaneamente com a modificação da idéias, princípios ou categorias (IANNI, 1985, p.40).

A abolição não foi capaz de destruir “a obra da escravidão” no Brasil, como pregava Joaquim Nabuco¹⁶. Ao contrário, os desdobramentos da questão racial atrelada aos aspectos da configuração do trabalho dariam os alicerces da questão social debatida nos anos 20 e 30, momentos sintomáticos de um “pacto” estabelecido entre as elites brasileiras, excluída toda e qualquer participação do *povo-massa*. Participação essa que não se restringia à esfera política, a questão era ainda mais grave: consistia no projeto “nacional” da primeira República, configurado pelas oligarquias agrário-exportadoras e que não contemplava os setores emergentes – ou recém-libertos - da sociedade brasileira. Essas questões sinalizam que a modernização no Brasil ocorre concomitantemente a uma excessiva marginalização de setores do trabalho provenientes do sistema escravista.

¹⁶ Ver Weffort, 2006.

O agravante dessa condição social renegada consistia no hiato entre a oferta de mão-de-obra e sua absorção no sistema industrial, posto que com o impacto da industrialização alguns setores cafeeiros se modernizavam e liberavam mão-de-obra, que não era absorvida pelas incipientes indústrias. Nesse processo, houve a migração crescente rural-urbana, na qual os trabalhadores das lavouras se deslocavam para os centros urbanos tendo em conta as fases de depressão do setor cafeeiro e as dificuldades de acesso à propriedade, dado o avanço das terras cultiváveis das grandes lavouras.

O setor cafeeiro desempenhou, a partir da sua própria lógica, um papel fundamental na oferta de mão-de-obra urbana, através de seu movimento cíclico (...) ao promover na expansão um fluxo imigratório que excedia suas próprias necessidades, proporcionava um excedente de trabalhadores às cidades. Na crise, não restava qualquer alternativa aos trabalhadores do café senão a de emigrar para os núcleos urbanos, pois os próprios complexos exportadores eram incapazes de absorvê-los (FAUSTO, 1977, p.25).

Dessa forma, esses trabalhadores que se direcionavam para os centros urbanos deparavam com diferenciações nas “oportunidades” nas cidades. Paulo Sérgio Pinheiro (1975) destaca peculiaridades na estrutura de emprego no Brasil. No início do século XX, a formação do operariado industrial segue duas subdivisões: operários não-qualificados (mão-de-obra interna – migrações) e operários qualificados e técnicos (recrutados pelas migrações internacionais). A mão-de-obra urbana era composta, portanto, por europeus, a grande maioria, que tinha “certa” experiência industrial, por migrantes rurais de várias partes atrasadas do Brasil e por descendentes de operários urbanos. Essa distinção fazia com os imigrantes constituírem-se majoritariamente como a força de trabalho industrial nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, Boris Fausto (1977) aponta que esse segmento seria o grande articulador do movimento operário no Brasil, tornando-se destaque na negação do *status quo* e na composição do núcleo de formação da classe operária no país.

Se por um lado o estabelecimento do trabalho assalariado gerava a configuração germinal do conflito entre capital e trabalho, por outro, esse universo urbano proporcionava a irrupção de um outro núcleo social intermediário: as camadas médias urbanas. A configuração dos pressupostos da modernidade brasileira não permite apontar a classe média como o setor intermediário entre as duas classes capitalistas,

como sugere Marx. No Brasil, esse conceito atinge uma imprecisão no que se refere à clássica definição marxiana de classe média¹⁷.

No Brasil, dada a situação social, a percepção dos atores no momento de ampliação dos centros urbanos era que a pequena burguesia se misturava com setores proletários. No trabalho de Virgílio Santa Rosa, de 1933,¹⁸ fica evidente a imprecisão em relação ao conceito sobre as camadas médias. Para o autor, devido à situação de *miséria* brasileira, a pequena burguesia englobaria as classes médias, os operários de fábricas, os homens excluídos dos campos, servidores públicos e privados da burocracia estatal, pequenos comerciantes, intelectualidade, profissionais liberais, enfim, todos aqueles que almejavam participação política, mas eram bloqueados pela presença hegemônica das oligarquias no espaço público. Dada essa confusão desorientada, Santa Rosa concebia que faltava à pequena burguesia a consciência para agir enquanto tal, limitando assim suas manifestações na dimensão política.

No entanto, algumas análises buscam estabelecer diferenciações em relação às camadas médias urbanas no Brasil, como Paulo Sérgio Pinheiro (1985), Décio Saes (1975) e Maria Cecília Forjaz (1977). Para Pinheiro (1985), as classes médias se situam numa oposição intermediária em relação à contradição principal capital/trabalho inerente ao modo de produção capitalista. O desenvolvimento urbano, sobretudo da Primeira Guerra, impulsionou o crescimento do pequeno comércio nos principais centros do país, acelerando também o surto das pequenas indústrias, com destaque para pequenos comerciantes, artesãos, pequenos industriais, alfaiates, carpinteiros, sapateiros. Concomitantemente a essa urbanização, há o alargamento dos serviços, setor favorecido pela crescente intervenção do Estado na economia e pela dilatação do sistema administrativo no país. Assim, àqueles já citados acrescentam-se profissionais liberais, advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas (PINHEIRO, 1985).

Sendo assim, o autor compreende as classes médias em dois conjuntos – as antigas que correspondem à pequena produção e o pequeno comércio; e as novas classes médias constituídas de trabalhadores assalariados. Nesse sentido, Paulo Sérgio Pinheiro

¹⁷ No texto *O 18 Brumário*, Marx concebe a pequena burguesia como uma *classe em transição*, pressupondo um setor que ocupa uma posição intermediária, não tendo uma posição estável. Não são classes dominantes e não se identificam com as classes dominadas, ficando “acima” dos impasses, já que não se apoiam em nenhuma das classes. Isso faria com que a pequena burguesia se caracterizasse, para Marx, como uma camada oscilante e, portanto, não confiável, que apoia burguesia ou proletariado de acordo com seus interesses momentâneos. Essa constatação conduz Marx a conceber apenas a classe burguesa e a classe operária como as únicas classes “puras” do sistema capitalista, uma vez que sempre agiriam como tal.

¹⁸ A edição utilizada aqui é a mais recente, de 1976.

(1985) acentua que o elo entre ambas é a “consciência negativa” de não pertencerem nem à burguesia nem ao proletariado. Nessa definição, o autor se aproxima da definição marxista de pequena burguesia, exercício, a nosso ver, arriscado dadas as diferenciações submersas aos setores urbanos. Porém, seguiremos as definições elaboradas por Maria Cecília Forjaz (1977), que se aproximam da análise de Décio Saes (1975), pois ambos endossam a ideia de que as classes médias também derivaram da expansão do setor agrário-exportador, mas concebem que elas se configuraram em várias camadas.

A camada proveniente de setores aristocráticos constituir-se-ia nas camadas médias urbanas “tradicionais”¹⁹ formadas ainda durante o Império. Esse setor se diferenciaria das camadas médias urbanas resultantes do processo de assalariado do trabalho e da urbanização incipiente, após 1888. Essa abordagem está ancorada na mesma linha interpretativa de Décio Saes. O referido autor concebe que houve três pilares básicos na formação das camadas médias: a) pequenos proprietários rurais que foram expropriados de suas terras pela expansão cafeeira, transformando-se em executores de serviços qualificados nos centros urbanos; b) setor ligado a funções “menos prestigiosas”, como baixo funcionalismo público, serviços de escritório no campo comercial e bancário; c) camadas médias “destituídas”, porém, estranhas ao complexo cafeeiro, que seriam provenientes da produção açucareira e sua modernização, principalmente na região pernambucana.

Segundo Forjaz (1977), *as camadas médias urbanas vão surgir e se devolver nas cidades, provindas de famílias aristocráticas e preenchendo as necessidades crescentes do aparelho burocrático civil e militar do Estado* (Forjaz, 1977, p.20). Em contrapartida, as baixas camadas médias se concentrariam nos grandes centros urbanos sem muitas perspectivas de mobilidade social.

¹⁹ Para Maria Cecília Forjaz (1977), o fato de essas camadas médias tradicionais terem uma origem umbilical aos grupos agrários, fez com que se gerasse a dependência em três campos: econômico, posto que as elites dominavam a máquina administrativa federal e estadual; político, uma vez que acabavam tendo uma submissão a essas elites que proporcionavam uma visão parcial da realidade; ideológico, pois se caracterizava por uma absorção global da visão de mundo das oligarquias agrárias e por uma valorização absoluta de seu estilo de vida, ou seja, uma valorização do *status quo*. Por isso, a sublevação da ordem nos anos 20 não passaria por esse setor tradicional.

b) Sociedade e política: as contradições do Império e o advento da República

As alterações que delineavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil eram incompatíveis com as formas escravocratas e monárquicas brasileiras do século XIX. As clivagens no campo das elites, sobretudo com o fortalecimento do setor agrário-exportador, traria evidentes divergências entre grupos e os rumos da política imperial.

A conjuntura política do último quartel do século XIX apontava para o esgotamento das instituições imperiais que não contemplavam a multiplicidade das forças políticas emergentes, expressando a necessidade de inevitáveis mudanças endógenas. Embora essa “radicalização” das elites não incorporasse o *demos*, ela acarretava o avanço de múltiplas demandas: de descentralização política, sobretudo capitaneada pelo setor cafeeiro paulista que visualizava na República e no modelo federativo a forma de defesa de seus interesses; da campanha abolicionista, que identificava o sistema escravista como opositor ao “desejado progresso”; de setores permeados pelo positivismo que teria na ciência o caminho seguro de “progredir dentro da ordem”; e por forças endógenas ao próprio sistema como o Exército, que retalharia o desprezo do Império pela instituição, por sua preferência pela Guarda Nacional, com a queda do regime, defendendo uma ordem centralizada, mas abolicionista e republicana. Porém, esse conturbado momento que conduziria à instalação da República e geraria a instabilidade política nos primeiros anos da década de 1890, encontraria em 1898, com o Governo de Campos Sales, a estabilidade política e a institucionalização do regime federativo que seria controlado pelo pacto intra-oligárquico.

No Exército, incluso na orla de instituições imperiais que exigia mudanças e permanecia hostilizado pelo Império, a Guerra do Paraguai se constituiria no poder desestabilizador do sistema imperial. A antessala da Proclamação da República consistia no descontentamento da instituição militar com o Império, proveniente da *Questão Militar* e suas vicissitudes. A grande questão para os oficiais era o papel secundário ao qual o Império teria claramente relegado à instituição, desde a criação da Guarda Nacional. Mas enquanto as transformações econômicas avançavam sistematicamente, ainda que embrionárias, os seus efeitos sociais e políticos começavam a se evidenciar. A possibilidade de reversão do desprezo pela instituição militar e da situação social – ora marcada pelo escravismo e pelo patrimonialismo, ora marcada pela marginalização nos grandes centros dos homens pobres livres – encontraria na Guerra do Paraguai um importante potencializador. Com esse confronto, o Exército adquiriria

importância súbita, posto que a necessidade de criar um instrumento militar forte para operar diante do inimigo externo alteraria não apenas o “olhar” em relação ao Exército, mas exigiria também um sistema diferenciado de recrutamento, fomentando o voluntariado, inclusive com expansão das alforrias ao escravo alistado (SODRÉ, 1968).

Por um lado, esse conflito delegou ao Exército um papel de relevância nacional até então bloqueado pelo sistema imperial e sua Guarda Nacional. Por outro, esse alargamento das bases sociais do Exército, por exigência da Guerra, possibilitaria que camadas inferiores galgassem o oficialato. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré,

Rompe-se a linha de cor, e o rótulo de pele deixa de se constituir em impedimento à ascensão na hierarquia militar. Fora sempre frouxo, na tropa popular e a guerra o liquidou quase totalmente. Por outro lado, o recrutamento se choca com o regime de trabalho escravo, debilita-o, mesmo através das medidas legais, provoca alforria e fugas numerosas (SODRÉ, 1968, p. 141).

Porém, Sodré ressalta que a inserção desses setores populares – tanto de libertos quanto das camadas médias – no Exército seria realizada com cautela, pois se estenderia no máximo até a baixa oficialidade, uma vez que os altos postos permaneceriam sob controle dos setores tradicionais dominantes.

Essas colocações são necessárias para refletir como as mutações processadas na sociedade brasileira, da segunda metade do século XIX, abrangiam várias esferas, inclusive o setor militar. Com a brecha proporcionada pela Guerra do Paraguai o Exército sai fortalecido e se traduz em uma “válvula de escape” para os setores livres da ordem escravocrata que estavam inseridos em estruturas rígidas de mobilidade. O processo da agricultura cafeeira ativaria incipientemente os centros urbanos e geraria uma massa de trabalhadores que se direcionaram a esses centros na esperança de melhorias nas condições de vida. Nesse ínterim o Exército se traduziria na possibilidade de ascensão que após a Guerra não apenas poderia ascender ao posto de soldado, mas também a patentes da baixa oficialidade.

A configuração dessa situação social pode ser observada no fato de que o modelo agrário-exportador cafeeiro manteria o latifúndio e a escravidão como base da organização social, porém as mudanças ocorridas no âmbito da economia acarretam mutações em outras esferas, inclusive na composição do aparelho repressor do Estado. Nesse caso, como ensina Marx, é notável que as alterações engendradas a partir das

bases materiais proporcionam mutações nas demais esferas, seja política, social ou cultural²⁰.

Celso Furtado evidencia a radicalização desse processo ao considerar que as alterações estruturais emergidas a partir do modelo agrário-exportador fomentaram a diversificação social que levaria a seu próprio colapso em 1930. O complexo cafeeiro proporcionou as bases para transição à atividade industrial no Brasil, questão que acabou gerando inúmeras interpretações acerca do processo de industrialização no Brasil a partir da base agrário-exportadora²¹.

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante o qual modificaram as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em uma etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira (FURTADO, 1975, p.38).

Destarte, embora estejam interconectadas, a relação estrutura e superestrutura pode ser observada no Brasil em dois momentos: no período anterior a 1888, o setor agrário-exportador impulsionou setores vitais e incentivou o surto da indústria nacional a partir de 1870, condensando o ciclo de produção e comercialização, em que novos setores se desenvolveram paralelamente; e na fase após 1888 em que o trabalho livre e assalariado (abolição e imigração), o deslocamento para os centros urbanos, a implementação da República, a configuração política pautada nos poderes regionais, as alterações na esfera internacional (Primeira Guerra Mundial e Revolução Russa), proporcionaram maior dinamismo interno tanto no setor econômico quanto nas relações sociais e políticas.

O avanço das forças capitalistas, derivado da ativação do sistema agrário-exportador cafeeiro, em convergência com a abolição e a instauração da República, a rigor pelos militares, endossaria a diversificação dos setores sociais nos centros urbanos, massificando o contingente social e lhe relegando um papel marginalizado. Circunstâncias que alargariam ainda mais a base social do Exército concentrado nas baixas batentes militares. Sendo assim, o envolvimento do Exército com a sociedade seria evidenciado durante a campanha abolicionista e diante dos rumores de que o

²⁰ Ver Marx, Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”.

²¹ Para uma visão das várias escolas de pensamento sobre as origens da indústria no Brasil, ver Suzigan (2000), sobretudo, Capítulo I.

Império dissolveria o Exército. A defesa da instituição, sobretudo, após seu fortalecimento com a atuação na Guerra do Paraguai, acabou levando os militares ao envolvimento mais intenso com o movimento abolicionista e, posteriormente, com a causa republicana. Vários incidentes surgiram em torno da escravidão, abrangendo até mesmo a alta oficialidade do Exército em uma série de acontecimentos²².

Essa questão institucional afloraria as insatisfações e os conflitos latentes envolvendo a oficialidade do Exército enquanto categoria. A resposta ao “insulto institucional” veria com o apoio do comandante das armas do Rio Grande do Sul ao movimento militar: marechal Deodoro da Fonseca. Os desdobramentos dessa ação atrelados a outros acontecimentos colocariam o marechal à frente do movimento republicano²³, atuação mais relacionada à lógica de sua posição enquanto militar do que às suas convicções republicanas²⁴.

A *Questão Militar*, que envolveria os militares no movimento abolicionista e republicano, expressa duas questões centrais. A primeira delas seria o fato de que o apoio das altas patentes aos militares “subversivos”, agiu como um “efeito catalisador” em direção à defesa corporativa da instituição. *Egressos de um regime que lhes confinava uma identidade estritamente profissional*, com o golpe de 15 de novembro, os militares *passam a representar seu papel como dotados da missão de realizar com pureza a verdadeira República* (LESSA, 2001, p.23). Essa atuação fortaleceria a concepção de salvaguarda da “honra militar” e configuraria a ideia de “guardiões da nação”, de “defensores da República”, de “corporificação da honra nacional”, ideário diversas vezes proclamado pelos militares em vários momentos da nossa história

²² Em um deles, o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira, abolicionista convicto, após recusar transportar escravos, foi punido pelo Exército que julgou o ato como confrontação da disciplina. Esse episódio, unido a outros, causou forte descontentamento na corporação militar que acarretaria até a demissão do então Ministro da Guerra, Alfredo Chaves. O que até então era um problema de disciplina e hierarquia tomou amplitude de conflito político, na medida em que envolveu a autoridade do Ministro, e consequentemente, o regime imperial (Moraes, 2005).

²³ Um dos decorrentes desse processo foi a formação de uma das mais atuantes instituições dos militares, o Clube Militar, criado em julho de 1887, tendo como presidente Marechal Deodoro da Fonseca. Para maiores detalhes sobre Clube Militar, ver Sodré (1968) e Moraes (2005).

²⁴ José Murilo de Carvalho (1985) trabalha com as vicissitudes da atuação dos militares no processo da Proclamação. O movimento em prol da República teve início entre a baixa oficialidade, que somente após essa articulação teve o apoio de Benjamim Constant, professor da Escola Militar. Assim, a adesão de Deodoro da Fonseca e, consequentemente da alta oficialidade, foi decorrente da Questão Militar e não de uma ideologia republicana. Ao contrário, os próprios líderes oficiais não eram republicanos. A arquitetura ideológica ficaria restrita às agitações dos jovens positivistas da Escola Militar. A Proclamação da República seria então, na visão de José Murilo, uma resposta direta da alta oficialidade às condições que o Império tinha submetido o Exército, não tendo ressonância ao conjunto da sociedade. A Questão Militar e a tentativa de defesa corporativa foram o motor da instauração da República.

política, dentre os quais a década de 1920 teria o movimento tenentista como forma mais expressiva, como veremos no decorrer do presente trabalho.

A outra questão consiste no fato de que a ação do Império diante do Exército reflete a contradição gerada pelo próprio sistema imperial. No caso da instituição militar, a sobreposição da Guarda Nacional, reflexo dos poderes locais, ao Exército, expressão de uma ordem nacional, confronta com a política centralista desenvolvida pelo Império, no qual a desvalorização da instituição militar conduzia ao fortalecimento das polícias locais comandadas pelos “proprietários de terras”. Em outras palavras, as relações se mantinham “limitadas” aos poderes locais, ainda que o Império desenvolvesse uma política centralizada. Numa escala mais ampla, geraria aquilo que Renato Lessa (2001) denomina de *dialética do Modelo Imperial*, aspecto que sustentaria a política regionalista da Primeira República. Ou seja,

A combinação de centralismo exacerbado com a proliferação de ordens privadas locais. Por todo território se espriavam sistemas autônomos de poder local ou privado, baseados na propriedade de terra e em vínculos patrimoniais, cuja dinâmica era independente da lógica do sistema político imperial. Separação que, por um lado, lhes garantia certa intocabilidade, mas, por outro, dadas as condições do espaço político imperial, impedia a formação de corpos políticos regionais capazes de habitar o mundo público. Para a parcela do *demos* nacional que vivia sob tais sistemas locais o país não dispunha de regime político. Ou simplesmente, não existia como entidade política supralocal (LESSA, 2001, p.20).

Dada a impermeabilidade do sistema político imperial por parte de setores locais não havia muitas alternativas no que se refere à correspondência entre o avanço econômico das forças agrário-exportadoras regionais e o acesso no campo político. A expansão da produção agrário-exportadora daria um novo contorno a situação política no Brasil na medida em que os setores correspondentes a esse sistema passaram a considerar a centralização política imperial um entrave aos seus interesses. Nesse ínterim, as elites regionais visualizariam na autonomia estadual a possibilidade de produção de novas formas de relação entre sociedade e sistema político. Assim, a província de São Paulo, que já se configurava como força regional, despontou como vanguarda, formando em 1870 o Partido Republicano Paulista (PRP) sob a defesa do federalismo em oposição à hipercentralização.

Tendo como base esse quadro, Quartim de Moraes (2005) defende que o que estava em conflito no final do século XIX não era modelo imperial *versus* modelo republicano, mas sim centralismo *versus* federalismo, dado que derrubando o Império e

instituindo a República, os setores agrários poderiam enfim, dirigir diretamente o país. No entanto, o jogo de forças na arena política seria mais complexo. Conforme Quartim, o grande problema da oligarquia paulista consistiu no fato de que o setor militar *chegou ao poder primeiro – e por conta própria* (Quartim, 2005, p.92). As oligarquias agrárias tiveram que aguardar cinco anos, sob constantes conflitos políticos para assumirem o poder.

São essas vicissitudes que explicam o fato de que embora o Exército tenha derrubado o Império, a *Questão Militar* foi apenas o “toque final” de um processo, a rigor muito bem conduzido, em curso na sociedade brasileira. A instabilidade gerada pela atuação dos militares e pelos grupos agroexportadores, exacerbando a situação limítrofe do Império, tinha se agravado ainda mais com o descontentamento dos proprietários de escravos que ficariam sem indenização com a Abolição da escravatura, em 1888. Crise que conduziria não apenas o regime imperial a perder de vez sua sustentabilidade política como também fez com que esse setor escravocrata compusesse o cenário político pós-proclamação.

Porém, nesse cenário a ideologia que se apresentava como uma matriz condutora permeando vários grupos era o positivismo, corrente que impulsionaria a mudança e garantiria a segurança do processo. Supostamente seduzidos pelo cientificismo de Augusto Comte, setores militares, letrados, políticos, empresários, republicanos²⁵, visualizavam a possibilidade da construção do Brasil sob as mãos da ciência positiva. Era preciso transformar a nação, proporcionar ao Brasil “Ordem e Progresso”. Essa corrente de pensamento tinha grande destaque entre a intelectualidade, pautada na concepção linear do “progresso” e, ao mesmo tempo, que afirmava uma conduta regida pela “ordem”, tendo a ciência como a única forma de planejamento social. Portanto, poderíamos dizer que era uma afirmação de progresso dentro da ordem, ideologia primorosa para o contexto brasileiro do final do século XIX, comandado sob formas

²⁵ Alguns atores fazem consideráveis ressalvas à exclusividade da influência positivista na implantação da República. Nelson Werneck Sodré (1968) aponta que a ação política do Exército estava fundamentada na origem de classe e não no ideário positivista, difundido por Benjamim Constant. A “intervenção do Exército” na política seria reflexo do recrutamento dos militares nas classes médias urbanas. Já para Maria Stella Bresciani (2003), não podemos olvidar a influência da matriz liberal anglo-saxônica: “para muitos estudiosos, não só o ato da Proclamação da República foi obra dos positivistas, mas também a forma de governo com ela instituída. O dístico da bandeira nacional – Ordem e Progresso – seria evidência suficiente para fincar as bases de uma nova república sobre o ideário positivista. Contudo, não se pode negar outra evidência: a do teor liberal da Constituinte de 1891, com sua forma descentralizada, conferindo grande poder aos Estados – inclusive o de regular-se por leis próprias. A Constituição republicana representou, sem dúvida, uma vitória dos liberais, liderados por Rui Barbosa, sobre os positivistas adeptos de um Estado centralizado, forte e ditatorial” (Bresciani, 2003, p.18).

escravistas de organização social e permeado pelo desprezo dos setores populares pelas elites.

Ainda que a resposta a *Questão Militar* tenha sido a instauração da República, o que renderia aos oficiais militares o comando político do novo modelo, o período 1889 e 1894 foi de incertezas e de constantes confrontamentos políticos. A configuração da conturbada cena política no pré-1889, cenário que compreendia o enfrentamento de forças políticas escravocratas *versus* abolicionistas, monarquistas *versus* republicanos e centralistas *versus* federalistas, desdobrar-se-iam no período pós-1889. Embora essas vertentes se misturassem ao longo do processo, os primeiros anos da República foram marcados por constantes choques políticos.

Esse conflito seria refletido no processo constitucional de 1891, composto por forte fragmentação das forças políticas e de projetos minimamente edificados. O centro do debate constitucional foi a temática da organização federalista. A oposição que permeou essa fase entre Executivo (internamente sob turbulências entre Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto) e Congresso (cujo conflito era entre representantes das oligarquias agrárias e os militares). Essa disputa refletia o cenário entre federalismo radical *versus* poder central.

A primeira constituição republicana de 1891 trouxe inovações e apresentou vários pressupostos das constituições liberais: (separação de poderes; estrutura Federativa, onde se previa autonomia absoluta aos Estados; presidencialismo; atribuições dilatadas do Legislativo; laicização do Estado; criação do *habeas corpus*; garantia da propriedade privada, etc.), mas isso não significaria que os princípios liberais da Carta fossem trazidos de fato para a vida política e dos cidadãos. Paulo Bonavides considera que embora a Carta de 1891 contenha os pressupostos do liberalismo (pois em aspectos formais houve uma ruptura com a ordem política precedente), a Primeira República viveu sob liberalismo caricato, já que ele não tinha consonância com a realidade. As instituições não foram capazes de romper com a tradição, pelo simples fato de que *ninguém decreta a superação da história e da realidade, com lápis e papel, ao abrigo macio das antecâmeras do poder* (Bonavides, 1991, p.249).

Maria do Carmo Campello de Souza (1988) aponta que derivados da Constituição Brasileira de 1891, *federalismo, presidencialismo e a ampliação do regime representativo*, ao instituírem o regime democrático, *são as três grandes coordenadas da Primeira República*. Porém, o sistema político *cujo foco de poder se localiza nos*

Estados, sob a hegemonia dos economicamente mais fortes, se constituiria em liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo (SOUZA, 1988, p.167). Partidos, eleições e dinâmica parlamentar seriam subordinadas aos objetivos da garantia de condições de governo.

Sendo assim, sob o escopo da Constituição de 1891, de inspiração do federalismo norte-americano, a forma republicana e as instituições democráticas postas em prática pelas oligarquias durante a República gerariam experiência republicana e liberal bastante distante dos moldes clássicos. A tentativa de edificar o pressuposto do liberalismo sobre bases ainda coloniais criaria aquilo que Roberto Schwarz (2000) denominaria de *ideias fora do lugar*. Para o referido autor, as ideias liberais, que acompanhavam na Europa o desenvolvimento do capitalismo, dando-lhes estabilidade ideológica, ao chegar ao Brasil se confrontavam com a realidade escravista nacional. Nesse sentido, a crítica à arquitetura da Primeira República passava pela discussão acerca das estruturas históricas brasileiras e pelas bases do liberalismo no país.

Esse novo regime manteria intocáveis os domínios de poder privado, sustentado pela propriedade de terras e pelos lanços patrimoniais, configuração que conduziria o marco democrático-liberal da Constituição de 1891 a se ajustar com dificuldades, dada a estrutura histórico-social brasileira.

2. A instauração da República das Oligarquias: configuração, fissuras e contradições

Os conflitos políticos permeariam o processo constitucional, passariam pela renúncia de Deodoro e a ascensão de Floriano, atenuar-se-iam com o primeiro governo civil, Prudente de Moraes (1894/1898), e encontrariam aparente estabilidade com o pacto político intra-oligárquico da “Política dos Governadores” realizado por Campos Sales (1898/1902). Segundo Renato Lessa (2001), durante o período compreendido entre 1889 e 1898, o país passaria por baixa institucionalização, na qual ocorreu uma *desrotinização da política imperial*²⁶ derivada da incapacidade dos militares de gerarem o aparato institucional da República. A *rotina do regime* só seria efetivada com o Governo de Campos Sales e a *estabilização do sistema federativo*. Dessa forma, o autor

²⁶ Sobre essa questão o autor aponta: *Ao acordar [16 de novembro de 1889], o país não dispunha de qualquer reposta institucional a respeito de si mesmo: quem faz parte da comunidade política, como se definem as relações entre cidadãos e o sistema político, entre o poder central e as províncias, como se organizarão os partidos e se constituirão as identidades políticas* (LESSA, 2001, p.17).

concebe que a conturbação institucional dos primeiros anos do novo regime seria decorrente da ausência de projeto político consistente, já que o golpe de 15 de novembro não foi resultado de um processo de amadurecimento das ideias republicanas. Diante de um contexto de inexistência de um projeto político que pudesse dar sustentabilidade à República, o federalismo, para Lessa, era o ponto mais consistente. Porém, o federalismo defendido, sobretudo, pela elite paulista perrepista, não significava o federalismo anglo-saxão baseado na tradição liberal e individualista. Ao contrário, *a titularidade de direitos não é atribuída aos indivíduos-cidadãos, mas sim retirada da centralização imperial e transferida às províncias* (LESSA, 2001, p.16).

Dessa forma, a força política das oligarquias regionais conduziria ao fato de que, embora os militares tenham proclamado a República, mantendo-se no poder até 1894, foram imobilizados pelo poder oligárquico. A estratégia do grupo oligárquico em relação ao Exército, segundo Sodré (1968), foi a constante tentativa de afastar os militares da política, principalmente o florianismo. Era necessário neutralizar o militarismo e conter sua intromissão na política, para assegurar a estabilidade do regime e a “ditadura do latifúndio”²⁷. A oligarquia seria, portanto, a grande arquiteta da Primeira República (1889-1930), dado que o poder se alojaria nas vísceras dos setores oligárquicos regionais e o modelo implementado por Campos Sales evitava o fortalecimento de instituições representativas clássicas, como partidos e dinâmica parlamentar. A efetivação dessa política traz um “congelamento” da competição nos Estados e proporciona a “eternização” no poder dos governos estaduais (LESSA, 2001).

Conhecida como uma fase de predomínio oligárquico, no qual a arbitragem do Poder Moderador foi substituída por um compromisso entre oligarquias, a República passou de uma “fase de arbitragem”, característica inspirada no Império, à “fase de compromisso”²⁸ em que o poder seria descentralizado e coordenado pelas oligarquias regionais. A “política dos governadores” buscava defender interesses econômicos de grupos dominantes ligados aos setores da produção cafeeira, portanto, concentradas em algumas regiões. O enquadramento jurídico da federação corresponderia a essas pretensões, no qual setores externos a esse arcabouço ficavam à margem do sistema.

Em suma, mesmo com a instauração da República, a estrutura econômica agroexportadora refletiu na esfera política, no qual o Estado nacional passou a ser o

²⁷ A atuação política do Exército e os respectivos grupos militares serão abordados no capítulo subsequente.

²⁸ Kinzo, 1980.

desdobramento do poder privado dos grandes senhores de terras. Assim, a República traz consigo os traços tradicionais, no entanto, o poder se transfere da monarquia para a oligarquia. O que até então estava sob a égide dos arranjos institucionais monárquicos, com a instauração da república, proporciona às elites políticas o Estado legal do contratualismo e da “soberania popular”.

Porém, o desenrolar desse processo recai no poder das Oligarquias regionais. Conforme Lucia Lippi,

os republicanos desejam integrar o Brasil no mundo americano, identificado com o regime republicano e com a modernidade. A nacionalidade seria, para os republicanos, o resultado da luta contra o passado, a construção de uma nova sociedade organizada politicamente pelos nacionais e na qual as classes empresariais brasileiras teriam lugar de destaque (OLIVEIRA, 1990, p.187).

A modernidade refletia uma concepção de cidadão que teria um governo que representasse sua *vontade*. Como isso seria possível em uma sociedade escravista e imperial? Era preciso “construir” a ideia de cidadania e de um “governo do povo”. A proposta de construir esse indivíduo no Brasil fracassa sob as bases do liberalismo “às avessas” durante a Primeira República.

Porém, esse poder estaria concentrado nos fazendeiros de café, mais precisamente nas oligarquias estaduais e regionais. A República seria, portanto, uma extensão de elites agrícolas regionalizadas, que representavam blocos de interesses regionais. Essa configuração daria à Primeira República uma estrutura federativa, fundamentada na autonomia dos Estados da federação, características que comporiam o acordo *não escrito* da “República dos Governadores”.

Mas a base desse compromisso seria contestada pela fissura no bloco dominante e pelo avanço da diversificação social. Mesmo com a arquitetura montada pela República Oligárquica, o desenvolvimento do capitalismo trouxe intrinsecamente as diferenciações nas clivagens do grupo oligárquico, dado que os conflitos no interior do bloco acentuavam-se cada vez mais. Paulo Sérgio Pinheiro (1985) apontou que a diferenciação no nível do bloco de poder ocorria ao nível político por um tipo de *descolagem entre os grupos ligados ao complexo cafeeiro e o Estado, abrindo para a possibilidade para a quebra da antiga hegemonia dos grupos cafeeiros e a formação de novas alianças de classes* (Pinheiro, 1985, p.14), rompimento que atingiria seu ápice em 1929, com a crise da aliança oligárquica.

Renato Perissinotto (1997) destaca as fissuras internas às classes dominantes, em que o fracionamento interno da classe dominante já pode ser observado a partir de 1910. Na análise da “burguesia cafeeira”, o autor considera que a classe dominante paulista era permeada pela diversidade e por conflitos internos em que era relevante a sobreposição de certas frações a outras. Ao analisar as classes dominantes na Primeira República, Perissinotto (1994) destaca que havia duas frações autônomas na economia cafeeira: lavoura (proprietários dos meios de produção agrícola) e burguesia comercial urbana, hegemônica e portadora do grande capital cafeeiro. A essas frações internas, Perissinotto acrescenta a influência política e econômica do capital estrangeiro.

Tendo como pressuposto essa configuração, Perissinotto (1994) defende que os conflitos regionais, marcantes na Primeira República, não estavam ligados as regiões geográficas específicas (como se cada região tivesse uma oligarquia homogênea e coesa), mas sim a conflitos entre frações de classes dominantes, ou seja, o conflito era resultante de uma diferenciação no bloco de poder²⁹. Perissinotto (1994) se aproxima de Nelson Werneck Sodré (1985) ao afirmar que o marco da Primeira República, e conseqüentemente sua queda, era a disputa que existia entre classes ligadas ao comércio exterior e classes ligadas ao mercado interno.

Ora, o modelo agrário-exportador cafeeiro emergente no último quartel do século XIX, embora predominante, não anulava contradições e conflitos tanto derivados do bloco de poder quanto dos grupos sociais emergentes. De certa forma, é isso que Celso Furtado (1954) sugere ao colocar que as alterações estruturais ramificadas do complexo cafeeiro possibilitaram a transferência de um país essencialmente agrário a um país cujo eixo dinâmico se concentraria na indústria. Nesse ínterim, a burguesia industrial, embora estivesse se expandido pela dinâmica da economia cafeeira, mantinha-se subordinada ao setor agrário exportador, porém já portadora de interesses e ideologia próprios.

Isto é, à medida que o processo de transição para o capitalismo avançava, os interesses dentro do próprio núcleo do capital cafeeiro também se diferenciavam. Durante a Primeira República houve acirramento entre setores industriais e setores agroexportadores, proporcionando o contínuo deslocamento e autonomização do setor industrial. É isso que Cepêda (2004) demonstra ao apontar que o setor industrial passou

²⁹ Perissinotto (1994) observa que bloco do poder “quer dizer respeito exclusivamente ao conjunto das classes dominantes de uma formação social – refere-se à unidade dessas diversas frações de classes que têm entre si uma relação conflituosa” (Perissinotto, 1994, p.26).

por um longo processo de construção da consciência enquanto classe, capitaneada por Roberto Simonsen. Esse movimento contínuo consistia não apenas no autoconhecimento desse setor enquanto grupo – classe – como também na construção da identidade e dos projetos de futuro.

Por outro lado, a conjuntura gerada pela Guerra complicaria ainda mais os setores populares urbanos que avançaria a oposição ao regime. O cenário brasileiro sofreria forte abalo, ainda mais com os acontecimentos internacionais, conjuntura que traria novas configurações tanto no plano das mudanças estruturais econômicas quanto no caso do acirramento das contradições sociais. A vicissitude decorrente dos estilhaços da Primeira Guerra é um dos temas centrais da discussão acerca da industrialização no Brasil³⁰. Assim, as condições proporcionadas pela Grande Guerra fomentariam ainda mais as contradições nas esferas urbanas. A década subsequente à Primeira Guerra seria marcada pela intensificação da crise cafeeira, decorrente da queda dos preços internacionais, refletindo ainda mais na conjuntura econômica, provocando um aumento da inflação e uma aguda crise fiscal, situação que atingiria, sobretudo, a massa trabalhadora.

Um dos exemplos evidentes dessa contradição foi o avanço do movimento operário. A precarização da vida nos centros urbanos, atenuando a questão social, os reflexos da Grande Guerra e a receptividade da Revolução Russa impulsionariam as revoltas operárias, repercutindo até mesmo na rearticulação ideológica do próprio movimento operário no Brasil. O fato de um país adotar um novo regime social deixaria a burguesia mundial aterrorizada. Com a revolução de outubro na Rússia, o mundo passa a conhecer o socialismo não só na teoria, mas também na prática cujo eixo da organização social seria a coletividade e não o indivíduo. Em corolário, surgiram pelo mundo situações de crise que representavam não só ameaça à expansão das relações

³⁰ A Grande Guerra de 1914/1918 teria impulsionado ou obstruído os investimentos na produção interna? Autores como Sérgio Silva (1976) e Cano (1977) defendem que mesmo com abalo na economia cafeeira, a indústria de transformação em São Paulo não foi afetada, uma vez que a produção e o investimento industrial tiveram acréscimo com a Primeira Guerra. Em contrapartida, Suzigan (2000) aponta que o episódio mundial trouxe impacto negativo no investimento industrial, no qual alguns setores se recuperaram a partir de 1917, como papel e polpa, fabricação e refino de açúcar, industrialização de carnes, maquinaria para geração de eletricidade e máquinas de costura. No entanto, embora a Primeira Grande Guerra tenha gerado impacto na economia brasileira não há como afirmar que esse episódio tenha induzido a industrialização no país. Como bem destaca Celso Furtado (1975), a relação entre fatores exógenos e industrialização brasileira foi mais bem observada somente a partir da Grande Depressão e da crise do café, na década de 30. Ou seja, após 1930 deu-se o processo de mudança no eixo da economia brasileira, denominado como “substituição de importações”.

capitalistas, mas também por crises que provocaram eclosão de movimentos de rebeldia social, inspirados no novo regime soviético.

No Brasil, diante da conjuntura de ampliação da sociedade civil e da manutenção do bloqueio a canais de participação, o impacto dos acontecimentos mundiais seria evidente. O movimento operário no Brasil, cuja vanguarda era anarco-sindicalista, recebeu com entusiasmo as notícias da tomada de poder pelos bolcheviques, o que representou ao movimento operário uma “retomada” da luta proletária. Segundo Del Roio (2003), a revolução Russa de 1917 *exerceu um forte efeito catalisador nas lutas da classe operária brasileira*, na medida em que cativava o processo revolucionário. O ano de 1919 foi marcado por agitações operárias em escala mundial, manifestando o apogeu da revolução socialista internacional. No Brasil, além de inúmeras greves, o ano de 1919 foi marcado por uma gigantesca manifestação de Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, sendo bruta e reprimida pelo governo, fato que deixaria evidente o “poder de fogo” das oligarquias para conter as forças sociais emergentes.

Desta forma, a supremacia da oligarquia agrário-exportadora na configuração da República brasileira e o avanço dos agentes ligados à modernidade – capital e trabalho – em médio prazo suscitariam as contra-indicações, gerando um compromisso republicano instável devido à emergência de atores sociais. Paulo Sérgio Pinheiro (1975) concebe que a diversificação constante da sociedade brasileira, atrelada à política de contenção social e de representatividade do Estado Oligárquico, fomentaria a própria destruição do sistema, pois a *‘política dos governadores’ traz em seu bojo as condições que provocarão seu próprio enfraquecimento e a transformação da organização federativa, descentralização que caracterizava a Primeira República* (Pinheiro, 1975, p.24).

Isso evidencia que embora o modelo agrário-exportador continuasse sendo o eixo da sociedade brasileira, paralelamente havia outros fatores que refletiam para dentro do sistema, aspectos que a rigor, não significavam um total controle da classe dominante. No entanto, o setor agrário-exportador tinha primazia nas ações do Estado. Como destaca Luiz Werneck Vianna (1976), *o domínio econômico-social de uma classe não implica na sua apropriação do aparato do Estado*, o imprescindível segundo o autor, é o fato de que a análise de um determinado contexto político deve *se orientar para captar qual a fração de classe que se beneficiaria do conjunto de medidas então implementadas* (Vianna, 1976, p. 121).

Contudo, embora houvesse agitações paralelas ao modelo agrário-exportador, este ainda seguia como “carro-chefe” do Estado Oligárquico. O incipiente modelo industrial se desenvolveu pelas brechas e fissuras do modelo agrário-exportador. A coexistência de ambos conduziria a um colapso do último, com processo desencadeado a partir da crise de 1929 e com a revolução de 1930, no qual haveria uma redefinição dos rumos da nação e da economia brasileira. Nesse processo, o ano de 1922 se traduziria no momento chave da contradição e da rearticulação de alianças rumo à mudança política. As alterações ocorridas, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX, no qual novas classes sociais emergiram trazendo consigo traços da modernidade, não poderiam mais ter como baliza de resolução o personalismo e as tradições coloniais. Era necessária a construção de um arcabouço institucional que pudesse mediar esse novo conflito em uma sociedade diferenciada da colonial. Em outras palavras, a década de 20 sintetizaria e evidenciaria o “calcanhar de Aquiles” da República Oligárquica.

3. Os anos 20 e o epicentro da crise da Primeira República: o surgimento dos “tenentes”

Os anos 20 representariam o momento de convergência das contradições do modelo republicano das oligarquias regionais, conduzindo-o ao colapso. O processo econômico e político configurado entre 1889 e a década de 20 enfrentaria seus limites e iria de encontro com as forças da modernidade. Ficaria evidente a instabilidade política em que as regras do jogo eram periodicamente contestadas pelas oligarquias “periféricas”, assim como por grupos externos à oligarquia dos setores urbanos que o sistema representativo da Primeira República não se propunha a absorver.

Nesse sentido, a aliança dos grupos políticos hegemônicos e o sistema agrário cafeeiro bloqueavam a representação política de outros setores sociais dos centros urbanos. O incipiente proletariado e as camadas médias eram os que mais se prejudicavam tanto com as medidas do governo em defesa do café³¹, quanto pelas

³¹ Sobre esses diferentes interesses das classes acima citadas, Santa Rosa (1976) em sua pioneira interpretação sistemática sobre o tenentismo, datada de 1933, faz a seguinte observação: *Sirva de exemplo a oposição da política exportadora dos latifúndios com a política importadora das massas urbanas. Uma exigindo câmbio baixo, outra o câmbio alto... A luta era fatal. Todos os projetos de leis tendentes a favorecer à pequena burguesia esbarram, por isso, de encontro à resistência invencível e dominadora dos interesses latifundiários* (Santa Rosa, 1976, p. 35).

limitações de participação na esfera política. Ademais o sistema agroexportador e o avanço das bases capitalistas no Brasil acentuariam a questão social.

Dessa forma, a década de 20 seria sinalizadora no que se refere ao “acerto de contas” com o passado e à construção da nacionalidade rumo ao futuro. Nessa conjuntura, o Brasil confrontava em todas as esferas da sociedade, principalmente na cultura, na política, na sociedade e na economia, um embate entre o passado resistente - herança colonial -, e o presente persistente: a ebulição de uma sociedade moderna. O ano de 1922 pode ser considerado como no “termômetro” da ebulição brasileira, destacando-se a ânsia da construção da nacionalidade mediada pela modernização. Os contrastes de uma sociedade tradicional mesclada com incipientes traços modernos tornaram-se mais evidentes, dando origem a vários grupos, que a rigor, estavam na esteira da modernização brasileira.

Atrelados às transformações estruturais, os reflexos da Primeira Grande Guerra e da Revolução Russa intensificariam a crise da Primeira República, agravando ainda mais o cenário brasileiro. Como já destacado, Virgínio Santa Rosa (1976) apontou que as condições de precariedade dos setores populares urbanos nas décadas de 10 e 20 renderiam a esses segmentos uma grande massa de trabalhadores que não tinham definições específicas de operariado ou das classes médias. Nesse sentido, essas últimas não se sentiam contempladas com a prática republicana no Brasil e também se rebelariam no contexto dos anos 20. No entanto, como procuraremos demonstrar no capítulo subsequente, a manifestação das classes médias urbanas viria muito menos de uma atuação autônoma e sintetizadora de seus interesses, do que do apoio a grupos “subversivos” naquele contexto, como foi o caso tenentista.

O desdobramento das revoltas operárias entre 1917 e 1919 impulsionou ainda mais o conflito político. Carone (1978) aponta que embora houvesse um histórico de greve na Primeira República, foi nesse período que o

proletariado toma consciência que pode açambarcar o poder; o que lhe falta é organização partidária(...) Objetivamente, as demonstrações destes anos representam a falência das idéias anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria político-organizatória (CARONE, 1978, p.229).

Em corolário, em 1919 um grupo autodenominado comunista, sob vertente anarquista, institui o Partido Comunista do Brasil. No entanto, o partido Comunista sob modelo russo só seria fundado em 1922, pois os militantes acreditavam que somente a

unidade de todos os trabalhadores poderia por fim à pressão política e econômica (CARONE, 1976).

A criação do PCB em 1922 significou, segundo Del Roio (2000), um marco na rearticulação ideológica do movimento operário no Brasil, no qual houve a transição de alguns setores, capitaneados por Astrojildo Pereira, da ideologia anarco-sindicalista para o marxismo-leninismo. Todavia, para o referido autor, o PCB seria muito mais um reflexo direto e decisivo da conjuntura internacional do que propriamente um amadurecimento ideológico e organizativo do movimento operário brasileiro. De qualquer forma, a criação do PCB traduziria uma situação de crise no cenário brasileiro à medida que se articulou politicamente e passou a exercer maior pressão diante das elites, reflexo do movimento internacional e das condições nacionais de precariedade que a oligarquia lhe havia renegado.

Porém, o ano de 1922 transcenderia o avanço da consciência política do movimento operário, pois significaria o epicentro de todo o processo de diversificação que acentuamos até então. Na verdade, o universo político de 1922 foi sintomático para a definição das forças políticas capazes de subversão.

Os setores oligárquicos excluídos do pacto republicano não demorariam a se manifestar. Oligarquias regionais, que se consideravam prejudicadas com domínio do Estado pelas frações agrário-exportadoras, contestariam a alternância exclusiva de alguns Estados e formariam a Reação Republicana³². Coligação que fragilizaria ainda mais o bloco do poder dominante, afetado pela crise econômica nacional, e buscando maior participação nos processos decisórios e na destruição de benefícios pelo poder central. O grupo agroexportador cafeeiro já passava por abalos desde início o da década de 10 com a crise do café, decorrente da queda dos preços internacionais e de superprodução, que provocou aumento da inflação e aguda crise fiscal, situação agravada ainda mais com a desarticulação do mercado internacional com a Primeira Guerra Mundial. Nos anos 20, as sucessivas crises de superprodução cafeeira extrapolariam o âmbito econômico e atingiriam a esfera social, a política, a ideológica e a cultural, colocando em xeque os fundamentos do poder das oligarquias agroexportadoras.

³² Articulação formulada em 1921, sob o comando dos Partidos Republicanos do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, em retaliação à candidatura de Artur Bernardes à Presidência da República. Essa coligação lançou como candidato o fluminense Nilo Peçanha.

Sendo assim, a Reação Republicana conseguiria articular um leque de forças políticas, tanto civis quanto militares, em oposição à dominação oligárquica. Embora a coligação não radicalizasse o processo de manifestações – como veremos atuação somente desempenhada pelo movimento tenentista – ela foi fundamental para fomentar o *clima revolucionário* que dominava os centros urbanos:

A formação da Reação Republicana consagrava a cisão ocorrida na classe dominante, numa situação política em que as classes médias urbanas e amplos setores populares irrompiam no cenário nacional erguendo a bandeira da moralização dos costumes políticos, entendida principalmente como a realização de mudanças no sistema eleitoral que permitissem às oposições ingressar no clube fechado das elites que governavam o país. Em outras palavras, sob a liderança e o controle das dissidências oligárquicas agrupadas na Reação Republicana, amplos setores da população urbana, passam a exigir, em praça pública, que sua vontade eleitoral, a ser expressa nas urnas, fosse respeitada e cumprida. Tratava-se de algo novo e inusitado na República Velha (PRESTES, 1994, p. 39).

A Reação Republicana, portanto, transcendeu a ideia de união de um grupo de civis descontentes com a escolha de um candidato. Ela sinalizou um contexto de profunda crise econômica, social, política e cultural da Primeira República, indicando a formação de um *clima revolucionário* correspondente ao descontentamento nacional generalizado. Mas embora houvesse aproximação entre civis e militares, havia reivindicações e conflitos distintos. Como destaca Forjaz (1977):

De um lado a dignidade e honra das Forças Armadas enquanto guardiãs das instituições republicanas ofendidas ‘pelos políticos’ e ‘homens do poder’. De outro as tensões regionais das oligarquias dominantes, ou seja, os protestos dos setores oligárquicos não vinculados diretamente ao café, porém integralmente participantes das estruturas de poder típicas da Primeira República. Oligarquias dissidentes que utilizam na sua luta pelo poder uma insatisfação militar de caráter corporativo, aguçada por uma grande coesão grupal (FORJAZ, 1977, p. 61).

Por outro lado, esse ano traria ao cenário o aniversário do Centenário da Independência, em que aflorariam as releituras do passado colonial e da busca constante da nação brasileira. De acordo com Wilma Peres Costa (2005), o debate acerca da indagação da existência da nacionalidade e da identidade nacional conduz a intelectualidade brasileira à análise do nosso passado colonial enquanto um “fardo” que nos distanciava cada vez mais do modelo de sociedade moderna. Era preciso se desprender do nosso passado colonial que obstruía e danificava a edificação de uma efetiva nacionalidade brasileira. Por isso, a procura pela nação e pela identificação do que era o país perpassou a *intelligentsia* nacional com o intuito de *interpretar o Brasil*.

Vários trabalhos retrocediam olhares para o passado histórico na tentativa de compreender a essência do que era o Brasil e quais os sustentáculos de sua identidade nacional.

Nesse ínterim, a Semana de Arte Moderna, liderada pelos modernistas, apontava para a necessidade de mudança no âmbito cultural. Conforme Milton Lahuerta (1997), os intelectuais da década de 20 trouxeram questionamentos inéditos que permaneceram em pauta durante as décadas seguintes, em que 1922 é considerado como um período de ruptura com o padrão cultural bacharelesco. A perspectiva de missão era forte entre os intelectuais no começo da Primeira República e esta se aprofundou e ganhou novos significados sob o impacto do processo vivenciado ao longo dos anos 20 quando o questionamento da ordem acontecia embasado numa perspectiva genericamente modernista:

Esse impulso se desdobra na Revolução de 30 e no Estado Novo, implantando um padrão de produção cultural que vai politizar a produção cultural como jamais ocorrera na história do país, trazendo à tona uma identidade intelectual que se define pela tentativa de construir, como se fossem termos intercambiáveis, a nação, o povo e o moderno. E que faz do Estado o desaguadouro de todas as suas inquietações (LAHUERTA, 1977, p. 95).

No entanto, a exigência de proposições de reformas, instituições, construção da nação, acabava sendo ambígua e conflituosa uma vez que não havia uma definição clara dos rumos dessa modernidade. A década de 20 evidenciaria muito mais o descontentamento de setores excluídos – o desejo pela mudança social–, seja de setores populares e da oligarquia dissidente ou dos segmentos culturais, do que um delineamento dos “futuros da nação”. Lahuerta (1997) acentua que diante desse cenário, não havia *nem uma situação de constrangimento insuportável, nem um projeto que a leve a se articular nacionalmente em torno da perspectiva de um desenvolvimento histórico alternativo*, mas o que havia em comum era *uma demanda genérica de unificação cultural, um espírito de renovação e atualização que pretende ir além da dimensão estritamente literária e uma preocupação difusa se superar a distância entre o erudito e o popular* (LAHUERTA, 1997, p.97).

Essa observação de Lahuerta (1997), embora se refira aos modernistas, na verdade, reflete a essência de uma época. O desejo de mudança era nítido, posto que as transformações estruturais do início do século esbarravam-se na manutenção do modelo agrário-exportador e da forma política cunhada pelas oligarquias regionais, obstrução

que gerava contestação por parte dos excluídos da dominação de setores oligárquicos. Porém, os passos a serem dados se apresentavam sob uma situação ainda muito embrionária. O que esses setores “subversivos” da década de 20 tinham nítido era a necessidade da mudança, mas ainda não havia clareza de como se construir os alicerces da modernidade brasileira. Conforme destaca Octavio Ianni (2004): *outra vez, os movimentos da sociedade indicavam tendências diversas e antagônicas, mas preocupadas em mudar alguma coisa. Mudar para frente ou para trás, mas mudar. Para que o país não continuasse como ia. Um país que parecia atrasado, anacrônico* (IANNI, 2004, p.23).

Acerca dessas contradições eminentes da década de 20, Marcos Del Roio (2000) aponta:

O fato é que os sujeitos sociopolíticos que se formavam nas fissuras cada vez maiores da dominação oligárquica, no decorrer dos anos 20, se configuravam em torno de algumas concepções de revolução. Estavam em discussão os rumos históricos do país, sua identidade, sua intencionalidade e também o lugar das diversas forças sociais nesse momento de se confrontar com a realidade posta pela modernidade capitalista que se gestava no Brasil em meio a mais drástica crise que o Ocidente liberal jamais enfrentara. Não só a burguesia industrial paulista procurou delinear um projeto societário que implicava a industrialização e a ‘americanização’ das relações sociais e a existência de uma ordem institucional liberal. Também setores da oligarquia agrária interessados na formação de um mercado interno e de um Estado nacional mais sólido procuraram atualizar o ideário positivista, aí possibilitando a convergência com setores da esquerda militar (DEL ROIO, 2000, p. 72).

Dessa forma, o agravamento da crise econômica proveniente das consequências da Primeira Guerra, a crise cambial, o avanço do desemprego, a carestia e a questão social acentuadas e a sucessão presidencial contribuía para o acirramento da tensão nos anos 20. Essa década se configurou no epicentro de formulação desse embate e, os anos 30 evidenciariam o colapso dessa configuração. Como destaca Anita Prestes,

Tornava-se evidente que os mecanismos de poder baseados na combinação do federalismo da Constituição de 1891 com a ‘política dos governadores’ - que atendia aos interesses das oligarquias regionais - haviam deixado de funcionar o contento, revelando que não mais corresponderiam às exigências do próprio desenvolvimento capitalista. Passava a ser uma necessidade histórica a realização de mudanças superestruturais no sistema de dominação republicano, que entrara em contradição com as transformações havidas na estrutura sócio-econômica do país (PRESTES, 1990, p.63).

Todavia, se os anos 20 traduziram-se no epicentro da crise, como alterar esse cenário? Quais as forças capazes de engendrar as transformações necessárias? A propósito, diante daquele contexto de conturbação social, a solução pacífica era

praticamente impossível. A questão não se limitava às possibilidades de diálogo com o setor dominante, até porque, o clima tanto nacional quanto internacional conduzia a confrontos armados para estabelecimento de uma ordem social, sobretudo movimentos sob impacto da Revolução Russa. O problema também perpassava a permanência do passado colonial e a configuração de uma questão social que abarcava amplos setores sociais, principalmente, o movimento operário e as camadas médias urbanas. Contestar entre os anos 10 e 20 se traduziria em um “caso de polícia”.

Após a Abolição, com a configuração do trabalho assalariado, conforme apontamos acima, a questão social ganhara novos contornos³³, em que a situação social passa a ser configurada a partir do avanço da sociedade moderna e industrial. Os antagonismos e a desigualdade social se acentuaram à medida

que a prosperidade da economia e o fortalecimento do aparelho estatal parecem em descompasso com o desenvolvimento social. Isto é, a situação social de amplos contingentes de trabalhadores fabrica-se precisamente com os negócios, a reprodução do capital (IANNI, 2004, p.107).

Na República dos oligárquicos, a predominância das formas de repressão, tanto do setor estatal quanto do privado (milícias locais), confrontava diretamente a existência de direitos constitucionais que presumissem o diálogo e a possibilidade de negociação, a rigor, esse seria um dos aspectos que distanciava o “Brasil legal” do “Brasil real”. A preconização da violência contra os protestos e as reivindicações de setores populares, como o caso do movimento operário em 1919, faziam com que de fato as elites transformassem a questão social em um “caso de polícia”. No entanto, o contexto de efervescência e conturbação social era tão acentuado que os governantes e os setores dominantes não tinham mais como ignorar a existência das massas. Esse conflito precisava ser institucionalizado e tratado como um problema político e não mais como um “caso de polícia”. Nos anos 30, várias políticas varguistas de legislação social e trabalhista corresponderam a esse desafio.

³³ Seguimos aqui as colocações de Octavio Ianni (2004) de que havia questão social na escravidão, porém, sob outros aspectos, diferentemente do que se gerou a partir da Abolição. “O escravo era expropriado no produto de seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer poderia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que poderia dispor dele como quisesse, declara-lo livre ou açoítá-lo até a morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio; era o tocaia contra o senhor, membro da família deste e capatazes; rebelião na senzala; fuga; formação de quilombos; saque; expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria nenhuma possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente” (Ianni, 2004, p.104).

Cabe destacar que enquanto a institucionalização da questão social não ocorria, o nível de descontentamento avançava. Ademais, a base social (setores populares urbanos) do “caso de polícia” continuava sendo o sustentáculo do contingente militar – Exército – compondendo as patentes baixas e os segmentos intermediários do oficialato. Assim, quanto mais as contradições sociais e os níveis de exclusão se acentuavam, mais esse setor concentrado nas fileiras institucionais sentia essas mudanças. Como se os militares consistissem no *termômetro* que balizava tanto a base social marginalizada quanto o “braço armado” do aparelho estatal excludente.

Entretanto, a questão social consistia em uma parte expressiva do problema da Primeira República, mas não a única, o cenário era muito mais complexo. Conforme já acentuado, conviviam no cenário nacional, vários atores em expansão: o movimento operário, oligarquias dissidentes (congregados na *Reação República*), as populações rurais (maioria no país), a burguesia industrial e as camadas médias urbanas.

Nesse contexto, qual deles seria capaz de conduzir a radicalização diante do descontentamento generalizado? O movimento operário – seja de base anarquista ou de base comunista – entraria em refluxo e tinha dificuldades de organização e consolidação do operariado como força política independente, embora tenha formado o PCB em 1922. Ainda que tenha se insurgido nesse contexto, ele abarcava setores restritos da população, existindo apenas em grandes centros urbanos. Por outro lado, o operariado entra na década de 20 com sequelas da grande repressão que sofrera durante os levantes do final da década precedente, impossibilitando ainda mais uma mobilização nacional.

As oligarquias periféricas ao sistema agrário-exportador, denominadas oligarquias dissidentes, entusiasmavam as multidões através da Reação Republicana, porém não estavam dispostas a recorrer às armas, optando pela “prudência e moderação” na disputa com as oligarquias dominantes. Ademais, há que se destacar que embora as oligarquias dissidentes estivessem à margem do modelo agroexportador, destinado ao café, elas compartilhavam das estruturas de poder típicas da primeira república ao reproduzirem as formas regionalizadas. Assim, a contestação se limitava à relação de poder no Estado federal e não em relação à ampliação do jogo político que abarcasse o *demos*.

Em contrapartida, as populações rurais estavam sob tutela dos “coronéis”, sob a lógica de dominações tradicionais e funcionamento da “política dos governadores”. Sujeitos ao sistema de “currais eleitorais”, os moradores dos campos ficavam submetidos à lógica dos poderes locais, dificilmente constituindo um movimento de

contestação das oligarquias dominantes. Aliás já acentuamos como os segmentos locais não visualizavam a esfera política além dos limítrofes regionais.

Por outro lado, a burguesia industrial embora em ascensão, ainda não era dotada de uma consciência independente para alavancar o processo de solapamento das instituições oligárquicas. A rigor, como destacado por Cepêda (2004), havia interesses entrelaçados com a oligarquia, só adquirindo consciência política independente e autônoma, enquanto classe industrial, nas décadas subsequentes.

As camadas médias urbanas à medida que se expandiam tornavam-se mais diferenciadas. Sua composição influenciava diretamente no posicionamento político. No entanto, alguns setores se mantinham caudatários em relação às oligarquias tradicionais e outros, embora sentissem bruscamente os impactos da dominação oligárquica e da crise do início dos anos 20, não conseguiam se organizar e se articular como um grupo político para assumirem o processo revolucionário.

Ainda que esses atores emergentes não se construíssem, por vários motivos, como vanguarda contra a República Oligárquica, a insatisfação era generalizada. Nessa conjuntura, os militares, que “fundaram” a República e se propuseram como grandes “guardiões da nação”, não demorariam a se manifestar. A primeira questão a se considerar é que os militares eram a única das forças, apontadas acima, que estavam organizados nacionalmente; características que permitem compreender como as manifestações tenentistas da década de 1920, sobretudo entre 1922, 1924 e 1925/27, eclodiram em várias regiões do país. Contudo, não se pretende afirmar que o tenentismo só emerge por não ter uma força social capaz de subversão. As condições para a radicalização, como organização nacional, não explicam por si só o surgimento do movimento. Se assim fosse, por que a transgressão não se realizou por formação de lideranças civis que desempenhassem o papel a ser cumprido pelo tenentismo? Nesse sentido, é necessário compreender a deflagração tenentista sob condicionantes sociais, conflitos existentes na sociedade, e condicionantes militares, como partes de uma corporação militar com interesses próprios, porém não isenta de problemas sociais.

Sendo assim, os militares de baixa patente não apenas procediam dos setores médios urbanos de uma sociedade em crise, como também mantinham estreito contato com as populações civis e com a vida nacional. Por outro lado, os “tenentes” receberam estímulos corporativos à medida que a “honra militar” era ofendida pela política situacionista, fator decisivo para a deflagração. Diante da sucessão presidencial de Epitácio Pessoa em 1921 surge uma nova questão militar que envolveria os militares e a

política. A circulação de cartas ofensivas ao Exército e ao Marechal Hermes da Fonseca, atrelada à indicação inédita de um civil ao Ministério da Guerra³⁴, causaria fortes descontentamentos no interior das Forças Armadas. Após a prisão do Marechal e o acirramento do confronto, a quartelada foi deflagrada em 5 de Julho de 1922, sendo fortemente massacrada pelas tropas legalistas³⁵. O sentimento de defesa da instituição aflora tal como na Questão Militar do período imperial. Mas dessa vez de forma muito mais subversiva dada a atuação do Estado Oligárquico durante toda a reclusão dos militares na caserna. Não era apenas a defesa da instituição, mas do regime que ela havia proclamado e que tinha sido deturpado por segmentos elitistas que camuflavam a defesa de seus interesses com o discurso liberal-democrático. Em contrapartida, havia o contexto de crise que agravaria ainda mais a necessidade de subversão.

Mas seriam os setores intermediários das Forças Armadas, os tenentes, que radicalizariam o processo político. Seria justamente o componente social mais oprimido pelo sistema oligárquico. Nesse sentido, cabe citar literalmente José Murilo de Carvalho,

Parece que o recrutamento de oficiais, ao longo do Império e da República adentro, passou a ser feito predominantemente dentro da organização e entre grupos sociais de renda mais baixa e *status* menos que nobre (...) das várias biografias e autobiografias publicadas pode-se perceber, por exemplo, que a quase totalidade dos líderes tenentistas era provenientes das famílias pobres. Estão nesta situação os Távora, Carlos Prestes, Nunes de Carvalho, Siqueira Campos, João Alberto. Alguns como os Távora, confessadamente entraram para o exército como a única maneira de prosseguir os estudos, uma vez que as rendas familiares eram insuficientes (CARVALHO, 1985, p.187)³⁶.

Essa relação entre origem social e atuação política não significa afirmar que esse setor foi representante de uma classe específica ou que a simples origem determina a ação política. Até porque, deve-se considerar que embora oriundos das camadas sociais mais baixas, esses militares passaram por um condicionamento institucional, que a rigor, era positivista. Em outras palavras, consideramos que a subversão inicial dos “tenentes” correspondeu ao estímulo corporativo – defesa da “honra militar”. Veremos no capítulo 3, como e por que o Episódio do Forte não trouxe nenhuma reivindicação mais consistente em relação aos problemas da República e aos dilemas sociais,

³⁴ Esse episódio é discutido por Cascardo (2005). Primeira Parte: *A formação das Tormentas*.

³⁵ Esse episódio será abordado mais detidamente no segundo capítulo.

³⁶ De fato, grande parte das biografias ou livros dos líderes tenentistas (BARROS, 1954; TÁVORA, 1974; FARIAS, 1981; AMADO, 1981; BASTOS, 1986) traz inicialmente as condições sociais e econômicas que impulsionaram esses jovens ao ingresso nas Forças Armadas. No início do século XX, ser militar era uma das únicas possibilidades de ascensão social.

correspondendo apenas ao confronto personalista, cujo alvo era o candidato a presidente da República, Artur Bernardes.

Supomos que um movimento da envergadura do tenentismo não poderia surgir em um contexto precedente aos anos 20. Uma evidência dessa questão pode ser observada entre 1915-1916, no qual uma revolta no Rio de Janeiro, denominada como Revolta dos Sargentos, embora tenha aberto as possibilidades para a deflagração do movimento tenentista nos anos 20, não teria grande êxito (CARONE, 1974). Esse episódio contestaria a restrição da representatividade política do Exército via alta oficialidade uma vez que proporcionou novas lutas, resultando na ampliação no jogo político até então restrito à alta oficialidade.

Obviamente que há inúmeros condicionamentos que conduzem à derrota de um motim. O que se pretende observar, como veremos no próximo capítulo, é como o movimento tenentista não apenas se constituiu enquanto fruto de um momento específico da sociedade brasileira, mas também como ele representou um movimento particular no interior das Forças Armadas no Brasil. Dessa forma, o fracasso da Revolta dos Sargentos deve ser observado sob duas lentes analíticas: a condição das Forças Armadas no contexto da Primeira República – relegadas à caserna –; o ritmo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no momento dessa revolta, e o grau de contradição social gerado naquele momento. Acreditamos que essas questões estavam colocadas nos anos 20 de forma muito mais radicalizadas, dadas as alterações e configurações que já apontamos aqui. As brechas deixadas pelo sistema agrário-exportador possibilitaram o desenvolvimento paralelo das novas configurações do mundo moderno, sobretudo aquelas interligadas ao universo urbano.

Se os sargentos cariocas reivindicavam por melhores salários e por uma nova configuração do sistema político é possível que isso só tenha ocorrido pela intersecção entre sociedade e Exército. Porém, por outro lado, se esse motim não teve a envergadura do movimento tenentista supõe-se que as condições do desenvolvimento capitalista e o “clima revolucionário” dos anos 20 foram muito mais favoráveis à deflagração e a efetivação da atuação dos militares no cenário político. Momento em que as relações entre setores à margem do sistema e Exército aprofundavam – resultado do processo de fragmentação política – o descontentamento generalizado, impulsionado pelo “ressentimento” dos militares com a experiência republicana. Conforme Anita Prestes (1994) *é a partir desse clima revolucionário, que empolgou o país durante toda a década de 20, que se pode explicar os levantes tenentistas e os diversos tipos de*

movimentação política da época, como foi o caso da Reação Republicana (PRESTES, 1994, p.19).

Cordeiro de Farias, um dos revoltosos tenentistas dos anos 20, deixa evidente que não apenas as forças contraditórias internas foram necessárias para subversão, mas também as influências internacionais que impulsionariam ainda mais o cenário de crise brasileiro.

Um fato que não podemos ignorar é que essa juventude militar estava sob impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução de 1917. A virada ideológica de uma grande nação como a Rússia haveria de ter uma influência muito grande no mundo inteiro. No Brasil, certamente, a guerra e os acontecimentos na Rússia funcionaram como uma espécie de pano de fundo para os movimentos de 1922 e 1924 (FARIAS, 1981, p.81).

Neste sentido, a irrupção e a atuação da juventude militar subversiva nos anos 20 só podem ser compreendidas inseridas na conjuntura de crise, nas condições institucionais para a subversão e nos desafios de construção da nação impostos aos agentes emergentes. Retomando as colocações de Lahuerta e Ianni os caminhos rumo ao Brasil moderno ainda estavam por ser edificados, os “tenentes” que irrompem nesse contexto não deixariam de corresponder a esse desafio. À medida que o movimento se colocava no cenário nacional, por exemplo, com a Revolta Paulista de 1924 e com a Coluna Miguel Costa-Prestes, inclui-se à pauta dos revolucionários a crítica às práticas oligárquicas e às formas de condução política da “obra prima” dos militares – a República – e os principais problemas sociais, gerados pelo avanço da modernização que a República Oligárquica não se propunha resolver. Ou seja, embora o tenentismo tenha sido expressão da *conjuntura*, no sentido gramsciano, esse segmento corresponderia à *estrutura* da construção da modernidade no Brasil.

Assim sendo, as condições de atuação desse grupo foram dadas e endossadas pela crise das instituições da Primeira República que atingiria nos anos 20 seu ponto alto de contradição. O movimento tenentista inicialmente estaria ligado à defesa corporativa, mas, num segundo momento, expressaria a contradição do sistema dominante agrário-exportador. Ou seja, a envergadura de sua importância política naquele cenário e a tonalidade de movimento social nacional, característica adquirida progressivamente, só seriam proporcionadas pelo avanço das forças da modernidade e pela necessidade histórica de configuração dos projetos de futuro.

CAPÍTULO II

A MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E O SURGIMENTO DO

MOVIMENTO TENENTISTA

O capítulo precedente buscou evidenciar a irrupção do processo de modernização no Brasil e o contexto que favoreceu o surgimento do movimento tenentista na conjuntura brasileira do início do século XX. Tendo como pressuposto esse cenário, o capítulo que se segue está dividido em duas partes: a primeira traça um breve percurso da história militar na Primeira República, detectando quais as raízes do movimento tenentista nesse cenário e destacando as interseções Exército/sociedade civil. Tal enfoque exige tanto uma análise das transformações internas às Forças Armadas como também a relação entre essas, sobretudo do Exército, e os setores dominantes do período. Num segundo momento, a análise se desloca para a subversão dos jovens militares em 1922 e sua trajetória enquanto grupo até 1932, período que abarca os episódios do Forte de Copacabana, as Revoltas de 1924, a Coluna Miguel Costa-Prestes, o desmembramento do movimento após 1927, a Revolução de 1930 e a tentativa de rearticulação política após 30, com as instituições Legiões Revolucionárias e o Clube 3 de Outubro.

Todos esses momentos exógenos supostamente sintetizam o movimento de formação endógena do próprio tenentismo que transitou de um grupo militar a um grupo político. Essa hipótese, que será avaliada nos capítulos 3 e 4, refere-se ao fato de que o tenentismo ao longo de sua trajetória política tenha transitado da defesa de interesses corporativos (1922) à formulação de um projeto político (1932) que contemplasse o conjunto da sociedade. Dessa forma, esse interregno histórico da formação e ação do movimento se faz necessário na medida em que a formação da identidade tenentista foi concomitante aos vários momentos de sua atuação no cenário nacional.

Sendo assim, esse capítulo buscará partir da atuação do Exército na Primeira República para abordar a trajetória do tenentismo, entre 1922 e 1932, com o intuito de destacar a formação do referido movimento em relação ao Exército e a sociedade, assim como as várias vicissitudes internas e externas, as ramificações, as cisões e as reformulações no interior do movimento. No decorrer de cada uma das sessões exporemos as leituras habituais sobre o movimento tenentista e buscaremos apontar quais as contribuições e as lacunas que nos conduziram à hipótese de que o tenentismo correspondeu muito mais a uma trajetória política que teria um movimento de construção contínuo em direção a formação de uma identidade própria, do que episódios isolados, manifestações armadas ou um grupo que se configurou como suporte de outros segmentos incapazes de se autorrepresentarem.

1. Os militares na República

Entre 1889 e 1894, o clima de incertezas políticas que permeou a atuação dos militares à frente da República refletia o constante avanço das forças das oligarquias regionais, reflexo das transformações na esfera econômica. Como vimos no capítulo precedente, o enfrentamento entre militares e oligarquias regionais, (reflexo de dois projetos políticos incompletos: positivismo e liberalismo político) pôde ser observado no processo constitucional de 1891, contexto permeado por intensa fragilidade política em que o embate circundava a defesa do federalismo, por um lado, e por outro, o centralismo.

Porém, as dificuldades do militares não se limitavam aos civis. Na medida em que a amplitude política dos setores oligárquicos ligados à economia agroexportadora se acentuava, gerando a fragmentação dos grupos internos ao Exército, a começar pelo presidente e vice-presidente da República, Deodoro e Floriano³⁷, conflito que se desdobrava em oposições entre ambos na esfera do Executivo. Assim, nos interstícios desse processo avançavam forças ligadas a Floriano Peixoto, figura fortalecida após a renúncia de Deodoro, derivada de uma tentativa frustrada de golpe (com a intervenção nos Estados da Federação e a instituição do Estado de Sítio), que ascenderia ao posto de presidente da República e desempenharia papel diferenciado de seu predecessor. Com Floriano, a oficialidade do Exército assumiria a defesa da República e da unidade nacional contra as pretensões caudilhistas e escravocratas da Revolta Federalista (1892/1893) e contra as pretensões monarquistas da Revolta da Armada (1893/1894). Esses motins trouxeram ainda mais fragilidade para o Exército uma vez que contaram com a adesão de alguns militares contra a implantação da república. Aproximação que demonstra que, embora Floriano tivesse ascendido no Exército enquanto liderança política, não havia uma uniformidade dentro da própria instituição.

De qualquer forma, diferentemente de Deodoro, que progressivamente se isolava em relação às forças civis e à corporação militar, Floriano teve maior habilidade em congregar forças políticas, principalmente no interior do Exército. A atuação do novo presidente da República para sufocar as revoltas contou com o “apoio” e a “neutralidade” das oligarquias estaduais, sobretudo de São Paulo, anuência que na verdade refletia seus interesses em defender à “legalidade republicana”, e teve adesão

³⁷ Sobre as disputas no interior do Exército e do Executivo, ver Moraes (2005).

das tropas militares legalistas que contiveram os motins. Essa atuação permitiu o apoio decisivo dos paulistas ao governo de Floriano e uma mínima união de frações do Exército, que embora emergente, contribuiu para a configuração de um fenômeno político particular: o *florianismo*.

Assim, o combate às revoltas, segundo Quartim de Moraes (2005), proporcionou ao Exército (*sob Floriano*) consolidar a República e aproximar-se da esquerda, agrupada em torno da bandeira jacobina (MORAES, 2005, p.113). Em outras palavras, numa esfera mais ampla,

Floriano pôs em prática um bonapartismo singular, congregando em torno de si forças civis e militares comprometidas com o combate à corrupção, ao nepotismo e ao federalismo. Fortaleceu assim, a função do Executivo presidencialista, marca registrada de sua presidência (PENNA, 2002, p.18).

Essas características deram o núcleo do *florianismo* ou para alguns, *jacobinismo*³⁸, fenômeno político que permearia a atuação de militares na política em convergência com alguns grupos civis, sobretudo nos primeiros anos da República. Ainda que não tenha controlado a Constituinte de 1891 e nem constituído um grupo político unido, esse grupo militar se posicionou à esquerda do cenário político, em que alguns militares assumiram posição de esquerda, ação que diante daquele contexto, encontrava-se sua referência histórico-mundial no ideário jacobino. O *jacobinismo* francês daria conteúdo substantivo ao republicanismo e proporcionaria à república um caráter substancialmente popular, ao recuperar o sentido da *res publica* (Penna, 2002, p.101). Diferenças à parte³⁹, essa concepção foi fundamental para alguns setores identificarem em Floriano práticas políticas que valorizariam o caráter de *res publica*⁴⁰.

³⁸ A expressão *jacobinismo* sucede da analogia entre Floriano Peixoto e Maximilien Robespierre, associação derivada de algumas posições do primeiro que o associava à esquerda nacionalista. Ademais, o grupo que se tornou a corrente republicana radical no Brasil se autodenominou como *jacobina*. Para Quartim de Moraes (2005), todos os *jacobinos* eram *florianistas*, embora a recíproca não fosse exata. Já Lincoln Penna (2002) defende que embora alguns autores prefiram diferenciar *jacobinos* de *florianistas* ele acredita que se trata da mesma coisa, *seja porque os fanáticos adeptos do Marechal tenham se convertido às práticas jacobinas, seja pelo fato dos ideólogos dessa tendência terem identificado em Floriano a liderança de que idealizavam. De verdade, o fenômeno político que consagrou o florianismo foi de fato o jacobinismo que transitou pelos espaços públicos do Rio de Janeiro* (PENNA, 2002, p.105).

³⁹ Uma das principais diferenças apontada por Lincoln Penna (2002) entre *jacobinismo* brasileiro e francês se refere à base social do fenômeno político florianista. No Brasil ela seria muito mais frágil; reflexo das condições do avanço do capitalismo no país, aspecto que daria ao *jacobinismo* brasileiro a capacidade de agregar forças diferenciadas, pois estava mais propenso a alianças com outros grupos, diferentemente do que aconteceu na França. Ver Penna, 2005, capítulo 6.

⁴⁰ Concordamos com Quartim (2005) que as associações de Floriano a Robespierre e do cenário brasileiro ao francês são *demasiadamente superficiais*. No entanto, há que se considerar que naquele contexto, o grupo que tentava aglutinar forças contra as oligarquias regionais se constituiu no setor mais radicalizado

Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1968), *as forças que sustentaram Floriano derivaram de sua fidelidade ao regime republicano, porém, no que ele tinha de essencial, e não no que ele tinha de formal* (SODRÉ, 1968, p.166), característica que o diferiria substancialmente de setores oligárquicos defensores da República sob um aspecto meramente particularista⁴¹.

O destaque dado ao Marechal decorre de suas ações consistirem-se na mais ativa oficialidade do Exército⁴²,

quer no plano institucional, defendendo os centros nacionais de poder por oposição aos centros regionais, quer no plano econômico, preconizando a proteção à indústria nacional diante das pressões do capitalismo imperialista, quer, enfim no plano ideológico, sustentando o ideário patriótico e democrático em que se exprimiam historicamente os valores republicanos por oposição aos monárquico-aristocráticos (MORAES, 2005, p. 111).

Nesse sentido, o *florianismo* agregou manifestações de setores não oligárquicos, convergência de um *jacobinismo* civil⁴³ e um *jacobinismo* militar, em nome de um “orgulho nacional” em defesa da República. Ou como destaca Penna (2002), a convergência dos doutrinários do positivismo ortodoxo e do republicano radical gerou um fenômeno político denominado de *florianismo*, que teria no Exército seu principal articulador.

De fato, diante daquele contexto o ativismo político teria o positivismo e o *florianismo* como núcleo, cujos setores republicanos sob essas bandeiras podem ser considerados mais radicais em relação aos setores republicanos históricos, sobretudo ligados ao Partido Republicano Paulista. Essa divergência refletia o afastamento de alguns setores brasileiros da concepção de *res populi* que pressupõe o interesse coletivo e comum aos cidadãos em contraposição aos assuntos privados, grupos, associações,

em relação à efetivação do princípio de *res publica*, posicionamento que desapontou forças ultrafederalistas e monarquistas que se levantaram contra Floriano.

⁴¹ Lincoln Penna (2002) aponta que foi Nelson Werneck Sodré, em *História Militar do Brasil*, cuja primeira edição é de 1964, que difundiu o termo *florianismo*, vertente historiográfica que seria posteriormente desenvolvida por outros estudiosos do período.

⁴² Para Quartim de Moraes (2005), o *florianismo* se constituiu não apenas no primeiro grupo militar de esquerda como também na primeira versão de um partido de esquerda, tanto pelo seu programa quanto por suas formas de ação.

⁴³ Sobre a base civil, Penna aponta: *estes grupos civis emergentes, em geral ilustrados, dividiam, assim as mesmas reivindicações dos militares. Influentes junto à opinião pública, uma vez que além de funcionários reuniam jornalistas, intelectuais e comerciantes varejistas, entenderam a mudança do regime como uma solução para suas realizações como cidadãos. Perceberam, em pouco tempo, que a elite que permanecera à frente do novo regime jamais levaria às últimas consequências o projeto republicano mais genuíno. De início reticentes em relação aos militares, foram pouco a pouco compreendendo que estes seriam seus aliados naturais. Com o advento do governo de Floriano esta aliança consolidou-se de maneira exemplar* (PENNA, 2002, p.25).

indivíduos⁴⁴. Os setores agroexportadores preferiram utilizar do fundamento da República para porem em prática o seu contraponto: a sobreposição de alguns setores a outros. Ou seja, a configuração do governo de poucos (no caso brasileiro das oligarquias agroexportadoras) sob a armadura e a justificativa de um governo do povo sob os moldes do liberalismo federalista. Ao republicanismo sobrepunham-se os ideais do liberalismo federativo e das instituições democráticas liberais, porém de maneira bem distante das formas clássicas. Por outro lado, também eram necessários o regime constitucional que expressaria o “governo das leis”; o “Estado de direito”, para dar regulamentação e legitimidade a *res publica*; e os mecanismos federalistas que proporcionassem autonomia às Províncias. A conjuntura da primeira constituição republicana no Brasil evidencia as bases legais da arquitetura de um liberalismo às avessas que agregaria as formas legais das *ideias fora do lugar*.

Para apreensão da dicotomia entre as bases legais e as bases reais desse modelo, basta recorrermos aos críticos da Primeira República, como Oliveira Vianna, a estudiosos do sistema eleitoral no Brasil como Maria D’Alva Kinzo ou às teses do modelo liberal brasileiro, como Wanderley Guilherme dos Santos.

Oliveira Vianna (1947; 1987) defendia assiduamente a impossibilidade da implementação do liberalismo no país posto que as instituições políticas não correspondessem a essa lógica, o que gerava discordância do “Brasil legal” para o “Brasil real”. O transplante do liberalismo e do sufrágio para o Brasil seria, assim, um equívoco estrutural e cultural, no qual esse modelo “moderno” apenas ressignificaria velhas formas coloniais de personalismo e de individualismo. As instituições sociais brasileiras, herdadas de nosso passado histórico, não favoreceriam a modernização aos moldes liberais, concepção que levaria Oliveira Vianna a outro tipo de organização político-social que estivesse à margem dos pressupostos liberais: o corporativismo.

Em convergência, Wanderley Guilherme dos Santos (1978) demonstra a forma histórica pela qual o liberalismo se arquitetou no Brasil utilizando o exemplo do Partido Liberal e do Partido Republicano, da fase Imperial, em que ambos apresentavam um liberalismo “incompleto”. Os liberais demandavam a emancipação dos escravos, por um lado, mas por outro, não tocavam na questão de uma reforma republicana. Já os partidários do republicanismo defendiam o fim do sistema imperial, a descentralização

⁴⁴ Segundo João Quartim de Moraes (1994), permaneciam nos florianistas os ideais republicanos propagados por Benjamim Constant, aqueles no *sentido francês da expressão, isto é, como primado da coisa pública, das liberdades políticas, dos direitos sociais, da ética da cidadania* (MORAES, 1994, p. 80).

política, o deslocamento da base da legitimidade do governo para a sociedade, porém nem sequer mencionavam a escravidão. Essa questão, segundo o Partido Republicano, deveria ficar a cargo dos Estados, depois que cada unidade da Federação fosse criada.

Percebe-se nessas colocações como o regime republicano e o liberalismo se constituíram em um pretexto para a efetivação do modelo federalista. É isso que Santos denomina como *paradoxos do liberalismo*. A combinação entre ideais liberais e traços tradicionais marcou o processo de independência brasileira, uma vez que mesmo havendo um setor sob bases liberais, a elite conservadora conseguiria no contexto da emancipação política redefinir o pacto liberal.

Segundo Santos, tal reinterpretação da agenda liberal sucumbiria à República e à abolição. O que de fato se configurou no Brasil foi um tipo de *semiliberalismo* que obstruía uma autêntica coalizão liberal. Por isso, tanto a República quanto a Abolição não significaria configuração de uma coalizão liberal em torno de um programa liberal e republicano. A concepção de liberalismo esboçado no Império por esses grupos adentraria a República sob um discurso dos setores dominantes, do republicanism e da democracia liberal, porém o que estava submerso era a defesa do federalismo.

Destarte, esse *semiliberalismo* concretizou-se ao longo da primeira fase republicana dando a tonalidade de um liberalismo *às avessas* que embora trouxesse a República, sustentava-se na prática, sob mecanismos oligárquicos. Obviamente que isso decorre do fato de que na base desse projeto republicano, vitorioso no final do século XIX e início do XX, tanto sua arquitetura quanto sua efetivação, não contemplariam o conjunto da sociedade, principalmente os incipientes setores populares. Exclusão que se efetivaria pela arquitetura da representação política que, segundo Maria D'Alva Kinzo (1980), estava ancorada nesse liberalismo, de aparência democrática, mas de essência autoritária. Assim sendo, essa aparência não se reduzia apenas na obstrução de setores sociais ao Estado, mas passava também pelo próprio funcionamento da representação política. O funcionamento desse sistema representativo era composto por partidos republicanos estaduais, que se constituíam em canais de expressão dos interesses oligárquicos regionais ao nível federal.

Diante dessa conjuntura, é plausível a suspeita de Quartim de Moraes (2005) de que os setores florianistas, sob a luz do positivismo, se constituíssem no agrupamento republicano mais à esquerda daquele cenário. Ademais, são os resquícios desse radicalismo que marcariam as atuações futuras de alguns militares que buscariam retomar o ideário republicano nos anos 20. Ainda que os rebeldes dessa década tenham

a relação com a sociedade mais estreita e seriam marcados pela ramificação de suas posições políticas, seja ligada à esquerda ou à direita, era evidente a pulverização da concepção positivista e republicana entre a juventude militar.

Porém, tal arquitetura suprema de domínio oligárquico da Primeira República foi possibilitada pelo fato de que embora Floriano tenha congregado em torno de si uma diversidade de forças políticas civis e militares e obtido êxito no contentamento das revoltas, ele não conseguiu obstruir a ascensão das oligarquias ao poder do Estado. Essa transferência seria inevitável, uma vez que não havia *força no Brasil de então que pudesse se contrapor de maneira forte às oligarquias agrárias* (MORAES, 2005, p.114). Naquele contexto a subversão seria um suicídio político. Assim, a adaptação e o controle da República pelas oligarquias regionais seriam uma questão de tempo, pois, dada a configuração econômica e política de então, Floriano não conseguiria impedir que a classe economicamente mais forte assumisse o controle direto do poder político.

Com a oligarquia à frente do Estado, o *florianismo* se tornaria a corrente oposicionista silenciada em nome dos valores republicanos, liberais e democráticos, e, portanto, bem distantes dos centros de disputa e decisão políticas. Esse posicionamento das oligarquias na esfera política fez com que elas visualizassem o *florianismo* como o inimigo a ser combatido. Como essa vertente tinha no Exército sua maior expressão e o ato no advento da República proporcionaria força política aos militares, para assegurar a transferência do poder aos civis e para efetivação de seu modelo de República, exigia-se o recrutamento dos militares à caserna, submetendo-os ao processo induzido de “despolitização” contínua.

Para Nelson Werneck Sodré (1968), os primeiros atos realizados pelas oligarquias para conter o *florianismo* foram sob o governo de Prudente Moraes. O primeiro presidente civil pôs em prática uma progressiva “retração militar” e “profilaxia política” na caserna. Ação se iniciou com o controle dos oficiais florianistas a partir do Ministério da Guerra que estaria sob o comando de um antiflorianista: Marechal Bittencourt. Essa situação se acentua com a Revolta de Canudos, que evidenciaria, segundo o autor, a deterioração do Exército em travar luta organizada, uma estratégia oligárquica para assegurar a estabilização da “ditadura do latifúndio” e para afastar definitivamente os militares da política.

Nesse processo, Carone (1978) destaca que a reação dos civis é inicialmente lenta e temerosa, depois se torna rigorosa e total, pois *a reforma do ensino militar e dos quadros se baseia na consciência de profissionalização da carreira, das funções e do*

dever de defender a pátria: daí as punições contínuas impostas a todos aqueles que infringirem essas normas (CARONE, 1978, p.366). Foi seguindo esses fundamentos que o Governo Oligárquico dominou de forma brutal os vários agrupamentos que se rebelaram, caso das revoltas na Escola da Praia Vermelha em 1895, 1897 e 1904 (realizadas por oficiais inferiores), do levante dos marinheiros denominada Revolta da Chibata em 1910, da Revolta dos Sargentos em 1915-1916 (deflagrada por praças), das Revoltas Tenentistas em 1922, 1924 e 1925/27 (desencadeadas por oficiais inferiores)⁴⁵.

Esses motins apontam que embora os elementos legalistas e formais avançassem em direção à formulação do Exército profissional, e, portanto, antipolítico, pequenos incidentes demonstram que o fenômeno do exército político persistia. Mesmo com a presidência do Marechal Hermes da Fonseca, entre 1910 e 1914, não se altera esse quadro de supremacia das oligarquias regionais em relação ao Estado e a política de “despolitização” das Forças Armadas. A rigor, o Marechal assumindo o posto de Ministro da Guerra, no governo Afonso Pena, destinou jovens ao exterior para adquirirem especializações militares, dando a base do futuro movimento dos “Jovens Turcos”. Nesse sentido, a tentativa de impor ao Exército uma profissionalização foi manifestada nas tentativas de reforma da instituição, processo que se inicia com os “jovens turcos” e se complementa com a Missão Militar Francesa (MMF), em 1919.

Em fins do século XIX, a formação profissional do Exército enfatizava uma abordagem teórica, uma vez que provinha de uma formação fortemente positivista. Embora a influência positivista seja vista por alguns autores como *incerta*⁴⁶, a presença de Benjamim Constant na Escola Militar da Praia Vermelha daria à formação dos militares uma tonalidade muito mais política, filosófica e literária do que centrada em assuntos e práticas militares. Formar-se-iam *intelectuais diletantes*, ambiente que fomentaria a concepção de *soldado-cidadão*⁴⁷. Em outras palavras, *era aí criado o*

⁴⁵ Sobre o histórico de intervenções militares na Primeira República, ver Carvalho (1985).

⁴⁶ A principal matriz que minimiza a influência positivista nas intervenções militares vem de Nelson Werneck Sodré (1968), que considera a origem de classe dos militares subversivos o principal motor das intervenções. *Muito ao contrário do que se escreveu, e se repete, e tão somente por isso existe a tal idéia, a influência do positivismo no espírito democrático da oficialidade do Exército foi mínima (...) Ora, uma força militar organizada, e com tais finalidades, era o oposto do que almejavam os positivistas ortodoxos, que pretendiam uma força meramente policial e, obedientes aos ensinamentos do mestre francês, pregavam o fechamento das escolas militares* (SODRÉ, 1968, p.168). No entanto, João Quartim de Moraes (2005) aponta que a real influência dessa ideologia ainda é algo a ser estudado, uma vez que não há argumentos suficientes para definir se *o positivismo constituiu um efetivo fator intelectual de mobilização ou apenas pretexto ('científico e/ou ético-utópico) para a agitação armada* (MORAES, 2005, p.193).

⁴⁷ Partindo da concepção positivista, o termo *soldado-cidadão* foi apresentado por José Murilo de Carvalho (1985) e será abordado adiante.

perfeito ambiente para a aceitação da idéia do soldado-cidadão que desde a proclamação da República passou a pertencer à ideologia das intervenções militares no Brasil (CARVALHO, 1985, p 196).

De qualquer forma, já nas primeiras décadas do século XX, a academia militar foi se direcionando ao ensino técnico-profissionalizante. Essa “modernização” do Exército brasileiro sofreu influência estrangeira, principalmente alemã (“Jovens Turcos”) e francesa (MMF), cujo objetivo era alterar o comportamento político nas Forças Armadas.

A atuação dos “Jovens Turcos”⁴⁸ iniciou-se a partir de 1912, quando jovens oficiais brasileiros voltaram de um estágio realizado no exército alemão. Ao retornar, buscaram implantar e difundir os ensinamentos adquiridos na Europa, defendendo um Exército profissional e uma ação modernizante às fileiras da instituição. Esse retorno foi sucedido pela criação da Revista *A Defesa Nacional*, congregando regressos e simpatizantes que não tinham ido à Alemanha (MORAES, 2004). Essa revista

era exclusivamente técnica e dedicou-se a traduzir regulamentos do exército alemão, difundir seu sistema de treinamento, suas práticas e costumes, bem como lutar por medidas como o sorteio, a educação militar, o afastamento a política, a defesa nacional (CARVALHO, 1985, p.198).

Cabe destacar aqui que a defesa do sorteio em uma conjuntura em que grande parte das camadas baixas e intermediárias era recrutada nos setores mais baixos da população brasileira é algo sintomático ao se tratar do grupo que se constituiria em um dos principais inimigos do tenentismo no interior do Exército. Embora Deodoro, Floriano e Hermes da Fonseca fossem figuras ligadas às classes mais nobres do Império e da República é preciso considerar que a base de sustentação do florianismo e do hermetismo provinha, em grande parte, das camadas no interior do Exército. Veremos que somente com o tenentismo há o despreendimento do alto oficialato e a deflagração “autônoma” dos setores intermediários.

⁴⁸ Segundo Márcia Moraes (2004), a denominação de “Jovens Turcos” a militares brasileiros repercutiu com tom pejorativo. “Turcos” seria por analogia à ação de um grupo militar nacionalista da Turquia, que propunha reformas nas Forças Armadas. Os jovens militares brasileiros tinham perspectivas de organizar o Exército concomitante à nação, no qual a reforma da instituição militar estaria “acoplada” à reforma da nação. Para alcançar tal propósito, a adoção do serviço militar obrigatório seria fundamental, pois, dessa forma, todo cidadão do sexo masculino passaria pelo Exército, sendo assim dotado de princípios de civismo, patriotismo e nacionalismo. Esse “soldado” ao agir na sociedade transfere esses valores adquiridos na instituição, possibilitando uma organização da nação. Portanto, a organização do Exército concomitante à da nação, ou seja, a necessidade de profissionalização do Exército atrelada à reforma nacional, segundo Moraes (2004), foi o eixo do discurso dos “Jovens Turcos”, sobretudo na revista de maior expressão ideológica do grupo: *A Defesa Nacional*.

As características de hostilidade à atuação política dos militares foram aprofundadas a partir de 1919, pela MMF, quando, com processo de reforma e reorganização da função militar, os franceses organizariam uma inovação institucional moderna de guerra. A principal ação da MMF foi a formação de bons oficiais de Estado-Maior, exercendo grande impacto sobre o Exército e proporcionando maior controle hierárquico da instituição. A rigor, o desenvolvimento do Estado-Maior como órgão formulador e centralizador da política de defesa nacional foi relevante na formação dos altos escalões (cujo maior exemplo se concentra em Góes Monteiro), porém nem tanto eficiente para evitar a quebra de hierarquia pela baixa oficialidade no interior das Forças Armadas, dilacerada pelas atuações tenentistas nos anos 20 e 30, cuja inspiração provinha do *florianismo* e do *positivismo*.

Acoplada aos ideais dos *Jovens Turcos*, a MMF endossaria a concepção de defesa nacional fortemente utilizada tanto pelos defensores do Exército profissional em oposição ao Exército político, como também por aqueles que incentivaram o desenvolvimento de indústrias estratégicas para o aparelhamento militar, como a siderurgia. Essa questão se desdobra em duas observações: a profissionalização do Exército como “sentença de morte” do positivismo e as formas de intervenção política dos militares.

Ora, a política utilizada para reformar o Exército com intuito de afastar os militares desse positivismo intervencionista não significa que há superação completa da mentalidade positivista no interior das Forças Armadas, como por exemplo, aponta Carone (1978). O tenentismo é reflexo da permanência desses ideais. Ademais, cabe considerar que o positivismo da mesma forma que fomentou as ações de uma prática relacionada ao *soldado-cidadão*, também estava presente nas ações de grupos que posteriormente aderiram à reforma do Exército como algo necessário ao *progresso* das Forças Armadas, matriz que, a rigor, engrossaria as fileiras do militarismo de cúpula, sobretudo durante a instalação da indústria siderúrgica no país. Ou seja, há que considerar que o positivismo não tinha um caminho exclusivo de contestação militar da ordem agrário-exportadora, inimiga do *progresso* seja social ou militar, mas expandiu entre vários grupos no interior das Forças Armadas que viam nessa concepção uma forma de fortalecer o Exército cuja atuação viria sob novos aspectos que não a contestação aos grupos dominantes. Portanto, assim como na sociedade civil, o

positivismo pode ser considerado como uma *linhagem*⁴⁹ no pensamento militar no qual o ideário positivista perpassara tanto setores militares ligados à contestação do sistema oligárquico quanto a segmentos que, posteriormente, comporiam o ideário cívico destinado à concepção de *defesa* e de *segurança nacionais*. Núcleo da formação militar no final do século XIX e enraizado nas fileiras institucionais do aparelho militar, o ideal positivista estaria presente, obviamente que de forma diferenciada, não apenas nos revolucionários de 1922 e nos setores ligados a Luiz Carlos Prestes em 1935, mas também estaria submerso na ação da cúpula das Forças Armadas nas décadas subsequentes. Quartim de Moraes (1994) aponta que o positivismo enquanto corrente ideológico-filosófica, ou seja, enquanto crítica às ilusões e imposturas liberais, perpassaria tanto setores ligados à direita quanto setores ligados à esquerda.

O sucesso persistente do positivismo estava na razão direta da desmoralização das instituições liberais d'aquém e d'além mar (...) Ordem e progresso pode, com efeito, significar: primeiro a ordem, depois se e quando possível, o progresso (posição da direita positivista) ou então ordem *com* progresso, porque sem progresso a ordem se torna desordem e iniquidade (posição da esquerda positivista) (MORAES, 1994, p. 86).

Supostamente, essas colocações nos permitem identificar no ideário *positivista* as propostas orgânicas corporativistas defendidas pelos “tenentes” nos anos 30. Por um lado, a permanência da crítica às instituições liberais, esboçadas durante a década de 20 e elaboradas com acuidade nos anos 30, por outro, a reprodução de *solidariedade orgânica* aos moldes durkhemianos⁵⁰. De qualquer forma, a relevância por agora consiste na ideia de que o positivismo, de direita ou de esquerda, esteve ramificado na atuação militar na política seja para manter a *ordem dentro do progresso* ou a *ordem com progresso*.

Uma das abordagens mais propagadas na história do pensamento militar acerca da intervenção militar é a “tipologia” formulada por José Murilo de Carvalho (1985). O autor apresenta três tipos de ideologia de intervenção: o *soldado-cidadão* ou a intervenção reformista; *soldado-profissional* ou a não-intervenção; e o *soldado-corporação* ou intervenção “moderada”. No primeiro caso, a concepção de “*soldado-*

⁴⁹ Referimos ao conceito de Gildo Marçal Brandão (2007) que destaca como matriz do pensamento político brasileiro: as “famílias intelectuais” ou as “linhas evolutivas”, que se mantiveram ao longo do tempo. Essa concepção considera que algumas “formas de pensar” perpassariam vários grupos sociais e políticos como se fossem “linhagens” de pensamento, uma vez que a vida intelectual não é aleatória, mas dotada de mudanças e continuidades.

⁵⁰ Essa hipótese foi esboçada por Cepêda (2008).

cidadão”, tem-se por ideia básica o fato de que o soldado é um cidadão que deve participar da política, tendo o Exército brasileiro, expressões da nacionalidade, amplas responsabilidades na preservação das intuições republicanas. Essas formulações do positivismo republicano teriam o tenentismo na década de 20 como um movimento militar propagador dessa perspectiva.

Em contraposição, o *soldado profissional* tinha como regra a neutralidade política, e a profissionalização militar era o epicentro de sua atuação. Vertente muito próxima à dos “Jovens Turcos” e, posteriormente, à da Missão Militar Francesa, concebia que o *Exército deve ser órgão da defesa nacional dedicado à preparação da defesa do país, longe das lutas políticas* (CARVALHO, 1985, p. 212). Essa concepção de “não-intervenção” foi mais crítica à vertente no interior das Forças Armadas em relação à atuação tenentista durante as décadas de 20 e 30.

Nos anos 30 surgiu a *intervenção moderada*. Um intervencionismo controlado que legitimava a atuação política do Exército enquanto instituição global, profissionalizada e moderada. Implantada por Bertoldo Kinger (com base de formação dos “Jovens Turcos”) e Góes Monteiro (com formação da Missão Militar Francesa) esse tipo de intervenção mesclaria as duas concepções anteriores.

Esta posição divergia da ideologia do soldado profissional por admitir aberta intervenção na política, embora, com ela concordasse quanto à necessidade de preparação profissional do exército. Concordava com a ideologia – cidadão quanto à legitimidade da intervenção militar na política, mas dela discordava quanto ao sentido desta intervenção (CARVALHO, 1985, p. 213).

Essa ideologia tornar-se-ia mais sistemática com a formulação de Góes Monteiro e sua conhecida colocação: *Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército* (MONTEIRO apud CARVALHO, 1985). As colocações de Góes denotam a afirmação de que a política exercida pelos militares não mais seria exercida por grupos internos ao Exército, mas pela instituição Exército. Isso sugere que o conceito de política das altas patentes se ampliaria à medida que a intervenção política passa a ser institucional. De fato, as formas de intervenção dos militares no Estado Novo e no período da Ditadura Militar endossam esse modelo. De qualquer forma, é essa matriz ideológica que articularia o declínio da ideologia de *soldado-cidadão* com a Revolta Paulista de 1932, dada a necessidade de restabelecimento dos pilares institucionais para o confronto com os revoltosos constitucionalistas. Conforme Forjaz

(1988), a eliminação dos tenentes no pós-30 tem estreita ligação com o fortalecimento da instituição, dilacerada pela quebra de hierarquia e disciplina, reestruturação que seria organizada pela cúpula militar, capitaneada por Góes Monteiro. A rigor, após a experiência tenentista essa seria a forma de intervenção militar na política. As tentativas golpistas nos anos 50 e 60 foram derivadas desse tipo de intervenção, o que nos faz questionar visões que apontam 64 como uma retomada tenentista.

De qualquer forma, cabe-nos refletir acerca do grau de flexibilidade dos tipos de intervenção militar formulados por Jose Murilo de Carvalho. Como destinar aos “tenentes” apenas uma capacidade reformista que tinha como fundamento a transposição dos “valores cívicos” às fileiras institucionais? Ou então como considerar que a atuação dos “Jovens Turcos” estivesse isenta de intuito político, mesmo que fosse ao seio da corporação militar?

Um dos casos expressivos acerca da tenacidade da “tipologia” de José Murilo refere-se ao caso do Marechal Hermes da Fonseca, no qual as entonações ideológicas mesclam-se com as condições institucionais. A interface com o eixo político (presidência) e com a reforma do Exército (quando envia jovens oficiais ao exterior) evidencia a coexistência de um pensamento político intervencionista e um pensamento que visualizaria no progresso militar das Forças Armadas uma forma de resolver a antiga *Questão Militar* de sobreposição das milícias regionais ao Exército. Esse último aspecto se refere ao fato de que aliados politicamente o Exército não teria o controle das forças militares estaduais, cuja maior expressão seria a Força Pública de São Paulo, que concentrava poder militar e força bélica da oligarquia paulista. Portanto, a Força Pública paulista, que recebeu treinamento bélico especial em 1906 de grupos franceses, tornar-se-ia num poder militar regional que confrontava a instituição militar nacional. Essa configuração justifica a tentativa de grupos internos ao Exército de endossarem a ideia de reforma, caso do próprio Marechal Hermes da Fonseca, como uma necessidade de existência da instituição e, por outro lado, como forma de combate à força militar que funcionava como égide do poder político das oligarquias agroexportadoras.

Ademais, a ascensão de Hermes da Fonseca refletia a política contraditória da oligarquia dominante na reclusão dos militares intervencionistas à caserna. A incipiente diferenciação entre as oligarquias assim como as diversidades derivadas do avanço da urbanização, sobretudo partir de 1910, fomentaram a gestação de tentativas de confronto com o poder estabelecido. As oligarquias dissidentes, lideradas por setores gaúchos, tentavam aproximação com os militares, convergência que

desencadeou a candidatura do Marechal à presidência da República. Ainda que unidos, os interesses do Exército e das oligarquias dissidentes divergiam, já que:

O objetivo do Exército, ou, mais exatamente, da oficialidade politicamente ativa era voltar a ter peso na vida pública, contrabalançando a esmagadora preponderância que os latifúndios exerciam em todas as suas esferas, do mais atrasado município às mais altas instâncias do poder do Estado. Nessa medida, o *hermismo*, entendendo-se por esta designação menos o marechal dos que os militares que haviam feito de sua candidatura o trampolim para voltarem a mergulhar na política, comportava aspirações contraditórias às das dissidências oligárquicas, interessadas exclusivamente em modificar, ampliando-o e deslocando o centro de equilíbrio, o consenso hegemônico dos donos de terra (MORAES, 2005, p. 147).

Embora fosse inevitável a importância do *hermismo* no pensamento militar e no seu reflexo no plano político – que significaria a “quebra” do ciclo do monopólio das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais no Executivo Federal – há que se considerar a diversidade das forças políticas regionais. Na década de 1910, tanto as oligarquias quanto os incipientes setores populares urbanos, não detinham ainda de instrumentos necessários para a “ruptura” com o sistema. Como já expressado antes, o modelo agroexportador obstruía os grupos emergentes do capital, do trabalho e das oligarquias defensoras de um mercado interno, e se mantinha no controle dos mecanismos de sustentação político-estatal.

É isso que auxilia a compreensão do fato de que mais uma vez os militares assumiram a República sem que as relações de força fossem alteradas. Não obstante a oligarquia dissidente e o governo Hermes da Fonseca investissem contra a supremacia paulista⁵¹, não obteriam sucesso. Em parte pela concentração no Estado da hegemonia da “aliança do café”, mas também pelas forças contraditórias do avanço da modernização não terem atingido ainda a envergadura necessária para alavancar o processo de mudança. Tais condições se dariam no contexto de crise dos anos 20, sobretudo a partir de 1929, cujo rearranjo político viria culminar na revolução de 1930. Em contrapartida, a sustentação da supremacia da oligarquia cafeeira também reflete o seu controle do *monopólio legítimo da violência*, que viria aos moldes regionais de um poder militar concentrado na Força Pública de São Paulo e a fragilidade imposta às Forças Armadas. Esse ciclo se repete até que as “frutadas” manifestações militares atingissem maiores dimensões com as revoltas tenentistas nos anos 20.

⁵¹ João Quartim de Moraes traz no capítulo IV as várias afrontas do hermismo ao Estado paulista, tentativas que acabavam sempre bloqueadas pelo maior poder oligárquico da federação.

Assim sendo, como na sociedade em que o sistema agroexportador proporcionava contradições diante de um cenário amplamente diversificado, no contexto de “despolitização” e “profissionalização” do Exército, o ideário de soldadocidadão permaneceria fundamentado no positivismo, no florianismo e, posteriormente no hermismo, ideologias que convergiam para a subversão dos “tenentes” nos anos 20. Assim, aos questionamentos apresentados no primeiro capítulo em relação à modernização e o surgimento do movimento tenentista agrega-se a trajetória das Forças Armadas na República das Oligarquias, sobretudo do Exército, dada sua óbvia importância política. A interface entre esse ideário militar e a forma de emergência da modernização brasileira (primazia de grupos agroexportadores e exclusão de outros setores emergentes) proporcionaria condições de subversão dos militares nos anos 20. Ora, da mesma forma que as condições da sociedade brasileira foram fundamentais para a emergência do movimento tenentista, o ideário florianista-positivista e a experiência das Forças Armadas sob o comando oligárquico deram a fundamentação para a insurreição militar nas décadas subsequentes.

2. Primeiras manifestações armadas e fissuras tenentistas – o Forte de Copacabana e a Revolta de 1924

Os anos 20 congregaram a emergência de setores descontentes e aliados de participação política, nesses anos a demanda por ampliação das estruturas institucionais foi evidenciada na campanha presidencial de sucessão de Epitácio Pessoa, em 1921. A conjuntura evidenciaria a situação do profundo quadro de deterioração econômica e social pelo qual o país passara. Porém, haveria um novo componente que traria maior conturbação à cena política: o episódio das “cartas falsas”⁵². Durante a campanha de Artur Bernardes, candidato situacionista, circularam pela imprensa algumas cartas ofensivas ao candidato oposicionista da Reação Republicana, Nilo Peçanha, contra o Exército e contra o então presidente do Clube Militar, Marechal Hermes da Fonseca⁵³.

⁵² As cartas estão reproduzidas em Hélio Silva (1964), pp.61-63.

⁵³ Após a eleição do candidato Artur Bernardes, e depois de muitas discussões e algumas perícias que comprovavam a autenticidade das cartas, descobriu-se que as cartas eram falsas. Em 24 de maio de 1922, Jacinto Magalhães e Oldemar Lacerda assumiram a autoria da falsificação. Segundo os autores das cartas, o objetivo de tal ato era “meramente político e visava eleger à Presidência da República o Marechal Hermes, destruindo a candidatura de Bernardes. As cartas dariam origem a um forte movimento das classes armadas que seria orientado em favor da candidatura militar” (Jacinto Magalhães apud Silva, 1964, p 92). Diante da repercussão que ameaçava a República, Oldemar Lacerda publicou na imprensa o

Por um lado, o envolvimento compulsório dos militares nesse contexto favoreceria grupos civis que encontravam dificuldades para ultrapassarem as barreiras postas pelas oligarquias agroexportadoras. Por outro, isso fomentaria o ressentimento de setores internos ao Exército pela experiência à qual foram submetidos sob o governo das oligarquias.

A oligarquia dissidente, congregada em torno da Reação Republicana, seria amplamente favorecida com as “cartas” uma vez que, por sua condição de oposição, recebeu o apoio dos militares. Essa aproximação resultou na pública campanha militar pelo candidato opositor, no qual alguns militares discursavam contra Bernardes. O Clube Militar empenhou diversas sessões para discutir as ofensas do candidato situacionista, na tentativa de encontrar medidas de repúdio, aonde “o calor das paixões chegava ao desvario”, como colocou Nelson Werneck Sodré⁵⁴. Situação agravada após a vitória de Bernardes nas urnas.

A partir daí novos acontecimentos marcariam a subversão, fatos que evidenciam a insatisfação generalizada, porém, as saídas esboçadas eram inúmeras e nem todas optavam à via revolucionária. Durante a campanha nilista, a atuação de setores no interior das Forças Armadas evidenciaria não apenas a divisão de ideologias – intervencionista/profissional – mas também posições hierárquicas das patentes institucionais. No contexto dos anos 20, a alta oficialidade pendia para alternativa de aliança com as oligarquias dissidentes, com intuito de conduzir um militar ao poder, mantendo a linha de intervenção tradicional observada até então – como em 1910. Em contrapartida, a baixa oficialidade clamava por uma radicalização das manifestações, o que marcaria um novo tipo de intervenção política militar.

Nesse sentido, as divergências acerca da intervenção expressariam as concepções de cada grupo em relação aos limites da atuação dos militares na política. Para os altos escalões, diante de uma conjuntura onde os setores sociais emergentes buscavam alternativas ao modelo excludente, um confronto com o Estado poderia fugir ao controle não apenas da oligarquia dominante, mas dos próprios militares. Essa visão está presente na revolta de 1924, quando Isidoro Dias Lopes, líder dos revoltosos

folheto *Desfazendo a confusão* (reproduzido Hélio Silva, pp.91-93) dizendo que sua consciência de homem e de cidadão brasileiro o fez retroceder.

⁵⁴ Nelson Werneck Sodré (1968) traz os intensos debates travados no Clube Militar (páginas 200 e 208). Sodré considera que essas discussões transcendiam a retaliação a Artur Bernardes: “em toda essa torrente de paixões, o que se condenava, inconsistentemente, era um regime levado à falência pelo predomínio do latifúndio, pela sua política de submissão ao imperialismo, por tudo aquilo que, em suma, ficou conhecido das oligarquias, que impunham sua vontade ao país” (Sodré, 1968, p.208).

paulistas, negou a adesão de partidários do movimento operário na subversão temendo que a situação pudesse transcender aos limites do comando militar⁵⁵.

Em contrapartida, ainda que fosse visível a linha divisória entre quadros médios e cúpula do grupo militar, durante a campanha presidencial, em momentos críticos, como foi o episódio das “cartas falsas”, tanto alta quanto baixa oficialidade saíram em defesa da “honra” dos militares, pressupondo uma “unidade” nas Forças Armadas. A sociedade brasileira estaria mais uma vez diante de uma *Questão Militar*, já que o encaminhamento desse imbróglio refletia na sobrevivência da própria Instituição, supostamente ameaçada pelo candidato situacionista.

Embora houvesse essa aparente “unidade” entre as Forças Armadas em repúdio às “cartas falsas”, as evidências do distanciamento entre a baixa e alta oficialidade afluíam à medida que se conduzia à radicalização pelas armas. Ainda que a juventude militar defendesse a solução armada, a cúpula militar pretendia manter-se fiel ao governo, optando pela manutenção da ordem.

A dissidência oligárquica, que até então estava à frente da Reação Republicana, também recuou, negando-se a levar o processo às últimas consequências e evitando uma possível revolução. Nilo Peçanha apostava na solução legal, utilizando-se da agitação militar apenas para radicalizar o clima político. O recuo tanto da oligarquia dissidente quanto da alta oficialidade deixa evidente que esses setores estavam temerosos com o curso dos acontecimentos. Era a baixa hierarquia do Exército que estava à frente da conspiração, com grande simpatia das camadas médias e de setores populares.

Ora, as oligarquias dissidentes e a cúpula militar, além de distantes dos segmentos populares, cientes da situação político-social, utilizariam com parcimônia o apoio popular. Para a alta oficialidade, essa ampliação na participação política poderia representar não só a quebra de hierarquia, mas também a própria extrapolação da ordem em uma sociedade que estava imersa ao período de turbulências políticas, sociais e culturais, como se encontrava o Brasil na década de 20. Para as oligarquias dissidentes, a reivindicação da ampliação do jogo político não se estendia ao *demos*, pretensão que poderia ser ameaçada com uma revolta popular. O segmento popular urbano, considerado como “caso de polícia”, quando incorporado pelas elites, seria sob a institucionalização do conflito social aos moldes varguistas nos anos 30.

⁵⁵ Sobre essa questão ver Sodré, 1985.

Assim, a radicalização viria pelo segmento que se encontrava em posição mais próxima ao *demos*. É a partir dessa cisão, na qual os jovens militares foram “abandonados”, que se aprofundou a gestação do futuro movimento tenentista que abalaria, até meados dos anos 30, os pressupostos das Forças Armadas (disciplina e hierarquia) e se constituiria em um movimento social de envergadura nacional.

Diante das consequências dos acontecimentos da campanha eleitoral, setores intermediários - tenentes e capitães – não esperaram a reação da cúpula institucional e irromperam na defesa da honra militar. O tenentismo veio à tona, em 5 de julho de 1922, com o episódio 18 do Forte de Copacabana⁵⁶, constituindo-se um marco de contestação dos militares e de poder de fogo das oligarquias dominantes que massacraram o motins nos quartéis do Rio de Janeiro e os revoltosos que saíram em marcha pelas areias de Copacabana.

A divergência dos revoltosos de 1922, tanto em relação aos grupos civis, quanto internos ao Exército compõe algo relevante. Ainda que não tivesse nenhum projeto definido, como veremos adiante, a subversão tem um significado, ou seja, a opção pela radicalização expressava algo peculiar naquele contexto. Ora, perante a situação de crise das alianças políticas entre as oligarquias; do histórico da intervenção militar na política (altas patentes) e do receio dos grupos situacionistas e da oposição legal (Reação Republicana) diante do avanço dos setores populares, o acontecimento do Forte de Copacabana é algo a ser considerado.

Os “tenentes” de 22 não apenas agem autonomamente como também desafiam as oligarquias dissidentes e os pressupostos institucionais demonstrando mutações na sociedade brasileira e no interior do Exército. O desdobramento dessa ação consistiu em duas questões centrais: o tenentismo como principal movimento contestador da ordem estabelecida nos anos 20 e portador de uma trajetória política própria; e o tenentismo enquanto movimento que dilacerou a estrutura das Forças Armadas.

A peculiaridade do tenentismo no âmbito político-social, como já destacado, deriva do confronto entre as forças emergentes, civis e militares, e as forças tradicionais, agroexportadoras e oficialidade, enquanto grupo que emerge do acirramento desse embate e enquanto força política que atua sobre ele. Ou seja, o movimento foi produto

⁵⁶ A deflagração seria planejada para uma quartelada nacional, mas ficou restrita a três focos no Rio de Janeiro (Vila Militar, Escola Militar e Forte de Copacabana), um em Niterói e um em Campo Grande (MS). Sufocados imediatamente, os motins fracassaram. O Forte seria o símbolo da resistência. Em marcha pela praia de Copacabana, dezessete militares e um civil foram fuzilados pelas tropas legalistas. Restariam apenas dois militares: Siqueira Campos e Eduardo Gomes, futuros líderes tenentistas.

do processo de modernização social e institucional, radicalizou as contradições geradas por esse processo e, concomitantemente, buscou participar do mesmo enquanto ator político.

No âmbito institucional, a especificidade da deflagração tenentista se refere à atuação dos militares no cenário nacional: o que antes era uma ação reservada aos altos escalões, agora passa a ser também uma performance de setores intermediários. Isso reforça a ideia de que os “tenentes” refletiriam no interior do Estado uma situação que se projetava fora dele, na sociedade civil. A atuação militar não passaria apenas pela representação de um Deodoro da Fonseca, de um Floriano Peixoto, de um Hermes da Fonseca, embora em contextos diferentes, recrutados nas elites tradicionais e temerosos da radicalização de uma sociedade em processo de constituição de suas contradições. O ano de 1922 significaria a eclosão das baixas patentes militares, integrantes dos setores populares e mais sensíveis à situação social.

Talvez seja por essas peculiaridades que Edgar Carone (1974) destacou que, até 22, a oposição dos militares em relação ao governo era superficial, uma vez que não buscava mudanças profundas no *status quo*. Até então, toda vez que o Exército participou da política – a favor ou contra o governo – foi para co-participar dos benefícios do poder: cargos, vantagens materiais, prestígios. Com o movimento tenentista, a atuação política dos militares viria de “baixo”, dada maior interface com a sociedade. Para o autor, o movimento do Forte de Copacabana foi um marco tanto no que se refere à relação entre Exército e sociedade quanto em relação ao abismo ideológico que separava a alta e a baixa oficialidade.

É com o tenentismo que acentua a fissura entre o velho e novo, entre o Exército político tradicional e o recente Exército político. (...) Agora, porém, os traços que caracterizam o recente movimento político se acentuam, progressivamente, numa afirmação contínua. Como a dos sargentos, as revoltas tenentistas são **coletivas** e **totalizantes** (Carone, 1974, p. 383, grifos nossos).

Essa hipótese de Carone pode de fato sinalizar compreensão mais matizada da emergência do movimento tenentista. A partir da revolta dos sargentos, em 1915/16, uma geração militar nova retoma, com maior profundidade, as críticas ao sistema político vigente, e não vai mais se contentar com a atitude dúbia existente, muito menos com o “destino passivo” da República aos grupos oligárquicos. É essa radicalização em relação à intervenção militar que conduz fatalmente aos movimentos revolucionários

dos anos 20. O condicionante principal dessa deflagração seria novamente o encaminhamento da *Questão Militar*, mas desta vez, os militares revoltosos iriam muito além.

Em 1922, no interior do Exército e na sociedade as condições são mais complexas do que em 1889. Em ambos os momentos houve a multiplicidade de agentes e forças políticas que se diferenciavam progressivamente. As ramificações tanto de um lado quanto de outro diante daquele cenário de modernização, gerariam várias formas de resolução do imbróglgio dos anos 20. Do ponto de vista militar, por um lado, havia os resquícios das correntes que impulsionavam os setores militares à defesa da *res publica*. Mas por outro, também existia o ideário positivista que se desdobrava na defesa do *soldado-cidadão* e na defesa da *Ordem e do Progresso*. Pode-se sugerir que os “tenentes” integrariam a primeira vertente e radicalizariam a segunda (positivismo de esquerda), enquanto a grande parte da velha oficialidade continua a pensar no Exército como um instrumento de pressão e de condução do progresso dentro da ordem (positivismo de direita). Portanto, percebem-se, assim, novamente os componentes dos ideários positivistas e *florianistas* presentes na abolição e na Proclamação, apresentando-se na atuação dos militares, sob um novo cenário social.

Por isso não há como concordar com José Murilo de Carvalho (1985) que considera o tenentismo de 1922 como uma reedição de 1889. Na análise do autor, a associação entre o movimento de 1889 e 1922 segue uma argumentação institucional, na qual toda a atuação dos militares na política estaria a serviço dos interesses corporativos. Essa vertente representativa foi inaugurada com Boris Fausto (1970) e propagada por vários intérpretes dos anos 20 e da atuação política das Forças Armadas no processo de industrialização no Brasil⁵⁷.

Para Carvalho, em 1922, a ossatura de intervenção seria a mesma de 1889: uma Questão Militar e a defesa da Instituição. Ambos os momentos teriam como gênese a atuação de jovens oficiais que saem em defesa do Exército. Se no primeiro caso, o problema central foi a negação dos militares à tarefa que lhe era atribuída pelo Império na captura de escravos fugitivos, em 1922, a questão circundava a eleição presidencial e as possíveis “Cartas Falsas”, ofensivas à honra dos militares e do Marechal Hermes da Fonseca. Se em 1889, o agravante era a influência do positivismo, em 1922, o ultrajante era a nomeação de um civil como Ministro da Guerra. Nessa configuração, José Murilo

⁵⁷ Wirth (1973); Ferreira (1982); Drummond (1986); Tronca (1996); Carvalho (2005).

até concebe uma relação com a sociedade, mas no primeiro caso estaria relacionada ao movimento republicano, e no segundo, à política dos governadores.

O estopim da deflagração pode se relacionar a uma questão corporativa, mas não se resume a isso. Se assim fosse, o que explica o caso dos “Jovens Turcos”? Eles também estavam submersos à precariedade das Forças Armadas, mas optaram por uma saída menos radical que os “tenentes”⁵⁸. Por outro lado, como explicar que os “tenentes”, não apenas na sua deflagração, mas também em sua trajetória, tinham como principal função defender a instituição se foi justamente esse movimento que colocou em cheque os pressupostos das Forças Armadas, imprimindo uma crise institucional sem precedentes?

Obviamente há semelhanças entre 1889 e 1922 e na relação entre Forças Armadas e sociedade brasileira, até porque 22 é resultado de um processo em curso, mas há principalmente diferenças entre ambos os momentos que proporcionaram a peculiaridade do movimento tenentista. Por outro lado, essa perspectiva organizacional anula a ideia de processo histórico e constituição da atuação política dos grupos como se não houvesse diferenciações estruturais e situação histórica que interferissem não apenas na configuração de um grupo como também na sua atuação. Ao dizer que 1922 foi uma reedição de 1889, o autor desconsidera todo esse processo que apontamos até então e anula a ação inovadora dos “tenentes” nos anos 20 e 30. De fato, a discussão sobre a moralidade e a “honra” da República seria o combustível para a subversão dos militares nesse cenário dos anos 20, mas o movimento tenentista traçaria outras concepções que seriam proporcionadas pela sua própria atuação e por sua interação com os desafios da modernidade nas décadas de 20 e 30.

A corrente que busca analisar o tenentismo enquanto expressão institucional, linha interpretativa endossada por José Murilo de Carvalho, tinha como principal foco

⁵⁸ Vários autores abordaram os “jovens turcos”. Nelson Werneck Sodré (1968), José Murilo de Carvalho (1985), Anita Prestes (1990), Márcia Moraes (2004), João Quartim de Moraes (2005). Porém, é Anita Prestes que faz comparação mais sistemática entre “jovens turcos” e “tenentes”. Segundo a autora, os primeiros apresentavam atitude “reacionária” enquanto que os segundos teriam postura mais “progressista”. Isso ocorreria porque os “jovens turcos” corresponderiam aos interesses burgueses em ascensão na década de 10, no qual buscavam conter o movimento operário, enquanto que os “tenentes” teriam maiores condições para a irrupção dado o clima revolucionário da década de 20. Anita Prestes argumenta que a ideia da necessidade de modernizar as forças armadas não pode ser o indicativo explicativo da irrupção do tenentismo porque setores precedentes passaram por situações semelhantes. Da mesma forma a abordagem que condiciona a rebeldia militar ao número – composição da oficialidade proveniente das classes médias urbanas – não explicam a emergência desse setor militar. Para a autora, esses fatores específicos existiam durante toda a república velha, embora tendesse a se agravar nos anos 20. Assim, os “jovens turcos” passaram por questões semelhantes e também provinham das camadas médias urbanas e nem por isso subverteram.

desconstruir a visão de que o movimento seria um representante das classes médias. Iniciada com Virgínio Santa Rosa, em 1933 com *O sentido do Tenentismo*, essa vertente seria hegemônica na historiografia até 1970, quando Boris Fausto publica *A revolução de 30* e questiona duramente essa associação, construindo a ideia de sobreposição dos interesses corporativos (institucionais). O núcleo explicativo concentra-se no pressuposto de que os militares em grande parte oriundos das classes médias agiriam como porta-vozes dos anseios da pequena burguesia durante a década de 20, e a Revolução de 1930 representaria sua ascensão ao poder. Assim, o movimento tenentista seria a fração mais radicalizada da pequena burguesia brasileira e vanguarda da ascensão burguesa. Como aponta Nelson Werneck Sodré (1985), a “essência” do movimento tenentista está fundamentada no processo de ascensão da pequena burguesia brasileira, pois representaria as aspirações desse setor que almejava maior participação política na vida nacional⁵⁹.

Há outra vertente que constrói uma linha intermediária, apontando que o movimento nem foi só uma expressão da pequena burguesia, nem foi apenas um movimento de expressão institucional (Belo 1969; Pinheiro 1975; Martinez 1976). Essa tendência avança no sentido de conceber que há diferenciações ente a procedência social dos agentes políticos e o conteúdo de classe da ação política, expressando que não há uma capacidade subversiva inata dos “tenentes”, justificada pela simples origem de classe ou pela origem institucional. Mas essa vertente ainda mantém a supremacia e os resquícios da ideia de subversão derivada por motivações militares em seu núcleo explicativo.

Diante das teorias que buscam explicar a irrupção do movimento tenentista, consideramos que Anita Prestes (1990; 1994) aponta questões mais lúcidas. Segundo a autora, os jovens revoltosos do 5 de julho estavam submersos ao contexto político e social dos anos 20. Diante das multidões inquietadas e da conturbação social, os militares seriam a “caixa de ressonância” de setores alijados do poder como camadas médias urbanas, oligarquias dissidentes e da Reação Republicana. Os militares consistiam na possibilidade de reação do “povo” contra a participação limitada.

Assim, Anita Prestes defende que havia uma “questão militar” no motim, mas também havia uma relação com a civilidade. O “clima revolucionário” impulsionou a

⁵⁹ Além de Santa Rosa (1976) e Sodré (1968; 1985), também integram essa linha, Carone (1975; 1976). Viana (1992) e Cunha (2002). Maria Cecília Forjaz (1975) transfere essa representatividade da pequena burguesia e dos setores vinculados à industrialização e à expansão do setor terciário para as classes médias tradicionais, nas quais o tenentismo assumiria o papel de “porta-voz de suas aspirações”.

radicalização do descontentamento com a candidatura de Artur Bernardes. A partir da intersecção entre militares ressentidos e civis em busca de ampliação no jogo político, sobretudo, da chapa oposicionista Reação Republicana – impulsionou-se ainda mais a situação revolucionária. Setores civis, correspondendo à ampliação da sociedade civil brasileira, clamavam por maior participação diante da rígida estrutura da República Oligárquica. Nesse ínterim, a autora sugere que, provocados com o episódio das “cartas falsas”, os militares eram vistos como o único setor que poderia penetrar na inflexibilidade do sistema oligárquico, por intermédio das armas, uma vez que a reforma democrática tornava-se cada vez mais nula.

Nessas colocações, Anita Prestes indica algumas questões relevantes para nossa análise, como as possíveis relações entre os militares e a sociedade, mas acaba por sugerir que os jovens revoltosos do Forte de Copacabana traduziam-se em “catalisadores” do descontentamento generalizado da sociedade brasileira, argumentação que inviabiliza considerar os “tenentes” enquanto ator que emergiu nos anos 20. Anita Prestes nos proporciona os caminhos para refletir que a intersecção dos “tenentes” com a sociedade é mais intensa do que habitualmente a bibliografia considera, relação que tentamos demonstrar no capítulo precedente.

Porém, embora agindo sob pretensões institucionais e imediatistas, os “tenentes” tinham inerentemente a experiência do desprezo “republicano” pela instituição e o compartilhamento da questão social não resolvida. Não queremos associar os tenentes ao mecanismo marxista que visualiza no proletariado a consciência revolucionária. Mas ressaltar que a convergência dessa origem social com as contradições do desenvolvimento capitalista e com a formação positivista que zelaria pela República, proporcionariam ao tenentismo a “essência” de um ator em potencial e diferenciado no cenário dos anos 20.

Essa ressalva também é relevante para apontarmos que neste trabalho, os “tenentes” não são considerados como uma classe social ou como representantes de uma classe ou de uma instituição. Ao contrário, “os tenentes” surgem como um grupo militar independente, embora refletindo impulsos corporativos, de dada situação histórica e ao se inserir nela, correspondendo aos desafios sociais, transita a uma outra esfera, configurando-se enquanto um grupo político. Romperia com o institucional e alteraria sua atuação ao longo da trajetória rumo à formação de grupo social no sentido mannheimiano.

Ao abordar qual seria a atuação do pensamento na vida política e social, ou seja, como “instrumento da ação coletiva”, Mannheim concebe que o indivíduo não age sob uma “entidade metafísica” dotado de ideias que estão acima dele e que ele apenas reproduz. As ideias e ações de um indivíduo não são provenientes somente dele mesmo e nem estão “soltas” no tempo. Para Mannheim, o indivíduo não pensa isoladamente, mas *dentro de certos grupos que elaboram um estilo particular de pensamento graças a uma série interminável de reações a certas situações típicas, características de sua posição comum* (MANNHEIM, 1982, p.98). Elas acompanham a mutação existente em cada momento histórico em que o sistema social é ressignificado, alterando assim o conjunto social (econômico, político e simbólico). É esse processo que move a sociedade e que constitui os grupos sociais e exige que ajam como tal.

Todos os grupos e classes conflitantes da sociedade buscam essa realidade em seus pensamentos e em seus atos, não sendo por conseguinte de estranhar que esta pareça ser diferente para cada um deles (...) Se analisarmos os vários tipos de juízo ontológicos com que os diferentes grupos se nos apresentam, começamos a suspeitar que cada grupo parece mover-se em um mundo de idéias separado e distinto, e que estes diferentes sistemas de pensamento, frequentemente em conflito um com outro, podem ser em última análise reduzidos a diferentes modos de experimentar a ‘mesma realidade’ (MANNHEIM, 1972, p. 124).

Dessa forma, a partir dessa relação de ressignificação do momento histórico, que o grupo social atinge a auto-representação e a identidade. Sendo assim, não há como analisar isoladamente as formas de pensamento do contexto da ação coletiva, uma vez que a representação de cada grupo social se dá por sua relação com os demais. Assim, a autorrepresentação de um grupo social se constrói através da história, não tendo pré-condições a priori. Para o caso do tenentismo, essa análise é válida à medida que esse segmento emerge à margem das tradicionais classes sociais – capital/trabalho – e como setor das Forças Armadas se constitui enquanto grupo social que busca ressignificar o seu contexto histórico a partir da sua construção de realidade social.

Tal transição seria evidenciada, sobretudo, a partir de 5 de julho de 1924, cuja irrupção marcaria o aniversário do massacre dos 18 do Forte de Copacabana e iniciaria o processo que daria ao tenentismo um caráter de movimento nacional. Em 1924, a rebelião militar eclodiu simultaneamente em vários Estados da federação: São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe, Amazonas, dentre outros. Porém, a capital paulista, com o comando do General Isidoro Dias Lopes, seria sede da articulação dos revoltosos, lançando vários manifestos que buscavam esclarecer os ideais revoltosos e convocar a

população para a obra revolucionária. Outro importante motim eclodiu em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, sob o comando do Capitão Luís Carlos Prestes, onde alguns folhetins significativos e vários manifestos foram formulados. A rigor, foram esses destacamentos, paulista e gaúcho, que, em 1925, marcharam para o Paraná e formaram a denominada Coluna Miguel Costa-Prestes.

Esse quadro nos auxiliou no recorte da análise entre São Paulo, Rio Grande do Sul e a então Capital Federal, Rio de Janeiro, por concentrarem o epicentro tanto da contestação social quanto militar e política. Ademais, embora esses motins tenham eclodido em várias regiões do país, não foi por acaso que a força revolucionária se encaminhou para esses centros que acabaram concentrando a potencialidade da subversão, os futuros desmembramentos e as atuações políticas do tenentismo, convergência que refletia o epicentro de poder em disputa naquele momento.

Sendo assim, a Coluna Prestes consistiria na epopéia do movimento tenentista, pois concentrou os dois principais grupos revoltosos, o gaúcho e o paulista, e o apoio dos demais segmentos revolucionários. Seria a longa jornada pelo interior do país percorrendo mais de vinte e cinco mil quilômetros que proporcionaria aos “tenentes” compartilhar uma visão social da nacionalidade brasileira. Depois, em 1927, encurraladas pelas forças legais, a Coluna exilou-se na Bolívia. Embora obrigada a deixar o país a Coluna não saiu derrotada, ao contrário, a Marcha proporcionaria uma visão sobre o Brasil e vislumbraria possibilidade de mudanças. Do ponto de vista militar, a vitória era inegável, como salienta João Quartim de Moraes (1994), a Coluna Prestes foi um “sucesso militar e fracasso político”, pois a Coluna vence como disputa militar na medida em que não perdeu sequer um confronto com as forças legalistas⁶⁰. Porém, não atingiu a sua meta política principal: derrotar o governo oligárquico e realizar o “saneamento” na política brasileira.

Se por um lado, a saga da Coluna Prestes expressaria o sintoma de conturbação social dos centros urbanos, por outro, seria a *vitrine* da situação social na qual se encontrava o país, sobretudo das regiões interioranas brasileiras pouco alteradas pelo

⁶⁰ O *sucesso militar* em grande medida se deve a novas táticas militares inauguradas pela Coluna, sobretudo, a introdução, sugerida por Luiz Carlos Prestes, da “guerra de movimento” em substituição à “guerra de posição”. Tal inovação não apenas evidenciaria a precariedade das tropas legalistas, mas também renderia à Coluna, e principalmente a Prestes, um olhar atento do movimento revolucionário internacional em relação às táticas de guerrilhas inauguradas pela Marcha brasileira. A rigor, Fernando Moraes (1994) assinala como os soviéticos passariam a ver em Prestes a possibilidade de liderança da revolução na América Latina, vislumbramento evidenciado com a aproximação de Astrojildo Pereira, em 1927, e pelo movimento do prestismo no PCB do início dos anos 30. Sobre o movimento prestista no interior do PCB, ver Del Roio (1990).

avanço do desenvolvimento capitalista. Domingo Meirelles (1995), em *Noites das Grandes Fogueiras*, um dos mais detalhados livros sobre a Coluna Prestes, ao refazer o percurso da Marcha destaca que no interior dos Estados a Coluna se deparou com a realidade política, econômica e social do país. O encontro com o “Brasil real” seria imprescindível para que o segmento militar delineasse as visões do país e os caminhos a serem percorridos.

Nas palavras de Cordeiro de Farias, um dos comandantes de destacamento da Coluna Prestes:

A Coluna foi um desafio extraordinário, que nos roubou os prazeres naturais da juventude, fazendo-nos prematuramente adultos. Mas se ela nos fez velhos antes do tempo, deu-nos também uma visão geral do país. Imaginem o que significou naquela época e em condições precárias, percorrer o Brasil interior, sentir o cerne de nossa terra. Hoje, ninguém pode avaliar com precisão o que representou aquela experiência; para nós, não se tratava apenas de um protesto político; éramos também movidos pelo impulso de conhecer o país. Raul Bopp⁶¹ entendeu perfeitamente esse sentido de busca e de descoberta, que nos foi sendo revelado em condições as mais diversas (FARIAS, 1981, 94).

Desta vez a juventude militar e a sociedade brasileira, seja dos grandes centros seja das regiões interioranas, manteriam uma relação mais estreita e muito bem sincronizada, diferentemente do que havia acontecido em 1922, dada a repressão rápida e “eficaz” do Estado. Era esse segmento, mais sensível ao processo de modernização, que adentraria um Brasil desconhecido e muito distante dos problemas dos grandes centros. Lá os “tenentes” poderiam visualizar os reais efeitos de um Brasil “intocado”.

Um aspecto que tudo supera e absorve o lado guerrilheiro é a sua significação política. É o conteúdo social, porque a todos empolga num mesmo acontecimento. É essa caminhada que vai despertar o sertão, alertar a cidade, fortalecer os fracos e enrijecer os fortes. Sem a Coluna Prestes o Brasil ainda seria uma colcha de retalhos, dividido em domínios das oligarquias, submergido em uma servidão humana que não tinha sido possível sacudir em nenhuma das revoltas periodicamente dominadas (Silva, 1998, p.143).

Daí derivam as inovações da atuação tenentista nos anos 20: movimento social de envergadura nacional que atingiria “o coração do Brasil”, enquanto leitura da sociedade e da realidade nacionais que transcendia os limítrofes dos grandes centros. Embora derivados da contradição do universo urbano, os “tenentes” atingiriam um Brasil longínquo, ação que nenhum dos grupos emergentes da contradição conseguiria,

⁶¹ Ver apêndice.

nem mesmo o PCB. Eram nessas regiões periféricas que as raízes da oligarquia tradicional se fixariam, no entanto, seus opositores políticos mantinham a crítica ao evidente e ao aparente: a dominação do Estado central pelos setores agrárioexportadores. Os “tenentes” também se rebelaram contra o aparente, mas o contato com o “Brasil real” e as inter-relações com a situação histórica específica – a necessidade de mudanças e as delineações de projeto de futuros – proporcionariam ao tenentismo uma atuação diferenciada da demais forças contemporâneas. Não por acaso, nos anos 30, os “tenentes” entrariam em choque direto com as oligarquias tradicionais e se empenhariam na elaboração de propostas, cujo núcleo era a desestruturação do poderio oligárquico nas esferas locais, como a proposta de representação classista.

De certa forma, essa atuação dos “tenentes” fortaleceria a ideia de contestação. Não apenas dos setores populares, que descobririam em Luiz Carlos Prestes um líder, mas também de grupos que buscavam poder político. O próprio capitão declara na Bolívia que após a Coluna *as massas mais ignorantes do Brasil sabem hoje o que é o espírito da revolução*, situação que abriria uma radicalização do desejo de mudança, porém um contágio revolucionário muito bem conduzido pelos setores dissidentes. Por isso, grande parte do *clima revolucionário* proporcionado pela Coluna se direcionaria para um pacto com as oligarquias dissidentes na Aliança Liberal.

3 - O processo de bifurcação e a aproximação aos civis.

Até então, o tenentismo foi abordado em um grande bloco, destacando as manifestações ativas, no qual embora houvesse diferenciações, agiu sob o escopo de um comando centralizado na Revolta de 1924 e, sobretudo, na Coluna Prestes. A partir do exílio da Coluna na Bolívia, a situação se alteraria. O tenentismo seria marcado por fissuras internas, que possivelmente estavam interligadas às formas como as frações processariam a experiência durante as revoltas armadas.

A partir do desmembramento da Coluna, novos traços do movimento tenentista começariam a se delinear. A pulverização dos jovens revoltosos estava inserida no cenário de aprofundamento da crise processada ao longo da República Velha. Diante dos acontecimentos subversivos dos militares, da ampliação de organizações da incipiente sociedade civil, da cisão intra-oligárquica, da efervescência partidária e da permanência do Estado Oligárquico, os últimos anos da década de 20 seriam decisivos. O golpe capital seria dado pela conjuntura internacional que afetaria

sobremaneira o sustentáculo da economia brasileira. A quebra na Bolsa de Nova York foi determinante para concretizar a derrocada do modelo agrárioexportador, abrindo-se ao irreversível processo de transição para o mundo moderno urbano-industrial. Os sustentáculos econômicos da estrutura da Primeira República seriam fortemente abalados com a crise internacional e com o avanço das contradições internas⁶².

A cisão no bloco oligárquico, já esboçada durante a Reação Republicana, em 1922, ou, como destaca Perrissinotto (1997), durante toda a República Velha, atingiu maior envergadura no final da década de 20. Por isso, o sistema representativo entra em profunda crise, na qual movimentos e setores na órbita oligárquica constituíram-se em segmentos que, embora com posições diferenciadas, extravasaram os aspectos excludentes do regime oligárquico. O avanço das dissidências oligárquicas, que no plano econômico reflete a crise da economia cafeeira, teria como consequência no plano político o surgimento de uma série de novos partidos, dentre os quais o Partido Democrático de São Paulo, o Partido democrático do Distrito Federal, Partido Democrático do Rio de Janeiro, Partido Libertador. Tais partidos

representam oligarquias que contestam a hegemonia absoluta dos interesses cafeeiros e buscam ampliar sua participação no poder, ou então representam cafeicultores dissidentes que entram em confronto com seus representantes nos governos Bernardes e Washington Luís (FORJAZ, 1978, p. 36).

De qualquer forma, esses partidos capitaneados pela oligarquia descontente significariam possibilidades de canalização das insatisfações dos setores sociais urbanos, ainda mais depois do *clima* de contestação proporcionado pela Coluna Prestes. Mas a cisão no núcleo hegemônico no poder, com a formação da Aliança Liberal, fragmentando o domínio oligárquico e imprimindo um sucessivo e inevitável esgotamento do modelo político vigente na Primeira República, não significa radicais transformações nas estruturas sociais e políticas. Assim, muitas das diversas forças políticas que convergem para a Aliança Liberal compartilhavam de um modelo de democracia liberal não muito distantes das oligarquias tradicionais. Segundo Forjaz

⁶² Os limites desse modelo não eram apenas externos. Celso Furtado (1954) analisa os mecanismos que fomentaram a constante superprodução cafeeira e a manutenção da política estatal de permanência da atividade econômica tipicamente colonial, ou seja, dependente de uma demanda inelástica. Assim, a política equivocada de fomentação do setor cafeeiro acentua o desequilíbrio entre oferta e procura, uma vez que incentivava a produção do produto. A forma da política de valorização do café, durante a primeira república, para Furtado, acabou aprofundamento a crise da economia colonial brasileira. Essa consideração evidencia que a crise de 1929 só viria concretizar um processo em curso na sociedade brasileira.

(1988) *a liberal-democracia foi sempre a ideologia que convive, na Primeira República e mesmo depois dela, com um sistema econômico-social altamente excludente e com um sistema político fechado, oligárquico e efetivamente muito pouco democrático* (Forjaz, 1978, p. 39). A aglutinação de vários grupos com projetos heterogêneos na Aliança Liberal, assim como na revolução de 30, de acordo com Pandolfi (2003), seria uma das causas de incertezas políticas e de diferentes projetos que disputaram o jogo político no pós-30.

Assim sendo, a ramificação da crise de alianças no final dos anos 20 possibilitou aproximação de alguns grupos civis com setores tenentistas. A expressão política da oligarquia dissidente buscava apoio dos militares e procurava canalizar a insatisfação popular para se impor no cenário político nacional. As longas reportagens acerca dos combatentes da Coluna consolidavam Luiz Carlos Prestes, líder da Grande Marcha, como *Cavaleiro da Esperança*⁶³, pois que simbolizava a radicalização de um sentimento de transformação e ampliação do jogo político.

Foi nessa conjuntura que setores oposicionistas visualizavam no prestígio dos revoltosos a possibilidade de articulação de um movimento político em esfera nacional. Assim, iniciaram-se contatos entre oligarquia dissidente, principalmente do Rio Grande do Sul, e revoltosos exilados na Bolívia, Argentina e Uruguai⁶⁴. No entanto, segundo Carone (1975), foi no exílio o primeiro momento de reflexão e de opções entre os jovens revoltosos. Foi a partir desse período que se afirmaram as posições ideológicas e as disposições que posteriormente levariam à cisão do movimento. A partir de então, cada segmento passaria a definir quais os caminhos para a construção do país.

Segundo Cordeiro de Farias (1981), os primeiros contatos entre os revolucionários e os aliancistas ocorreram entre Oswaldo Aranha e João Alberto. Oswaldo Aranha, secretário da justiça do governo gaúcho de Getúlio Vargas, era o principal articulador dos contatos com os revolucionários exilados. O revolucionário estava ligado à Frente Única Gaúcha, efetivada em 1928, com a aliança de dois grupos opostos até então: Partido Republicano do Rio Grande do Sul e o Partido Libertador. A

⁶³ O exílio de Prestes e outros na Bolívia e a posterior suspensão da censura à imprensa, em 1927, proporcionaram que a opinião pública tomasse ciência da “epopeia” realizada pela Grande Marcha. Houve uma grandiosa abordagem jornalística que expôs às populações das grandes cidades a jornada dos ex-combatentes da Coluna, levando-as a um mito: Luiz Carlos Prestes (Prestes 1990).

⁶⁴ Os tenentes que não se encontravam no exílio mantinham-se na clandestinidade. Esse foi o caso de João Alberto, Djalma Dutra e Siqueira Campos, que se movimentavam buscando sempre estar em contato com Prestes e outros exilados. Juarez Távora, após fugir da prisão⁶⁴, oscilava entre a clandestinidade e o exílio, já Cordeiro de Farias e Eduardo Gomes se regularizaram perante o judiciário e voltaram ao Exército, porém, mantinham-se em constante conspiração.

união entre republicanos e libertadores foi em grande parte responsável pelo lançamento da candidatura de Vargas e do paraibano João Pessoa, em 1929, pois o Estado era o principal articulador da oligarquia dissidente e da frente de cisão dos setores oligárquicos⁶⁵.

Dessa forma, entre 1927 e 1929, os políticos civis passaram a manter um contato sistemático com os militares revoltosos. Para Nelson Werneck Sodré (1985), a conjugação entre civis organizados partidariamente e os militares, significava não só o abandono da hostilidade, mas também a possibilidade de entendimento com políticos buscando uma permuta da *prática da ação armada pela prática da ação política*.

A resistência em relação a essa alternativa seria de Luiz Carlos Prestes. Já em contato com a teoria comunista na Bolívia, devido à intervenção de Astrojildo Pereira, então secretário do PCB⁶⁶, a solução para o líder da Coluna parecia não ser a união com grupos civis oligárquicos. Após muita insistência de Siqueira Campos, Prestes encontrou-se com Getúlio Vargas para discutir a base da possível colaboração⁶⁷. Porém, o “Cavaleiro da Esperança” mantinha-se cético em relação à aliança com civis, principalmente com Getúlio e Oswaldo Aranha, pois considerava a união prejudicial às “verdadeiras reivindicações revolucionárias”. As discordâncias de Prestes em relação à atuação conjunta com os civis conduziram à fissura definitiva no tenentismo.

⁶⁵ A aliança entre civis e militares se acentuaria em 1929 com o processo de sucessão presidencial, em que Washington Luís quebraria o acordo com Minas ao indicar o conterrâneo Júlio Prestes, levando assim a cisão dentro do próprio grupo dominante, pois se rompia o acordo entre São Paulo e Minas Gerais. O governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, que julgava ser a vez dos mineiros de governar a nação, em repúdio a ação de Washington Luís firmou pacto político com Rio Grande do Sul apoiando a candidatura do Estado, que teria Getúlio Vargas como presidente e o governador da Paraíba, João Pessoa como vice. Assim, nasceu a Aliança Liberal, uma coligação partidária que tinha como componentes as oligarquias do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e ainda vários grupos de oposição ao governo federal como o Partido Democrático, civis e militares.

⁶⁶ Prestes, quando estava exilado na Argentina em fins de 1927 –, seu destino depois da Bolívia – recebeu a visita de Astrojildo Pereira, representante do Partido Comunista Brasileiro, que lhe levou literatura de caráter marxista, buscando uma aproximação com a figura militar mais destacada naquele momento. Com essas sucessivas visitas, Prestes abriria um processo de transição que o levaria em 1930 a romper com os velhos companheiros da Coluna e integrar-se ao PCB. No entanto, segundo Luis Alberto Zimbarb, a aproximação entre a esquerda tenentista e o comunismo se processou anteriormente à visita de Astrojildo a Prestes. Segundo o autor, Pedro Mota Lima inicialmente ligado ao movimento tenentista e suas manifestações de 1922 e 1924, chegou a participar de reuniões do Comitê Central do PCB e da formulação e redação dos jornais “O 5 de Julho” de 1924 e “A esquerda” de 1927, atuação que, para Zimbarb, denota que a aproximação foi anterior. Ver Zimbarb (2001).

⁶⁷ Apesar de suas posições, Prestes atendeu à convocação de Oswaldo Aranha (por insistência dos tenentes) e foi a Porto Alegre, em outubro de 1929, quando lhe ofereceram a chefia militar do movimento revolucionário. Foi nessa ocasião que Prestes e Getúlio Vargas se encontraram pela primeira vez. O cavaleiro da esperança não aceitou formalmente a chefia militar (Forjaz, 1978, 77).

Em 1930, com o Manifesto de Maio, Prestes rompeu abertamente com o tenentismo⁶⁸. O conteúdo do manifesto conduziu à polêmica com seu ex-companheiro da Coluna, Juarez Távora, que já estava próximo ao grupo da Aliança Liberal⁶⁹. A declaração de Prestes referiu-se ao Programa da Aliança Liberal como “anódino” e composto pela “simples mudanças de homens”, permeado pelo aparente discurso democrático.

A Revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade representativa, de respeito à Constituição e moeda estável e outras panacéias, nada resolvem nem podem de maneira alguma interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes⁷⁰.

A partir desse rompimento Edgar Carone (1975) defende a ideia de que as posições ideológicas do tenentismo dividiram-se entre “tenentismo político”, de Juarez Távora, João Alberto, Miguel Costa, e o “tenentismo social”, que sob liderança de Luiz Carlos Prestes⁷¹ desvinculou-se do movimento e dirigiu-se ao PCB. Tal dicotomia, a nosso ver, pode incorrer em excessiva generalidade esquemática, uma vez que são inviáveis tipos puros de atuação política e de atuação social. Como definir “político” e “social”? Veremos adiante que essas categorias não correspondem às análises realizadas dos documentos tenentistas, pois tanto o grupo que atuou no Estado quanto aquele que integrou o PCB tinha pretensões sociais e políticas, embora com graus diferenciados. Nesse sentido, uma ressalva se faz necessária: a partir de agora analisaremos o segmento tenentista que aderiu à Aliança Liberal, participou da Revolução de 30 e atuou no cenário legal da configuração do novo pacto social que se forjara.

⁶⁸ A morte de Siqueira Campos, tenente mais próximo a Prestes, foi decisiva para seu afastamento definitivo do movimento e para a declaração do Manifesto de Maio. Juarez Távora, em suas memórias, acentuaria que esses dois episódios *constituíram duas perdas extremamente sérias – não apenas para ação conspiratória dos elementos militares; dificultaria, também após a vitória revolucionária a sua desejada ação renovadora frente à nova situação política estabelecida no país* (Távora, 1974, p.267).

⁶⁹ Prestes concebia que os velhos companheiros se inclinaram à Aliança Liberal pelas promessas de anistia aos revolucionários da década de 20, mais especificamente aos militares dos dois episódios de 5 de julho. Essa prometida anistia seria para Prestes o principal motivo que conduzira os “tenentes” à Aliança Liberal.

⁷⁰ *Manifesto de Maio de 1930 de Luiz Carlos Prestes*. In: PRESTES (1990) p.461. (Anexo 41).

⁷¹ Emigdio Miranda, Silo Meirelles e seu cunhado Carlos da Costa Leite foram alguns dos integrantes do movimento tenentista nos anos 20 que seguiram com Prestes ao PCB. Silo Meirelles, por exemplo, apoiou o movimento do Forte de Copacabana e participou da revolta da Escola Militar do Realengo em 1922, sendo preso até 1927. Ano que volta a conspirar juntamente com Juarez Távora, integrando as articulações da revolução de 30, mas não participa efetivamente se afastando do movimento para integrar o PCB juntamente com Prestes. Algumas dessas figuras foram articuladoras da revolta comunista de 1935, conhecida com “Intentona Comunista” (Zimbarb, 2001).

A justificativa se concentra no fato de que esse caminho foi o escolhido pela grande maioria dos “tenentes” e, principalmente, porque esse segmento optou pela atuação no interior da esfera legal, tanto na participação nos postos administrativos quanto nas instituições tenentistas. Seria nas esferas estatais, co-participando do ordenamento jurídico-político do pacto social após 1930, que esses “tenentes” buscariam corresponder às exigências de delimitações de projetos nacionais. O que nos permite maior aproximação ao nosso objetivo de compreender os graus de interatividade entre trajetória tenentista e cenário de constituição da modernidade, refletindo na construção de sua identidade coletiva e, conseqüentemente a formulação de um projeto nacional. O movimento de outubro de 1930 seria uma ação *preventiva, ou pelo alto, porque breiou ao mesmo tempo em que utilizou as novas forças em ebulição para manter a ordem dentro da mudança* (CEPÊDA, 2004, p.135). Contudo, o *desajuste* do projeto ideológico da Primeira República emergira das mudanças econômicas e sociais em curso no pré-30. Os “tenentes” seriam uma das forças políticas que emergiriam das transformações econômicas e urbanas da década de 20 e que, portanto, estariam diante de um cenário em que,

A pluralidade de projetos, interesses, rumos e a qualidade de incerteza política e econômica que transformou esse jogo numa série de propostas testadas *ad doc*, acentuam a importância das batalhas das idéias e a força ideológica dos interesses envolvidos, ou seja, nem ciência pura, descolada dos conflitos reais, em projetos acabados de capitalismo e sociedade (CEPÊDA, 2004, p.137).

Sendo assim, a Aliança Liberal reinventaria a conjunção do movimento político da Reação Republicana só que agora de forma muito mais radical. A união das oligarquias dissidentes em convergência com setores militares, em 1929, traria consigo a cisão dentro da própria fração hegemônica dos cafeicultores e seus representantes no poder. No entanto, as diversidades ideológicas no interior do tenentismo não se limitam entre PCB e Aliança Liberal, essa é a primeira grande cisão do movimento.

4 - O processo de pulverização no pós-30: as instituições tenentistas

A inserção do tenentismo após a Revolução foi conturbada, não apenas pela conjuntura política brasileira, mas também pelo fato de que a atuação dos “tenentes”

não seria homogênea, nem unificada e muito menos pacífica. Há diferentes momentos e diferentes personagens nesse processo⁷².

A participação na Aliança Liberal e na articulação armada da revolução de 30 renderia aos “tenentes” um papel ativo na reorganização política do país e na institucionalização dos ideais da revolução. Logo após a revolução, observa-se uma propagação do movimento tenentista em relação à estrutura de Estado, com atuação direta dos principais líderes tenentistas nos ministérios, caso de Juarez Távora na pasta da Agricultura, ou na configuração política, assim como em postos-chave na Federação, caso das interventorias de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia.

Diante desse cenário, imediatamente após o movimento de outubro de 30 proliferaram organizações tenentistas pelo país, cuja principal função consistia em garantir a obra da revolução e em organizar o movimento no cenário político pós-30. Em fins de 1930, foram criadas em vários Estados as Legiões Revolucionárias, porém a sede dessas instituições concentrou-se em São Paulo, fundada por Miguel Costa, João Alberto e Mendonça Lima (CARONE, 1975).

Em fevereiro de 1931, no Rio de Janeiro, formou-se o Clube 3 de Outubro, com vários elementos ligados ao tenentismo. Visando a criação de uma instituição que organizasse e centralizasse suas reivindicações, os “tenentes”, por orientação de Góes Monteiro, se reúnem na casa de Afrânio de Melo Franco e lançam as bases do que viria a ser o Clube 3 de Outubro⁷³. Essa entidade concentraria as discussões das principais propostas da Revolução de 1930 e manteria um forte apoio ao Governo Provisório.

Essas instituições são relevantes para o nosso trabalho uma vez que concentram a discussão política e programática dos “tenentes” após a revolução. O conflito armado, vislumbrado por toda década de 20, seria institucionalizado dentro do novo pacto de

⁷² Uma evidência do cenário conturbado foi a metáfora construída simultaneamente aos acontecimentos pelo jornal “Diário Nacional”, o principal opositor do tenentismo em São Paulo. Segundo Vavy Pacheco Borges (1992), os democráticos retomaram uma expressão da mitologia grega para se referirem ao tenentismo no início dos anos 30: “hidra de lerna”. Segundo Borges, *a comparação feita com a ‘hidra de lerna’ e suas várias cabeças parece clara e pertinente para a ilustração do monstruoso inimigo contra o qual querem alertar as ‘classes conservadoras’* (Borges, 1992, p. 153). A partir dessa metáfora, a autora destaca, sobretudo, três vertentes principais do tenentismo no início dos anos 30: 1- ação isolada ou conjunta dos “chefes revolucionários”, como João Alberto, Juarez Távora, Juracy Magalhães, dentre outros; 2 – o Clube 3 de Outubro e sua articulação política; e 3 – a vasta presença de militares federais no estado de São Paulo, assim como a presença nítida de militares nos quadros burocráticos do Estado. Essa configuração remete à força tenentista obtida logo após a revolução de 30.

⁷³ A primeira diretoria seria formada por Pedro Ernesto (primeiro vice-presidente), Herculino Cascardo (segundo vice-presidente), Oswaldo Aranha (terceiro vice-presidente), Augusto do Amaral Peixoto (tesoureiro), Temístocles Brandão Cavalcanti (primeiro-secretário) e Hugo Napoleão (segundo-secretário). Em junho de 1931, Góes renuncia e Pedro Ernesto assume a presidência do Clube. (Arquivo Clube 3 de Outubro CPDOC-FGV).

ordenamento jurídico-político do Estado brasileiro. A fração tenentista que apoiara a revolução teria agora que construir formas de representação legal para se inserir nesse contexto.

O principal discurso que permeava a criação da Legião de São Paulo⁷⁴ era a tentativa de congregar as “forças revolucionárias”, agregar apoio popular à Revolução e ao Governo Provisório e combater o regionalismo. Como coloca Peter Flynn (1979), o intuito era criar um tipo de “exército civil da revolução”⁷⁵ que pudesse dar sustentabilidade aos ideais outubristas. A Legião estaria organizada em vários distritos do Estado, chegando a ser propagada uma adesão de 17 mil homens, mas, segundo Flynn, essa força seria apenas uma ilusão, já que ela encontrava diversas dificuldades, além de fazer forte oposição aos democráticos em São Paulo.

Embora inicialmente influenciada pelas ideias de Plínio Salgado, que acolheu em sua casa a primeira reunião de formação da instituição e redigiu o programa lançado pela mesma em março de 1931, a Legião foi conduzida por Miguel Costa. Figura apresentada pelos legionários como “herói revolucionário paulista”, que ficaria com o encargo de aproximar a Legião às classes operárias e massas trabalhadoras. Segundo Vavy Pacheco Borges (1992), a imagem de Miguel Costa expressada em “O Tempo” era exaltada constantemente, produzindo um tipo de “miguelismo” nesse período. Para a autora, isso evidencia a característica do movimento ligado à Legião Revolucionária como “altamente personalista”.

De fato, diante da hostilidade crescente das forças civis democráticas e republicanas paulistas, a Legião tentaria aproximar-se dos setores trabalhadores buscando uma base social de apoio mais sólido. Mas a Legião teria vida curta, no início de 1932 o acirramento do conflito entre tenentismo e forças constitucionalistas conduziu a Legião à derrocada inevitável. Em fevereiro, o então presidente da instituição, Miguel Costa, resolvera transformá-la em partido político fundando o Partido Popular Paulista,

⁷⁴ Há poucos trabalhos que abordam especificamente a Legião Revolucionária, o que faz com que pouco se saiba sobre a organização. Devido a essa escassez, pautamo-nos principalmente em dois trabalhos: o artigo de Peter Flynn (1979), que aborda a questão de forma exclusiva, e Vavy Pacheco Borges (1992) que destina um capítulo para discutir referido tema.

⁷⁵ Embora tenha sido fundada por três militares, a Legião Revolucionária adquiriu um caráter civil com uma prática política aberta. Participavam professores, jornalistas, profissionais liberais etc. Porém, Vavy Pacheco Borges (1992) ressalta que a falta de fontes dificulta a definição dessas participações, assim como a própria manutenção financeira, já que não havia registro de documentos de contabilidade. Nesse sentido, a autora tenta rastrear a atuação da Legião Revolucionária através de análise dos jornais “O Tempo” e “Correio da Tarde”, que seriam os porta-vozes da instituição em São Paulo.

mesma data de união do Partido Democrático e o Partido Republicano com a Frente Única Paulista (FUP) (BORGES, 1992).

Os motivos do fracasso da Legião são obscuros, porém há que se destacar que a Legião, já em meados de 1931, falhava em sua proposta inicial – articulação das forças revolucionárias tenentistas em São Paulo – ao se envolver com as disputas políticas locais. Por outro lado, não podemos desconsiderar que nesse momento, a instituição era o único grupo que apoiava Vargas concomitantemente a uma proposta de constitucionalização imediata do país, como veremos no capítulo 4. Porém, ainda que a Legião avançasse em relação aos anos 20, ao formular manifesto e programa político, ainda apresentava propostas turvas em relação aos rumos do futuro da nação, não conseguindo congregiar apoio entre os revolucionários nem mesmo no interior da própria instituição, conturbação apreendida na intensa disputa entre João Alberto e Miguel Costa.

Nesse sentido, supõe-se que o fracasso da Legião possa abarcar três eixos: 1) a dificuldade de articulação programática da instituição, uma vez que apresentava medidas pouco elaboradas, embora significassem um avanço em relação aos anos 20; 2) as dificuldades de congregiar apoio entre os próprios correligionários e entre os “tenentes” atuantes no Estado paulista; 3) a turbulência política do Estado que concentrava a resistência oligárquica em relação ao tenentismo. Obviamente que os dois primeiros pontos prejudicariam decisivamente a inserção dos “tenentes” da Legião na última esfera.

Após o enfraquecimento contínuo da Legião e o afastamento de João Alberto da Interventoria paulista, atrelados aos inúmeros confrontos com a oligarquia tradicional, o Clube 3 de Outubro conduzir-se-ia à articulação do movimento em esfera nacional. O arcabouço dessa instituição se diferenciava consideravelmente da Legião, a começar pela estrutura, maior unidade e maior articulação na capital federal, sobretudo com o grupo varguista e gaúcho:

O Clube 3 de Outubro, cujo primeiro presidente foi Góes Monteiro, foi constituído com o objetivo de contrapor às legiões, que haviam arranhado o prestígio dos tenentes e se tinham dedicado a assuntos puramente regionais. Além disso, o Clube tinha alguns aspectos fundamentalmente diferentes das legiões. Em primeiro lugar, seus membros eram revolucionários autênticos, e não políticos arrivistas, como em São Paulo e Minas Gerais. Em princípios de 1932, dois terços dos filiados ao Clube eram oficiais das Forças Armadas selecionados por critérios rigorosos (Connif, 1979, p. 135).

Diferenças marcantes do Clube em relação às Legiões iniciavam com a restrição da adesão, que não buscava uma organização das massas e muito menos participação político-partidária. A atuação do Clube 3 de Outubro foi mais corporativa buscando agregar os “tenentes autênticos”. Para Forjaz (1988), o Clube era uma organização fechada, elitista e que articulava a cúpula tenentista no governo, exercendo uma função de órgão de mediação entre as interventorias e o Governo Central. A autora complementa dizendo que além de ser uma resposta ao fracasso das Legiões, a fundação do Clube foi uma retaliação à marginalização imediata do movimento tenentista no pós-30.

A preocupação com a congregação dos revolucionários “autênticos” é observada nos documentos do Clube 3 de Outubro. O Capitão João Pereira Machado evidencia, em carta ao Presidente, a preocupação em relação à presença na Assembléia outubrista do jornalista Mozart Monteiro – colunista de “O Jornal” – que em artigos dizia que nas reuniões da instituição os “tenentes” não chegavam a um acordo sobre coisa alguma. Segundo o Capitão, o intuito dessas colocações era fazer “intriga” diante da opinião pública e dos companheiros revolucionários externos ao Clube. Sendo assim, sugere *a necessidade de dar uma nova regulamentação à admissão de sócio (...) assim, para o futuro, evitarmos outros males semelhantes, que nos possam vir a incomodar*⁷⁶.

Nessa colocação, a preocupação era claramente de que as discussões, discordâncias e possíveis desentendimentos entre os sócios do Clube 3 de Outubro ficassem restritos entre os membros da instituição, uma vez que necessitavam de discurso e de atuação coesa diante do cenário conturbado dos anos 30, aspecto que os diferencia fundamentalmente da Legião.

Assim, para ser membro do Clube era preciso passar primeiramente por uma sindicância, ter sido indicado por um sócio e ter trajetória revolucionária comprovada. No Estatuto do Clube 3 de Outubro, esses requisitos são expostos de forma clara e direta. Para ser considerado sócio efetivo havia a exigência de que o cidadão percorresse um período como sócio solidário, ou seja, *todos os que identificados com os ideais do Clube e agrupados em torno de um sócio efetivo, prestem o compromisso escrito de aceitar o seu programa e a sua orientação*⁷⁷.

⁷⁶ Arquivo Pedro Ernesto Batista – PEB 31.12.18.

⁷⁷ Arquivo Augusto do Amaral Peixoto (CPDOC) – AAP – Manifesto, Estatutos, Programas do Clube 3 de Outubro. 1933. p.21.

Acerca dessa questão, não apenas o Projeto de Lei Orgânica do Clube 3 de Outubro como também várias cartas entre os correligionários traziam como pressuposto básico a defesa incondicional dos ideais da instituição com intuito de configurar uma unidade institucional que transcendia a capital federal:

Art. 1 - O Clube 3 de Outubro é uma sociedade civil que procura congrega, dentro do país, todos os cidadãos que sinceramente desejam concorrer para a defesa e implementação, no terreno da prática, da ideologia revolucionária.

Art. 2 Para a consecução dos seus objetivos o Clube se dispõe a:

1º) Consubstanciar, propagar e defender, num programa político-social, as diretrizes que procurará imprimir à vida político-administrativa da Nação;

2º) Organizar, sobre as bases, os quadros político-partidários do país;

3º) Exercer atenta vigilância sobre tudo que disser respeito ao governo e à administração do país;

4º) Velar pela integridade e unidade da Pátria⁷⁸.

Já se percebe que o Clube estava ciente não apenas da necessidade de formulação de um programa de articulação nacional como também da própria defesa do mesmo. Nas cartas trocadas entre os sócios do Clube nas diversas regiões do país, cujo Rio de Janeiro seria a central organizacional, observa-se a articulação, realizada, sobretudo por Juarez Távora, na proposição de unificação do programa entre os revolucionários. Por outro lado, o Clube tenta ramificar suas influências diante do contexto social chegando a auto instituir-se como “sociedade civil”, compreensível uma vez que tentava corresponder à conjuntura de crise, política, social e econômica brasileira no início dos anos 30.

Assim, cabe destacar que embora essa instituição tenha buscado se articular no âmbito nacional, a sede de toda articulação se deu na então Capital Federal. Nesse sentido, os outubristas do Rio de Janeiro seriam os grandes articuladores da formulação do programa mais elaborado dos “tenentes” até então. Porém, a predominância do Clube no Rio de Janeiro não se limitava ao nível ideológico e programático, mas se estenderia à própria organização do movimento na esfera nacional, mediando as contradições e cisões internas. Nesse sentido, o primeiro problema enfrentado pelo Clube 3 de Outubro, já na sua criação, foi o impasse entre o interventor paulista, João Alberto, e o líder da Legião e comandante da Força Pública Paulista, Miguel Costa. Este tentava ampliar seu prestígio frente aos grupos políticos locais com o objetivo de destituir João Alberto do cargo de principal autoridade estatal. O interventor, em sua defesa, dizia ter dificuldades em executar reformas programadas em detrimento da ação de Miguel Costa

⁷⁸ Arquivo Valdemar Falcão (CPDOC) VFc 32.07.08.

no Estado de São Paulo. Após ouvir ambas as argumentações o Clube decidiu apoiar João Alberto⁷⁹.

A decisão pelo apoio ao interventor evidenciava discordâncias ideológicas entre o Clube e Miguel Costa. Este fazia pública campanha, por intermédio da Legião paulista, em favor da constitucionalização imediata do país. Em contrapartida, o lema do Clube desde sua fundação fora a defesa do regime ditatorial como instrumento de garantia das reformas institucionais e sociais no Brasil.

No entanto, há algumas ressalvas acerca desse processo: a tentativa tenentista de corresponder à necessidade de situação histórica encontrava contradições à medida que sua institucionalização estaria atrelada ao esforço das Forças Armadas em anular o movimento dentro da instituição.

O caso mais expressivo foi a participação do General Góes Monteiro⁸⁰ na formulação do Clube 3 de Outubro. Movido pela *intervenção moderada*, o intuito principal do General seria limitar a influência tenentista nas Forças Armadas, extensão que causaria abalo dos pressupostos institucionais de disciplina e hierarquia desde 1922. Buscando impedir que o tenentismo invadisse as fileiras do Exército, Góes não medira esforços para criar um ambiente específico para a discussão política dos “tenentes”. Esse empenho que renderia a primeira presidência a Góes, sendo logo substituído pelo médico Pedro Ernesto, simpatizante do tenentismo desde a revolta de 24 e um dos principais articuladores do movimento na capital federal (CONNIFF, 1979).

Entretanto, a gênese das instituições integrava também os núcleos varguista (Oswaldo Aranha) e militar (Góes Monteiro) com objetivo de reservar um espaço limitado de discussão política, o que não significa que essa influência tenha se perpetuado na atuação e nas trajetórias dessas instituições e muito menos que os “tenentes” do Clube tivessem essa convicção. Portanto, ainda que o Clube tivesse sido supostamente formulado para corresponder, num primeiro momento, à obra revolucionária e, também para manter a intervenção tenentista longe dos quartéis, após a criação, Góes Monteiro se afasta e quem direcionaria o Clube seriam os próprios “tenentes”. A permanência de revolucionários históricos, como Juarez Távora, Augusto

⁷⁹ (Conniff 1979).

⁸⁰ A aproximação entre civis e militares na Aliança Liberal resultou não só na atuação de alguns militares revolucionários no movimento de 1930, mas também na aliança entre civis e esse setor militar na condução do processo revolucionário. Dessa forma, no pós-30 a expressão “tenentes” tem uma denominação ampla, englobando Oswaldo Aranha, Pedro Ernesto, Carlos Lima Cavalcante, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, entre outros. Alguns militares também aderiram ao grupo tenentista com a revolução de 30. Caso de Góes Monteiro, que assumiu o comando militar da revolução recusado por Luiz Carlos Prestes, e se aproximou cada vez mais do movimento.

do Amaral Peixoto, Herculindo Cascardo, traria a trajetória dos anos 20 e transcenderia a finalidade que motivou sua implantação, como veremos adiante.

Essa ressalva se faz importante porque embora autores (Conniff 1979; Forjaz 1988) que analisaram mais detidamente o Clube, o consideraram como uma organização especificamente tenentista, outras análises anulam a atuação dos “tenentes” no pós-30 tendo como pressuposto a gênese e as pretensões iniciais da instituição. A principal defensora dessa argumentação é Anita Prestes (1999) ao apontar que essa organização não foi instrumento de pressão do movimento em relação a Vargas, compondo enquanto instituição da cúpula governamental.

Ainda que alguns dos líderes tenentistas pudessem acreditar em sua tão propalada autonomia e até mesmo hegemonia política, os “tenentes” não só estavam cada vez mais divididos, como revelavam-se incapazes de imprimir uma feição própria ao curso dos acontecimentos, fatores que permitiram a Vargas criar a impressão, diante da opinião, de que ele dependia dos ‘tenentes’ quando na realidade era o novo grupo no poder que cada vez mais dava as cartas, na medida mesma em que a burocracia civil e militar ia sendo estruturada (Prestes, 1999, p. 68).

Em contrapartida, a ideia de que o Clube tinha expressão política no início dos anos 30 pode ser observada nas colocações de Forjaz (1988),

O Clube era um grupo de pressão que não tinha um papel institucional claramente definido, mas cujo poder de decisão passou a suplantar, a partir de 31, determinadas autoridades institucionais (...) Num regime ditatorial provisório, com baixo grau de institucionalização política, o Clube fazia as vezes de poder legislativo e de canal de transmissão entre certos setores da sociedade civil e o governo, além de, evidentemente, constituir um dos canais de intromissão dos militares no processo político (Forjaz, 1988, p.125).

Nas palavras de Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960):

Para manter o equilíbrio surgiu a terceira força: ‘o espírito revolucionário’ do qual nasceu o famoso ‘Clube 3 de Outubro’. Para ele convergiram os mais ardorosos defensores da revolução de 1930 (...) Ser ‘tenentes’ e pertencer ao ‘Clube 3 de Outubro’ foi, durante alguns meses, muito mais importante do que ser general ou fazer parte do Ministério (PEIXOTO, 1960, p 79).

Ao apontar que os “tenentes” foram apenas uma “égide política” de Vargas, Anita Prestes nega a possibilidade de trajetória do movimento tenentista, tanto antes da formulação dessa organização, quanto sua atuação no cenário político do pós-30. Sob o

escopo analítico apontado principalmente por Forjaz (1988), trabalhamos aqui com a hipótese de que essas instituições, diante da necessidade de corresponderem à situação histórica de projeto de futuro, concentrariam o grande salto em relação à formação da consciência do grupo, uma vez que é por elas que os programas e os projetos serão discutidos e elaborados. A análise dos documentos do Clube 3 de Outubro, sobretudo, do *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*, formulado em fevereiro de 1932, será fundamental para testar nossa hipótese. Ao afirmar a total submissão dos “tenentes” ao governo varguista, Anita Prestes (1999) desconsidera as diferenciações entre ambos. Não só havia diferenças entre os “tenentes”, como também, diante desse contexto em que a cúpula política revolucionária se concentrava no Rio de Janeiro, o Clube 3 de Outubro não apenas seria o grupo tenentista mais expressivo entre 1931 e 1932 como também se constituiu no deságua de um processo em marcha desde 1922.

Também seguimos aqui as delineações de Forjaz (1988) acerca do momento autenticamente tenentista da organização, que se concentra na fase anterior a revolução de 32. Posteriormente a isso, o Clube foi se distanciando do movimento, pois após o levante mudou-se a diretoria que optou por uma abertura ao acesso à instituição. Sendo assim, o Clube não tinha mais um número significativo de “tenentes”⁸¹. No entanto, no processo constitucional, o Clube, embora sob novas configurações, apresentaria o *Esboço*, formulado em 1932, por um correligionário expressivo: Juarez Távora. Este receberia o apoio de vários elementos que haviam se afastado da instituição, mas que diante da Assembléia Nacional endossariam o programa apresentado, caso de Augusto do Amaral Peixoto, eleito pelo Partido Autonomista. Isso evidencia a essência do Clube 3 de Outubro, que se estende da sua formação até a formulação do *Esboço Revolucionário*, no início de 1932, pois mesmo após o afastamento de líderes tenentistas mais expressivos o programa se mantém.

Tendo essa argumentação como plausível, nosso recorte acaba se fechando na atuação do Clube até a formulação do *Esboço*, uma vez que nossa intenção é identificar a trajetória de construção de autorrepresentação que se inicia em 22 e supostamente se completa, ou atinge seu grau de formulação, com esse documento.

Com essa configuração, acreditamos que o nosso trabalho possa colaborar para um novo “olhar” ao movimento tenentista. Considerando-o enquanto grupo político que ao e para se colocar na conjuntura nacional sofreu mutações, interagiu com o externo e

⁸¹ Ver Forjaz (1988) Capítulo III.

correspondeu às necessidades de formulação de projetos de futuro, caminho desconsiderado por grande parte da literatura.

Quando observamos alguns trabalhos como o de Maria Cecília Forjaz (1977; 1988) e Anita Prestes (1990; 1994; 1999), a análise de ambas parece não considerar um percurso da atuação tenentista. Nos trabalhos de Forjaz, há possibilidades do movimento tenentista ter se configurado em um grupo independente de Vargas no pós-30, contudo, não considera essa hipótese no pré-30. A autora inicia a análise do movimento tenentista com o trabalho *Tenentismo e classes médias urbanas*, lançado em 1977, no qual o eixo é a discussão acerca da relação do tenentismo com as classes médias durante os anos 20. Em 1978, foi publicado *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*, cuja abordagem concentra-se na cisão do movimento após a Coluna Prestes, na adesão de um dos segmentos da Aliança Liberal e no rompimento definitivo de Luiz Carlos Prestes com o tenentismo. Em 1988, Forjaz lança *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, trabalho mais elaborado da autora e que apresenta uma análise consistente acerca da atuação tenentista no pós-30. A rigor, trabalho que traz uma nova perspectiva sobre os “tenentes” à medida que procura entendê-los a partir de sua própria atuação no cenário político. Também analisa qual foi a relação entre tenentismo e a instituição das Forças Armadas, na qual Góes Monteiro seria o grande articulador da derrocada tenentista nos anos 30. Dessa forma, percebe-se na obra de Maria Cecília Forjaz uma abordagem ampla e complexa do movimento, no entanto sob uma periodização rigorosa. A cada trabalho, analisa-se um momento específico do tenentismo, deixando escapar a ideia de continuidade entre um momento e outro.

Em contrapartida, Anita Prestes associa as primeiras manifestações do tenentismo como “fruto” da crise da República Velha, ideia que endossamos. No entanto, no pós-30, a autora justifica que os “tenentes” se constituíram em “égide política” de Vargas, não tendo nenhuma autonomia política, concepção que questionamos. A lógica de *Tenentismo pós-30: ruptura ou continuidade?*, Anita Prestes é inversa à de Forjaz. Em 1990, com o trabalho *A Coluna Prestes*, a autora elabora uma refinada análise acerca do percurso e dos documentos da Coluna Prestes e já apresenta a relação tenentismo e sociedade nos anos 20, de forma precisa e consistente. Em 1994, com *Os militares e a Reação Republicana* e 1995 com *Uma epopéia brasileira*, a autora busca as interfaces entre os “tenentes”, as forças políticas civis e o processo de alteração social brasileiro. No entanto, em 1999, a autora produz um texto que traz uma dura crítica ao setor tenentista que se aproximou a Getúlio Vargas e assumiu postos

governamentais no pós-30. A principal tese da autora concentra-se na ideia de que a cooptação dos “tenentes” por Vargas, transformou-os em égide política do Governo Provisório. Enquanto “excelente massa de manobra”, os “tenentes” constituiriam os meios necessários para neutralizar a oligarquia tradicional, sobretudo, no Estado de São Paulo. Nessa afirmação, a autora considera a impossibilidade de autonomia política do tenentismo nos anos 30 e, conseqüentemente, da incapacidade de articulação seja política ou programática de atuação no cenário nacional. Isso remete ao fato de que, para a autora, as relações entre tenentismo e sociedade, inicialmente traçadas nos anos 20, apenas se sustentariam no grupo articulado em torno de Luiz Carlos Prestes, dilacerando-se na atuação do setor mais próximo a Vargas.

Por outro lado, as interpretações que geralmente associam o movimento aos anseios de determinados grupos (à pequena burguesia ou aos interesses corporativistas), acabam sugerindo que o tenentismo já era uma camada conclusa e consolidada que se solidarizou com setores excluídos, após um episódio de afronta à honra militar.

Ou então se isola a atuação dos anos 20 e dos anos 30, não captando as vicissitudes, continuidades e rupturas de ambos os momentos. Essa concepção, geralmente se esquivava em considerar os “tenentes” como emergentes desse cenário de irrupção de vários atores sociais, como as classes médias, o setor industrial, as classes trabalhadoras, constituindo-se em um movimento que percorreu uma trajetória até se extinguir de acordo com a correlação de forças específicas de uma época.

Destarte, o episódio de 1922, embora tivesse uma consonância com as alterações da sociedade brasileira, também significava uma defesa das honras militares diante do conturbado cenário. O intuito dessas colocações não consiste na negação absoluta de que “tenentes” são catalisadores de um processo de efervescência social, mas destacar que eles transcendem essa finalidade na sua trajetória enquanto grupo que transita do campo corporativo-militar para o campo político. A observação atenta entre 1922 e 1932 nos permite observar que há um processo de constituição dos “tenentes”, mesmo com as fragmentações internas, que os distanciam das Forças Armadas e os aproximam da sociedade.

O tenentismo, portanto, foi um movimento que teve uma trajetória política específica, datada e limitada em um contexto temporal que consideramos ser de 1922 a 1935, momento em que formalmente se extingue o Clube 3 de Outubro. Por um lado, a correlação de forças entre segmentos nos anos 30 penderia para a articulação entre

grupos emergente e grupos tradicionais, configuração que não incluía os “tenentes” inimigos eternos das oligarquias tradicionais.

Por outro, a vitória de Góes Monteiro e sua *política institucional* dentro do Exército, como a Revolta de 32, com sua política de *intervenção moderada* conseguiu de fato exercer a política do Exército e esterilizar os ideais tenentistas nas Forças Armadas e na sociedade civil. Como bem destaca Forjaz (1988),

O tenentismo foi um movimento (e o último desse tipo de envolvimento militar de um segmento da instituição não totalmente profissionalizada, típico da Primeira República) que significou a antítese dos movimentos posteriores a 37, que tinham como princípio básico o envolvimento da instituição como um todo, conduzida por seus chefes, e tentando promover seus valores e objetivos próprios enquanto organização (FORJAZ, 1988, p.213).

Por isso não há fundamentação nas afirmações que apontam os acontecimentos de 1964 como uma ramificação tenentista. Antes de qualquer associação deve-se considerar o momento específico de atuação tenentista, sua trajetória enquanto movimento político emergente de uma dada situação histórica e principalmente, que os “tenentes” transcendem a ideia de personagens, palpitações revolucionárias ou defensores de grupos políticos. Ou seja, o tenentismo enquanto portador de ideais e de projeto de futuro, enquanto movimento político organizado sob uma trajetória, cuja emergência e inserção foram observadas a partir do processo de modernização no Brasil.

Com a exclusão do tenentismo da cena política, as intervenções militares estariam muito mais próximas do processo de industrialização buscando melhorias armamentistas, aspecto evidenciado na negociação da instalação da indústria siderúrgica no Brasil, do que com os problemas que envolvem a sociedade como um todo. Com exceção da Revolta dos Sargentos em 1963, a lógica das intervenções militares após o 1937 circundaria novamente os altos escalões, assim como antes do surgimento do tenentismo. A interseção mais refinada e a correspondência mais estreita entre Exército e sociedade, mérito da atuação tenentista entre os anos 20 e 30, reduziria progressivamente, atingindo o abismo das décadas de 60 e 70. Nesses “anos de chumbo”, o que perpassava a cúpula militar era a garantia da ordem dentro do progresso. Portanto, identificar 64 como expressão tenentista⁸² é desconsiderar a

⁸² Elio Gaspari (2004) sustenta que Geisel foi um ex-tenente, pois apoiou os movimentos de 22 e 24. No entanto, a própria colocação do autor acaba considerando-o enquanto personagem e não enquanto

peculiaridade do tenentismo enquanto movimento político-social e enquanto relevância intrínseca na trajetória das intervenções militares no Brasil.

integrante do movimento político tenentista. *Em 1922 e 1924 Geisel apoiou as revoltas do Forte de Copacabana e de São Paulo. Esteve nas mobilizações de 1930, 37, 45, 61 e 64. Participou da desordem de 1965, quando se baixou o AI-2. Apoiou as de 1968, com o AI-5, e de 69, quando os ministros militares se transformaram numa junta e usurparam o poder do vice-presidente Pedro Aleixo depois do acidente vascular cerebral que incapacitou o Marechal Costa e Silva. Geisel se opôs às desordens de 1931, quando a guarnição do Recife se rebelou, e à revolta comunista de 35. Por certo, foi contrário à revolta dos sargentos de 1963 e à dos marinheiros de 64* (GASPARI, 2004, p. 14).

PARTE II

CAPÍTULO III
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA
TENENTISTA NO PRÉ-30

A relação do tenentismo com a irrupção do processo de modernização, considerando-o enquanto um dos grupos emergentes, e a peculiaridade do movimento inserido nas intervenções militares, abrem possibilidades para abordarmos especificamente nosso objetivo central: a trajetória política tenentista enquanto processo (1922/1932). Assim, optamos por dividir em dois capítulos respeitando uma ordem cronológica (pré-30 e pós-30) uma vez que o nosso intuito é observar o processo de construção da autorrepresentação do movimento tenentista enquanto grupo político, cuja hipótese é a de que isso coincidiu com as interações do movimento com outros grupos e com o contexto dos dilemas derivados da dinâmica da modernização no Brasil.

Nesse sentido, consideramos ser possível observar como os “tenentes” transitaram de grupo militar, em 1922 (defesa dos interesses corporativos), a grupo político, em 1932 com o *Esboço*; transmutação submersa às transformações estruturais econômicas e, conseqüentemente, políticas e sociais. Ou seja, supostamente, foi nesse período que o tenentismo, ao interagir com a esfera sócio-política, se autoconfigurou enquanto grupo. Isso significa considerar grupo político aquele que interfere no processo político de seu tempo enquanto parte dele e é portador de uma identidade capaz de criar mecanismos de intervenção no processo social. A partir daí, os grupos sociais dotados de representação, derivada da inter-relação com demais grupos, atuam na estrutura histórica buscando efetivar seus interesses por intermédio da construção de intervenção social.

É nesse íterim que pode ocorrer o confronto entre *ideologia* e *utopia*, ferramentas que permitem os próprios grupos compreenderem as estruturas sociais, no sentido exposto por Mannheim (1972). No primeiro caso, há grupos que são mais ajustados ao seu tempo histórico e se empenham para a manutenção do *status quo*, construindo assim uma *ideologia* para a “conservação”. Em contrapartida, a *utopia* se refere aos grupos portadores da alteração histórica, capazes de mudar o *status quo*, de formular projetos de futuro a partir de uma *ideologia* para a “alteração”.

Dada essa configuração, supostamente, os “tenentes” se aproximam da concepção manheimiana de grupo social e de *utopia*, na medida em que a sua atuação afrontava explicitamente o *status quo* da Primeira República. *Iremos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento, ou seja, o termo utopia remete ao tipo de orientação que*

transcende a realidade e que, ao mesmo tempo, rompe as amarras da ordem resistente (MANNHEIM, 1972, p. 216).

Destarte, partimos do pressuposto que os “tenentes” interagiram com o seu tempo social e, à medida que isso ocorria, constituíam-se enquanto grupo político ao erigirem suas representações sobre a realidade social. A partir disso, esse grupo estaria mais próximo da *utopia* à proporção que transcenderia o seu próprio tempo histórico e projetaria para o futuro formas de superação da experiência republicana no Brasil. Porém, esse processo não surge de forma pronta, ao contrário, é resultado da interação dos “tenentes” com o momento histórico e com os grupos que o integram.

Todavia, na análise endógena do movimento tenentista, percebe-se que o grupo necessitava da criação de sua própria *consciência coletiva*, aos moldes gramscianos, para não recair sobre a *falsa consciência* no sentido exposto por Mannheim.

O perigo da ‘falsa consciência’ não está, em nossos dias, no fato de esta não poder captar uma realidade absoluta imutável, mas, antes, no de obstruir a compreensão de uma realidade que é o resultado da constante reorganização dos processos mentais que compõem o mundo que vivemos (MANNHEIM, 1972, p.120).

Assim, o maior risco para os “tenentes” não estava apenas em não apreenderem a realidade na qual estavam inseridos, mas na incapacidade de se adequarem às mudanças ocorridas na realidade que os originara, de captarem os elementos causalmente significativos em uma estrutura histórica, como destaca Mannheim. Se a atuação dos “tenentes” nos anos 20 e 30 fosse permeada pela *falsa consciência* no sentido exposto acima, não haveria trajetória política tenentista, mas episódios isolados de setores militares ressentidos.

É nesse sentido que podemos aproximar da concepção gramsciana de *consciência coletiva* a trajetória tenentista, no caminho do grupo militar ao grupo político. Segundo Gramsci (2000), há uma realidade da estrutura social da qual os atores políticos emergem, porém é preciso que esses grupos atinjam consciência e identidade para que se tornem operantes. As alterações econômicas proporcionam o surgimento dos grupos sociais com interesses próprios e portadores de uma identidade que proporcione a disputa pela hegemonia. Ou seja, os agentes sociais inseridos em uma dimensão política vislumbram a possibilidade de intervenção nos processos de mudança. Tal atuação, para Gramsci, exige a formação da *consciência coletiva* que é deliberada a partir das forças políticas. Tais forças consistem na *avaliação do grau de*

homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais (Gramsci, 2000, p.40). Essa análise passa pela observação de diferenciados graus da consciência política coletiva.

O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc. mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. (...) O terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas: é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partidos’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelos menos uma única combinação delas tenda a prevalecer, a se impor, e se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unicidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados (Gramsci, 2000, p.41).

Portanto, Gramsci identifica, sobretudo, três momentos: o primeiro consistiria na identificação dentro da própria categoria; o segundo se formaria quando há uma identificação com outras categorias, embora ainda se mantenha em um campo meramente econômico; já o terceiro atingiria uma consciência política que faz com que uma classe social seja capaz de articular um arco de alianças e propor a direção do Estado. Neste último caso, há a formação de um projeto ideológico que remete à ideia de *hegemonia*, na qual um grupo consegue articular em torno de si outras camadas.

A construção da *hegemonia* seria, portanto, uma consciência política que se direciona ao projeto ideológico, envolvendo o conjunto da sociedade, não se restringindo mais à esfera específica e corporativa. Ao contrário, é mais ampla e complexa, conduzindo o processo de vida social, o processo produtivo, a forma de organização de Estado e também a organização da cultura.

Essa referência, embora longa, é válida para análise do caso tenentista. Os três momentos da consciência coletiva apontados por Gramsci expressam a trajetória na qual um grupo passa da “consciência em si” para a “consciência para si”. Isso significa que há uma realidade estrutural-social em que emergem atores políticos, no entanto, eles precisam adquirir uma consciência coletiva e uma identidade. Nesse sentido, faremos

apenas uma apropriação da tese gramsciana para nos aproximar da trajetória tenentista, sobretudo, entre 1922 e 1932, quando a atuação dos “tenentes” se direcionava para uma tentativa efetiva de construção de uma identidade coletiva, proporcionando-lhes a possibilidade para a disputa pela hegemonia no contexto constitucional (1933/34). Da mesma forma, veremos que a ideia gramsciana da necessidade de transição de “guerra de movimento” para a “guerra de posição” também pode evidenciar as diferenciações entre as atuações do tenentismo nos anos 20 e 30.

Assim, buscar-se-á realizar uma análise que detecte a atuação tenentista dentro do movimento de estrutura mais amplo, relativo à modernização brasileira, enquanto grupo que tenta articular ao longo da trajetória, aspectos que se aproximam de uma *consciência coletiva*. Ao propormos analisar o tenentismo tendo como hipótese a construção da *identidade coletiva*, não propomos de forma alguma encaixar os conceitos gramscianos na trajetória tenentista, até porque isso seria impossível. Quando Gramsci aponta a construção da identidade e autonomia operária como aspecto indispensável à hegemonia da classe trabalhadora, ele fala de classes inseridas nas relações de forças entre estrutura e superestrutura, ou seja, no bloco histórico que reflete a gênese da luta de classes, ou seja, refere-se à *consciência de classe*. Isto é, *unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos* (GRAMSCI, 2000, p. 26), sendo, portanto, um conjunto social que articula produção, política e cultura, uma vez que a hegemonia consiste no processo de direção da vida social desde produção até a base política e cultural.

Assim, a transição do ideário corporativo-militar ao projeto político ideológico, segundo Gramsci, é a pré-condição para que se desconstrua o bloco histórico que expressa a hegemonia da classe burguesa e se edifique um bloco histórico que eleve a classe operária à posição hegemônica. Tomar de empréstimo as categorias analíticas gramscianas para a análise da trajetória tenentista significa considerá-lo enquanto um dos grupos sociais inseridos no bloco histórico, e não como classe autônoma, como exige o conceito gramsciano. Sob a intenção de captar a luta política do tenentismo enquanto parte atuante no bloco histórico buscando sua atuação no “combate das ideias”, cujo alvo era adequar as concepções e projetos de futuro aos dilemas da modernidade. Portanto, as categorias gramscianas de *consciência coletiva* são utilizadas aqui enquanto aproximação e não como fiel expressão da trajetória política tenentista e nem no uso original de Gramsci, com o intuito de observar sua transformação endógena como reflexo das mudanças da realidade social nas décadas de 20 e 30. Talvez o

conceito de *consciência de classe* nos grupos nacionais poderia ser compreendido como *consciência da nação*, já que a preocupação central dos setores nos anos 20 perpassava a descoberta da identidade nacional e dos caminhos da nação.

A partir dessas referências de Gramsci, nos apoiaremos no método analítico do “Estado da Arte” de J.G.A. Pocock (2003). Em *Linguagens do Ideário Político*, o referido autor propõe analisar e reconstruir o discurso político de atores históricos inseridos na ação política de seu tempo. Isso implica analisar os fatos históricos buscando, principalmente, identificar as formas pelas quais os atores perceberam e refletiram sobre tais fatos. Para tanto, Pocock elabora dois níveis de trabalho: *língua (langue)* e *fala (parole)*. O primeiro estaria relacionado ao contexto linguístico e o segundo a apropriação da língua, no qual o pensamento político é expresso por fluxos linguísticos, unindo texto e contexto.

Pocock nos auxilia compreender um determinado momento histórico em que os diferentes grupos sociais constroem representações diversas para atuarem no campo simbólico, sem recairmos em uma análise anacrônica. A palavra, o texto, e os signos construídos por diferentes autores em cada contexto linguístico nos revelam o significado de determinados conceitos no eixo histórico. Ou seja, nos permitem aproximar do tempo histórico – contexto linguístico – a partir do conhecimento dele mesmo. Isso nos permite compreender, por exemplo, que termos como *democracia*, *autoritarismo*, *liberalismo*, *direitos sociais* expressam sentidos diferentes nos processos constitucionais de 1934 e de 1988, assim como num mesmo contexto o mesmo termo pode ser utilizado de formas e sentidos diferentes.

O historiador persegue sua primeira meta, lendo extensivamente a literatura da época e aguçando sua própria sensibilidade e intuição para detectar a presença dos vários idiomas. Em certo grau, portanto, seu processo de aprendizado é um processo de familiarização, mas ele não pode permanecer meramente passivo e receptivo à linguagem (ou linguagens) que lê e, com frequência, deve empregar certos procedimentos de detecção que lhe tornam possível a construir e validar hipóteses, no sentido de estabelecer que tais e tais linguagens estavam sendo empregadas e podiam ser empregadas de tais e tais maneiras (POCOCK, 2003, p.33).

Compreender a *linguagem* (tema em discussão prescrito para o discurso político – termos-chave – que constitui o processo social) de cada contexto linguístico (cada um indica o contexto político, social, ou histórico dentro de cada *linguagem*) proporciona aproximação mais refinada das representações que a sociedade faz de si mesma em diferentes épocas históricas. A partir da identificação da *linguagem* os atores constroem

sub-linguagens ou *idiomas*, linguagens restritas a uma atividade específica, ou seja, construções que os grupos fazem das *linguagens* à medida que as ressignificam. Para captar esse sentido Pocock diz ser necessário que o pesquisador parta da linguagem de *primeira ordem* e capte a linguagem de *segunda ordem* dos autores. Ou seja, que a partir do que pode ser observado no cotidiano, no senso comum de cada momento histórico, o pesquisador seja capaz que refletir sobre o contexto linguístico e as formas pelas quais esse contexto foi capaz de refletir sobre ele mesmo. Para captar tal linguagem, segundo o autor, devemos recorrer aos tradutores do tempo social: os textos. Assim, a análise de obras e de textos de autores e personagens considerados expressivos ou mesmo diminutos de cada época, explorando e identificando os *termos-chave* (linguagem), expressam o núcleo de uma determinada *linguagem* comum dos autores que estaria correspondendo a um contexto linguístico. Para Pocock, é isso que proporciona captar a *língua* e a *fala*, ou seja, as possibilidades de uso e a utilização da linguagem, examinando o *embate das ideias* no contexto linguístico acerca de cada *linguagem*.

Ora, se cada momento histórico constrói simbolicamente a realidade, ou seja, a visão que essa realidade tem de si mesma, tal sentido só pode ser interpretado a partir da apreensão de seus próprios textos. Assim, esse método pressupõe então que a análise do pensamento político – história da fala e o discurso das interações entre *langue* e *parole* – só pode ser realizada a partir da análise de textos da época em que os discursos foram construídos. Somente assim, pode-se chegar à *linguagem de segunda ordem* e captar o sentido do *ato da fala* dos atores sociais envolvidos no processo. Nas palavras do autor, o pesquisador do pensamento social *precisa, portanto, de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto lingüístico e, em particular, como atua e inova sobre ele* (POCOCK, 2003, p.39). Isso feito significa que o autor realizou um *lance*, interação entre contexto linguístico, linguagem e sub-linguagem.

Na nossa análise, esse método é válido, pois a trajetória tenentista e sua interação com a realidade social só pode ser captada e compreendida analisando os documentos produzidos pelo movimento e pelos autores e personagens contemporâneos a eles. Outras formas de análise poderiam ser utilizadas nesse trabalho, como a abordagem institucional, abordagem de trajetória dos personagens tenentistas, abordagem da imprensa da época, etc. No entanto, optamos pelos textos e documentos produzidos pelos membros do tenentismo uma vez que eles consistem no seu produto intelectual e porque são ferramentas de identidade para a construção ideológica.

Embora o tenentismo tenha sido um movimento de expressão nacional, sobretudo após 1924, eclodindo em várias regiões, não o abordaremos em sua manifestação nacional, mas em sua atuação em três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Essa tríade deriva das condições históricas dessas regiões enquanto epicentros do poder. São Paulo por ser o eixo econômico, via setor agroexportador cafeeiro e pela aglomeração das forças sociais emergentes; o Rio de Janeiro por ser a então capital do país e por concentrar o poder político federal, sobre o qual deflagrou o tenentismo em 1922; e o Rio Grande do Sul por ser núcleo da oligarquia dissidente, por comportar vários militares que viriam a ser líderes do tenentismo, como Luiz Carlos Prestes, e por ser o grande articulador da aliança, no final da década de 20, entre setores “tenentistas” e o grupo de políticos civis que deflagraria da revolução de 1930. Ademais, foi justamente por essas regiões concentrarem o núcleo político do país que o tenentismo teria justamente nelas maior vitalidade.

Pretende-se, portanto, primeiramente, acompanhar como os “tenentes” passaram a construir *atos de fala* diante do contexto linguístico. Ou seja, como a partir das atuações na esfera política eles se constituíram enquanto grupo político que emerge do processo de modernização e, concomitantemente, age sobre ele. A partir disso, identificar quais *linguagens – termos-chave* – do contexto linguístico e, em seguida, compreender como os “tenentes” ressignificaram as *linguagens* e produziram discurso, propostas, projetos na tentativa de corresponder a esse contexto. Somente assim, poderemos apreender os documentos aqui apresentados e relacionando-os à situação político-social dos anos 20 e 30, buscando um diálogo entre os “tenentes” e os atores sociais acerca de suas questões contemporâneas. Assim, acreditamos ser possível identificar a inserção do movimento tenentista no processo embrionário da construção da modernidade no Brasil.

Porém, este capítulo propõe uma abordagem do movimento tenentista na década de 20, ou seja, entre 1922 e 1930, período que abarca a atuação desde sua primeira sublevação até o desfecho da Revolução de 1930. No capítulo subsequente a análise se concentrará na fase pós-30, entre 1930 e 1932, no qual para analisarmos a Legião Revolucionária de São Paulo e o Clube 3 de Outubro seguiremos a mesma metodologia descrita aqui.

1. O Forte de Copacabana: surgimento do ator

A convergência entre a diversidade das forças sociais, proporcionada pelas alterações nas estruturas brasileiras, e a permanência de aspectos tradicionais na organização nacional geraria um efeito cataclísmico nos anos 20. O universo de crise externa, provinda com os acontecimentos da Primeira Guerra e da Revolução Russa, e o impacto nas bases capitalistas no Brasil – configuração de seus atores sociais capital/trabalho – atrelado ao *clima revolucionário* acentuaria ainda mais as contradições derivadas das condições do sistema agroexportador. O vislumbramento de possibilidades de alteração do poder das forças políticas despontava à medida que o setor cafeicultor aguçava as tensões regionais das oligarquias dominantes, assim como as insatisfações dos setores urbanos.

Diante dessa configuração, os militares se tornariam a *válvula de escape* desses setores emaranhados nas estruturas do modelo agroexportador, constituindo-se no reflexo de uma época específica. Mas não seria o conjunto dos militares que desafiaria a ordem, ao contrário, seriam aqueles mais próximos da situação social oprimida pelo modelo democrático-liberal das oligarquias regionais. Seriam aqueles que sofreriam com a carestia social que solapava o país: os militares subalternos do Exército – os “tenentes” – o setor intermediário entre o Estado e a base social excluída. Embora sob um regime democrático liberal distorcido dado a inexistência de partidos de oposição, o confronto aos governos oligárquicos seria realizado pelos “tenentes”, cuja função militar fora sempre defender os interesses dos setores detentores do poder político.

Isso quer dizer que embora a retaliação seja reativa a um estímulo imediato – honra militar – há um *sentimento* de contestação subsumido aos setores intermediários, sobretudo no Exército. Já destacamos que a base social da qual compunham os “tenentes” provinha dos setores marginalizados de uma situação social conflitante, da mesma forma, esse segmento havia vivenciado a política oligárquica sobre o Exército ao longo da Primeira República buscando uma *profilaxia* política da instituição. A intervenção na arena política era sufocada pelas elites civis, e quando acontecia era se, quando e como os altos escalões julgassem necessária.

Nesse sentido, para tentar captar essa relação entre “tenentes” e seu tempo histórico, buscaremos evidenciar como esse segmento se colocou no cenário e refletiu sobre os fatos e as estruturas nas quais estava inserido, caminho que percorremos por intermédio dos documentos, como sugerido por Pocock (2003).

Acerca do Forte de Copacabana, não encontramos manifestos ou programa revolucionário esclarecendo à nação suas causas revolucionárias ou sua visão sobre o Brasil, ao contrário do processo desencadeado a partir de 1924. Quiçá seja porque não houve tempo para isso, sendo imediatamente massacrados pelo governo. Porém, seguindo as sugestões acerca dos anos 20 de Lahuerta (1997) e Ianni (2004), já apresentadas no Capítulo I, a justificativa aparentemente mais plausível é a de que o episódio do Forte estava muito mais próximo do *clima revolucionário* da época do que da edificação de projetos de futuro.

Por outro lado, as pretensões dos militares em 1922 são corporativas, sendo as discussões travadas no Clube Militar. Embora o episódio do Forte de Copacabana se constituísse em um dos símbolos do movimento tenentista, os relatos sobre ele concentram-se nos antecedentes da deflagração⁸³, cujo eixo era o sentimento de retaliação à honra ofendida do Exército e do então presidente do Clube Militar, Marechal Hermes da Fonseca. A discussão que se sucedeu às “cartas falsas” acabou ocorrendo no âmbito institucional reservado (Clube Militar) e foi canalizada ao nível personalista, não transcendendo aos problemas de organização nacional posto que o descontentamento correspondia ao estímulo corporativo em contra-ofensiva a um inimigo evidente: o candidato Artur Bernardes.

Assim, os relatos de 1922 ainda que se mantenham no nível corporativo já apresentam indícios do desentendimento ideológico entre altas e baixas patentes e desse sentimento de descontentamento com os contornos da República brasileira. No entanto, para entender quais as associações possíveis entre tenentismo de 22 e grupo militar faz-se necessário entender o sentido do termo *corporação* investido naquele episódio.

O estopim da deflagração circunda as “cartas falsas”. Em uma delas, supostamente assinada por Artur Bernardes, havia a seguinte colocação:

*Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura aos seus apaziguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda a energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois este canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina*⁸⁴.

⁸³ Ver Hélio Silva (1964).

⁸⁴ Carta supostamente escrita por Artur Bernardes em 03/06/1921 e publicada no *Correio da Manhã*, em 09/10/1921. Reproduzida em Silva, 1964, p. 61.

Reproduzindo estrutura de hierarquia das fileiras instrucionais, o Clube Militar, diante dos insultos proclamados pelo então candidato à presidência da República, no dia seguinte à publicação, reúne-se e produz um *Manifesto à Nação*.

Existe, pois, um dilema, como solução única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que S.Exa. seja o Presidente da República.

O Exército proclamou, consolidou e entregou a República aos senhores políticos profissionais, que podem governá-la sem ultrajar aos que têm a convicção da pobreza honrada. E é com tais fundamentos que o Exército implora à Nação a eleição de qualquer outro brasileiro para presidente da República pois não podemos assegurar ao Sr. Artur Bernardes o exercício desse cargo⁸⁵.

Assim como a ofensa é pessoal, ao Marechal, a retaliação do Clube Militar – lugar reservado para as discussões militares – também é personalista, ao candidato Bernardes. O questionamento ainda não transcende a “utilização” da república pelas oligarquias e permanece no suposto poder das urnas, comandadas pela Nação. Aqui não sobressai nenhuma crítica ao sistema eleitoral da Primeira República e muito menos em relação à prática republicana exercida pelos setores estatais dominantes.

Destarte, no desenrolar do processo da busca pela autenticidade, as “cartas falsas” aflorariam vários aspectos submersos ao cenário, tanto dentro do Exército quanto na sociedade civil. O evidente seria o ressentimento do Exército, enquanto instituição, com a política de reclusão à caserna e a deturpação de seus feitos pela “nação”. O corolário das ofensas no interior do Exército e as diferentes formas de compreendê-las conduziriam à quebra dos pressupostos das Forças Armadas: disciplina e hierarquia. Aqui já se enuncia que os altos escalões buscavam um corporativismo que estivesse mais próximo do *positivismo de direita* enquanto os segmentos militares endossariam a concepção de *positivismo de esquerda*⁸⁶.

Muitos da cúpula militar se manteriam fiéis ao governo, atitude evidenciada pela presença de alguns deles em uma das reuniões do Clube na tentativa de contornar os ânimos. Nessa reunião, a atuação do tenente Gwaier de Azevedo demonstra o grau de confronto das baixas patentes aos superiores. Como aponta Moraes (2005), a participação do tenente iria *da denúncia áspera e sarcástica dos generais e outros oficiais que tentaram justificar o governo, passaram ao ataque frontal à corrupção das cúpulas militares da República oligárquica* (MORAES, 2005, p. 206).

⁸⁵ Manifesto a Nação, Clube Militar. In: Silva 1964, p. 63.

⁸⁶ Ver Capítulo II.

Reproduzamos aqui parte dessa reunião realizada no dia 24 de junho de 1922, importante também porque sinaliza a antessala da deflagração:

Ten. Gwaier: Em defesa do Exército, desse Exército enxovalhado pelo presidente, desse Exército que V. Excia., general Setembrino, de modo algum representa. (Tocam-se os apartes).

(...)

Ten. Gwaier: Os jornais noticiam que o Sr. Presidente da República, para enxovalhar o Exército, vai mandar amanhã os seus agentes fecharem o Clube Militar, baseado numa lei que fecha as sociedades de anarquistas, de cáfiens e de exploradores do lenocínio. Maior injúria não se pode fazer (...).

Maj. E. Figueiredo: O Sr. Presidente da República tem toda a razão.

(...)

Ten. Gwaier: Então V. Excia. é cáften? É explorador do lenocínio? É anarquista? Queira desculpar porque, francamente, eu não sabia.

(...)

Mal. Presidente: o Sr. Tenente Gwaier vai modificar a linguagem. V.Excia. está convidando os seus superiores para brigar.

(...)

Ten. Gwaier: Sr. Presidente, se eu soubesse que os defensores do governo epítacista aparteariam o Ten. Brito com tanta rudeza de linguagem e grosseria, não teria tocado na prisão daquele oficial, para não assanhar os gaviões e os abutres que rasgam a dignidade alheia.

(...)

Gen. Potiguara: Protesto! Isto revolta, srs. Oficiais!

(...)

Ten. Gwaier: Até quando sofreremos tão grandes ignomínias? Unamos-nos e teremos aplausos da nação inteira, toda ela mais ou menos ferida pela inércia, pela prepotência de um presidente cretino, infame e déspota.

(...)

Gen. Setembrino: Fosse eu Presidente do Clube, esse oficial não continuaria a falar.

Ten. Gwaier: (...) Poderia ser Presidente do Clube Militar um oficial-general que, na campanha do Contestado, de parceria com os peculatórios, roubou a nação em 2600 contos, assinando recibos fantásticos de víveres e deixando os soldados morrer de fome?

Gen. Setembrino: V. Excia, provará isto?

Ten. Gwaier: Pois não! Os documentos existem.

(...)

Ten. Gwaier: Sr. Presidente, estamos às portas da Revolução⁸⁷.

Percebe-se que, enquanto alguns oficiais, inclusive o Marechal Hermes da Fonseca, optavam pela pressão legal contra o grupo dominante ou mesmo pela defesa de Bernardes, a baixa oficialidade pensa de maneira contrária. Como destaca Carone (1975, p.29), *ela prefere passar da legalidade à ilegalidade, da pressão à revolução*. A radicalidade extrema está expressa nas palavras acima quando Tenente Gwaier desafia frontalmente seus oficiais superiores. A agressividade apresentada nessa reunião pelo tenente, sugere que ele apenas aguardava um “pretexto” que justificasse sua hostilidade aos oficiais. Nas palavras de Gwaier percebe-se que o problema não era apenas

⁸⁷ Reproduzido na íntegra em Sodré, 1968, pp.202-208.

Bernardes ou os oficiais militares. A situação era muito mais complexa; tal pronunciamento *expressava o estado de espírito não apenas do orador, mas de grande parte da oficialidade* (Sodré 1968, p.208).

As patentes intermediárias do Exército seriam um agente social em potencial que, ao receber estímulo corporativo, deflagrou-se contra o sistema oligárquico, mas esse estaria personificado na figura de Artur Bernardes. Porém, essa capacidade subversiva não viria da origem social de forma inata como se fossem portadores da transformação, ao contrário, seria construída enquanto agentes integrantes da massa social massacrada pela República Oligárquica e enquanto braço armado do próprio Estado que os reprime. Como se as baixas batentes se preparassem para a revolta efetiva a partir do momento em que as cartas fossem publicadas na Imprensa, mas a gênese consistia na irrupção desse setor enquanto base social em potencial. Diante da situação social dos anos 20, o episódio das “cartas falsas” seria apenas pretexto para a subversão. As colocações do Tenente Gwaier de Azevedo, de afronta aos seus superiores e ao Presidente da República, evidenciam uma potencialidade “reprimida” (acumulada) que encontrou um ponto de evasão com as ofensas ao Exército. Ora, se simplesmente fossem pelas cartas de Artur Bernardes, porque não haveria congruência após a comprovação da autenticidade das mesmas? Ou então por que a baixa oficialidade se voltaria contra a decisão de seus superiores de não endossar o conflito com o Estado? Havia algo que transcendia o discurso da “honra militar”, mas que só ficaria evidente para os “tenentes” a partir de 1924.

Contudo, embora isoladas, há declarações que apontam a retomada dos ideais republicanos e florianistas. Ainda em 1921, no contexto em que se buscava a autenticidade das cartas, o General Villeroy faz uma declaração que soa como uma convocação à revolta: *Republicanos! Até quando sofreremos tanta ignomínia e abjeção? Uni-vos, que é chegada a hora de fazermos justiça implacável! Discípulo de Benjamin Constant! Soldados de Floriano e Deodoro, que vos importam os insultos de um politiqueiro de baixa estofa?*⁸⁸ O que teriam feito os “políticos profissionais” da República proclamada pelos militares e desejada pelos *jacobinistas*? Nas colocações do General, um defensor do positivismo de esquerda, ainda que pertencente aos altos escalões, já apresenta a gênese da contestação à experiência republicana e retoma os

⁸⁸ *Boletim*. In: Silva (1964, p.70).

ideais da proclamação de 1889, mas isso só faria parte da reivindicação dos revoltosos como um todo, a partir de 1924.

O que fica evidente em 1922 são dois aspectos principais: a defesa da honra militar e a quebra de hierarquia. Esta seria muito mais uma condição para que os “tenentes” emergissem do que necessariamente um propósito da juventude militar. É nesse sentido que sustentamos o pressuposto de que o tenentismo emerge enquanto um grupo militar. Embora sua deflagração tivesse submersa ao crescente empobrecimento das camadas médias intermediárias e de sua disposição para luta contra os domínios oligárquicos, ela está sustentada no que é perceptível naquele momento: a defesa corporativa. Ainda que sua atuação balance o alicerce das classes dominantes, esses militares revoltosos ainda não tinham “consciência” do seu próprio papel, o que não significa uma “tomada de consciência” no sentido marxista. Na medida em que a interação com a realidade social se acentua, afloram-se não apenas o que se encontrava em potencial nesse segmento, dada a relação com o seu tempo que fomentaria a criação de sua auto-representação.

Após a deflagração do 5 de julho de 1922 e seu desfecho, o massacre dos militares revoltosos na Praia de Copacabana, o sentimento de corporação e solidariedade seria ainda mais evidente. Acerca dos mortos no episódio e de Siqueira Campos e Eduardo Gomes, dois únicos sobreviventes, João Alberto (1954) declara: *Seus sacrifícios não resultaram em vão, pois os movimentos revolucionários de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul foram mais ações de solidariedade em os companheiros comprometidos em 1922 do que reivindicações políticas* (BARROS, 1954, p. 20). A reedição das manifestações em defesa da honra militar em 1924 seria então movida inicialmente pelos valores corporativos. Porém, os desfechos do movimento seriam bem diferentes de 1922. A partir de então, a interface com a realidade torna-se mais estreita e, conseqüentemente, a percepção da realidade também.

2. A revolta paulista de 1924: forjando a consciência coletiva tenentista

O segundo 5 de julho tivera uma situação diferente, aqui os interesses corporativos já se aproximam, de forma cautelosa, a outros grupos do tecido social. Percebe-se maior organização na deflagração nacional e acentuada preocupação não apenas em dizer à nação quais os propósitos da revolta, mas também em sublinhar algumas propostas para a substituição do Estado Oligárquico.

Além dos manifestos e folhetins, há também importante rascunho de uma nova Constituição elaborada pelos rebeldes paulistas⁸⁹. Esse documento, embora incompleto, traz algumas considerações sobre a arquitetura do Estado, no qual já pode ser observada a ideia embrionária de representação classista, elaborada pelo Clube 3 de Outubro em 1932. Apesar da deflagração de movimentos revolucionários por várias partes do Brasil, nosso eixo de análise concentra-se nos motins de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (regiões do epicentro de disputa pelo poder) por considerar que esses centros formaram o núcleo do movimento tenentista e dos manifestos lançados pelos grupos revolucionários.

Em 1924, iniciaremos com o grupo paulista e alguns boletins da Coluna Prestes, uma vez que em São Paulo formou-se a conspiração inicial da revolta, articulação que se transfere posteriormente aos chefes da Coluna Prestes, sobretudo, Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa e Juarez Távora⁹⁰. A apresentação dos documentos seguirá uma ordem cronológica uma vez que tentaremos apreender o movimento de formação do tenentismo à medida que alguns temas fundamentais foram sendo incluídos à pauta das reivindicações dos militares.

Há um avanço substancial em relação ao movimento de 1922. A revolta paulista de 1924, que marcaria o aniversário de dois anos do massacre na Praia de Copacabana, aduziria à nação algumas propostas muito incipientes acerca da problemática nacional. O elo que unia os manifestos era o desejo de “republicanizar a república”, voltar aos princípios instaurados em 1889 e “sanear” as práticas que regiam a República. Para os revoltosos, a prática republicana no Brasil se afastou dos princípios de sua implantação, uma vez que a experiência republicana era a efetivação da República das oligarquias. As

⁸⁹ Esse rascunho é reproduzido em Anita Prestes (1990) nas páginas 404-405 - Anexo nº6. Segundo a autora, esse rascunho foi encontrado no arquivo do general Isidoro Dias Lopes.

⁹⁰ O núcleo de nossa análise está pautado em alguns documentos: três manifestos lançados durante a ocupação da capital paulista em 1924 – *Manifesto dos rebeldes de São Paulo*, publicado na imprensa em 10 de julho de 1924 (reproduzido em Carone (1976) pp.345-348), *Manifesto dos rebeldes de São Paulo*, publicado em 17 de julho de 1924, *Manifesto dos rebeldes de São Paulo*, de 24 de julho de 1924 (ambos reproduzidos em Forjaz (1977) pp.65-67 e em Prestes (1990)); *Rascunho da Constituição elaborado pelos revoltosos de São Paulo*, produzido em julho de 1924 e não publicado (reproduzido em Anita Prestes (1990) pp.404-405); vários folhetins da Coluna Prestes, nos quais a principal fonte dessa documentação é o trabalho do secretário e historiador oficial da revolta, Lourenço Moreira Lima (1979), que reproduz grande parte das cartas trocadas entre os combates e os boletins lançados pelo país. Anita Prestes (1990) e Hélio Silva (1971) também reproduzem documentos importantes. Os conteúdos das cartas consistem, sobretudo, em informações sobre as situações de cada destacamento, os combates travados com as tropas legalistas e táticas de deslocamento e de guerra delineadas pelos líderes. Contudo, são nos Boletins que encontramos maiores detalhamentos acerca das pretensões e os motivos da revolta. Selecionamos alguns que consideramos mais elucidativos em relação às concepções dos revoltosos da situação política e social do país, que serão apresentados adiante.

invocações de Floriano e de seus ideais de república perpassariam a partir de então os manifestos e as declarações dos revoltosos.

Uma das inovações em relação a 1922 já expressa nas primeiras linhas de *O Manifesto*, de 10 de julho de 1924 cinco dias após a deflagração, se refere às pretensões da revolta.

É um movimento de caráter patriótico, de altíssimo significado social e político e, conseqüentemente, sua ação tem um caráter nacional. Tanto assim que, preparado cautelosamente há muitos meses, deveria irromper, simultaneamente, em São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso (...). Sendo como é, esse ato histórico, de caráter nacional, visa mudar completamente a situação do governo da República e dos Estados onde for necessário à execução do programa revolucionário⁹¹.

Percebe-se avanço em relação ao exclusivo militarista de defesa da corporação, uma vez que o movimento busca uma correspondência a nível mais amplo e inclui na pauta uma *atuação nacional*, proposta contrária ao cenário de predomínio das características regionais. A visão personalista em relação à República Oligárquica ainda se mantém de alguma forma, porém algo novo se apresenta:

Ela [revolução] traz, como um dos seus objetivos, a substituição do atual governo da República, por entenderem os seus chefes e orientadores, que esse governo não está à altura dos destinos do país e que, por fatos cuja citação é desnecessária, por mui notórios, tem demonstrado praticamente ser a continuação dos governos eivados de vícios que tem dirigido o Brasil nestes últimos lustros. Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vitais, aniquilando-o interna e externamente⁹².

Ainda que os revoltosos não tenham uma visão ampla das estruturas políticas e sociais da Primeira República, um avanço pode ser observado na transição do que antes era personalista (Artur Bernardes) para o sistema de rotação das oligarquias no poder. As últimas frases evidenciam que a percepção da república sob um ciclo vicioso oligárquico começa a integrar a visão que vai se formando sobre a nação. O inimigo não seria apenas Artur Bernardes, mas a política que ele representa à frente do Estado brasileiro (política dos grupos agroexportadores) e que anulava a “potencialidade republicana”.

⁹¹ Primeiro manifesto: Carone 1976, p. 345.

⁹² Idem, p.346.

Para confrontar as práticas republicanas impostas por essa política das oligarquias os militares invocariam o sentimento patriótico e nacional na busca de honrar a república que fora instaurada pelos seus antecessores, mantendo ainda resquícios do corporativismo. *O Exército quer a Pátria como a deixou o Império, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e alto descortino político*⁹³.

O segundo manifesto lançado em São Paulo transcende a defesa do “bom funcionamento da república”. Ficara evidente a ideia de reformas parciais e pontuais, aspecto ainda sem precedentes na análise dos documentos até então. A gênese acerca das reformas administrativas que viriam a ser reivindicadas nos anos 30 pelos “tenentes” também se apresenta aqui. A alusão de que a república necessitava de reforma no sistema judiciário vem atrelada à retoma do “Império das leis”, segundo eles, esfacelado sob o domínio oligárquico. Assim, deveriam ser substituídos os condutores do governo republicano e não a sua forma, dado que a questão não se concentrava nela, mas no seu regimento no Brasil.

É este, portanto, o momento em que as forças armadas desempenham um alto e sagrado dever: o dever de patrocinar os direitos do povo, tomando das armas PARA RESTABELEECER O IMPÉRIO DAS LEIS, O DECORO DA JUSTIÇA [sic], limitando a autoridade do Executivo dentro da órbita compatível com o regime REPUBLICANO.

Nada pretendem os revolucionários para si, senão indicar ao povo o caminho a seguir e proporcionar-lhe os meios de reivindicar os seus direitos, substituindo os atuais poderes por forma e organização mais consentâneas com os interesses gerais, e menos acessíveis aos abusos apontados, sem substituir a forma REPUBLICANA⁹⁴.

Outra novidade deste trecho é a ideia de que massas precisariam ser conduzidas. Porém, aqui a visão tutelar concentra-se na missão dos militares enquanto “guardiões da nação”. Foram eles que proclamaram a República e, portanto, cabe-lhes sua proteção. Observaremos que nos documentos analisados nos anos 30 a ideia de povo tutelado permanece, porém, as formas de conduzi-lo alterar-se-iam substancialmente: não seriam mais pelos militares, mas por um Estado forte e centralizado. No entanto, é preciso observar com cautela a ideia de “condução do povo” dada sua “apatia política” para poder compreender as colocações dos “tenentes” a partir de 1924. Já nos referimos outrora que nos anos 20 o desempenho de se interpretar o Brasil estava atrelado à

⁹³Idem.346.

⁹⁴ Segundo manifesto: Prestes (1990), p.399, grifos no original.

pretensão de construção da Nação. Nesse momento, a visão negativa de sociedade era refletida pelo sentimento de inexistência de povo e de nação.

As propostas contidas neste manifesto sugerem uma aproximação dos revoltosos aos ideais corriqueiros expressos pelos críticos da primeira república, sobretudo, com Oliveira Vianna. Em 1924, essa convergência limitava-se à leitura do liberalismo exercido pelas oligarquias. Porém, essas críticas não seriam acompanhadas por uma leitura das características da formação brasileira, diferentemente de Oliveira Vianna. Somente a partir de 1930, os “tenentes” passariam a questionar duramente o regime liberal como uma forma de organização societal.

Nos anos 20, afluíam as críticas às instituições brasileiras e ao descompasso entre o liberalismo constitucional e a prática política. Em *Idealismo da Constituição*⁹⁵, Oliveira Vianna aponta que a questão não estaria simplesmente na deturpação da Constituição pela prática oligárquica, como pressupunham os revoltosos de 1924, mas no abismo existente entre as formas legais da Carta Magna e a formação histórica do Brasil.

Herdeiro da matriz de pensamento de Alberto Torres (1982(a); 1982(b))⁹⁶, Oliveira Vianna foi um dos principais autores a criticar a ideia de liberalismo e de democracia liberal no Brasil. As bases do regime instalado a partir de 1822 não tinham nenhuma relação com a estrutura brasileira e não correspondiam a nenhuma exigência do seu “espírito”.

Não é fácil impor-se a um povo uma nova modalidade de comportamento político. O peso dos chamados ‘antecedentes históricos’ e a influência subconsciente dos usos e costumes tradicionais e dos seus complexos culturoológicos explicam e justificam a inexecução e o fracasso de todas estas estruturas políticas, vindas de importação ou de pura inspiração ideológica (Vianna, 1987, p.280).

Segundo Oliveira Vianna, há uma incompatibilidade entre o liberalismo e as condições históricas brasileiras. O transplante do liberalismo e do sufrágio para o Brasil, segundo autor, foi um equívoco estrutural e cultural. As instituições estabelecidas na

⁹⁵ A primeira edição é de 1920, mas utilizaremos a publicação de 1939 em que o autor amplia a análise e inclui a Constituição de 1934.

⁹⁶ Um dos núcleos dos trabalhos de Alberto Torres é o desafio da construção da nação. *Os países novos carecem de construir artificialmente a nacionalidade. O nacionalismo se não é uma aspiração, nem um programa, para povos formados, se, de fato, exprime em alguns uma exacerbação mórbida do patriotismo, é de necessidade elementar para um povo jovem, que jamais chegará à idade adulta da vida dinâmica, sem fazer-se ‘nação’, isto é, sem formar as bases estáticas, o arcabouço anatômico, o corpo estrutural, da sociedade política* (TORRES, 1982(a), p.43).

Colônia, com esses modelos “modernos” apenas ressignificaram velhas formas de personalismo e individualismo. A Constituição de 1891 e suas formas exógenas seriam, portanto, totalmente descoladas da realidade nacional. Portanto, a representação política por intermédio de partidos, somente reproduziria os anseios privados desses segmentos, distanciando-se da Nação e dos interesses nacionais.

Essa ideia distancia substancialmente o sentido de democracia tal como conhecemos atualmente. Para Oliveira Vianna (1939),

o voto é apenas uma forma por que a opinião do povo se revela se impõe ao Poder, mas não é a forma única e nem sempre a melhor forma, ou a forma mais eficiente (...) O principal numa democracia é a existência de uma opinião organizada (VIANNA, 1939, p.230).

Diante desse cenário de formação histórica, esses críticos da Primeira República passariam a visualizar no Brasil, a inexistência de indivíduos capazes de se auto-organizarem, principalmente, as massas populares. Para Vianna (1947), se não há indivíduo racional, como ter partidos e representação partidária que expressem seus interesses? A formação sócio-histórica do povo brasileiro impossibilita a racionalidade para a democracia e o liberalismo aos moldes clássicos. Sendo assim, os segmentos populares necessitariam de um tutor que pudesse conduzi-los e educá-los, função que para Oliveira Vianna, seria do Estado.

Não haveria, portanto, nenhuma condição de se implementar esse regime no Brasil sem antes uma “preparação” que pudesse romper, em longo prazo, com as estruturas coloniais. Diante da realidade nacional, marcada pelo personalismo, somente o Estado seria capaz de intervir e defender os interesses nacionais. Se em pleno século XX o Brasil mantém-se colonial, o problema central, para o autor, era a ausência de um Estado capaz de engendrar essas transformações. Dessa forma, Oliveira Vianna, assim como Alberto Torres, concebia que as instituições brasileiras deveriam ser desenvolvidas em longo prazo, sendo essa a função do Estado.

Segundo Francisco Weffort (2006), esse aparato ideológico das elites brasileiras que apontava para uma incapacidade de organização do povo brasileiro derivada desde o Império, uma vez que tal ideia reforçava já no período imperial a necessidade de um poder central, de um Estado capaz de assegurar a unidade nacional e organizar a sociedade⁹⁷. Porém, o autor demonstra que essa matriz do pensamento político – que o

⁹⁷ Weffort, 2006, p.268.

autor denomina como *luso-brasileiro* – derivou dos primórdios da colonização e foi profundamente marcada pelo iberismo, cujo objetivo era compreender a *nova humanidade*, os *desconhecidos* do Novo Mundo, diferentemente do pensamento moderno europeu⁹⁸. Essa preocupação manteria a base do pensamento *lusu-brasileiro* nos limítrofes das esferas social e cultural, no qual o povo e a sociedade seriam o tema primordial na história das ideias no Brasil. Essa primazia da concepção de organização social, mesmo quando tendia a uma reflexão na ordem institucional, só começaria a se alterar a partir de 1808, mas manteria por longo tempo o pensamento político brasileiro sob um escopo analítico que considerava a sociedade brasileira como amorfa, atribuindo ao povo um caráter não autônomo. Essa característica refletiria nas formas de organização tutelar do Estado e na concepção de democracia autoritária no país durante o processo de formação do Brasil moderno.

Na República a visão da incapacidade do povo atrelada aos considerados equívocos do sistema liberal consolidaria, portanto, uma linha de pensamento predominante que exigia uma atuação interventora do Estado e das elites para a construção da nação. Isso também é exposto por Gilberto Amado:

Enquanto não se formar no Brasil pela preponderância das inteligências construtivas uma ‘elite’ de diretores mentais que saibam menos discutir questões ‘jurídicas’ e mais questões ‘políticas’, que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil, uma ‘elite’ conjugada ativa e energicamente em agremiações partidárias ou em torno de figuras excepcionais, de modo a suprir pelo fluxo da sua ação as deficiências de um meio ainda incapaz de se dirigir a si próprio, enquanto não se conseguir organizar os elementos de direção de uma sociedade que não sabe se guiar por si mesma – a confusão, o tumulto, o malbaratamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo, caracterizará o Brasil (AMADO, In: CARDOSO, 1981, p. 57)

Nessas argumentações, tanto de Oliveira Vianna quanto de Gilberto Amado, propõe-se a reconstrução das instituições a partir do conhecimento da realidade brasileira. Para tanto, ambos legitimavam o papel das elites na condução e construção do país, posto que, dada a configuração histórica brasileira, a transformação não seria de baixo, mas de cima, das elites. Oliveira Vianna ressalva o protagonismo do Estado no processo de transformação social, no qual a crítica à Primeira República se referia aos

⁹⁸ Weffort destaca que enquanto a Península Ibérica estava destinada a “conhecer” e “civilizar” os habitantes do Novo Mundo, limitando-se a esfera social e cultural, a matriz de pensamento anglo-saxônica tinha como epicentro o rompimento com as formas de poder tradicionais, ou seja, toda a discussão passava pela esfera política conduzindo as reflexões ao surgimento do Estado Nacional.

mecanismos da gerência do Estado. Esse seria o grande responsável pela construção da nação e da verdadeira democracia brasileira. Gilberto Amado veria no governo representativo das elites no qual a nação deveria ser conduzida pelos mais *avisados*, mais *capazes*, ou seja, por uma elite governativa.

Esse *contexto linguístico*, nos termos de Pocock (2003), identifica as colocações dos revoltosos de 1924 acerca das propostas de “condução da nação”. Porém, ainda que os “tenentes” tenham se aproximado desse debate, eles ainda visualizariam a “classe militar” enquanto elite condutora. Isso evidencia que no universo dos anos 20 havia uma identificação comum em relação ao problema nacional a ser enfrentado – a interpretação do Brasil enquanto pressuposto para construção da nação – porém, as alternativas e os caminhos a serem percorridos variavam. Ou seja, no sentido mannheimiano, diante de uma realidade social os grupos passam a construir suas representações e seus projetos de futuro de acordo com as interações nesse tecido social e com os demais grupos.

Por outro lado, a interação dos revoltosos com seu tempo histórico não significa rompimento radical com os aspectos precedentes. Ao contrário, algumas questões são ressignificadas à medida que essa interação se acentua, mecanismos que integram a construção da consciência do grupo. Os ideais positivistas (soldado-cidadão)⁹⁹ e florianistas se acoplam às novas percepções da realidade, permanência que pode ser captada na ação saudosista dos revoltosos de 24 ao reivindicar o retorno à República de 1889 e, conseqüentemente, a sua missão histórica.

Nesse sentido, um dos maiores reflexos do sentimento de corporação e de honra militar enquanto condutores da Nação é a invocação da Constituição de 1891, aspecto que se sobressai a todos os manifestos da Revolta de 1924. Apontando que a República dos “coronéis” desviava o país de suas pretensões republicanas.

Quando se proclamou a república, o Exército Nacional jurou fidelidade à Constituição e por conseqüência assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadão e de militares, o compromisso de fazê-la cumprir. Só essa circunstância bastava para justificar o gesto deste momento, da classe militar, que, além do mais, não pode ficar alheia a vida da Nação, à sua ordem interna e prestígio externo.¹⁰⁰

⁹⁹ Del Roio aponta que mesmo a trajetória de Prestes no PCB pode ser analisada à luz do positivismo de esquerda. Ver Del Roio (1990).

¹⁰⁰ Primeiro Manifesto in Carone 1975, p. 347.

A invocação da Carta Constitucional de 1891 não expressa nenhuma crítica ao modelo republicano, mas sim aos desvios do caráter de *res-publica* e de interesse comum, tão defendido pelos florianistas no final do século XIX. Ademais, como destaca Maria Alice Rezende de Carvalho (2001),

o novo ambiente social das cidades, seus personagens, seus interesses e suas demandas por inscrição haviam se desenvolvido com base no universalismo consagrado pelo texto constitucional – a contrapelo, portanto, do pacto oligárquico, demanda que introduzira uma dimensão inédita no debate sobre a modernização (CARVALHO, 2001, p.94).

Tal reivindicação pela execução do texto constitucional pode ser observada nos “tenentes”:

Consequentemente violada está a Constituição, uma vez desaparecidas as garantias do povo, que nela repousam; desprestigiado o Poder Judiciário, donde emanam as sentenças pela interpretação das leis; tolhido o Legislativo, cuja formação depende das preferências discriminatórias do Executivo¹⁰¹.

Percebe-se uma crítica à realidade brasileira que, para revoltosos, circunscrevia aos devaneios da oligarquia e não do regime republicano e da transposição do regime liberal para o Brasil. Para tanto, a substituição do então presidente da República, Artur Bernardes, e a arquitetura de um aparato institucional como a Justiça, seriam apontados como formas de “purificação” dos princípios republicanos.

Uma das evidências de alguns pressupostos da corporação militar e, sobretudo, do positivismo de direita, na revolta paulista, se refere à recusa do então chefe revolucionário, Marechal Isidoro Dias Lopes, em permitir qualquer participação na revolta de elementos vinculados ao movimento operário (SODRÉ, 1985). Ainda que o Marechal tenha se envolvido com a conspiração militar aceitando a chefia revolucionária, ele buscava manter-se distante da radicalidade popular, compreensível para quem expressava uma ideia de *progresso dentro da ordem*. Para Isidoro, romper com os devaneios da República das Oligarquias seria válido desde que tal processo fosse conduzido pelos militares. A aproximação aos civis populares poderia escapar ao seu controle e comprometer a *missão dos guardiões da nação*.

Por outro lado, a ação de Isidoro exprime que os militares tinham ciência do nível de constatação “armazenada” nos setores populares. No entanto, cabe destacar que

¹⁰¹ Segundo Manifesto in Prestes, 1990, p. 398.

a ação do Marechal pode exprimir uma concepção que não contemplava o conjunto dos revoltosos no desdobramento das manifestações. Logo após a formação da Coluna Prestes, em 1925, o Marechal desiste da chefia do movimento, que transita para Miguel Costa (Chefe da Força Pública Paulista) e Luiz Carlos Prestes, e se exila na Argentina¹⁰². Da mesma forma, faz-se necessário tomar nota de que o Marechal Isidoro Dias Lopes combateria os “tenentes” em São Paulo ao lado da oligarquia tradicional, durante a revolta constitucionalista de 1932, alterando substancialmente sua concepção de transformação política.

De qualquer forma, no conjunto, os propósitos dos revoltosos atingiriam maior envergadura, porém não ultrapassariam o limiar do aparente. Isso sinaliza que os “tenentes” avançaram em relação a 1922, mas ainda estavam limitados a uma análise superficial dos problemas nacionais. Embora apareçam no horizonte dos manifestos, as estruturas e as contradições ainda permaneciam imperceptíveis para esse segmento. Por outro lado, em 1924, embora o tenentismo não tivesse uma leitura aprofundada dos entraves liberais no Brasil, os revoltosos compartilhavam da visão de construção da nação. Os “tenentes” limitavam-se ao aparente, não apresentando grandes elaborações teóricas e programáticas para o país. No entanto, o “aparente”, nesse trabalho, é considerado como parte do processo de formação do tenentismo enquanto grupo político.

Já se delineia uma visão sobre o Brasil nas quais as distorções do liberalismo – e não o liberalismo em si – e a situação de miséria e de analfabetismo “saltariam aos olhos” dos rebeldes. Os documentos analisados denotam esse posicionamento. O terceiro manifesto e, sobretudo, o *Rascunho* esboçado pelo grupo paulista, são sintomáticos nesse sentido.

O terceiro manifesto traz três propostas centrais: voto secreto e censo alto; reforma da justiça, principalmente acerca do recrutamento da magistratura (com intuito de torná-la independente do Executivo) e do acesso gratuito à justiça; e educação pública, propondo uma mudança nos métodos de instrução. Embora traga propostas que pudessem bloquear o possível retorno da oligarquia, após instauração do governo revolucionário, esse manifesto ainda é muito obscuro sobre as pretensões dos revoltosos.

¹⁰² Domingo Meirelles descreve a decepção dos combatentes com a decisão de Isidoro, que na Argentina acompanhava o percurso da Coluna por intermédio de cartas aos revoltosos. Ademais, as cartas evidenciam a permanência da hierarquia institucional, dado o respeito que os combatentes demonstravam pelo seu chefe superior. Ver Meirelles, 1995.

Para compreender o que significaria essa ideia de *censo alto* e de alteração na instrução pública recorreremos ao *Rascunho*. Assim, esbarramos em indícios que já sugerem a gênese da proposta de representação classista desenvolvida pelo Clube 3 de Outubro em 1932. Embora seja um documento incompleto e que supostamente nem chegou a ser publicado, ele fornece maior detalhamento do que viria a ser o governo revolucionário. Ademais, como aduziremos adiante, essa proposta de censo alto foi endossada por Oliveira Vianna ao realizar a revisão da Constituição de 1891, após a revolução de 1930.

As primeiras linhas do *Rascunho* trariam a proposta de uma “ditadura” até que 60% da população brasileira atingisse a alfabetização. Juarez Távora (1974) destacaria em suas memórias, que naquele momento o que prevaleceu foi a intenção de “verdade de representação” no processo eleitoral. Para tanto, o controle das eleições por uma comissão técnica, liderada pelo Judiciário, seria fundamental para que vigorasse no país a “plena verdade eleitoral”, na qual a instrução pública proporcionaria aos eleitores discernimento na escolha de seus representantes. Porém, como as classes populares brasileiras estavam maculadas pelo analfabetismo e pela tutela da oligarquia, seria preciso uma medida paliativa, ou seja, a substituição do sufrágio universal por uma elite eleitoral.

O relevante a se ressaltar nessas colocações é que o intuito de *verdade de representação* continuaria integrando as manifestações tenentistas até 1932. O que se altera são as formas de obtê-la: aqui seria por uma elite eleitoral – censo alto; nos anos 30 seria pela representação classista cujo principal intuito era associar o fortalecimento do Estado ao da sociedade civil.

O *Rascunho* propõe a dissolução do Congresso, substituindo-o por Conselho Nacional, composto por três membros para cada ministério. No executivo seria exercido por dois membros militares e um civil. O judiciário seria desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal sob novas bases. Tais proposições também teriam ramificações na trajetória tenentista, uma vez que nos anos 30 a defesa dos Conselhos Técnicos e da Justiça seriam pilares do projeto tenentista.

O último item do manifesto traz sinalizações de uma proposta que poderia constituir-se no alicerce da representação classista, defendida na década subsequente.

5) A ‘Constituinte’ compor-se-á de um membro por cada 50.000 eleitores.
Parágrafo 1 – O sufrágio será direto, obrigatório e secreto.

Parágrafo 2 – Deverão ter representantes na ‘constituente’ as seguintes classes: a) agricultores; b) criadores; c) industriais; d) comerciantes; e) proletários; f) magistrados; g) professores; h) força pública (exército, marinha e polícias); i) classes intelectuais (bacharéis, médicos, engenheiros, etc.) j) jornalistas (Apud Prestes 1990, p. 405).

Essas colocações sinalizam a gênese do que seria elaborado nos anos 30 como representação classista, uma vez que sinalizam uma representatividade política baseada em organismos sociais ao propor que as classes tenham representatividade constitucional. Entretanto, ainda que essa proposta possa ser um indício das concepções do movimento em relação à representação de classes, os revoltosos supostamente não voltam a se referir a essa questão nos anos 20, já que não encontramos nos documentos analisados nenhuma referência acerca da organização de classes. Só há uma menção sobre a liberdade de organização da sociedade e de pensamento. A elaboração da organização corporativa da nação só seria novamente ressaltada incessantemente no contexto dos anos 30, porém, é preciso considerar que as ideias de *organização das classes* e de organismo social já estavam embrionariamente na revolta de 24.

3. A coluna Miguel Costa-Prestes: orientação para a ação

Nessa sessão, diferentemente da anterior em que seguimos uma ordem cronológica, a apresentação dos documentos se fará tentando captar os termos-chave pulverizados nos relatos sobre a Coluna Prestes. A alteração faz-se necessária dado que grande parte do relato sobre a Grande Marcha refere-se a operações militares e táticas de guerra, posicionamento dos estancamentos, etc. Buscar-se-á, portanto, captar algumas propostas que transcendiam às táticas militares.

Durante a Coluna Miguel Costa-Prestes, à medida que os revoltosos avançavam pelo interior do país, lançavam vários “Boletins” esclarecedores às populações locais na tentativa de explicar quais seriam as intenções do movimento e de obter apoio material e político. Os conteúdos que perpassavam as declarações seguem a mesma lógica dos primeiros manifestos lançados em São Paulo. Mantém-se a defesa do *bom nome do Exército e pela salvação da República*¹⁰³ e dos ideais constitucionais, atacando assiduamente a deturpação da República causada pelos governos oligárquicos, considerados pelos revoltosos como governo da “tirania”. A exceção seria a constante

¹⁰³ Carta de Juarez Távora a Luiz Carlos Prestes (12 de outubro de 1924) In: LIMA, 1979, p.525.

invocação em vários manifestos da república, da *liberdade* da nação e do povo brasileiro.

Durante a Marcha, os “tenentes” tiveram contato com o efetivo controle do estado pelas oligarquias regionais, assim como puderam ter contato com grupos que se opunham a essa arquitetura. Acerca do Norte-Nordeste (aliados dos “tenentes” nos anos 30) Luiz Carlos Prestes, em depoimento a Anita Prestes, declara que: *Ao entrar no Maranhão, fomos recebidos como heróis. Por quê? Por ter vindo do Rio Grande e chegar até o Maranhão... Era um feito. O povo todo era simpatizante, porque havia no Maranhão uma grande oposição política ao governo*¹⁰⁴.

Para esses grupos políticos marginalizados da aliança política da Primeira República, a Coluna Prestes significaria possibilidades de quebra com o exclusivismo das oligarquias agroexportadoras e a ampliação no jogo político da República. Por outro lado, Prestes também relata que as populações locais o procuravam, ao longo do percurso, para pedir várias coisas, entre elas empregos: *a sensação de vitória que o povo tinha – pensavam que íamos ganhar, íamos dominar, era de tal natureza que vinham nos pedir empregos públicos. Queriam empregos e vinham pedir à direção da Coluna*¹⁰⁵. As colocações de Prestes demonstram que a Coluna de fato se constituiria na grande esperança de alteração nacional. De um lado, estavam os grupos marginalizados da aliança política hegemônica que buscavam meios de ampliar sua participação na federação. De outro, as populações locais sob domínios dos poderes locais clamavam por participação para integrarem a lógica do bacharelismo local – emprego público.

Nesse sentido, o termo *liberdade* é diversas vezes invocado para desprendimento das amarras impostas à nação pelo governo, como Estado de Sítio, censura à imprensa e situação de miséria e analfabetismo do povo brasileiro. *Como limites mínimos de nossas aspirações liberais incluímos a revogação da lei de imprensa e adoção do voto secreto. Com tais medidas, uma natural anistia imprescindível suspensão do estado de sitio talvez seja possível ao governo trazer ao Brasil a tranqüilidade que tanto necessita*¹⁰⁶.

Liberdade também seria expressa pelos revoltosos como: *volta ao regime liberal assegurado pela Constituição de 24 de fevereiro; (...) assegurar completa liberdade de pensamento, permitindo a mais ampla propaganda de idéias sociais e comunistas, bem*

¹⁰⁴ Entrevista de Luiz Carlos Prestes a Anita Prestes, in 1990, p. 225.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Cópia da carta remetida de Posse (Goiás) ao Marechal Isidoro. In: LIMA, 1979, p.568.

*como a organização de sociedades e partidos operários sem a indébita e vexatória intervenção policial*¹⁰⁷.

Destarte, o termo *liberdade* era corriqueiramente propagado, porém, o universo rural e de seus habitantes era algo muito obscuro para os “tenentes”. Movimento que emerge das contradições geradas pelo avanço capitalista nos centros urbanos, o tenentismo, mesmo no contato com o desconhecido, não apreenderia o hiato existente entre o Brasil urbano e o Brasil rural nos anos 20. Um dos grandes problemas que assolavam o país era a concentração das terras.

Podemos encontrar nos relatos da Coluna algumas colocações que evidenciam a distância dos “tenentes” em relação aos problemas do campo.

no interior , o povo é semibárbaro, não tendo noção nítida da Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento da escravidão e vive aterrorizado diante do senhor, que lhe apresenta sob a forma da Justiça que lhes toma os bens e o mete nas cadeias, e o chacina, quando ele ousa esboçar o mais leve gesto de revolta contra as suas prepotências.

Acostumado a ser esmagado pelo poder público, encara o seu esmagamento secular como uma fatalidade do destino contra o qual se sente incapaz de reagir. A sua alma de vencido não lhe permite as atitudes nobres da revolta que levanta os corações dos fortes diante da brutalidade das derrotas, incitando-os à luta contra a adversidade. Não possui a menor noção da sua personalidade e dos direitos inerentes ao homem livre. É uma massa amorfa que não tem a idéia de liberdade, um verdadeiro rebanho de brutos, vivendo uma vida puramente vegetativa. É um simples ajuntamento de párias, guiados pelos impulsos inconscientes dos instintos inferiores. Semelhante estado moral é que permite o fácil domínio dos chefetes do interior sobre os sertanejos, como se fossem senhores absolutos das suas vidas. O sertanejo, evidentemente, estacionou nos degraus inferiores da escala ascendente da civilização (LIMA, 1979, p.182).

A situação social descrita por Lourenço Moreira Lima, secretário da Coluna, evidencia novamente duas questões: a análise dos “tenentes” ainda não tinha atingido um grau de maturidade, sobretudo, acerca da formação histórica brasileira, como bem percebe Oliveira Vianna; e que as colocações do combatente são uma manifestação extrema das noções comteanas de progresso social. Ora, os militares formados em um dos “berços” do positivismo no Brasil estariam maculados pela ideia evolucionista de processo social.

Sobre essa questão Prestes identifica que a não percepção do latifúndio teria obstruído uma maior interação com as populações rurais. *Essa noção de classe nós não*

¹⁰⁷ Mensagem aos revoltosos de Pernambuco, enviada do Piauí (janeiro de 1926) assinada pelo general Miguel Costa e pelo Coronel Luiz Carlos Prestes. In: Anita PRESTES, 1990, p.417.

*tínhamos ainda. Tratávamos, às vezes, fazendeiro melhor do que o camponês*¹⁰⁸. A partir dessa colocação Anita Prestes (1990) aponta que:

os comandantes da coluna ficariam perplexos e profundamente impressionados com a situação de espantosa miséria com que depararam no interior do Brasil, mas sua formação nas academias militares não lhes permitia esboçar uma explicação de tal estado de coisas nem, muito menos, formular uma proposta de saída para os graves problemas vividos pelas populações rurais do país (PRESTES, 1990, p.338).

Essa colocação é plausível se considerarmos que os “tenentes”, embora em contato com essa realidade, não canalizaram as forças e o convívio com a sociedade brasileira a uma revolução social. Mas não podemos exigir dos atores históricos ações que ainda não estavam enunciadas. Ainda que a questão agrária solapasse a grande população brasileira, não havia nenhuma força política expressiva que levantava a bandeira da reforma agrária. Como exigir dos “tenentes” uma ação revolucionária se a concepção sobre o Brasil ainda estava se formando? Ademais, a convergência dos esforços para a quebra do latifúndio não poderia ocorrer se os “tenentes”, em sua construção da realidade, não captavam o problema agrário no país. Aspecto evidente nas palavras de Prestes: o tenentismo estava em gestação, e algumas concepções do real escapavam ao escopo explicativo do movimento.

Assim, nos relatos da Coluna surge no horizonte uma preocupação com o indivíduo que exerce a liberdade de ação no sentido moderno¹⁰⁹. A busca por ela estava vinculada à inexistência de um indivíduo, dotado de razão e liberdade e atuante no processo de decisão política tendo como pressuposto a liberdade para agir de acordo com sua racionalidade exercendo seu direito de igualdade perante todos.

¹⁰⁸ Entrevista a Anita Prestes. In: Prestes, 1990, p.232.

¹⁰⁹ Kant nos auxilia a compreender a ideia de liberdade e indivíduo no aspecto moderno. Para ele, o indivíduo é ambíguo, pois é determinado de dois modos diferentes. Pela Física, explicamos as determinações naturais que lhe são próprias, como alimentar-se, por exemplo. Neste plano, o indivíduo nada mais é do que um animal, que obedece as mesmas leis e regras que todos os outros. Não podemos, por conseguinte, exercer nossa liberdade nesse plano: por mais que eu queira desobedecer a lei da gravidade e flutuar, nas condições pré-estabelecidas da Natureza nunca isto será possível. Contudo a liberdade é possível num outro plano. E é a Ética que tem condições de explicar que tipo de liberdade é possível ao ser humano. É pela razão que o homem pode exercer seu poder de liberdade. Neste sentido, podemos afirmar que é no *dever ser* que o ser humano executa plenamente sua liberdade. Independente da condição natural, a condição moral permite que se estabeleçam os princípios universais. O indivíduo kantiano é capaz, assim, de através de sua razão legislar livremente sobre sua vida, paralelamente às suas determinações de ordem naturais. As leis morais, as regras sociais, as condutas que os homens devem ter são fruto de uma razão capaz de se libertar desse mundo determinado da física. Contanto que siga os ditames de sua razão, o indivíduo é capaz de determinar os princípios fundamentais da ação moral, ou seja, de uma vontade livre das inclinações as quais o homem está submetido. Em suma, podemos dizer que a vontade livre é aquilo que faz com que o indivíduo tenha condições de, ao mesmo tempo, criar e obedecer as leis que dita sua razão (MARCONDES, 2001).

De certa forma, esse imbróglio perturbava a *intelligentsia* brasileira no contexto dos anos 20, como já acentuamos. É a necessidade da construção da modernidade e de suas clivagens que eclodiu radicalmente naquele contexto. Enquanto o mundo convivia com uma crise do sistema liberal, o Brasil estava à margem da própria estrutura do mundo moderno uma vez que, diante de sua formação histórica, os agentes da modernização foram abortados pela forma de configuração social, política e econômica proveniente da colonização.

No entanto, a ideia da *ausência* passaria a ser reconfigurada à medida que sobressaísse a necessidade de compreensão das particularidades e peculiaridades do caso brasileiro. É a esse questionamento que Oliveira Vianna se refere quando afirma a impossibilidade do liberalismo no Brasil. Haveria o “indivíduo” capaz de exercer sua liberdade política em um cenário inóspito como a sociedade brasileira? O que de fato existiria no Brasil? Os “tenentes” emergiram dessa conjuntura na qual a configuração de atores sociais deparava-se com parâmetros estruturais presos aos moldes arcaicos de organização social e com a necessidade de avanço histórico. Nesse sentido, a imprecisão acerca do que significaria a *liberdade* no cenário brasileiro pode corresponder a essa arquitetura altamente conturbada dos anos 20.

Em contrapartida, a constante referência em relação à *liberdade*, concomitantemente à ausência de clareza do conceito, podem expressar uma influência de Assis Brasil, “líder” civil da Revolta Paulista e mediador entre revoltosos e Estado Oligárquico. Assis Brasil foi um grande defensor de soluções dentro do sistema representativo, constituindo-se nesse contexto, em um defensor da representação liberal no país. Durante sua atuação na Câmara dos Deputados na Primeira República, ele formulou uma proposta de representação proporcional, uma vez que o político gaúcho acreditava que os direitos da minoria seriam representados. Esse sistema de representação seria baseado numa “proporcionalidade relativa” dos Estados e deveria favorecer as correntes majoritárias. Para Assis Brasil, o mandato deveria ser livre, pois o representante deveria ter autonomia de decisão e guardar-se pelos interesses da nação.¹¹⁰

Seguindo nossa hipótese central, o discurso de *liberdade*, de forma obscura nos documentos, expressa, na verdade, que o conceito (que pode ser ampliado aos demais conceitos) estava em construção assim como o próprio movimento tenentista encontrava-se em gestação. Ora como esperar que um grupo que passava

¹¹⁰ BRASIL, 1998.

progressivamente a “olhar” o Brasil com outros “olhos” já apresentasse conceitos definidos de *rural, latifúndio, liberdade, realidade nacional*, etc.? Nos termos gramscianos, há um processo de transição que conduz a *consciência em si* à *consciência para si*. Em 1924, algumas nuances apontam no horizonte do pensamento dos revoltosos, adquirindo fortes doses de realismo com a Coluna, definindo-se a partir de 1928 e desembocando no processo pós-30.

Da mesma forma, nos documentos da Coluna, a referência ao “povo brasileiro” ainda é genérica; neles, embora se ressalte a situação de miséria, tanto material quanto cultural, todas as alusões às populações são permeadas pela visão de manipulação dos governos. Esses se utilizariam da precária situação em que se encontrava a nação para manter a relação de dominação política oligárquica. A proposta de educação gratuita, obrigatória e unificada sob a direção de um Conselho Superior de Ensino, denota a ideia de educar o povo, evitando assim, que não *seja explorado e escarnecido pelas brutalidades dos maus governos*¹¹¹. A preocupação com as condições de miséria material também é constantemente referida nas cartas dos combatentes. Discutia-se como “assaltar” – conseguir perante as populações locais os recursos mínimos para continuidade da Coluna – em povoados cuja norma era a precariedade, tanto social quanto cultural.

Todo o sofrimento da Nação era visto pelos revoltosos como consequência dos governos oligárquicos. Qualquer referência da precariedade das regiões por onde a marcha passava era relacionada diretamente com a administração e a deturpação da república, causada pelos governos até então exercidos.

A problemática da liberdade expressa essa questão. Invocação constante nos manifestos, os revoltosos utilizavam discursos ora tidos com pressupostos liberais, ora com algumas posições tidas como autoritárias. Por exemplo, utilizam o termo democracia concomitantemente à ideia de organização de um tipo de representação que teria o “censo alto” como principal aspecto, arquitetura irrealizável nas modernas concepções de democracia.

O grito da angústia, que o povo brasileiro apenas pode esboçar sob o tacão brutal da tirania que o oprime, não pode morrer por isso no seio generoso da terra clássica dos lutadores da liberdade. Na vasta esteira ondulada das coxilhas, onde tantas pugnas memoráveis se têm travado pelos ideais superiores da democracia, armaram-se hoje os primeiros cavaleiros andantes da cruzada patriótica, cuja bandeira de desfraldou a 5 de julho no coração

¹¹¹ Carta de Miguel Costa a Klinger (30/06/1925). In: Anita Prestes (1990), p.558.

generoso de São Paulo, e com certeza, é animada por esse sopro vivificante, que parte irresistível da terra legendária dos pampas que a nação inteira há de arrojarse à luta que a libertará da tirania e a salvará dos vilipêndios!”¹¹².

Esses aspectos sinalizariam uma confusão de conceitos, uma imprecisão ideológica, uma má leitura da conjuntura político-social em que estavam inseridos? Não há como afirmar ainda o que de fato os “tenentes” concebiam como democracia nos anos 20, uma vez que o próprio movimento estava em desenvolvimento endógeno. As propostas só adquiriam maiores elaborações à medida que o nível de identidade se acentuava, resultado da integração social.

Essa miscelânea de ideias conduziu muitos trabalhos sobre o tenentismo a identificá-lo sob um movimento permeado por “ambiguidade” ideológica. Mas cabe destacar que o parâmetro dessa afirmação de “ambiguidade” está fundamentado no conceito democrático universal, cuja principal característica é a ação da liberdade do indivíduo que escolhe seu representante político, ao passo que os revoltosos sinalizavam outra concepção de democracia que transcendia o liberalismo que ainda se formava. Nos anos 30, essa questão ficaria mais evidente na medida em que os “tenentes” propunham uma forma diferenciada de compreensão e realização da liberdade democrática no Brasil com a representação classista. E o mais relevante, as possíveis ambiguidades do movimento expressam duas questões: o problema da gestação das próprias concepções ideológicas e as tendências internas que já surgiam no tenentismo. Ora, como qualquer grupo em desenvolvimento, os “tenentes” construíam suas propostas à medida que interagiam e correspondiam ao contexto histórico. Por outro lado, concomitante a esse processo, germinavam fissuras entre os membros dentro do próprio movimento.

Trabalhos que apontam essa ambiguidade do movimento pré-30 são os de Maria Cecília Forjaz e o de Ana Martinez Correa. Esta considera que esse setor militar ao identificar o problema da República na esfera jurídico-política, permaneceu dentro dos limites de legalidade impostos pelos setores dominantes. Isso o conduziu à apresentação de soluções dentro dessa mesma esfera, sempre se referindo ao Estado Liberal. Essas críticas, para a autora, revelam duas realidades:

A primeira é a contestação do mal estar social, da insatisfação, localizando-se as críticas na superestrutura, no nível jurídico-político, constatação que

¹¹² Manifesto dos militares rebelados em São Borja (RS), distribuídos em 29/10/1924, assinado por Isidoro Dias Lopes, Honório Lemos, João Francisco, Zeca Neto, Olinto Mesquita, Felipe Portinho, Bernardo Padilha, Leonel Rocha e Miguel Costa. In: Prestes (1990), p.413.

não atinge o problema em sua profundidade, não deixando perceber suas raízes. Em segundo lugar, as soluções são projetadas no mesmo nível, são remitidas ao problema apenas na sua superfície, e ao dificultar uma visão mais clara, mascara a realidade impedindo a percepção das relações de poder estabelecidas nesse Estado de classe (CORRÊA, 1976, p.50).

Para autora, o movimento pretendia fazer apenas “reformas parciais” e conclui que,

essas reformas eram necessárias, pois reconheciam que havia falhas no aparelho institucional, mas a solução não seria a eliminação ou sua substituição, mas sim sua correção. As inovações consistiam apenas em adequar o aparelho institucional às necessidades novas criadas por novas situações, sem perder de vista a conservação do Estado fazendo-o respeitado (CORRÊA, 1976, p. 183).

Maria Cecília Spina Forjaz (1977) apresenta o mesmo raciocínio de Anna Corrêa, identificando a ausência de um projeto tenentista consistente. *As reivindicações dos tenentes nessa fase circunscrevem-se ao nível do político e não há uma percepção dos fundamentos econômicos sociais da superestrutura política vigente, nem dos choques de interesses de forças sociais antagônicas subjacentes à luta estritamente política* (FORJAZ, 1977, p.52).

Segundo a autora, há ambiguidade no programa apresentado pelos “tenentes” em 1924, pois embora se afirmem como liberais democratas formulam medidas excludentes. Aliás, essas propostas expostas nos manifestos consistiam em *uma reivindicação de participação no processo eleitoral a partir de critérios não econômicos, como o censo alto, mas culturais e ou profissionais seriam mais coerentes com a inclinação elitista dos tenentes* (Idem, p.72).

Os argumentos apresentados pelas autoras são relevantes e contundentes tendo como pressuposto o olhar que cada uma faz do movimento tenentista. Se nosso objetivo fosse meramente detectar o projeto nacional tenentista nos anos 20, certamente Anna Corrêa e Forjaz seriam referências acerca dessa questão. No entanto, nossa proposta é identificar os caminhos percorridos pelos “tenentes” entre 1922 e 1932. Sendo assim, há avanços consideráveis em relação não só à leitura de Brasil, como formação da consciência tenentista e de formulação de um projeto mais abrangente. Ao considerar a proposta de *censo alto* como elitista, Maria Cecília Forjaz acaba não concebendo que ali poderia conter o germe de uma das alternativas ao modelo liberal e suas peripécias, amplamente combatido mundialmente no cenário dos anos 30. Porém, a intercalação de pressupostos liberais (como voto secreto) e a proposta de representação corporativa da nação, embora apontassem para indefinição tanto ideológica quanto programática,

refletia o momento específico em que os “tenentes” construiriam representações a partir da interação com o movimento social. Somente assim, considerando o processo podemos captar que não se tratava apenas de “imprecisão ideológica”, mas de ator político em formação.

Assim sendo, a nosso ver, a constante invocação da liberdade, da Constituição, democracia, “povo” e de alguns aspectos liberais não anulam o fato de que os “tenentes” avançaram na leitura do Brasil entre 1922 e 1927. Ao contrário, a referência a esses pressupostos já consiste num avanço se comparado com o movimento de 1922. Concordamos com Maria Cecília Forjaz e Anna Martinez Correa que apontam, nos anos 20, a inexistência de um projeto tenentista consistente. Porém, essa constatação não se priva da observação de um possível núcleo explicativo dessa indefinição: o ator tenentismo não estava concluso, conseqüentemente, o seu projeto nacional apresentaria apenas nuances acerca da problemática nacional.

Ademais, a análise dos documentos parece expressar que essa indecisão não se restringiria a um grupo específico, posto que os revoltosos dialogavam com outros setores sociais, mas envolvia um momento histórico particular, no qual a formação endógena do movimento tinha interfaces com o “contexto linguístico” dos anos 20, desdobrando-se nas alternativas tenentistas de reconstrução nacional do pós-30. A Coluna foi, portanto, uma etapa importante enquanto movimento nacional que exerceu uma trajetória de integração e de delineamentos de possibilidade de alteração não apenas interna ao tenentismo, mas no cenário político.

4. A aproximação aos civis e a Revolução de 1930: definição dos caminhos

Um dos desdobramentos da Coluna Prestes foi a definição dos caminhos dos combatentes não apenas em relação à legalidade, mas sobretudo a que projeto político haveria maior afinidade com os propósitos revolucionários. Sustentamos aqui que a bifurcação tenentista a partir de 1929 expressou as identificações de cada grupo com a relação de forças políticas. Um grupo identificaria na Aliança Liberal formas de prosseguir na luta contra o Estado Oligárquico, o outro, visualizaria no movimento comunista os caminhos alternativos para alteração social. Cabe destacar que Prestes já estava em contato com os escritos marxistas por intermédio de Astrojildo Pereira. Tanto de um lado quanto de outro as opções não foram ao acaso, ação que, a rigor, avançou substantivamente a transição dos “tenentes” enquanto grupo militar para grupo

político. Ora, da mesma forma que um setor se aproxima dos políticos civis, um outro grupo adere ao Partido Comunista Brasileiro, transgressão em que ambos expressam o caráter de grupo político. As diferenciações das escolhas ficariam a cargo dos projetos e das possibilidades de efetivação.

Entre 1928/30, o grande embate que se daria no interior ao movimento circundou justamente a definição dos caminhos enquanto ação programática. Luiz Carlos Prestes, alinhado com as concepções marxistas sobre o imperialismo, passaria a conceber que o inimigo estaria em Londres e Nova York, cujo governo brasileiro seria “cúmplice”. *A luta evidente pelo predomínio econômico entre os imperialismos, que nos subjagam e colonizam, prepara, com o auxílio de nosso governo ‘nacionalista’ e ‘patriota’, o esfacelamento da nação*¹¹³. Para que houvesse uma verdadeira liberdade e independência nacional a luta deveria *realizar-se contra os grandes senhores da Inglaterra e contra o imperialismo e só poderá ser levada a efeito pela verdadeira insurreição nacional de todos os trabalhadores*¹¹⁴. A partir de então, Prestes já apresenta alinhamento ao PCB e ao movimento marxista à medida que esse manifesto estava inspirado em ideias de teses para a América Latina, da Internacional Comunista.

A inclinação de Prestes seria uma contradição? Obviamente que sua guinada ideológica não significa uma simples ambiguidade. Nesse momento, o líder da Coluna já não mais visualiza a “revolução” tendo como mediação as reformas institucionais e a moralização da política como diversas vezes defendeu nos manifestos da Coluna. O contato com a literatura marxista e com Astrojildo no exílio, seria fundamental para uma elaboração do que Prestes concebia como projeto de futuro para o país. Porém, não há como sustentar que Prestes tenha se constituído definitivamente em um comunista nos anos 30, uma vez que sua atuação ainda seguia uma lógica militar positivista¹¹⁵.

As colocações de Prestes entraram em choque diretamente com os ex-combatentes da Coluna. Em réplica, Juarez, que optara pela aliança com os civis, expressa a manutenção dos ideais defendidos durante a revolta paulista e a Coluna Prestes, evidenciando as concepções ideológicas e as nuances do programa político pelos quais lutariam pela revolução.

Defendia assiduamente a necessidade de “nacionalizar a nova Constituição”, para que a elite deficiente de nosso país pudesse ser capaz de executá-la. Afirma ainda

¹¹³ Manifesto de Maio. In: Prestes 1990, p.462.

¹¹⁴ Op.cit. p.462.

¹¹⁵ Ver Del Roio (1990); Marly Vianna (1992).

que a revolução não era a simples “substituição de homens”, mas sim um “saneamento político” que eliminaria do poder a corrupção que assolava o país até então. Destaca ainda que, se a revolução fosse realizada por operários, soldados e marinheiros, como sugere Prestes, “apenas inverteria os pólos da injustiça combatida” à medida que o governo fica a mercê de uma única classe (TÁVORA, 1974).

A defesa de Juarez (1974) segue a concepção de que a organização da nação deveria contemplar todas as camadas sociais. Isso evidencia de alguma forma o entendimento da configuração social que teria a solidariedade orgânica durkheimiana como eixo. A influência da matriz positivista, como se observa nas propostas tenentistas consistiria no “cimento” teórico que perpassaria todo o projeto de futuro esboçado pelo grupo.

Ainda que houvesse a permanência dos aspectos defendidos durante os anos 20, algo incomodava os “tenentes” que aderiram a Aliança Liberal. Isso pode ser observado nas memórias de vários líderes tenentistas, nas quais as declarações de Prestes influenciaram os revolucionários da Grande Marcha. João Alberto, anos mais tarde, ao relatar sua visita juntamente com Siqueira Campos a Prestes na Argentina, no início de 1930 ¹¹⁶, ressalta que após ouvir as críticas de Prestes à Revolução, não pôde negar que lhe causou perturbação:

Havia algo de verdade no que ele dizia. Estávamos de mãos dadas com nossos adversários de véspera, os inimigos da Coluna e não poderíamos esperar deles muita coisa, o próprio Artur Bernardes, contra quem havíamos lutado durante anos, proclamava-se, agora, revolucionário ardoroso em Minas Gerais. Evidentemente, aquela não era a ‘nossa Revolução’, mas o que fazer? Tínhamos que jogar a cartada e acreditar em políticos como Maurício Cardoso, Osvaldo Aranha, Flores da Cunha, Luzardo Neves, para só falar no Rio Grande (Barros, 1953, p. 223).

João Alberto concluiu que uma Revolução Comunista como Prestes propunha “era absolutamente louca”, pois considerava que entre eles não havia a mínima inclinação à doutrina marxista e a leitura de “O Capital” não bastaria para mudar seus sentimentos e convicções.

Cordeiro de Farias expressa sua perplexidade em relação à transição de Prestes à esquerda:

Ora, essa visão não é uma visão revolucionária, e assim não creio que a Coluna haja estimulado Prestes ao comunismo. Aliás, por tê-lo conhecido tão bem é que não consigo entender as mudanças sofridas por ele. Era um

¹¹⁶ Essa visita resultou na morte de Siqueira Campos.

homem de visão ampla, sem preconceitos, e de repente revelou-se tão bitolado! Não consigo compreender uma transformação tão profunda (Farias, 1981, p. 129).

Por que a revolução sob os moldes que propunha Prestes seria um delírio? Por que referiam que a concepção de Prestes acerca da revolução seria “absolutamente louca” após anos lutando ao lado do “Cavaleiro de Esperança” na Coluna? Essa incompreensão dos “tenentes” aliancistas acerca da adesão de Prestes ao comunismo expressa também o que destacou Abgvar Bastos (1986). Apesar de tudo, os tenentes contrários aos manifestos de Prestes concordavam que eram necessárias transformações na sociedade brasileira. Contudo mantinham a concepção de promover uma revolução política democrática burguesa, pois acreditavam que só assim seria possível aglutinar forças para uma revolução.

Traços dessa dicotomia, Carone identifica até mesmo no período anterior à formação da Coluna. Estaria presente na Revolução do Rio Grande do Sul em fins de 1924, que tinha dois centros importantes: São Borja e Santo Ângelo. Neste havia Prestes; enquanto naquele concentravam-se figuras como João Francisco, Honório de Lemos e Siqueira Campos. O autor argumenta que já tínhamos uma diferenciação entre ambos segmentos, o que fica evidenciado em manifestos lançados. Carone complementa identificando as raízes da bifurcação:

Esta divisão inicial do tenentismo – uma ala com perspectivas ideológicas de natureza política e outra de preocupação social – leva, no futuro, a uma separação, pois a composição naquele momento era transitória na base de um acordo: a derrubada de Artur Bernardes. Logo depois, a história ia mostrar a irreductibilidade das duas posições, dando-se a cisão do movimento (Carone, 1976, p. 353).

Ainda que houvesse diferenciações nas revoltas de 1924, os documentos analisados na primeira parte do presente capítulo denotam que com a formação da Coluna haveria uma suposta “uniformidade” das propostas, uma vez que vários manifestos eram assinados em nome da liderança da Coluna. Por outro lado, a colocação de Carone, embora pioneira, classifica os dois segmentos à medida que segrega o movimento social e o político, como já observado.

O afastamento do líder tenentista, atrelado à morte de Siqueira Campos – um dos principais articuladores – na visão desses autores, conduziu à decadência do movimento e à perda de postura revolucionária no cenário político nacional. A adesão

dos “tenentes” ao grupo aliancista, a participação na revolução, assim como nos postos administrativos, portanto, traduzir-se-ia na escolha desse segmento.

Segundo Prestes, a Aliança Liberal, *não era mais do que a luta entre os interesses contrários de suas correntes oligárquicas apoiadas e estimuladas pelos dois grandes imperialistas que nos escravizam e aos quais os politiquinhos brasileiros entregam de pés e mãos atados, toda a nação* (PRESTES, 1999, p.68)

No entanto, a crítica que Prestes faz à Plataforma Aliança Liberal refere-se a alguns aspectos defendidos pela Coluna durante sua marcha. Nas negociações entre Prestes e PCB para compor uma frente única de ação política, em 1929, o “Cavaleiro da Esperança” ainda mantém algumas proposições tenentistas explícitas na contraproposta apresentada por ele ao Partido. Recusou medidas como *nacionalização da terra e divisão dos latifúndios; abolição das dívidas externas; legalidade do PCB; direito a greve* e defendeu medidas como *voto secreto; alfabetização; justiça; liberdade de imprensa* (Silva, 1966, p.141), ou seja, medidas defendidas pelo movimento tenentista nos anos 20. Imediatamente o PCB recusou afirmando que as propostas de Prestes se limitavam a um programa pequeno-burguês e tenentista.

Porém, há autores, como João Quartim de Moraes (1994) e Anita Prestes (1999), que sustentam que o condicionante dessa aproximação entre “tenentes” e Aliança Liberal foi a situação de “acefalia” do movimento após o rompimento de Prestes. Sobre a adesão, o brasilianista Jonh Wirth ressalta:

Para os conservadores da Aliança Liberal, os tenentes personificavam anarquia, subversão e desrespeito pelas regras do jogo. Apenas com muita relutância é que aceitaram a assistência militar ‘daquela gente’. No entanto, os tenentes trouxeram para a Aliança Liberal uma mística de revolução popular e um idealismo que para Vargas, ajudaria a revolução em seu prestígio (Wirth, 1979, p. 43).

A concepção de acefalia conduziria a um outro problema recorrente na bibliografia: a atuação dos “tenentes” na revolução de 1930. O brasilianista Young (1979) afirma que a participação dos “tenentes” na revolução foi limitada, pois foram utilizados nas coordenações militares, mas não nas formulações políticas. Com isso, converge com Wirth ao destacar que os tenentes *foram mais importantes na preparação do clima psicológico da opinião do país do que no planejamento militar e nos poucos combates que realmente ocorreram* (Young, 1979, p. 16)

Essa visão de acefalia e de utilização da “imagem” dos “tenentes” na revolução de 1930 acaba por desconsiderar o processo do movimento tanto antes quanto depois da revolução. Antes, temos a atuação de um movimento social que emerge por impulsos corporativos, mas à medida que se coloca no cenário, altera sua forma de pensar o Brasil e de se relacionar com ele. É preciso considerar que os “tenentes” se colocaram em um determinado momento e buscaram corresponder aos desafios de seu tempo, desafios esses que passavam não apenas pela interpretação do que era o Brasil, mas também pelo delineamento de projetos de futuro. Essa configuração foi dada ao longo da trajetória política, que se inicia em 22, perpassa o movimento de 30 e desemboca no processo constitucional da primeira metade dos anos 30. É evidente que Luiz Carlos Prestes era a grande liderança do movimento, porém é preciso observar que os demais segmentos do tenentismo, assim como Prestes, também fizeram suas escolhas sustentadas em posições ideológicas, concepções que, a rigor, estavam em constante movimento de construção.

A adesão dos “tenentes” à Aliança Liberal refletiu uma aproximação ideológica e não apenas cooptação. Como aponta Forjaz (1978):

seus ideais aproximam-se de ideologia tenentista, tanto que são chamados de ‘tenentes civis’. Portanto, seu envolvimento com a revolução de trinta não é o mesmo dos velhos caciques. E eles acabam funcionando como intermediários entre as aspirações populares e as pretensões imediatistas da velha guarda aliancista (FORJAZ, 1987, 75).

Essas colocações nos auxiliam compreender a aproximação tenentista à Aliança Liberal e contrapor algumas visões acerca do movimento. Diante dos documentos analisados até então, há dúvidas em relação à afirmação de improdutividade do movimento tenentista e, por conseguinte, a sua adesão aos civis. A aproximação com outros grupos, ainda que oligárquicos dissidentes, poderia sinalizar a mudança de posição tenentista em relação à estratégia de luta política. Já que sozinhos não conseguiriam quebrar com o núcleo de sustentação da República Oligárquica, a alternativa era agregar-se com grupos que buscavam o mesmo propósito.

Em carta a Getúlio Vargas, Lindolfo Collor expressa essa questão ao afirmar que as necessidades da Nação transcendiam a substituição de homens políticos e pleito honesto, atingiria um novo momento histórico.

Penso que para estarmos nós e, sobretudo para estares tu, à altura do momento histórico que vivemos, este movimento deve ser alguma coisa a

mais, além de uma ocasional coligação eleitoral. Ele deve ser o início de uma nova mentalidade de regime (...) Chegamos ao limiar de uma nova época. A Nação perdeu a confiança nisto que aí está. A cegueira do poder central acelera a marcha dos acontecimentos”¹¹⁷.

Completa destacando que o país reclama por *reformas substantivas, radicais e fundamentais no nosso aparelho político e na atividade dos nossos homens públicos*.¹¹⁸ Embora a Aliança Liberal tenha surgido de um movimento de “intenção imediata”, ou seja, a Presidência da República, não há mais como limitar os acontecimentos a isso, ainda mais considerando o que ela representou no jogo de forças políticas do final dos anos 20.

O cotejo dos documentos da Coluna com a Plataforma da Aliança Liberal sugere a contestação do argumento das teses expostas acima. Há fortes indícios de manutenção das proposições em relação ao “programa” da Coluna. De alguma forma, isso aponta que essa aliança tinha embasamento programático, cujo pressuposto seria as várias propostas dos “tenentes” nos anos 20.

A convergência mais nítida entre os documentos das revoltas tenentistas e da Plataforma se refere, sobretudo, ao discurso da moralidade política – críticas à estrutura da Primeira República atreladas a discurso sanitarista da nação – voto secreto, defesa da Constituição e da liberdade de pensamento.

Embevecidos nessas miragens materialistas, esquecem-se dos grandes físicos e morais. Nada ou quase nada se faz no sentido da valorização do homem pela educação e pela higiene.

Burlam, pela falta de garantias, os mais mezinhos direitos assegurados na Constituição.

A campanha da reação liberal – não é demais insistir – exprime uma generalizada e rigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia dentro da ordem e do regime.

Seu êxito dependerá do voto popular e, também, em parte, da cultura cívica e do patriotismo dos governantes, isto é, da compreensão que tenham dos seus atos deveres constitucionais (...).

Se as urnas foram conspurcadas pela lama da fraude, acabará de esfregar-se a lei eleitoral vigente, que não poderá prevalecer, sem aniquilar o próprio regime republicano (...).

Somos, pois, pela substituição por outras, que se inspirem nas necessidades reais do país e não se afastem dos princípios sadios de liberalismo e justiça (VARGAS, 1938, p.20).

¹¹⁷ (Carta de Lindolfo Collor a Getúlio Vargas 12-08-1929). In: Centro de Pesquisa História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Arquivo Getúlio Vargas GV 28.08.12/5.

¹¹⁸ Idem.

Essas pretensões se aproximavam das “bandeiras” tenentistas dos anos 20. Obviamente que a Plataforma não contemplava apenas os ideais uma vez que a Aliança Liberal era composta por forças heterogêneas. A questão relevante aqui é apontar que a ideia de submissão total dos “tenentes” ao grupo varguista por insuficiência pragmática e sobrevivência política não se sustenta à medida que há convergência de propostas aliancistas e tenentistas. Ainda que a Aliança pudesse incluir algumas pretensões tenentistas para consolidar o apoio dos militares, e, embora “aliados aos inimigos”, como destaca João Alberto, a Aliança Liberal traduzia-se na possibilidade de por em prática as pretensões tenentistas esboçadas durante os anos 20.

A heterogeneidade conduziria às incertezas políticas e programáticas dos diversos grupos. Ainda durante a campanha da Aliança Liberal, Lindolfo Collor alerta Vargas em relação à formação dessa coligação, na qual sua composição, provinda de todos os segmentos do pensamento político, sinalizava a desagregação dessa aliança. *O Ex-presidente Bernardes e o chefe revolucionário Assis Brasil formam um símbolo de tal moldo impressionante de personagens que hurlent de se trouver ensemble.*¹¹⁹

Embora o diagnóstico de diversidade da Aliança Liberal pudesse traduzir em perigos da radicalidade e da direção do movimento revolucionário, Lindolfo Collor propõe uma alternativa diferente de líderes como Oswaldo Aranha que já vislumbrava a conspiração de uma revolução caso a Aliança fosse derrotada. A solução seria agir dentro do Estado, conquistando o poder “gradualmente” dentro das regras do jogo.

Diante da situação de fraude eleitoral, previsível considerando as estruturas da Primeira República, Collor afirmaria a necessidade de contornar a derrota no pleito via organização de um partido político nacional que atuaria no Congresso. *Sobrar-nos-á uma força respeitável, indiscutível e crescente, se permanecermos todos unidos, dentro da lei e da ordem, enfrentando na Câmara pela oposição parlamentar o novo governo. Aponta ainda que com a vitória nas eleições *teremos vencidos em nome de princípios; vencidos, seremos uma grande força que espera tranquilamente a vitória no próximo quadriênio**¹²⁰.

Essa proposta evidencia que setores internos à Aliança Liberal compreendiam de formas diversas o significado da ação revolucionária. A proposta de Collor expressa a pretensão da manutenção do regime liberal via partidos políticos, no qual o *processo*

¹¹⁹ *Discutiram para se posicionarem no seu tempo* (Tradução nossa). Carta de Lindolfo Collor a Getúlio Vargas 12-08-1929. In: Centro de Pesquisa História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Arquivo Getúlio Vargas cód. GV 28.08.12/5.

¹²⁰ Op.cit.

das ideias e das instituições seria realizado dentro da *ordem e progresso* da República. No entanto, repelia durante a utilização do termo *liberal e democrático* uma vez afastavam os republicanos rio-grandenses de seu passado caudilhista, anunciando claramente suas bases positivistas.

Somos republicanos, fiéis aos ensinamentos do passado; veneramos a memória dos fundadores da República; queremos conservar a sua construção política. Mas queremos conservá-la melhorando, e não estagnando das idéias que nossa geração encontrou. Por isso mesmo, somos conservadores e não liberais. A palavra liberal aliás, é um anacronismo ao meu modo de ver, e não tem significação real nos nossos tempos. Mas como conservadores, por queremos melhorar o que aí está, somos progressistas¹²¹.

Com a proposta de Lindolfo Collor pode se observar como a Aliança Liberal congregou uma imensidão de propósitos de diversos segmentos. As falas de Juarez Távora e de João Alberto acerca da adesão dos “tenentes”, acima expostas, de certa forma, expressam o futuro nebuloso caso a revolução fosse vitoriosa. Preocupação válida, uma vez que, de fato, o movimento de 1930 abriu um período de crise de hegemonia em que as forças sócio-políticas estariam debilitadas por uma indefinição ideológica que marcaria a ausência de projetos nacionais conclusos na primeira metade da década de 30.

O processo que desembocaria na revolução de 1930 traria vários fatores já em gestação durante toda década de 20. A cisão entre as oligarquias regionais, acirrada com a Aliança Liberal que marcaria o solapamento da aliança intra-oligárquica que sustentará a República até então; o avanço do movimento social e do clima de contestação, endossado pela atuação tenentista; o avanço da formação das forças sociais do capitalismo, com a criação do CIESP e do BOC; necessidade da resolução da questão nacional; o grande choque nas exportações de café derivado da crise internacional, com o *crash* da Bolsa de Nova York.

Foi correspondendo a esse movimento social irreversível que um dos segmentos dos “tenentes” delinearía as alternativas de atuação com adesão a revolução de 1930, avançando na elaboração de sua *consciência coletiva*, posto que grande parte dos revoltosos dos anos 20 optou por esse caminho. Ao recorrermos a Antonio Gramsci (2000) podemos compreender a alteração de atuação dos “tenentes” após a Coluna Prestes e, sobretudo, nos anos 30. Dada a complexidade da sociedade moderna, na qual a sociedade civil e o Estado são mais complexos, a “guerra de posição” se torna

¹²¹ Op.cit.

fundamental no processo de construção da hegemonia. O Estado amplia suas funções à medida que se torna responsável, por exemplo, não só pela coerção e a pela administração pública, mas pela saúde pública, ensino, reformas urbanas, modernização.

Por outro lado, a sociedade civil se ramifica em uma teia complexa, emergindo várias instituições, tais como sindicatos, partidos políticos, classe operária, jornais, associações, organizações industriais, etc. Dentro desse contexto, Gramsci diz ser necessária a “guerra de posição” e não mais a “guerra de movimento” como se fazia no século XIX, na qual se buscava a derrocada das classes dominantes por rápida ascensão do Estado por meios insurrecionais. Diante das vicissitudes do século XX, era preciso se posicionar nesse cenário moderno, constituindo um “cerco” em torno das instituições reprodutoras da ordem burguesa, para que se pudesse construir a hegemonia.

Diante das evidências do movimento de “longa duração”, no que se refere às mudanças das estruturas econômicas e sociais, abordadas no primeiro capítulo, os “tenentes” deslocariam sua estratégia. Começou-se a gerar essa complexidade que nos fala Gramsci, exigindo assim, uma mudança no que se refere à tática política. Os “tenentes” não poderiam mais atuar como nos anos 20, realizando uma “guerra de movimento” com o Estado Oligárquico, como foi durante os episódios do Forte e da Coluna. No pós-30, diante da ampliação do Estado e da diversidade dos grupos políticos era necessário um efetivo posicionamento na “guerra de posição”. Talvez este raciocínio possa nos auxiliar a compreender por que o tenentismo altera suas formas de atuação no cenário político nacional. As exigências nos 30 não se resumiam apenas à interpretação do Brasil. Agora se faz necessário formular identidade política que possa conduzir à construção de projetos nacionais, de direcionamento da nação.

Ante a conturbação social, setores militares foram para o confronto direto com o Estado Oligárquico, emergindo inicialmente como uma retaliação às ofensas aos valores corporativos. Em 1924, com a revolta paulista e entre 1925 e 1927, com a Coluna Miguel Costa-Prestes, o movimento tenentista não tinha um programa consistente para a “substituição” do regime até então vigente, mas já havia uma alteração expressiva em relação às pretensões revolucionárias. Os manifestos lançados durante os anos 20 denunciavam a situação da nação brasileira, mas faziam ainda insuficientes proposições sobre qual seria a melhor forma de organização nacional.

Nessa “guerra de posição” a participação, mesmo que seja nas articulações militares, seria imprescindível para o desdobramento pós-revolucionário. A propagação dos “tenentes” pelo cenário político, após a Revolução, denota, inicialmente, que a

opção pela Aliança Liberal se traduziria na possibilidade do segmento em fixar-se enquanto força política. Ademais, esse processo consolidaria a transição do grupo militar ao grupo político. Com a Revolução de 1930, embora os resquícios sejam presentes, os “tenentes” não seriam mais corporativos, mas grupo político que atuaria nas instâncias de poder estatal.

Assim, a participação desse segmento na revolução de 30 expressaria uma forma de pensar, uma forma de visualizar o processo de mudança, que não seria pela revolução armada, ou como coloca Gramsci, pela “guerra de movimento”, mas pelas alterações institucionais no qual a mudança em relação à atuação seria imprescindível. Não seria mais pelas armas em punho, mas pelos ministérios, interventorias e posicionamento no Estado centralizado e legal, ou seja, pela acomodação dos “tenentes” na “guerra de posição”.

CAPÍTULO IV
O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA
TENENTISTA NO PÓS-30

A conturbada década de 20, em que os “tenentes” foram figuras centrais, desencadeou o rompimento com o pacto oligárquico que sustentara a Primeira República. Assim, o colapso do sistema político oligárquico, em 1930, seria um reflexo do acirramento do conflito e do avanço da modernização no Brasil, a configuração das forças modernas. Tal processo de crise das estruturas da Primeira República exigiu um novo pacto social representado pela revolução de 1930, no qual as forças políticas deveriam ser incorporadas no processo, concebendo, assim, um novo pacto de alianças, diferenciado do existente até então. Em outras palavras, o movimento sócio-político de transformações processadas ao longo da Primeira República acelerou-se no contexto dos anos 30, momento em que os indícios de modernização esboçados nas décadas precedentes encontrariam um pólo catalisador, necessitando de uma nova configuração sócio-jurídica.

Diante dessa nova pactuação e da exigência de construção das novas representações, os “tenentes”¹²² participaram do processo pós-30 enquanto um grupo político. A configuração de uma sociedade diversa da Primeira República seria edificada à medida que a própria institucionalização da Revolução ocorria, o que exigia mais uma vez que os “tenentes” interagissem com seu momento histórico. A atuação tenentista no interior do Estado recém-inaugurado proporcionaria a esse segmento a possibilidade de transcender as formas de participação das décadas de 20 concomitantemente à lapidação de seus ideais e a formulação de um projeto político que marcaria a transição do interesse privado para o interesse público.

Os direcionamentos da nação precisariam ser sistematizados por uma leitura mais refinada em relação aos desafios das alterações estruturais demandadas na sociedade brasileira desde meados do século XIX. Para tanto, o programa tenentista teria agora que conter e corresponder a esses novos desafios advindo com a revolução de 30 cuja institucionalização do pacto conteria aspectos econômicos, conflitos e direitos sociais, arquitetura administrativa sob racionalidade técnica, organização da nação, da justiça e da política.

É nessa mutação que se pode captar a efetivação do tenentismo enquanto grupo político, portador de uma identidade coletiva capaz de organizar um projeto político (ainda que não concluso) que se distanciou consideravelmente dos interesses

¹²² É plausível recordar que nos anos 30, “tenentes” assumiriam uma categoria mais ampla que agregaria grande maioria dos revoltosos dos anos 20 e setores civis, tanto políticos, sobretudo grupo gaúcho, quanto simpatizantes da sociedade civil.

corporativos e contemplou amplos segmentos sociais e problemas nacionais. Portanto, a análise dos documentos que se segue tentará seguir o mecanismo do capítulo precedente tanto em relação à estratégia analítica quanto à metodologia empregada (análise de textos históricos sob ordem cronológica). Seguiremos o intuito de identificar quais as visões expressas pelo segmento tenentista acerca dos dilemas da modernização no Brasil, desafio de sua época, concomitantemente à percepção de como a interação com seu contexto impulsionou o movimento à construção de sua identidade coletiva.

1. As sistematizações programáticas da Legião Revolucionária de São Paulo

O movimento de 30 significou um efeito catalisador das transformações processadas na sociedade brasileira desde fins do século XIX. Expressaria uma reivindicação de setores que surgiram das ramificações estruturais do modelo agrário exportador e que estavam à margem do processo sócio-político e econômico vigente na Primeira República. Diversos atores visualizariam na Aliança Liberal e na Revolução de 30 formas efetivas de alterações das instituições republicanas sob exercício oligárquico. A diversidade aglomerada em torno da Aliança Liberal, cujo programa era ainda vago e apontava remotamente os caminhos para uma ruptura institucional, seria um dos principais fatores da instabilidade política do início dos anos 30, configurando uma crise das forças políticas em relação a projetos de futuro. No decorrer do embate político, as diversas finalidades, que os vários participantes concebiam como “revolução”, acarretariam múltiplas respostas para o problema nacional. Assim, o movimento de outubro de 30 levaria consigo diferentes interesses, presentes nas próprias discussões acerca da reformulação do Estado brasileiro.

Diante das diversidades de forças políticas pactuantes, a unificação dos ideais revolucionários seria um dos primeiros desafios que o grupo varguista deveria enfrentar para se manter a frente do processo de alteração. Não por coincidência proliferaram várias instituições com objetivo de proporcionar sustentabilidade ao núcleo da então Aliança Liberal que compreendia, sobretudo, os políticos gaúchos sob chefia de Getúlio Vargas e os “tenentes”.

Uma das primeiras ações nesta direção foi a formulação do *Acordo de Poços de Caldas*¹²³, no qual figuras da cúpula governamental, como Góes Monteiro, Oswaldo Aranha, Juarez Távora, João Alberto, reuniram-se para formalizar os primeiros contornos do desdobramento da revolução. Embora a preocupação central fosse principalmente militar (distribuição de chefes-militares em pontos estratégicos), algumas questões que se desenvolveriam posteriormente já estão embrionariamente presentes aqui:

- adoção criteriosa e intransigente sem olhar interesses de pessoas, classes ou partidos – de todas as medidas julgadas necessárias à construção, econômica e financeira do país;
- o rigoroso saneamento da administração pública, pela apuração inflexível da responsabilidade e castigo exemplar de todos os culpados pelo atual estado e desorganização moral, política e administrativa do Brasil;
- estabelecimento de uma solução nacional para os problemas sociais brasileiros, especialmente os que referem ao proletariado rural e urbano.
- considerado que tais medidas só podem ser cabal e prontamente executadas sob a vigência do *regime extra-constitucional* que libertou os agentes executivos do entrave de preconceitos e precedentes legais e dos óbices judiciários normais (...).
- compromisso de garantir a existência do atual estado de ditadura, até que ele tenha preenchido integralmente o seu fim, isto é, permitida a transformação radical do ambiente político administrativo legado pelo regime extinto(...).
- o presente pacto durará até que se extinga a ditadura ou que a maioria dos que o subscrevem resolvem cassar, em ato equivalente ou atual, as delegações dele constantes¹²⁴.

O que sobressai nesse *Acordo* é a organização política ditatorial para garantia da sobreposição às oligarquias tradicionais, para o qual a reforma administrativa seria fundamental; e a sinalização de que a questão social exigia orientação e solução nacional. Ainda que esse pacto seja sucinto e pouco elaborado, a Legião e o Clube 3 de Outubro endossariam alguns desses temas, sobretudo, acerca da arquitetura para romper com a hegemonia das oligarquias tradicionais e como a questão social seria tratada enquanto desdobramento da situação agrária no país.

Porém, as manifestações programáticas tenentistas avançariam primeiramente com a Legião Revolucionária de São Paulo. Em março de 1931, a instituição lança o

¹²³ O documento está reproduzido em Carone, 1975, p. 386-388. Nos documentos reproduzidos e nas referências que se faz na bibliografia acerca desse *Acordo* há divergências acerca da data exata em que teria ocorrido. Edgar Carone (1975) afirma ser em fins de 1931. No entanto, outros autores que abordam o episódio colocam-no em fins de 1930. Entre eles, podemos destacar Borges (1992), Forjaz (1988), Prestes (1999) e Conniff (1979) que chega a mencionar em nota que Carone teria se equivocado ao atribuir a data ao Pacto a fins de 1931, o que de fato deve ter ocorrido dado o conteúdo do documento.

¹²⁴ In: Carone, 1975, pp.387-388.

Manifesto à Nação e, em setembro do mesmo ano, o *Programa-político-partidário*. Utilizaremos ambos os documentos para tentar delinear o amadurecimento em relação ao diagnóstico e ao prognóstico dessa fração tenentista.

O *Manifesto à Nação*¹²⁵ com principais diretrizes da Legião foi lançado em 04 de março de 1931, tendo como principal redator Plínio Salgado que, no ano seguinte, deixaria a organização para criar a Ação Integralista Brasileira (AIB). Embora algumas concepções que viriam compor o ideário integralista perpassassem esse documento, há fortes indícios de que ele contenha aspectos fundamentais que seriam assiduamente defendidos pelos “tenentes” na primeira metade dos anos 30.

No *Manifesto*, o segmento tenentista atinge elaborações mais profundas do que a década precedente, porém ainda obscuras, acerca de vários desafios nacionais em que a defesa da vocação agrária seria a grande visão a ser defendida. Dentre os pontos principais, destacam-se: igualdade das classes; questão agrária como núcleo dos problemas nacionais e da resolução do mesmo; reforma educacional para superar o atraso; crítica à Constituição de 1891; representação das classes e enfrentamento do problema social pela valorização do trabalho.

O cerne da discussão continua sendo as oligarquias agrárias, como nos anos 20, porém os “tenentes” identificariam os males da miséria e das desigualdades com o problema do latifúndio, uma vez que as organizações nos centros urbanos refletiriam a questão fundiária do campo.

Há, no Brasil, imensos latifúndios e temos, entretanto, o problema dos desocupados. Multiplicam-se nas cidades tentaculares, nas metrópoles brilhantes, arranha-céus soberbos, palacetes luxuosos e casas senhoriais; entretanto, existe gente sem teto e sem abrigo (...). Ao redor das lavouras esplêndidas dos grandes proprietários que criaram a suprema ilusão da riqueza, arrasta-se uma agricultura penosa, que se prolonga pelos nossos sertões, abandonada e esquecida, sem crédito e sem auxílio. É o drama do homem brasileiro. O tipo social brasileiro é o que se origina das realidades econômicas da terra, das condições dos diferentes meios cívicos no seu território e da sua formação histórica; (...) Guerra ao latifúndio particular, aos trustes e aos monopólios¹²⁶.

Se a identificação do problema passa ser a concentração de terras e o improdutivismo, as soluções também circundariam essa dimensão. Nesse sentido, em todas as outras esferas do documento estão de uma forma ou de outra relacionadas à questão agrária. A relação entre as classes deve se direcionar a uma igualdade entre elas,

¹²⁵ O Manifesto está reproduzido em Carone, 1974, p.431-450.

¹²⁶ Op.cit, p.446.

e, sobretudo, expansão, exploração, utilização, relações econômicas, organização da riqueza nacional e racionalidade seriam, para os “tenentes”, questões umbilicalmente relacionadas ao desenvolvimento agrário e à sua função social da terra. Ou seja, as referências acerca do desenvolvimento nacional passariam pela agricultura e pela exaltação dos recursos naturais, solapados durante a Primeira República.

É ridículo contar as maravilhas das nossas florestas, o tesouro de nossa fauna e da nossa flora, a riqueza da nossa terra, a uberdade do nosso solo num país onde apesar do nosso baixíssimo padrão de vida, a mão-de-obra, o custo da produção, decorrem inicialmente das dificuldades do transporte e os nossos fretes são caríssimos, impossibilitando o desenvolvimento de nossa agricultura¹²⁷.

E complementa,

A proteção às indústrias naturais do país, às medidas administrativas de assistência, tendentes a valorizar civicamente esse herói esquecido, e de instrução e educação para valorizá-lo moral e mentalmente; a distribuição justa das terras; o apoio à pequena propriedade; o desenvolvimento dos meios de transportes; o fomento da agricultura pelos processos mais modernos; tudo isso deverá ser levado a sério como um segundo movimento de emancipação política¹²⁸.

Assim, no *Manifesto* vários pontos sinalizam que os “tenentes” começam a compartilhar a concepção de construção do futuro da nação por intermédio do agrarismo. As propostas refletem algumas ideias já defendidas por Alberto Torres (1982a), citado literalmente no documento, ou mesmo as concepções de Oliveira Vianna (1973) acerca da atuação do Estado. Sobretudo, Alberto Torres defendia que a modernização da sociedade, a construção da nação e das bases industriais seriam constituídas sob um longo processo, uma vez que o Brasil teria uma “vocaçãõ essencialmente agrária” e somente o reconhecimento desse pressuposto é que poderia edificar a nacionalidade. A construção da nação passaria, portanto, pela capacidade do Estado, o único apto a essa tarefa de organizar e promover essa unidade nacional, tendo a produção agrícola como a essência da economia nacional. Porém, para a efetivação dessa nacionalidade, seria necessário o controle dos recursos nacionais e a organização de uma policultura, somente dessa forma, o país seria capaz de suprir todas as necessidades nacionais. Assim, para Alberto Torres, o desenvolvimento dessa

¹²⁷ Op. cit, p. 435.

¹²⁸ Op.cit, 437.

característica conduziria gradualmente o Brasil ao grau de sociedade moderna, no qual a indústria seria desenvolvida naturalmente.

Portanto, para Alberto Torres (1982a), havia intersecção entre nação e agrarismo. A nação e a terra teriam uma relação umbilical, na qual a organização da nação passaria pela formação de uma efetiva consciência sobre os problemas nacionais. Encarar a realidade brasileira, compreendendo-a por ela mesma e não por teorias exógenas, seria o desafio da criação do “caráter nacional”.

Assim, esgotando a terra, deixamos, também, de formar a nação. Abandonando a terra, e não cuidando da nação, abandonamos a Pátria, porque é a terra, como habitat, mas principalmente, para o sentimento e para a razão, a nação, isto é, a gente (Torres, 1982, p. 17).

Essa visão agrarista chocava-se com alguns ideais acerca da indústria que já se articulavam nos anos 30, debate em que Roberto Simonsen foi um dos protagonistas. O empresário teve atuação destacada na tentativa de configurar um novo modelo de desenvolvimento econômico que se concentraria na industrialização, substituindo-se assim o pressuposto de “vocação agrária”. Em *As crises no Brasil*, de 1930, Simonsen realiza um diagnóstico da crise pelo qual passava o país e apresenta incisivo discurso contra o café, decompondo a ideia de vocação agrícola e propondo o modelo industrial. Os trechos a seguir, embora longos, são elucidativos nesse sentido:

Agricultores há que sonham, como remédio, oferecer em holocausto ao café todas as demais classes produtoras no Brasil que se transformaria, assim, num vasto cafezal. Supõem esses patrícios que, em troca do aumento da nossa importação, que na sua cifra atual já não podemos pagar, o mundo adquirirá o excesso de nosso café... Fosse essa idéia exequível e teríamos apenas deslocado o problema no tempo, pois, sem restrição da produção e com afluxo de todos para a lavoura, haveria, em breve, outra super-produção e desta vez fatal, porque nada mais restaria ao Brasil para oferecer em troca de novos e hipotéticos mercados para o consumo da preciosa rubiácea (Simonsen, 1930, p.5).

Simonsen refere-se aos limites de uma economia pautada em produtos primários, posto que o colapso de uma sociedade edificada padrão seria inevitável. Nesses casos, quanto maior a produtividade, menor é o preço e mais constantes são as oscilações. Esse mecanismo faz com que o sistema fique mais vulnerável a crises cíclicas, tendo ciclos finitos uma vez que o aumento da produção conduz ao colapso do sistema. Os produtos coloniais, sobretudo, a cana-de-açúcar, funcionaram sob esse mecanismo.

O discurso do setor industrialista circundava o argumento de uma nação moderna que seria fragilizada caso seus recursos estivessem ancorados em produtos primários. A construção da nação, portanto, passaria pela resolução da questão econômica que não poderia estar ancorada na produção agrária, mas sim na indústria. Assim, complementa destacando a importância da indústria para alterar o quadro econômico brasileiro de crises cíclicas e alavancar progresso nacional.

No dia em que pela criação do espírito de economia, de nosso aparelhamento de crédito industrial, comercial e agrícola, os agricultores e os consumidores aplicarem os seus saldos em títulos industriais, e estas tomarem interesses nos títulos provenientes da mobilização agrícola, ficarão todos associados e passarão a ser defensores do progresso geral. A classe industrial, aliás, só almeja que todos os brasileiros enriqueçam, para que o mercado interno seja constituído de compradores de forte poder aquisitivo (Simonsen, 1930, p.5).

O *Manifesto* estaria mais próximo a primeira vertente não apenas em relação à defesa do agrarismo, mas também do papel central do Estado nesse processo. O eixo das proposições acerca do desenvolvimento nacional dos “tenentes” no pós-30 circundava as propostas de controle dos recursos naturais e desenvolvimento agrícola via pequena propriedade, configuração garantida por ação estatal. Portanto, segundo o documento tenentista, a exequibilidade só seria possível pela criação de um governo forte, republicano, presidencialista, o qual o Estado fortalecido exerceria a função de igualar os direitos, organizar as classes, promover a legislação trabalhista. Também estaria sob o escopo estatal a representação das classes produzindo um *legislativo de técnicos, e não de políticos*, e a justiça como *órgão nacional, unificado e autônomo*.

As classes devem ser organizadas. E o Estado não pode ser diferente a essa organização. E só um Estado forte poderá sobrepor-se para fixar e garantir direitos. O Estado que se basear em forças meramente políticas será um estado a serviço de interesses plutocráticos, ou das demagogias fácies. O Estado deve ter fundamento no trabalho. Ele deve, além do mais, intervir na vida econômica da Nação. Estimular e controlar iniciativas. Orientar a produção. Ordenar e coordenar as forças produtoras. Divisão do trabalho e salários mínimos. Uma palavra, estender a sua influência, até onde o exijam os interesses da coletividade, não como fim, mas em função do indivíduo¹²⁹.

Ainda que as colocações dos “tenentes” legionários sejam ainda bem obscuras já se delineiam os fundamentos de um Estado forte e intervencionista. Este outro aspecto em que os “tenentes” avançam em relação à Revolta de 24 e a Coluna Prestes, na qual

¹²⁹ *Manifesto*, In: Carone, 1975, p. 442.

as inter-relações com o contexto de disputa com os outros grupos políticos exigiam um aprofundamento ideológico. Se antes os revoltosos defendiam um fortalecimento do Estado para garantir os pressupostos constitucionais da Carta de 1891, a partir de 1930, seria no Estado e a partir dele que se configurariam os delineamentos do futuro da nação.

Ademais, diante de uma crise mundial que afetara o eixo da economia brasileira e seu principal produto de exportação, o café, a necessidade de alterar e ampliar a forma de intervencionismo não era apenas uma exigência nacional¹³⁰, mas também refletia o contexto internacional (CORSI, 2000; CEPÊDA, 2004). A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, abalaria duramente os pressupostos do liberalismo e as formas do *laissez faire*¹³¹, alterando substancialmente o caráter e a amplitude da intervenção. Como destaca Francisco Corsi, *agora também, o papel do Estado consistia em regulamentar, direcionar, planejar, atuar diretamente em setores considerados vitais, além de imprimir políticas que visassem à manutenção da atividade interna* (CORSI, 2000, p. 33).

No caso brasileiro, seria não apenas necessário contornar a crise econômica, mas construir a nação na qual a atuação do Estado perpassaria outros aspectos fundamentais para a construção da modernidade. Um exemplo dos campos fortemente regulamentados pelo Estado foi a legislação trabalhista que expressava o intuito de regular o conflito entre capital e trabalho, mas também encampar no Estado a questão social.

¹³⁰ A crise internacional viria alterar o tipo e o caráter do intervencionismo que já existia na Primeira República e acelerar um processo de crise do sistema cafeeiro que já se processava na sociedade, questões a rigor, estavam interligadas. O primeiro caso pode ser compreendido pelo Convênio de Taubaté (1906), momento em que a cafeicultura deparou-se com a “intervenção do Estado” nos assuntos econômicos. Tal ação repercutiu a iniciativa do governo paulista para obter empréstimos externos e controlar o café, principal produto de exportação brasileiro. Em 1924, a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, que se transforma em 1926 em Instituto do Café do Estado de São Paulo, teve por objetivo central o controle da produção do produto. No entanto, a intervenção se restringia ao Estado paulista e somente após 1930 com o governo de Getúlio Vargas que essa intervenção do Estado se generalizou, pois o que antes estava sob o controle dos Estados, em 1930, concentra-se em política de Estado. O governo Vargas buscou exercer maior controle no nível da produção e comercialização do café, criando, assim, órgãos de controle da política cafeeira como o Conselho Nacional do Café (CNC), em 1931, e o Departamento Nacional do Café (DNC), em 1933 (PANDOLFI, 2003). O segundo, refere-se ao fato de que *à crise internacional se sobrepunha uma de superprodução, que já vinha manifestando há alguns anos, contornada pela política de defesa do produto. A interrupção dos empréstimos externos, que sustentavam essa política, colocou-se a xeque, obrigando o governo manter a defesa do produto agora com base na expansão do crédito interno e na introdução de um imposto por saca exportada* (CORSI, 2000, p.38).

¹³¹ Sobre a crítica acerca dos pressupostos liberais clássicos de individualismo, “mão invisível” do mercado e de Estado ausente, consultar Jonh Keynes (1978). Para uma análise diferenciada de Keynes sobre o mesmo processo ver Antonio Gramsci (2001).

A República Oligárquica e sua ossatura liberal não conseguiriam forjar o *cidadão* necessário aos ideais republicanos. Tal arquitetura só viria com o Estado pós-30 que teria a sindicalização como principal aliada. Como bem coloca Wandelely Guilherme dos Santos (1979), a redefinição do processo de acumulação no pós-30 influenciaria na ordem social a ser estabelecida. O Estado que surgia deveria intervir nessa ordem de acumulação e reestruturá-la, *criando as condições para que se processasse tão rapidamente quanto a estrutura dos recursos o permitisse* (Santos, 1979, p. 74). Para analisar esse processo, Santos formula o conceito de *cidadania controlada*, definido como *o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional*. Em outras palavras, *são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas pela lei* (Santos, 1979, p.75). Assim, a legislação trabalhista, formulada pelo Governo Vargas, seria o parâmetro para dizer quem era ou não *cidadão*. Só era *cidadão*, quem fosse legalmente reconhecido pelo Estado, via Ministério do Trabalho, nos quais os padrões de cidadania eram carteira de trabalho (“certidão de nascimento cívico”) e regulamentação das profissões e sindicatos.

Assim sendo, a definição de *cidadão* era do Estado, cuja variável era a profissão. A sindicalização também era uma forma de controlar a subversão de setores do sindicalismo brasileiro, muito influenciado pelo anarco-sindicalismo proveniente da imigração, sobretudo italiana. Para o forjamento do novo padrão de acumulação era preciso aniquilar todas as influências que pudessem pôr em risco esse objetivo.

A institucionalização do conflito social, tornando-o problema nacional, proporcionaria ao Estado maior controle sob os segmentos populares, o que segundo Werneck Vianna (1976), seria um dos principais traços do processo de modernização no Brasil. Esta ocorria sob coexistência das organizações liberal e corporativa, na qual a ordem liberal e o mercado de trabalho estariam sob a disciplina de instituições corporativas ou semicorporativas, arquitetura que se traduziria em um *vigoroso instrumento de acumulação industrial*. No entanto, Cepêda (2004) destaca que tal processo permitiu a representação de setores até então excluídos das arenas política e social da Primeira República na medida em que a resposta dada ao conflito social viria paulatinamente pela *criação de uma regulamentação estatal sobre o assunto, transferindo o conflito da arena privada – empregados e patrões – para a arena pública dos direitos trabalhistas* (CEPÊDA, 2004, p. 140).

Porém, 1930 seria apenas o limiar desse processo cujo eixo da alteração se concentraria no Estado, o grande propiciador dessas transformações no pós-30, ou seja, tal episódio traria o germe da construção do Estado nacional-desenvolvimentista.

Embora a revolução de 30 não tenha inaugurado o Estado nacional-desenvolvimentista, as alterações processadas a partir dela dariam o contorno da modernização no Brasil. Embora o acontecimento de 1930 contenha o processo de edificação do Estado enquanto condutor da modernização, ele não expressa ainda quais interesses sobrepujam-se no interior desse Estado.

Na esfera econômica, por exemplo, independentemente se o eixo seria agrarista ou industrialista, os momentos subsequentes à revolução já conteriam a forma de Estado predominante nas décadas subsequentes: estado intervencionista. Deve-se considerar como acentua Francisco Corsi (2000), que as medidas implantadas pelo governo provisório no início dos anos 30, favoreceram tanto a indústria quanto a agricultura. Vargas pensava na diversificação da economia e na ampliação do mercado interno, no qual a indústria seria mais um setor a ser estimulado. Sendo assim, o autor concebe que a política econômica desse período não expressava ainda um projeto industrializante para o país. Para Corsi (2000, p.49),

difícilmente poderíamos considerar a política econômica do período 1930-1937 como expressão de um nítido projeto nacional de desenvolvimento. A busca de novos caminhos parecia ser a intenção, mas nada era muito definido. A política econômica mostrava ambígua e titubeante¹³².

Assim como os demais grupos, os “tenentes” ainda não tinham nítido o caminho da modernização dado que, em 1930, esse segmento se encontrava sob amadurecimento ideológico, cuja característica central, concentrava-se na elucidação dos próprios problemas nacionais. Nos anos 20, a visualização do problema nacional circundava a

¹³² Com esse argumento pode-se compreender o desenrolar do processo que conduziria a industrialização no Brasil. Celso Furtado (1982) analisa o processo de industrialização no Brasil como “sub-produto” do controle cambial implementado pelo Governo Vargas para contornar as consequências da crise de 1929. A industrialização brasileira seria, portanto, um reflexo do processo de substituição das importações, posto que com a crise cambial e a elevação dos preços dos produtos importados, a demanda é desviada para o produto nacional. Assim, a indústria brasileira não foi fortemente abalada com os estilhaços de 1929, uma vez que essa demanda anteriormente satisfeita pelo mercado externo, aos poucos foi se desviando para a indústria interna. Para Furtado, portanto, esse processo de deslocamento do centro dinâmico da economia do setor agrário para o setor industrial é fruto da política cambial varguista e da ativação do capital produtivo industrial, sobretudo após 1933. Getúlio Vargas ao tentar salvar a política do café no imediato pós-30 não visava à industrialização. Esta foi uma consequência das medidas implementadas, posto que essas tivessem como alvo evitar a crise – já que o café era o principal produto brasileiro – e não desencadear a industrialização.

posição das oligarquias no controle do Estado, já no início dos anos 30 essa visão transita à estrutura que manutenção das oligarquias tradicionais.

Não por coincidência, a questão agrária seria o advento do programa tenentista nos anos 30, característica que demonstra não apenas o afastamento dos aspectos corporativos, mas também o avanço em direção a questões centrais que integrariam seu projeto político, ou seja, distanciamento da arena privada e configuração na arena pública. A interação com os demais grupos e amadurecimento em relação às suas visões de realidade também passariam pela refutação de bandeiras até então defendidas, dentre as quais se destaca as referências à Constituição de 1891.

Segundo o Manifesto, a *brasilidade* deve ser o núcleo da construção da nação, pois o *homem brasileiro é filho de todas as raças* e é isso que deve ser considerado na formação da nação. *Existe uma tradição moral brasileira, um sentimento brasileiro, cumpre pesquisar, determinar e fixar esses elementos, na elaboração de nossas leis.* Esse discurso vem acompanhado de críticas ao imperialismo e à Constituição de 1891, pois ela *ocasionou todos os males da República, que reuniu em 1930, exatamente porque foi feita para o Brasil e não pelo Brasil*¹³³. Nesse sentido, não se deve *transplantar para o Brasil sistemas exóticos, deve-se promover movimento de fixação dentro da legislação das verdades essenciais do país.* O “espírito das nossas leis” implantado em 1891 foi feito *para o Brasil e não pelo Brasil*. Portanto, seria preciso primeiramente que a realidade do país fosse conhecida para que assim se pudesse traçar as diretrizes rumo à construção da nação. A realização desse propósito seria *a única obra eminentemente revolucionária; a primeira Revolução nacional*¹³⁴.

Esse discurso se aproxima das ideias de Alberto Torres e de Oliveira Vianna acerca da “artificialidade” das instituições no Brasil, ideário já referido outrora, mas acima de tudo, demonstra que a concepção dos “tenentes” acerca da Constituição de 1891 altera-se radicalmente de 1924, quando os revoltosos clamavam por sua efetividade. Se antes o diagnóstico da sociedade brasileira limitava-se à utilização dos mecanismos políticos pela oligarquia, a prática dos pressupostos legais contidos na Carta de 1891 seria suficiente para a concretização da *res publica*.

Cabe retomar que em 24, um dos pilares das pretensões tenentistas estava ancorado no *florianismo* e na defesa da obra dos militares, o que pode sinalizar um alinhamento com o corporativo. Em 1930, não apenas as concepções republicanas se

¹³³ *Manifesto à Nação*, In: Carone 1975, p.441.

¹³⁴ *Op. cit.*, p.436.

ampliariam, momento em que as teorias de Alberto Torres e Oliveira Vianna teriam maior respaldo nos programas tenentistas, mas principalmente, a visão em relação ao problema nacional se alteraria. Como defender os ideais constitucionais se eles não expressam a realidade nacional que agora, para os “tenentes”, estaria relacionada à questão agrária?

O abandono da defesa da referida Carta sinaliza fortemente que esse segmento estaria nos anos 30 muito mais preocupado em refletir, corresponder e propor direcionamentos aos desafios da sociedade civil do que com os interesses da instituição militar. A atuação na arena política não seria para defender a “honra ofendida”, mas interferir nos problemas nacionais e delinear projeto de futuro, no qual o Estado seria o principal articulador da mudança. Assim sendo, o intervencionismo para esse segmento viria para resolver as questões de organização nacional com base na agricultura, no entanto, a apreensão do próprio conceito de Estado e de desenvolvimento agrícola viria paulatinamente, dado que esse *Manifesto* contemplava apenas alguns rascunhos do programa político tenentista.

De qualquer forma, alguns atores contemporâneos contestam assiduamente o documento desse segmento tenentista. Em abril de 1931, um mês após a publicação do *Manifesto da Legião Revolucionária*, Astrojildo Pereira lança um ensaio intitulado *Manifesto da Contra-Revolução*¹³⁵, no qual analisa o documento lançado pelos legionários. Esse ensaio é marcado pela defesa de uma revolução socialista em escala mundial e tece pesadas críticas ao *Manifesto*. Astrojildo Pereira aproxima a Legião Revolucionária ao fascismo, ou seja, de caráter direitista e de extrema direita, características que supostamente estariam presentes no *Manifesto*. Acentua que a proposta de “representação de classes” na verdade seria uma “representação corporativa”, marcada pelo forte nacionalismo. Portanto, ideias básicas da ditadura fascista, presentes naquele momento na Itália. As Legiões criadas por todo o país seriam, para Astrojildo Pereira, “traduções brasileiras regionais” de “milícias fascistas italianas”.

Embora Astrojildo aponte questões intrigantes acerca do *Manifesto*, são necessárias duas observações: supostamente realiza associação direta entre representação de classes e organizações fascistas e rotula as pretensões tenentistas como não-industrializantes. Acerca do primeiro ponto, recorreremos a Mikail Manoilescu em

¹³⁵ Esse texto está publicado em Pereira (1979).

seu livro *O Século do Corporativismo* (1938) que exerceu forte influência acerca da teoria do corporativismo. O referido autor considera ser preciso segregar o corporativismo enquanto pensamento teórico, que pressupõe uma doutrina da sociedade e do Estado cujo poder emana das corporações sociais orgânicas, e a arquitetura fascista, articulada em torno da personalidade de Mussolini. Segundo o autor, ainda que, nos anos 30, o fascismo consistisse na experiência evidente da forma de organização corporativa, haveria discordâncias fundamentais entre a doutrina e a prática fascista. Na esfera nacional, como veremos adiante, a representação classista surge, para os “tenentes”, como forma de solapar o poder político das oligarquias regionais, concomitante a um fortalecimento da sociedade civil. Ressalvas a parte, não por acaso a institucionalização do conflito social, tornando públicas questões até então privadas, proporcionaria representatividade de segmentos populares excluídos da organização política e social brasileira (CEPÊDA, 2004). Por outro lado, acima demonstramos que não há como exigir dos “tenentes” uma posição industrialista se os projetos de futuro estavam em aberto e a própria construção do movimento tenentista estava em movimento.

Depois de tantas críticas ao *Manifesto*, a Legião paulista busca elaborar um programa mais sistemático. Em setembro de 1931, com a realização do Congresso Revolucionário da Legião Revolucionária, foi apresentado um *Programa Político-partidário*¹³⁶. Esse programa avança em relação ao Manifesto na medida em que esclarece alguns pontos abordados anteriormente.

A partir desse documento, os “tenentes” começariam a localizar a questão econômica como central porque, segundo eles, o momento histórico exige essa preocupação, questão que reflete o avanço nas concepções tenentistas. Nos anos 20, as questões poderiam ser resolvidas no âmbito da política – saneamento, alteração de políticos corruptos, etc., mas agora os “tenentes”, a partir de um diagnóstico paulatinamente mais lapidado da realidade brasileira, passam a apontar que a questão nacional tem conotação econômica, assim sendo, as articulações nas demais esferas só poderiam refletir esse empenho.

[...] há meio século domina a atmosfera política da nação, os novos partidos aparecem ostentando programas que representam formas esgotadas e

¹³⁶ A pretensão da Legião Revolucionária de lançar um programa político foi justamente a de ser tornar um partido político nacional, o que se concretizaria no ano seguinte. Tal documento foi apresentado por Mendonça Lima, Sud Mennunci, Teixeira Mendes e Rubião Meira.

ultrapassadas pela sensibilidade da época; ou se arvorarem bandeiras feitas de retalhos desconexos de aspirações ou, pior, se não entenderem que a preocupação econômica tem de estar na base da construção nacional, justamente porque se trata de entes humanos cuja primeira contingência é alimentar-se, terão eles, sejam quais forem, antecipadamente falhado a missão¹³⁷.

Percebe-se que a partir de agora os “tenentes” passariam a conceber a disputa no campo político como desdobramento dessa questão econômica, ou seja, a motivação da ação no embate refletiria a tentativa de resolução dos problemas agrários de concentração de terras. Como veremos adiante, a representação classista é um exemplo disso à medida que consiste no mecanismo central para bloquear a expressão política do latifúndio. A atuação no interior do Estado e em relação aos outros grupos teria como eixo essa questão. No primeiro caso, a maior expressão seria a ocupação da chefia do Ministério da Agricultura por Juarez Távora; no segundo, a disputa simbólica na arena política se daria a partir da criação do *Esboço*, apresentado pelo Clube 3 de Outubro.

E a realidade é a seguinte: o Brasil tem de ser uma grande potência industrial (...). Essa verdade repousa sobre outra bem mais profunda e que costumam esquecer frequentemente os nossos economistas, ofuscados pelo brilho das conquistas modernas: a de que a indústria é uma simples modificadora de produtos e que estes só a agricultura é capaz de criá-los, desde que a agricultura sempre foi e será a única alimentadora do homem (...). Cuidaremos da nossa organização econômica, dando o necessário relevo à agricultura. Faremos o pedestal de nossa nova casa, defendendo-a e amparando-a, como o bem mais precioso que nos deu a providência. E ao mesmo tempo, examinaremos as nossas possibilidades industriais, com inteligência e sendo da oportunidade, para não inventar criações artificiosas ou prematuras. Tudo tem seu tempo e sua hora¹³⁸.

O trecho acima é relevante para evidenciar que os “tenentes” vão incluindo outros temas em seus programas, ação que refletia uma maior abrangência dos problemas nacionais e, ao mesmo tempo, uma interação com o cenário político. Ora, como já referido acima, embora a indústria não fosse o núcleo da revolução de 30, alguns setores, como Roberto Simonsen, já apontavam esse modelo para a superação do problema nacional. Aliás, após as críticas de Astrojildo Pereira ao *Manifesto*, exigia-se dos “tenentes” ao menos uma referência acerca dessa questão. A resposta viria pela concepção de desenvolvimento natural da indústria e de sua ocupação com os recursos naturais.

¹³⁷ Reproduzido por Carone, 1975, p.451.

¹³⁸ Op. cit, p.452.

O avanço em relação ao manifesto também circunda a apresentação de outros aspectos: questões de administração pública, serviço público burocratizado por concurso obrigatório sob a vigilância de um Tribunal Técnico de Serviços Públicos; Conselhos Técnicos no qual já esboça minimamente a ideia de *participação de representantes de todas as classes no governo, com a substituição, quando possível, dos congressos por conselhos técnicos*¹³⁹; e legislação trabalhista que já traz inovações acerca de direitos dos trabalhadores.

- organização científica do trabalho.
- jornada de oito horas.
- salário mínimo correspondente à taxa média do custo de vida e de acordo com as oscilações econômicas.
- férias obrigatórias.
- sindicalização dos trabalhadores. Comissões paritárias(...)
- encaminhamento sistemático do excesso dos grandes centros urbanos para as atividades da terra¹⁴⁰

Este segundo e último ponto consiste no germe da proposta de que a questão social nos centros urbanos seria resolvida pela utilização social e coletiva da terra, aspecto que seria desenvolvido e endossado pelo *Esboço*, do Clube 3 de Outubro. Assim, não apenas as questões políticas refletiriam o problema econômico, mas também a questão social seria solucionada pela resolução na esfera econômica.

Esses primeiros documentos dos anos 30, lançados pela Legião Revolucionária Paulista avançam sistematicamente enquanto formação endógena do movimento tenentista, constituindo em uma passagem fundamental para a concretização de um projeto político. O que em 1924 aparecia apenas como uma necessidade – diagnóstico da realidade social – na Coluna Prestes seriam dadas as condições para a orientação para projeto, ainda que visualizada de formas diferentes por seus segmentos, e em 1930 atingiria os contornos de projeto político. Isso somente seria possível pelo desenvolvimento endógeno tenentista que se transfere da corporação militar para o cenário político como grupo portador de uma identidade coletiva. Agora, os tenentes estariam em disputa política para mudar a sociedade. Porém, esse processo seria esboçado em 1931, com os manifestos legionários, e atingiria maior envergadura na elaboração no Clube 3 de Outubro com a formulação do *Esboço*, documento que supomos ser maior expressão da identidade coletiva tenentista.

¹³⁹ Op.cit. p.455.

¹⁴⁰ Op.cit. p.456.

2. O *Esboço* do Clube 3 de Outubro: concretização do processo de construção da identidade coletiva tenentista

Algumas das características programáticas contidas no *Manifesto* e no *Programa político-partidário* seriam mais elaboradas no *Esboço Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*¹⁴¹ lançado pelo Clube 3 de Outubro, em fevereiro de 1932. A relevância da apreensão dessa instituição e, sobretudo, desse documento, consiste no fato de que diante da pesquisa primária, realizada ao longo de nosso trabalho, percebeu-se que ele continha uma aglomeração das várias questões discutidas pelo tenentismo até então. No entanto, o relevante é que, diante dos programas tenentistas analisados, esses aspectos estariam sob elevados níveis de elaboração e de consistência programática.

Embora os “tenentes” tenham se mantido na arena política até 1935, quando há o desmembramento do Clube, foi exatamente esse *esboço* que o segmento tenentista apresentou enquanto projeto político na Assembléia Nacional Constituinte de 1934. Assim, ainda que as disputas políticas permanecessem entre 1932/1934 quando o tenentismo compartilhava do cenário político, agravado pela Revolta Paulista de 32 e pelos conflitos no contexto constitucional, o Clube mantém esse *Esboço* como programa político enquanto expressão da instituição. A manutenção desse programa até a arena constitucional sugere que a identidade coletiva dos “tenentes” tenha-se fechado em torno dele, quando aquele movimento que acompanhamos desde 1922 atingiria seu ápice de elaboração nesse documento. Se acompanharmos a lógica dos manifestos até então, perceberemos que um contém aspectos do outro, mas quando o novo surge o anterior fica obsoleto, aspecto compreensível visto que o movimento estava em constante construção. A partir do *esboço* as discussões e elaborações do Clube 3 de Outubro estariam direcionadas às alterações e emendas a esse documento e não sua superação¹⁴². Porém, há algumas ressalvas relevantes em relação a essa questão. Há que se considerar que até 1932 o tenentismo avançou significativamente em direção a

¹⁴¹ CLUBE 3 DE OUTUBRO. *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*. Rio de Janeiro: 1932.

¹⁴² Exemplo disso pode ser captado em alguns documentos oficiais. No *Parecer sintético da Comissão de Sindicalização e representação das classes do Clube 3 de Outubro* (Arquivo Clube 3 de Outubro – CPDOC/FGV), o intuito foi de regulamentar a representação classista diante das alterações do cenário constitucional. Em 1933, o Clube publica *Manifesto, Estatutos e Programa do Clube 3 de Outubro* (Arquivo Augusto Amaral Peixoto (CPDOC/FGV)). Esse documento traz: Manifesto à Nação, datado de 21 de abril de 1933, no qual o eixo é sua oposição à convocação da Constituinte; *Estatuto* que contemplaria o regimento interno da instituição; e por fim, *Síntese outubrista*, programa que contempla os pressupostos da instituição e seria uma síntese dos principais pontos defendidos no *Esboço*.

formação de um projeto, ou de um *esboço* de projeto, que contemplasse a sociedade como um todo e correspondesse aos desafios da modernidade, o que ocorreu concomitante à formação de sua identidade coletiva. Obviamente que após a concretização do *Esboço* o segmento continuou interagindo com os grupos políticos, mas não seria mais como parte fundamental para a construção de sua própria consciência. É a partir daqui e por intermédio desse programa que os “tenentes” disputariam a hegemonia na arena simbólica. Entretanto, o que se pretende sugerir é que ainda que os “tenentes” não tivessem elaborado um projeto político concluso, o *esboço* significa o máximo da expressão do segmento nessa direção. A disputa pela hegemonia supostamente fragilizou o segmento a ponto de imprimi-lo uma decadência acentuada no cenário político entre 32 e 34, mas compreender tal embate entre as forças políticas que possivelmente motivaram a derrocada tenentista transcende as pretensões desse trabalho. A propósito, o nosso objetivo inicial de análise consistia justamente na apreensão da inserção dos “tenentes” no contexto constitucional 33/34. Mas à medida que a pesquisa avançava tornava-se mais evidente que o tenentismo, neste período, estava em fase de declínio enquanto força política e que antes disso houve uma fase de ascensão. O *Esboço* sinalizava mais o desaguar de um processo em curso do que mais um programa a ser defendido na Assembléia Nacional Constituinte de 1934.

Sendo assim, percebe-se que no *Esboço* há um salto qualitativo no que se refere aos documentos da década de 20 e um avanço considerável em relação ao projeto lançado pelos “tenentes” que atuavam em São Paulo em 1930/31. A própria estrutura e a apresentação esquemática das propostas políticas contidas no *Esboço* já denotam esse progresso.

O Clube 3 de Outubro buscou formular medidas mais concisas que abarcassem a racionalização e a ampliação do Estado brasileiro, no qual a organização dos municípios, estados e União seria simétrica e arquitetada tendo como pressuposto a representação corporativa e a organização de Conselhos Técnicos.

Uma das inovações concentra-se no aprofundamento da legislação trabalhista, cujos direitos se estenderiam igualmente aos trabalhadores rurais. Dentre as reivindicações estariam benefícios, como salário mínimo, contrato coletivo, limitação das horas de trabalho, repouso semanal, férias obrigatórias, limite de trabalho das mulheres e menores, direito à greve, seguro desemprego e efetivação de uma prática da participação do trabalhador nos lucros dos patrões. E ainda, deveria promover a *instituição do acionato [sic] do operariado nas próprias empresas onde servir, e ainda*

*proporcione a cogestão dessas empresas por elementos operários selecionados (...) tudo com o fim de tornar possível e efetiva a associação do capital-trabalho ao capital-dinheiro*¹⁴³. Nesse aspecto, o intervencionismo estatal seria ratificado de forma a garantir os interesses coletivos e estimular a formação de associações profissionais para que o cidadão pudesse exercer seus direitos políticos, sociais, culturais e morais.

Tal concepção está relacionada à ideia de *compreender o capital como um fator imprescindível à atividade econômica e, pois, materialmente útil, quando socialmente produzido*¹⁴⁴, ação proporcionada pela utilização social da propriedade. Aspecto que já se apresentava no *Manifesto*, mas que no *Esboço* tomaria maiores propensões à medida que os mecanismos para efetivação dessa proposta ficassem mais elucidativos. O arcabouço para a concretização dessa proposta seria arquitetado por normas de redução do latifúndio, pela supertaxação e pelo controle da herança de terras, e por uma forte política de incentivos fiscais. Estes estariam destinados à pequena propriedade, aos colonatos, à pequena indústria, à produção poli-agrícola, ao aproveitamento das riquezas naturais e às indústrias que empregassem matéria-prima nacional, produzissem artigos de primeiras necessidades e relacionados à agricultura e a pecuária. Assim, a riqueza viria pela organização e estímulo da terra, em que se destacaria *todas as formas de produção agrícola (...) principalmente as culturas de produtos essenciais à alimentação, ao vestuário e às necessidades principais da vida coletiva*¹⁴⁵.

Além dos impostos sob o latifúndio, os “tenentes” destinam uma legislação específica para a herança de grandes proporções de terras, no qual uma parte caberia ao Estado. Suspeita-se que essa proposta possa sinalizar que esse segmento começava a visualizar a questão latifundiária como parte da nossa história.

Por outro lado, as manifestações em relação à indústria, que no *Programa-Partidário* da Legião apenas sugeriria um desenvolvimento natural, com o *Esboço* teriam também uma função social e configuração estritamente nacional à medida que se destinariam à subsistência coletiva e auxiliariam na organização e no estímulo das terras por intermédio de produção de instrumentos e utensílios agrícolas. Elas também seriam fundamentais na exploração nacional dos recursos naturais, dentre os quais se destaca a siderurgia. Pois, propunha: *Estabelecer e desenvolver a indústria siderúrgica, em moldes que assegurem a sua exploração frutuosa da nacionalidade. Organizar um*

¹⁴³ Esboço, p. 57.

¹⁴⁴ Op. cit p. 47.

¹⁴⁵ Op.cit, p. 48.

*Código das Minas; Organizar um Código das Águas; Organizar Código das Florestas*¹⁴⁶.

Portanto, o trabalho, para os “tenentes”, significava trabalho da terra e não da indústria; a riqueza viria pelo cultivo da terra e não pela produção industrial; a intervenção do Estado seria a garantia do aparato para o desenvolvimento agrícola, seja nos campos seja na cidade; a resolução dos problemas na cidade viria pela resolução dos problemas no campo; fatores que reafirmam a manutenção e aprimoramento da visão econômica como epicentro do problema nacional.

Promover e intensificar a localização de famílias proletárias no interior do país, sobretudo nas zonas marginais às estradas de ferro, auxiliando economicamente a essas famílias, para que possam ali erguer e desenvolver as suas propriedades rurais, com o que terá o poder público neutralizado inteligentemente os males do urbanismo¹⁴⁷.

Nesse sentido, o *Esboço* endossa a questão sucintamente apontada no *Programa-Partidário* da Legião de que a resolução do problema social e de trabalho nos centros urbanos viria pela criação de patronatos agrícolas.

Resolução prática do problema da falta de trabalho com assistência obrigatória do estado, mediante a localização compulsória dos ‘sem trabalho’ em campos de proteção agrícola e núcleos coloniais, onde a sua existência decorra melhor que nos centros urbanos, ou ainda mediante a adoção de medidas curtas, como seja a realização de determinadas obras públicas, em que possam ser utilizados eficazmente os serviços dos desocupados, etc. A qualquer dessas medidas precederá a outorga, por parte do Estado ao desempregado, de uma diária módica em dinheiro ou em gêneros alimentícios, que possa assegurar a sua subsistência até a sua localização conveniente e a utilização dos seus serviços, pela forma atrás defendida¹⁴⁸.

Essa organização ficaria a cargo do Estado, no qual o avanço em relação a 1922 é evidente. Se antes a visão em relação ao Estado expressava os interesses da instituição militar, em 1927 ele seria a causa de toda a situação nacional de miséria e de analfabetismo e, em 30, concentraria todas as possibilidades de alternância seja econômica, política ou social. Não por acaso, ao longo desse processo, centralização e intervencionismo foram paulatinamente ampliando sua importância e sua relevância nos documentos tenentistas. Após 1930, a função do Estado seria o saneamento do

¹⁴⁶ Op. cit, p. 48.

¹⁴⁷ Esboço, p. 76.

¹⁴⁸ Op. cit. 57.

ambiente nacional e a realização das propostas sociais, econômicas e políticas. Nessa atuação estatal estava subsumida a pretensão da resolução da questão econômica. Como já demonstrado, o vislumbamento do problema fundiário estaria disseminado tanto na Legião Revolucionária, quanto no Clube e nos líderes tenentistas. Até mesmo antes da concretização do *Esboço*, João Alberto, em carta a Maurício Cardoso, político gaúcho, já evidenciava a sobreposição da questão econômica.

Vocês julgam que o mal é político e vem com constituinte e nós julgamos que o mal é econômico e queremos as providências necessárias (...). Exploram aí que o câmbio está baixo por conta de constituinte. Que não temos crédito por isto mesmo. Neste assunto eu posso falar. Não será a constituinte [...] ¹⁴⁹ nos dar cambiais. Elas só podem vir por meio da exportação e dos preços de nosso principal produto que é o café. Sem constituinte se nós quisermos novamente fazer subir os preços ainda o poderemos fazer e sem constituinte, mantendo-se a política acertada de preços baixos o mercado cambial será o mesmo atual (...). Não quero dizer com isto que constituinte é um erro nem que ela provoque isto como vocês dizem do governo discricionário. O que quero assinalar é o fato da preponderância dos problemas econômicos ¹⁵⁰.

Esse trecho elucida duas questões centrais e custosas aos “tenentes” no início dos anos 30: a aproximação de João Alberto a grupos cafeicultores em São Paulo ¹⁵¹ e a recusa dos membros do Clube da reconstitucionalização imediata do país. Porém, no primeiro caso, a aparente política contraditória desenvolvida pelo “tenente” em São Paulo em se aproximar de grupos produtores de café no estado não seria reflexo de seus pressupostos de vocação agrária, atrelada a uma situação política excessivamente conflitante no Estado paulista?

No segundo, além da questão nacional não ser meramente política, e portanto, não se resolvendo pela constituição, o Clube aprimora a ideia de distanciamento entre a realidade nacional e a carta constitucional, defendida pela Legião.

Mas se querer uma constituição é convocar um grupo de homens, com ou sem simulacros eletivos, para que do seu agregado ocasional e fora de tempo saiam algumas dezenas de preceitos locais, copiados, aqui e ali, ao sabor das aparências, assaz vagos para permitir enrolarem-se nos ideais opostos, então o Clube 3 de Outubro é abertamente, decisivamente, contra a constituição (...). O Clube 3 de Outubro quer a constituição. Não quer qualquer constituição. Pedirá constituição quando notar ser possível a adoção de um sistema, senão perfeito, pelo menos assegurador da ordem por período

¹⁴⁹ Rasurado no original.

¹⁵⁰ Carta de João Alberto a Maurício Cardoso, data de 30/11/1931, localizada no Arquivo João Alberto no CPDOC.

¹⁵¹ Essa aproximação rendeu a João Alberto a formação e a liderança do Partido da Lavoura em São Paulo. Sobre essa questão ver Gomes (1980).

relativamente longo. Antes disto, e quando o desejo de constituição reflete a ambição de poderio e volta a hábitos que justificam a revolução de 3 de outubro – o Clube que tem este nome não quer combate, e não permitirá que adote uma constituição qualquer para o país, cujo destino é, para o Clube, a sua única razão de ser¹⁵².

A Constituinte era um equívoco, segundo os “tenentes”, porque a base de poder local, expressão do poder do latifúndio, tinha sido intocada pela revolução¹⁵³. Não bastava apenas mudar os políticos no poder, como concebiam em 24, mas desestruturar a base de sustentação dos políticos oligárquicos. Por outro lado, as últimas palavras do trecho acima denotam a finalidade da própria instituição: o *destino* do país. Na visão dos “tenentes”, se em 1922, o destino nacional estava ameaçado pelas práticas políticas das oligárquicas e por seus líderes, como Artur Bernardes, no início dos anos 30, essa ameaça se torna muito mais complexa, uma vez que o desafio não era substituir os políticos corruptos, mas construir projetos de futuro que dessem sustentabilidade à Nação. Se em 1922, os tenentes lutavam contra a eleição de Bernardes, em 1932, eles se oporiam assiduamente ao sistema político no Brasil, às formas constitucionais de 1891 e às estruturas fundiárias. A mudança dessa concepção corresponde à década em que esse segmento, correspondendo aos estímulos exógenos, transformou-se endogenamente.

Para tanto, em 30, o papel do Estado, até então considerado como expressão dos males nacionais, adquire proporções radicalmente diferentes: agora ele era fundamental para o processo de transformação, sendo, portanto, na arena estatal o eixo das alterações necessárias. No entanto, a afirmação do Estado não minimiza a sociedade civil, porque ele seria composto por ela, sob novas formas de organização sócio-política: a corporativa.

Um dos empenhos nesse sentido foi a formulação da proposta de representação classista, preposição que, a rigor, sobressai no *Esboço*. A organização política nacional, evidente expressão do poder oligárquico, incidiu em uma das preocupações centrais dos “tenentes”, em que a representação, por corporações e associações profissionais, consistiu em uma das medidas para resolver o problema econômico. A representação

¹⁵² Documento Clube 3 de Outubro de fins de 1931, localizado no Arquivo Augusto do Amaral Peixoto no CPDOC – AAP 31.00.00/4 (?).

¹⁵³ Na carta enviada a Mauricio Cardoso por João Alberto, o “tenente” tece críticas até mesmo a Getúlio Vargas sobre essa questão: *Quando vocês querem um programa não escrevem aquilo que pensam. Vão catar palavras que venham arregimentar o maior número possível de gente e o pior é que depois de conquistado o poder não executam nada. O nosso Getúlio também sofre desse mal. Muito se falou nos latifúndios, pequena propriedade, revisão de tarifas alfandegárias e nada se fez* (Op.cit). Além de evidenciar que alguns propósitos revolucionários se perderam no processo, esse trecho sinaliza positivamente a nossa hipótese de que a aproximação de setores tenentistas a Aliança Liberal seguiu uma lógica programática e não meramente por acefalia política. Ver Capítulo III.

das classes que teria sido apenas suscitada em 1924 apareceria minimamente referida no *Manifesto e no Programa da Legião*; e no *Esboço* teria uma proposta mais detalhada.

O tenentismo outubrista visualizaria a representação classista como alternativa ao poder das oligarquias no controle do sistema eleitoral e do Estado e projetaria a construção da sociedade sob novas bases. Foi no *Esboço* que a defesa da representação classista foi formulada sob argumento de que a realização da democracia no país dependeria da entrega do *governo aos que trabalham e produzem*. Para os defensores desse modelo na representação classista *procurou-se atender da melhor maneira as características do meio brasileiro, dotando o sistema de sindicalização de uma articulação dúctil e simples, modelo que, sem preocupação de exclusivismos e predomínios de uma das classes sobre as outras, deveria criar um estado de harmonia e de equilíbrio entre todas as forças da produção, do trabalho e da cultura*¹⁵⁴.

Portanto, a representação classista teria a função de conduzir à *harmonia e equilíbrio sociais*. Caberia ao Estado criar um ministério de organização social e de assistência que pudesse ampliar uma ofensiva estatal nesse setor, da mesma forma, que deveria criar leis que estimulassem a corporativização dos segmentos sociais. Como destaca Themistocles Cavalcanti, a representação das classes deve se constituir *como força renovadora de nossos hábitos políticos e criadora de um espírito social novo, que reconheça no trabalho e nas classes organizadas as poucas reservas capazes de salvar o Brasil*.¹⁵⁵ Nas palavras de Abelardo Marinho,

[...] da ‘representação profissional’ é lícito esperar que promova a organização do trabalho, traga, ao parlamento, porta-vozes do maior número possível de atividades sociais, aperte os laços da federação e afaste as possibilidades de dissensões entre os que trabalham e produzem¹⁵⁶.

Na visão dos “tenentes”, a representação das classes sinalizaria a forma pela qual os pressupostos e propostas enunciados acima seriam imediatamente postos em prática, pois consistiria no instrumento tenentista imediato para a consolidação de seus ideais.

A sociedade brasileira, constituída de molde a *anular* a influência das *classes improdutivas e parasitárias*, a *fortalecer as produtoras e a fazer preponderar as trabalhadoras*, em todas as suas modalidades, inclusive as

¹⁵⁴ Arquivo Valdemar Falcão (CPDOC/FGV) VF V.C.V. pi 33.00.00 (?).

¹⁵⁵ Sugestão de Cavalcanti, documento localizado no CPDOC/FGV: Arquivo AM cp df 31.11.01.

¹⁵⁶ Carta de Abelardo Marinho a Oswaldo Aranha. Arquivo Oswaldo Aranha (CPDOC/FGV) 33.01.09/d cp.

técnicas, as intelectuais e as forças morais acordes com as tradições e tendências do Povo Brasileiro – deverá ser organizada em partidos, associações profissionais e instituições culturais, cuja atividade será regulada por lei, de maneira harmônica e eqüitativa, para que diminuam ou desapareça, as injustiças sociais e se evite a exploração de um classe pelas outras¹⁵⁷.

O destaque deste trecho, a nosso ver, refere-se à forma pela qual os “tenentes” passaram a ver a sociedade brasileira. Em 1922, essa questão nem foi suscitada; em 1924, minimamente referida; entre 1925/27 adquire visibilidade e indignação com a Coluna Prestes; em 1931, com o *Esboço*, passaria ser o núcleo da organização nacional. Cabe destacar que essa sociedade consistia nos segmentos *produtores e trabalhadores*, concepção diferenciada da exposta entre 24 e 27, em que o impacto dos revoltosos com o interior brasileiro reproduziria visões pessimistas em relação à sociedade brasileira.

Assim, a forma governamental seria *racionalmente estabelecida* de forma homogênea e uniforme para Federação, Estados e Municípios mediante um sistema de representação *constituído em câmaras representativas das forças políticas nacionais e em câmaras representativas das associações profissionais organizadas e dos institutos e forças culturais do país*¹⁵⁸.

Essas câmaras se subdividiriam em Câmara Representativa Profissional e Cultural e Câmara Representativa Política¹⁵⁹. Na esfera municipal, essas duas Câmaras elegeriam o prefeito e dois vice-prefeitos (um para cada Câmara), com mandatos de cinco anos sem reeleição direta. Seria formado um conselho técnico municipal, cuja função seria orientar, fiscalizar e coordenar a administração municipal. Os membros desse conselho seriam integrantes eleitos por ambas as Câmaras, sendo ainda presidida pelo prefeito. O que se destaca nessa proposta é que seriam estabelecidos funções e assuntos específicos em cada uma das Câmaras e seus respectivos vice-prefeitos, assim como nos dos Conselhos Técnicos.

A Câmara Representativa Profissional e Cultural estadual deveria ser composta da seguinte forma: cada Câmara Profissional municipal elege um representante e cada

¹⁵⁷ *Esboço* Clube 3 de Outubro, p.15 (grifos nossos).

¹⁵⁸ Op.cit. p.15.

¹⁵⁹ Os municípios se dividiriam em distritos. Os eleitores de cada distrito escolheriam três representantes, que elegeriam de seis a nove membros que comporiam a Câmara Representativa Política. Já a Câmara Representativa Profissional e Cultural, cada associação ou instituição selecionaria por maioria absoluta um representante. Tais representantes escolheriam entre si a Câmara cujo número de membros seria determinado por lei. Desta forma, o voto teria duas instâncias: na eleição da Câmara Representativa Política o eleitor exerce um “voto quantitativo”, por ser membro da nação brasileira; e na eleição da Câmara Profissional seria um “voto qualitativo”, por pertencer a uma associação profissional organizada. Op.cit., p.22-29.

associação profissional também elege um representante. Todos os eleitos se reúnem em um colegiado e selecionam os membros que farão parte da Câmara Representativa Profissional e Cultural Estadual. Na esfera nacional, acontece de forma semelhante. Sob uma eleição igualitária entre os Estados, cada Câmara Profissional Estadual escolhe um representante e cada associação escolhe um novo representante, os quais formam um colegiado nacional que elegem os membros da Câmara Profissional e Cultural Nacional.

Os Conselhos Técnicos estariam sob presidência dos prefeitos ou dos presidentes de Estados e do Presidente da República, mas deveriam conter os seguintes secretariados e os membros seriam eleitos da seguinte forma: 1) assuntos econômicos (agricultura, indústria e comércio); 2) assuntos financeiros (impostos, organização orçamentária e contabilidade); 3) assuntos de administração e obras públicas (comunicação, transportes, etc.); 4) assuntos de organização social (direito operário, cooperativismo etc.); e 5) organização política (assuntos burocráticos, legislação, redação de leis, etc.). Nos quatro primeiros, os membros seriam eleitos pela Câmara Representativa Profissional e Cultural e somente o último seria eleito pela Câmara Representativa Política. Essa estrutura se reproduziria no âmbito estadual e também nacional. Somente neste último, essas instâncias funcionariam como ministérios¹⁶⁰, sendo ainda inclusas as pastas de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, selecionadas entre seus respectivos secretariados. Nesse ínterim os Estados manteriam sua autonomia somente no tocante aos seus interesses internos. No que se refere aos interesses nacionais (tais como assuntos econômicos, financeiros, educação, saúde pública, organização social, etc.) sofreriam orientação direta da União.

A capacidade técnica e o “espírito cívico” acompanhariam a ação desses Conselhos, não apenas impulsionando o desenvolvimento como também eliminando as forças contrárias a unidade nacional. Sendo assim, haveria uma nova divisão de poderes, na qual o Executivo – fortalecido e unificado – deveria sujeitar-se ao controle de três setores: o político, o corporativo e o técnico¹⁶¹.

Assim, o arcabouço da organização social seria planejado por Ministérios e Conselhos Técnicos, aspecto que aproxima os “tenentes” a Oliveira Vianna. A rigor, essa proximidade coincidiu muito mais com a proposta de Conselhos Técnicos do que

¹⁶⁰ Na república esses assuntos corresponderiam aos ministérios: 1) agricultura; 2) Fazenda; 3) Viação; 4) Trabalho; 5) Justiça; Defesa Nacional – Ministério da Guerra e da Marinha; Relações Exteriores – Ministérios das Relações Exteriores. Ver *Esboço*, pp.39.42.

¹⁶¹ Ver em anexo diagrama apresentado pelo Clube.

com a de representação classista. No *Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891*¹⁶², formulado por Oliveira Vianna a pedido do Clube, percebe-se essa questão.

Os destaques da revisão seriam: crítica ao federalismo e a sua forma de descentralização organizada, defendendo a centralização, na qual a União teria a função de coordenação, orientação e governo da coletividade nacional; fiscalização financeira dos estados por intermédio de um Tribunal de Contas; formulação de conselhos técnicos, que estariam sob o controle do principal órgão da soberania nacional, o Conselho Nacional; unificação da justiça, na qual esses conselhos técnicos constituiriam em órgãos de consulta obrigatória, organizados sob forma de fomentar a representação de interesses de classes.

Sobre a representação dos interesses classistas, há diferenças entre Oliveira Vianna (1947) e o Clube 3 de Outubro, ainda que a relação entre ambos em outros aspectos fosse mais afinada. Uma das divergências consiste no fato de que o autor proporciona maior autonomia aos Conselhos Técnicos do que os “tenentes”, pois o presidente deveria ser eleito pelo Conselho Nacional, órgão supremo da República; e dever-se-ia adotar o *censo alto como critério de capacidade eleitoral do cidadão nas eleições para presidente de Estado, deputados estaduais e federais; reservando o sufrágio generalizado às eleições para a formação dos conselhos municipais*¹⁶³, organizados sob o critério da representação de classes. Já para os “tenentes” outubristas, embora os Conselhos Técnicos fossem eleitos em sua maioria pela Câmara Profissional, o prefeito, o presidente do Estado e o Presidente da República seriam eleitos por uma Convenção de representantes das Câmaras Política e Profissional. Por outro lado, para o Clube, a sociedade votaria em três instâncias, conforme já demonstrado, enquanto que para Oliveira Vianna isso se daria apenas no nível municipal.

Por esse mecanismo de representação, no sistema político como um todo, o membro das associações exerce três votos quantitativos, pois vota na Câmara Política municipal, estadual e federal, e três votos quantitativos, pois vota-se em representante

¹⁶² *Programa de Revisão da Constituição Federal de 1891* realizada a pedido de Juarez Távora em 1932. Oliveira Vianna não diz a data exata dessa elaboração, aponta apenas que foi no ano de 1932. Nesse sentido, não há como saber se foi antes ou depois da elaboração do *Esboço*. Nos documentos pesquisados, não encontramos nenhuma menção acerca dessa revisão. Oliveira Vianna coloca uma nota retratando as consequências do programa revisionista: “Minha impressão é que não agradou... Muita coisa, porém, nele sugerida, como se verá, foi realizada, ou na Constituição de 34, ou na Constituinte de 37, ou na Constituição de 46, que nos rege, - como verá das notas feitas ao fim deste adendo pelo colega do Tribunal de Contas, ministro Rubens Rosa” (Vianna, 1947, 275). Esse programa está reproduzido em: VIANNA, 1947. pp.275-299.

¹⁶³ Op.cit.p.293.

da Câmara Profissional municipal, para representante do colegiado estadual e para o representante do colegiado nacional. Tal estrutura reflete onde se concentraria a força eleitoral, na visão dos “tenentes”: nas associações. Como expresso no próprio programa, *a verdadeira força eleitoral será a dos produtores, dos trabalhadores e dos elementos úteis ao desenvolvimento mental da sociedade, cabendo, portanto, a essa força, assim quintessenciada [sic], o direito de interpretar a vontade da Nação*¹⁶⁴.

Esse último aspecto diverge radicalmente de 1924 quando os “tenentes” propunham o *censo alto* como medida eleitoral. Oliveira Vianna manteria essa ideia de elite para a eleição estadual e o Conselho Nacional para presidência da República. Enquanto os “tenentes” dariam maior autonomia à sociedade civil, organizada aos moldes corporativos, que expressaria sua vontade nas três instâncias, concepção que afastaria os “tenentes” da ideia de elite eleitoral defendida nos anos 20. Seguindo o modelo arquitetado, o Clube supostamente visualiza um fortalecimento concomitante da sociedade e do Estado, proporcionado pela representação das associações corporativas.

Talvez essas divergências expliquem o descontentamento de Oliveira Vianna não apenas com Clube 3 de Outubro como também com as discussões, em 1933, acerca dessa proposta na Comissão do Itamaraty, durante a elaboração do anteprojeto constitucional.

Além disso, para os “tenentes”, caberia ao Conselho Técnico, segmento gestado nas associações profissionais, o controle de assuntos estratégicos, como os enunciados acima. A Câmara Representativa Política em todos os níveis estaria sobreposta à Câmara Representativa Profissional e Cultural porque, segundo os “tenentes”, a sociedade estaria expressa nesses órgãos. Ou seja, para os “tenentes”, nas três instâncias, o núcleo seria a Câmara Representativa Profissional e Cultural enquanto que, para Oliveira Vianna, ele estaria nos Conselhos Técnicos. Contudo, fortalecê-los significaria fortalecer a sociedade civil. Isso não significa que essas Câmaras estariam isentas de influências ou que elas de fato expressariam fielmente o conjunto da sociedade, mas ressaltar que diante dos anos 30 esta era uma proposta peculiar e, o mais importante para nosso trabalho é como os “tenentes” alteram suas concepções entre 1922 e 1932. Por outro lado, embora os “tenentes” não propunham a extinção dos partidos políticos, esse mecanismo diminuiu radicalmente sua força no sistema representativo.

¹⁶⁴ Op.cit p. 15.

Nessas condições, propugnar vigorosamente por que venha a futura Constituinte a ser formada por: a) uma corrente propriamente *política*, constituídas de *seis* representantes por Estado, Distrito Federal e Território do Acre, garantidos os direitos das minorias. Tais representantes serão eleitos pelo *voto quantitativo* dos cidadãos, considerados estes como simples partes componentes da sociedade política organizada e, como tal, orientados pelos partidos políticos a que pertencerem se não preferirem agir individualmente nesse ato de sua vida cívica.

b) uma corrente propriamente *social*, constituída pelos representantes das associações profissionais e instituições culturais, etc., devidamente organizadas. Esses últimos representantes serão eleitos em número proporcional às populações dos respectivos Estados e ao grau de desenvolvimento associativo ali verificado. Tal eleição será feita por meio de *voto qualitativo* dos cidadãos (segundo voto), expressos através das forças coletivas¹⁶⁵.

Assim sendo, o deslocamento para a sociedade, enquanto força expressiva da nacionalidade, e a efetivação dessa ideia com a proposta de representação classista sugerem que este seja um dos exemplos, a nosso ver o mais elucidativo, de que os “tenentes” concretizaram sua formação enquanto grupo político portador de uma identidade coletiva. Após surgir como ator de um processo de alteração correspondendo a interesses institucionais, cujas pretensões se limitariam à esfera corporativa, o tenentismo passaria a interagir com o seu momento histórico, e a necessidade de diagnóstico dos desafios nacionais da década de 20 impulsionaria uma fase de construção de sua identidade coletiva que se concretizaria com o *Esboço*. Por isso, a proposta analítica deste trabalho não consistiu em discutir as propostas por elas mesmas enquanto força de um projeto político, mas compreender como elas se alteravam à medida que os “tenentes” forjavam sua própria consciência enquanto grupo político. Como demonstrado por Mannheim, essa formação só seria possível com a interação com os demais grupos contemporâneos.

Em 1922, a expressão tenentista estaria focada na “defesa da honra”, da instituição, do Marechal Hermes da Fonseca, profundamente ofendidos por Artur Bernardes. Em 1932, os vínculos entre os “tenentes” e a sociedade estariam muito mais estreitos, quando as causas e as soluções para o problema nacional transcenderam o corporativo e atingiram a sociedade como um todo, concentrando-se agora no Estado e não mais no Exército, na sociedade e não mais nos militares. A dimensão dessa transição pode ser observada nas teses do Congresso Revolucionário do Clube 3 de

¹⁶⁵ Op.cit p.78.

Outubro, realizado em novembro de 1932, que denotam a concepção tanto de sociedade orgânica quanto de cidadão pertencente a esse organismo social:

[...] o interesse da coletividade acima do interesse do indivíduo; a união sobreposta aos Estados; os interesses do Brasil sobrepostos aos do internacionalismo; todo poder emana e depende da vontade dos cidadãos encarados sem distinção de qualquer espécie, como células da sociedade política e como elementos componentes de todas as classes profissionais que a integram ¹⁶⁶.

Porém, há que se considerar esse modelo de representação classista como proposta original formulada pelos “tenentes” que, em disputa no campo simbólico, após 1932, seria ressignificado pelo segmento, sofrendo algumas alterações. Conforme sugere Cepêda (2008)

há uma distância bastante razoável entre as discussões e documentos resultantes das reuniões do Clube 3 de outubro, o Esboço do Programa Revolucionário e as proposições e posicionamentos sobre a proposta de representação profissional dos representantes do “tenentismo outubrista” na Assembléia Constituinte. Não separa essas ações apenas o caráter estratégico, mas também a multiplicidade de focos e concepções que se abrigavam sob o grupo (CEPÊDA, 2008, p. 23).

Porém compreender essas vicissitudes integra as pretensões de um novo trabalho.

¹⁶⁶ Parecer sintético da Comissão de Sindicalização e representação das classes do Clube 3 de Outubro. Arquivo Clube 3 de Outubro (CPDOC/FGV).

CONSIDERAÇÕES FINAIS
A TRAJETÓRIA POLÍTICA TENENTISTA (1922-1932)

O objeto desse trabalho consistiu em compreender como o movimento tenentista surgiu como ator do contexto específico do desenvolvimento das bases capitalistas no Brasil e das vicissitudes processadas no interior das Forças Armadas e, sobretudo, como a interação desse segmento com seu momento histórico, entre 1922 e 1932, proporcionou a transição de um grupo militar a um grupo político. Nessa trajetória, o tenentismo apresentaria várias fases: de rebeldia militar, de encontro com a realidade nacional, de necessidade de diagnóstico da sociedade brasileira, de conflitos e dissidências internas, de escolhas dos caminhos da nação, de formulação de projeto de futuro.

A apreensão dessas fases e compreensão da dinâmica interna de formação do próprio movimento, só foi possível porque o avanço da pesquisa conduziu nossa análise à hipótese de que o tenentismo teria se forjado concomitante à sua atuação no cenário nacional, pois como os demais grupos dos anos 20, o tenentismo parecia estar em gestação, em movimento, em construção. A partir disso, os objetivos desse trabalho se concentraram na trajetória política tenentista na tentativa de identificar como os “tenentes” interagiam com a sua realidade nacional.

Em 1922, os “tenentes” surgem como defensores da “honra militar” e nem sequer lançam um manifesto público evidenciando suas pretensões. As próprias discussões limitaram-se ao Clube Militar e às deflagrações armadas. Em 1924, esse panorama transforma-se à medida que os revoltosos exprimem à nacionalidade quais seriam suas concepções, com destaque para a defesa da Constituição de 1891 e da República inaugurada pelos militares em 1889. Além de Artur Bernardes o alvo das manifestações revoltosas seriam os políticos corruptos e a prática republicana no país. Para tanto, o retorno a 1889 era a principal reivindicação dos rebeldes. Com a revolta paulista de 24, os “tenentes” esboçam uma leitura da realidade brasileira, que apesar de embrionária, seria significativa dentro do processo de edificação de uma identidade coletiva.

Embora minimamente delineados, os manifestos e o *Rascunho* sinalizam grandes avanços no que se refere à construção do grupo político. Percebemos que havia a tentativa de passagem de uma esfera estritamente corporativa ao âmbito de outras esferas. Dessa forma, em 1924, os “tenentes” transcenderam o “impulso corporativo” na busca de maior relação com a sociedade civil e os problemas nacionais, iniciando efetivamente a fase de gestação de sua identidade coletiva.

A Coluna Prestes intensificaria esse processo à medida que os revoltosos se afastavam do ambiente urbano e se direcionavam ao interior do país. A experiência durante a Grande Marcha proporcionaria aos tenentes não apenas maior elucidação acerca dos problemas nacionais, mas também argumentos e percepções das frações internas ao movimento que passariam a vislumbrar os possíveis caminhos para a Nação. Ainda que os “tenentes” tenham se ramificado em várias outras tendências, integralistas, por exemplo, a cisão produziu, sobretudo, dois grandes blocos: alguns, como Luiz Carlos Prestes, apontariam a revolução socialista como resolução dos problemas nacionais; outros, como a grande parte do movimento até então coeso, visualizariam na Aliança Liberal a possibilidade de efetivação de várias ideias processadas ao longo dos anos 20. Independentemente da opção, esse momento denota que os “tenentes” da década de 20 já teriam optado pela arena política e não mais corporativa, motivo pelo qual tinham surgido. No primeiro caso, a escolha seria o comunismo e, no segundo, a Revolução de 30.

A partir disso, abriu-se uma nova fase na qual o desafio consistia na elaboração de projetos de futuro para a disputa simbólica no universo da nova pactuação sócio-política, derivada das demandas da revolução. No grupo que acompanhamos, ou seja, aquele que aderiu à Aliança e atuou no movimento de 30, essa exigência seria correspondida pelas instituições tenentistas: Legião Revolucionária de São Paulo e, sobretudo, Clube 3 de Outubro.

Foram por essas instituições que a finalização do processo de construção da identidade coletiva se deu. Os programas analisados da Legião denotam como algumas questões foram ressignificadas pelo movimento e como outras foram sendo incluídas à pauta de reivindicações no decorrer do processo. Da mesma forma, observamos como algumas questões foram tomando maiores elaborações à medida que a percepção da realidade dos “tenentes” se acentuava.

A formulação que congregaria todo esse processo só viria pelo Clube 3 de Outubro e seu *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*. Tal programa, que se aproxima de um projeto político já que contempla vários segmentos da sociedade, sintetizou a consolidação desse segmento enquanto grupo político portador de identidade coletiva. Nele, percebe-se que a alteração da concepção tenentista em relação aos problemas nacionais muda o discurso e as propostas para a resolução dos mesmos. Se em 1924, o imbróglio era a prática política da oligarquia, a resolução viria pela aclamação dos valores republicanos de 1889 e da Constituição de 1891. Em 1932, os

pressupostos constitucionais não seriam exaltados porque eles estavam distantes da percepção tenentista de realidade nacional, agora refletida pelo latifúndio e pela miséria popular. Assim, para o Clube 3 de Outubro não se tratava de defender a Constituição e a República, era preciso forjar um novo tipo de organização social, cujo pressuposto seria a “vocação agrária”.

A proposta de representação de setores classistas expressa o desaguar desse processo: num primeiro momento, ela sinaliza que a consciência do próprio movimento estava em gestação, pois a ideia de representação orgânica das classes apontou no horizonte tenentista em 1924 e atingiu maior elaboração em 1932; num segundo momento, ela evidencia a transição de um grupo militar, com interesses corporativos, a grupo político, quando o núcleo se transfere dos militares para a sociedade e do Exército para o Estado. A partir de então, os “tenentes” passariam a integrar a arena política para a disputa pela hegemonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes: Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea Do Brasil (CPDOC)

Arquivo Augusto do Amaral Peixoto

Arquivo Antunes Maciel

Arquivo Bertoldo Klingner

Arquivo Clube 3 de Outubro

Arquivo Flores da Cunha

Arquivo Getúlio Vargas

Arquivo Gustavo Campanema

Arquivo Juarez Távora

Arquivo João Alberto

Arquivo Oswaldo Aranha

Arquivo Pedro Ernesto

Arquivo Valdemar Falcão

Livros, teses, dissertações e artigos

AMADO, Gilberto. As instituições políticas e o meio social no Brasil. In: CARDOSO, Vicente Licinio (org.). **À margem da história da república**. Brasília: UnB, 1981.

AMADO, Jorge. **Cavaleiro da Esperança**. A vida de Luis Carlos Prestes. Rio de Janeiro: 1981.

BASTOS, Abgaur. **Prestes e a revolução social**: fatos políticos, condições sociais e causas econômicas de uma fase revolucionária do Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BASTOS, Elide Rugai; IANNI, Octavio. **A questão nacional**. São Paulo: PUC-SP, 1985.

BARROS, José Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1954.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. São Paulo: Pioneira, 1978.

BELLO, José Maria. **História da República**. Síntese de sessenta e cinco anos da vida brasileira. São Paulo: Nacional, 1969.

- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e a revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.
- BRASIL, Assis. **A democracia representativa na república: antologia**. Brasília: Ed. Fac-similar: Conselho Editorial do Senado, 1998.
- BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. São Paulo: Pioneira, 1978.
- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRESCIANI, Maria Stella. Brasil, liberalismo, republicanismo e cidadania. In: SILVA, Fernando Teixeira *et al* (org) **Brasil, liberalismo e cidadania**. Piracicaba: Unimep, 2003. pp 17-30.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração em São Paulo**. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO. F.H. **A construção da democracia – estudos sobre política brasileira**. São Paulo: Siciliano, 1993.
- CARONE, Edgar. **A república velha** (Instituição e classes sociais). São Paulo: Difel, 1978.
- ____ **A primeira república** (1889-1930) Texto e contexto. São Paulo: Difel, 1976.
- ____ **O Tenentismo: acontecimentos – personagens – programas**. São Paulo: Difel, 1975.
- ____ **A república nova** (1930-1937). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- ____ **A segunda república** (1930-1937). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- CLUBE 3 DE OUTUBRO. **Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil**. Rio de Janeiro, 1932.
- CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador. In. FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1985.
- ____ **Forças Armadas e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. A crise e a refundação republicana, em 1930. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. pp. 89-108.

CASCARDO, Francisco Carlos Pereira. **O tenentismo na Marinha**. Os primeiros anos - 1922 e 1924. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CÊPEDA, Vera Alves. Problematizando o conceito de democracia - a proposta de representação classista na Constituinte de 1934. In: **Workshop Linhagens do pensamento político-social brasileiro**, 2008. <http://www.linhagens.ufscar.br>

Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil – limites e impasses. 2004. (Doutorado em Ciência Política) FFLCH/ USP. Universidade de São Paulo, 2004.

____ **Raízes do pensamento político de Celso Furtado** – desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático. (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). FFLCH/ USP. 1998.

COHN, Gabriel. Os problemas da industrialização no século XX. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.) **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988.

CONNIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, E. (Org.). **Os militares e a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 131-163.

CORRÊA, Anna Maria. Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1976.

CORSI, Francisco. Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. In: István Jancsó. (Org.). **Independência do Brasil: História e Historiografia**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2005, v. 01, p. 53-117.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Néelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.

DEL ROIO, Marcos. **A classe operária na revolução burguesa**. A política de alianças do PCB – 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

____ A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo. In MORAES, J. Q. de; DEL ROIO, M. (orgs). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. v 4.

____ O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In MORAES, João Quartim de *et al* (orgs). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. v 1.

- DINIZ, E. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DRUMMOND, José Augusto. **O movimento tenentista**. A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- _____. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.
- _____. **A revolução de 30**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- FARIAS Cordeiro de. **Meio século de combate**. CAMARGO, A. GÓES, W (História Oral). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERREIRA, Antonio Carlos . **Militares e a reforma do Estado (1932-1935): Propostas políticas e atuação dos “tenentes” e das cúpulas das Forças Armadas**. 1982. Dissertação (mestrado em história social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a revolução de 30. In: FIGUEIREDO, E. (Org.). **Os militares e a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.79-130.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e forças armadas na revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense, 1988.
- _____. **Tenentismo e aliança liberal: (1927-1930)**. São Paulo: Livraria editora Polis Ltda, 1978.
- _____. **Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Celso. **A economia brasileira**. Contribuição à análise do seu desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora a Noite, 1954.
- _____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.
- GASPARI, Hélio. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. **Regionalismo e centralização política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

____ **Os cadernos do cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

____ **Os Cadernos do cárcere**. Volume 4: Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

IANNI, Octávio. **Pensamento social brasileiro**. Bauru: EDUSC, 2004.

____ As etnias e a questão nacional. In: BASTOS, Elide Rugai; IANNI, Octavio. **A questão nacional**. São Paulo: PUC-SP, 1985.

KEYNES, Jonh. M. **Economia**. (Org. SZMRECSANYI.T. Textos de Keynes). São Paulo: Ática, 1978.

KINZO, Maria D'Alva. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20 moderno, modernismo, modernização. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs) **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. pp. 93-114.

LESSA, Sérgio. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende [et al.]. **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001. pp.11-58.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes – marchas e combates**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **A recusa da alienação**. São Paulo: Editora Unesp, Fapesp, 1991.

MANNHEIM, Karl. **Mannheim** (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1982.

____ **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MANOILESCO, Mikail. **O século do corporativismo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

MARCONDES, Danilo. **Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgentein**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2001.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte. **Marx. Coleção Os Pensadores**. Vol XXXV. São Paulo: Abril, 1974, p.349-410.

____ Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”. In: <http://www.vermelho.org.br/img/obras/critica.doc>

MEIRELLES, Domingos. **As noites das grandes fogueiras** – Uma história da Coluna. 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1995.

MELLO João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOORE. Barrigton Jr. **As origens sócias da ditadura e da democracia**. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1.

____ O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso. In: LORENZO. Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da. (Orgs) **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. pp. 73-92.

____ **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Siciliano, 1994. v.2

MORAES, Márcia. **Jovens Turcos: militarismo e nacionalismo**. Uma leitura da revista. A defesa nacional (1913-1818). 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: As incertezas do Regime. In: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.), **O Brasil Republicano**. O tempo do nacional – estadismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. p.13-37.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. **Getúlio Vargas meu pai**. Rio de Janeiro: 1960.

PENNA, Lincoln de Abreu. **Porque somos florianistas?** Ensaio sobre Florianismo e Jacobinismo. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais Ltda, 2002.

PEREIRA, Astrojildo. **Astrojildo Pereira / Ensaio históricos e políticos**. São Paulo: Alfa Omega, 1979.

PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na Primeira República**. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

____ Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. In: LORENZO. Helena Carvalho de;

- COSTA, Wilma Peres da. (Orgs) **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora Unesp, 1997. pp. 37-69.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In. FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. São Paulo: Difel, 1985. p.7-37.
- ____ **Política e trabalho social no Brasil: dos anos 20 a 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- POCOCK. J.G.A. **Linhagens do pensamento do ideário político**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ____ **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo pós-30: ruptura ou continuidade?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ____ **Uma epopéia brasileira**. A Coluna Prestes. São Paulo: Moderna, 1995.
- ____ **Os militares e a Reação Republicana (As Origens do Tenentismo)**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ____ **A Coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- ____ **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1979.
- SAES, Décio. **Classe média e política na primeira república brasileira (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- SANTA ROSA, Vergínio. **O sentido do Tenentismo**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SIMONSEN, Roberto. **As crises do Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.
- SILVA, Hélio **1922 – Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- ____ **1931 – Os tenentes no Poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ____ **1933 – A crise do Tenentismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ____ **1930 – A revolução traída**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SILVA, Sérgio. **A expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SODRÉ, Nelson. Werneck. ____ **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

- ____ **História militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- ____ **Coluna Prestes.** São Paulo: Círculo do Livro, [19__].
- SOUZA, Maria Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org). **Brasil em perspectiva.** Rio de Janeiro: Editora Berstrand, 1988.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento.** Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Hucitec, 2000.
- TAVORA, Juarez. **Uma vida em muitas lutas** – memórias. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1974. v. 2.
- TILLY, Charles. **Coerção, capital e Estados europeus (990-1992).** São Paulo: EDUSP, 1996.
- TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional.** São Paulo: Nacional, 1982 (a).
- ____ **A organização nacional: a constituição.** São Paulo: Nacional, 1982 (b).
- TRONCA, Ítalo. O Exército e a industrialização; entre as armas e Volta redonda (1930-1942). In: FAUSTO, B. (Org.) **História geral da civilização brasileira.** O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1986. t.III, p. 337-360.
- ____ **A organização nacional: a constituição.** São Paulo: Nacional, 1982 (b).
- VARGAS, Getúlio. **A nova política no Brasil I** – da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de governo – 1930-1931. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- VIANNA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, Marly. **Revolucionários de 35: sonho e realidade:** Companhia das Letras, 1992.
- VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987. v.1 e v2.
- ____ **Problemas de Política Objetiva.** São Paulo: Editora Nacional, 1947.
- ____ **Populações meridionais do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- ____ **O idealismo da Constituição.** São Paulo: Companhia Nacional, 1939.
- ZIMBARG, A.L. **O cidadão armado - comunismo e tenentismo (1927 – 1945).** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – FCL, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.
- WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro – idéias e personagens.** São Paulo: Ática, 2006.

WIRHT, Jonh. O tenentismo na revolução de 30. In. FIGUEIREDO, Eurico. (Org.). **Os militares e a revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.37-59.

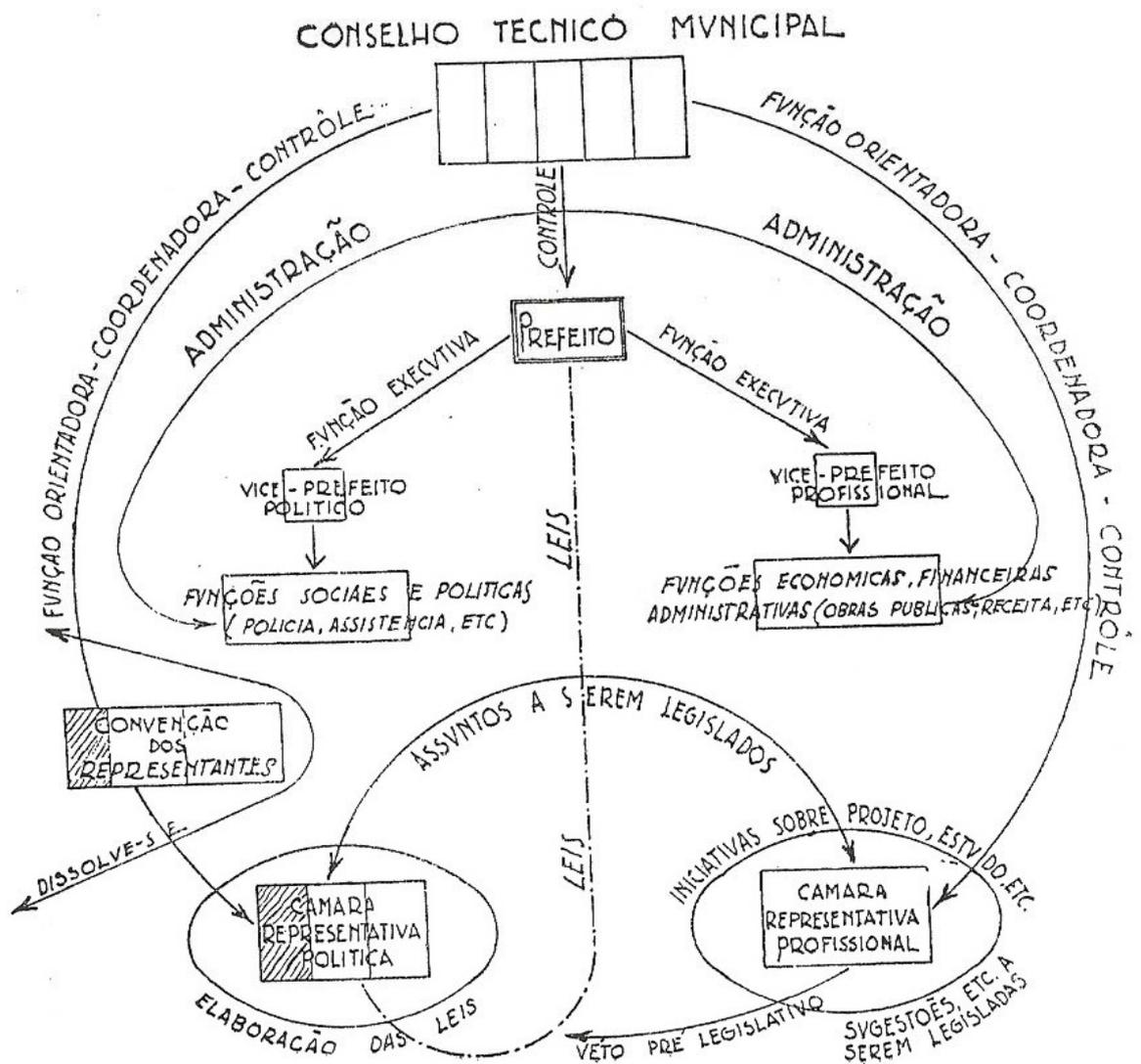
_____**A política do desenvolvimento na era Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

ANEXOS

QUADRO DEMONSTRATIVO: FASES DA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA TENENTISTA

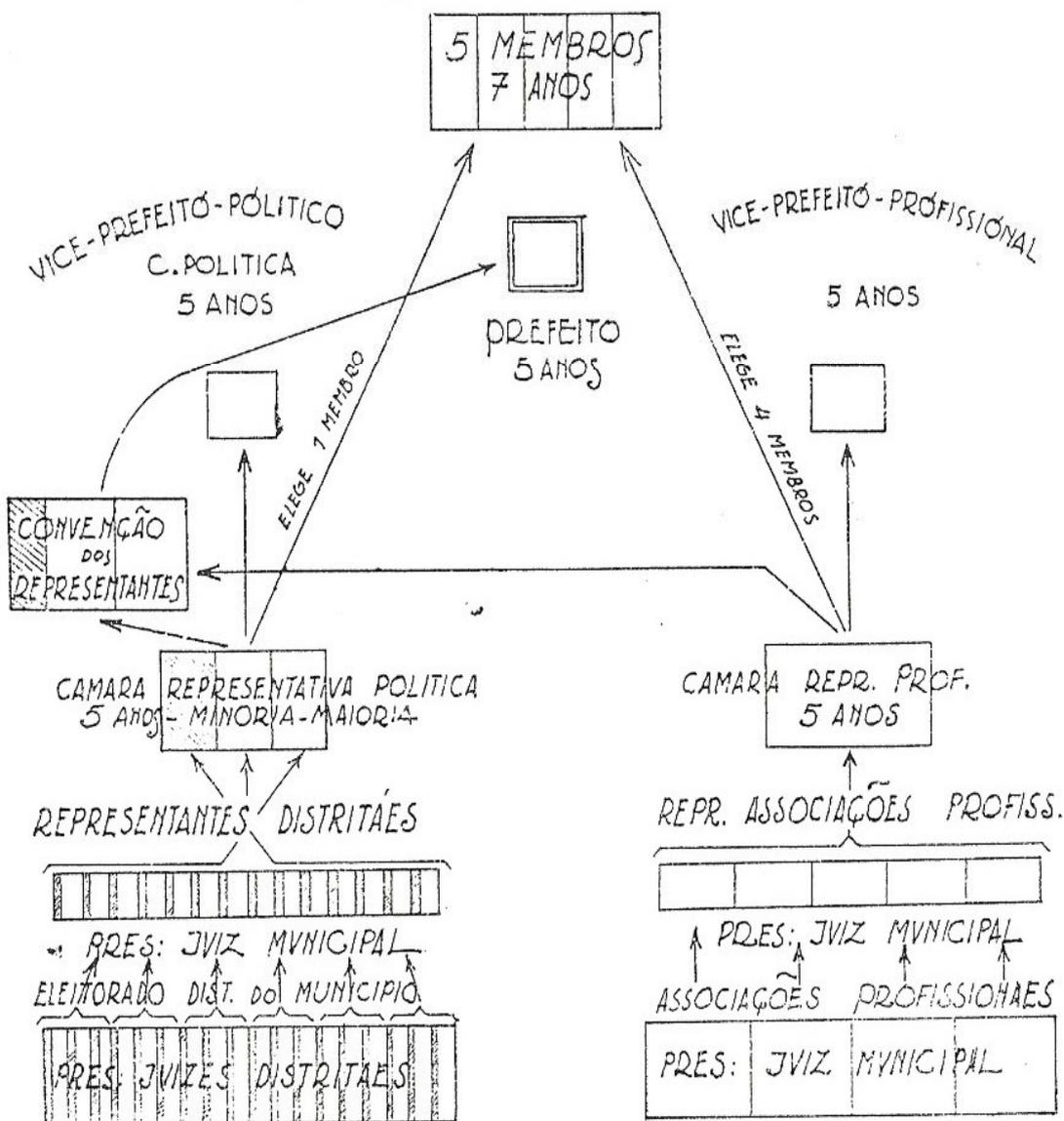
	1ª FASE: surgimento do ator 1922/1924	2ª FASE: abertura efetiva do processo de construção da consciência coletiva 1924/1930	3ª FASE: concretização do processo de construção da consciência coletiva 1930/1932
1) Marco	Forte de Copacabana	Revolta de 1924 Coluna Miguel Costa-Prestes Fragmentação → Aliança Liberal → PCB Revolução de 30	Criação de instituições tenentistas Ascensão a postos governamentais
2) Motivação	Corporativa	Necessidade de diagnóstico e de formação da identidade	Construção de projeto político
3) Instituições	Clube Militar	Comando Revolucionário Aliança Liberal PCB	Legião Revolucionária de São Paulo Clube 3 de Outubro
4) Personagens centrais	Marechal Hermes da Fonseca, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Gwaier de Azevedo	Marechal Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa, Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, João Alberto, Cordeiro de Farias	Juarez Távora, João Alberto, Augusto do Amaral Peixoto, Miguel Costa, Herculino Cascardo, Pedro Ernesto
5) Documentos analisados	Boletins, documentos, atas do Clube Militar Cartas dos personagens envolvidos	<u>1924/1928</u> Manifestos, Folhetins e <i>Rascunho</i> da Revolta Paulista de 1924 Cartas <u>1928/1930</u> Manifestos Plataforma Aliança Liberal	<i>Acordo de Poços de Caldas</i> <u>Legião Revolucionária</u> : <i>Manifesto à Nação e Programa-Político Partidário</i> <u>Clube 3 de Outubro</u> : cartas, <i>Manifestos, Estatuto e Esboço Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil</i>

FUNCIONAMENTO DO MUNICÍPIO

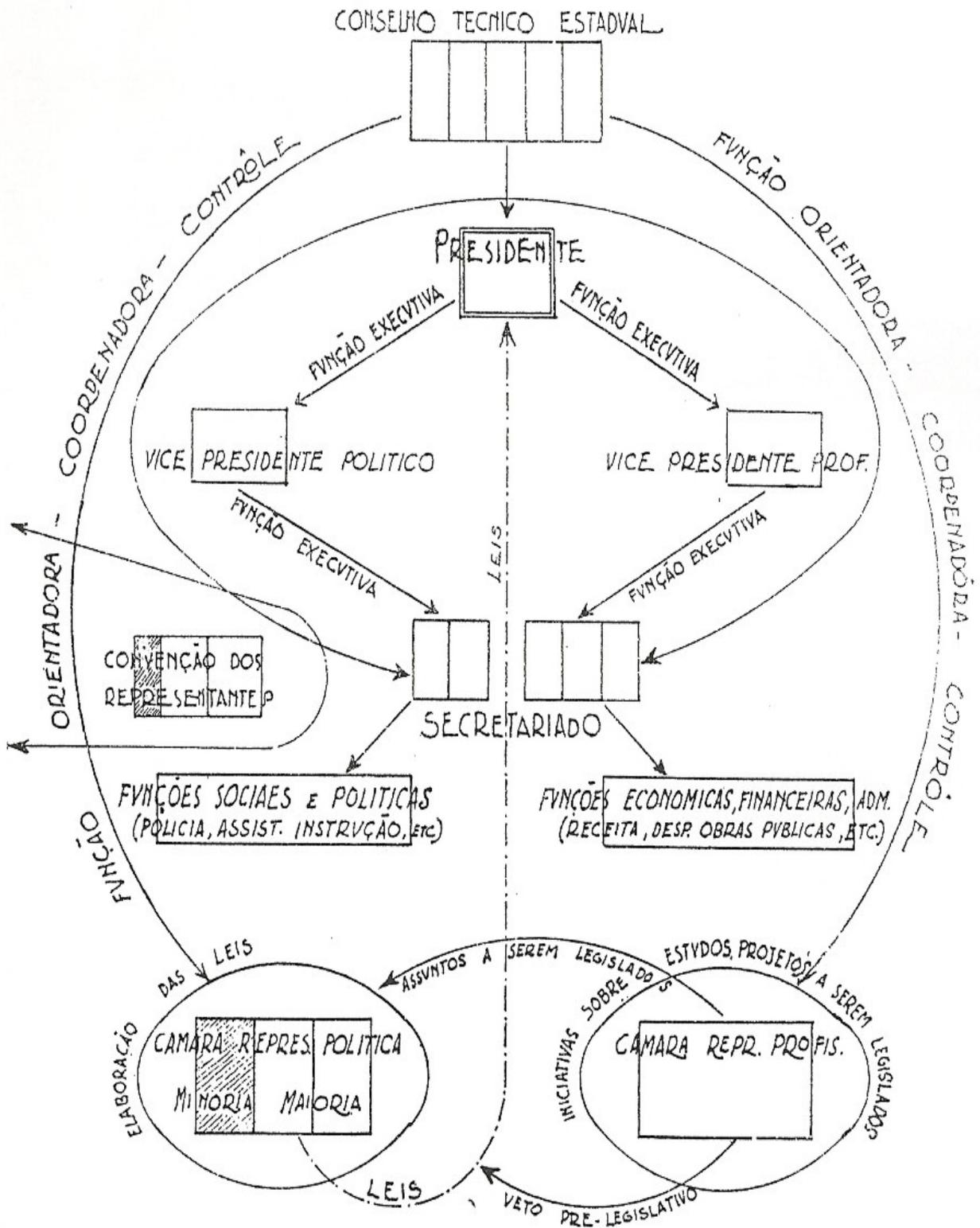


ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

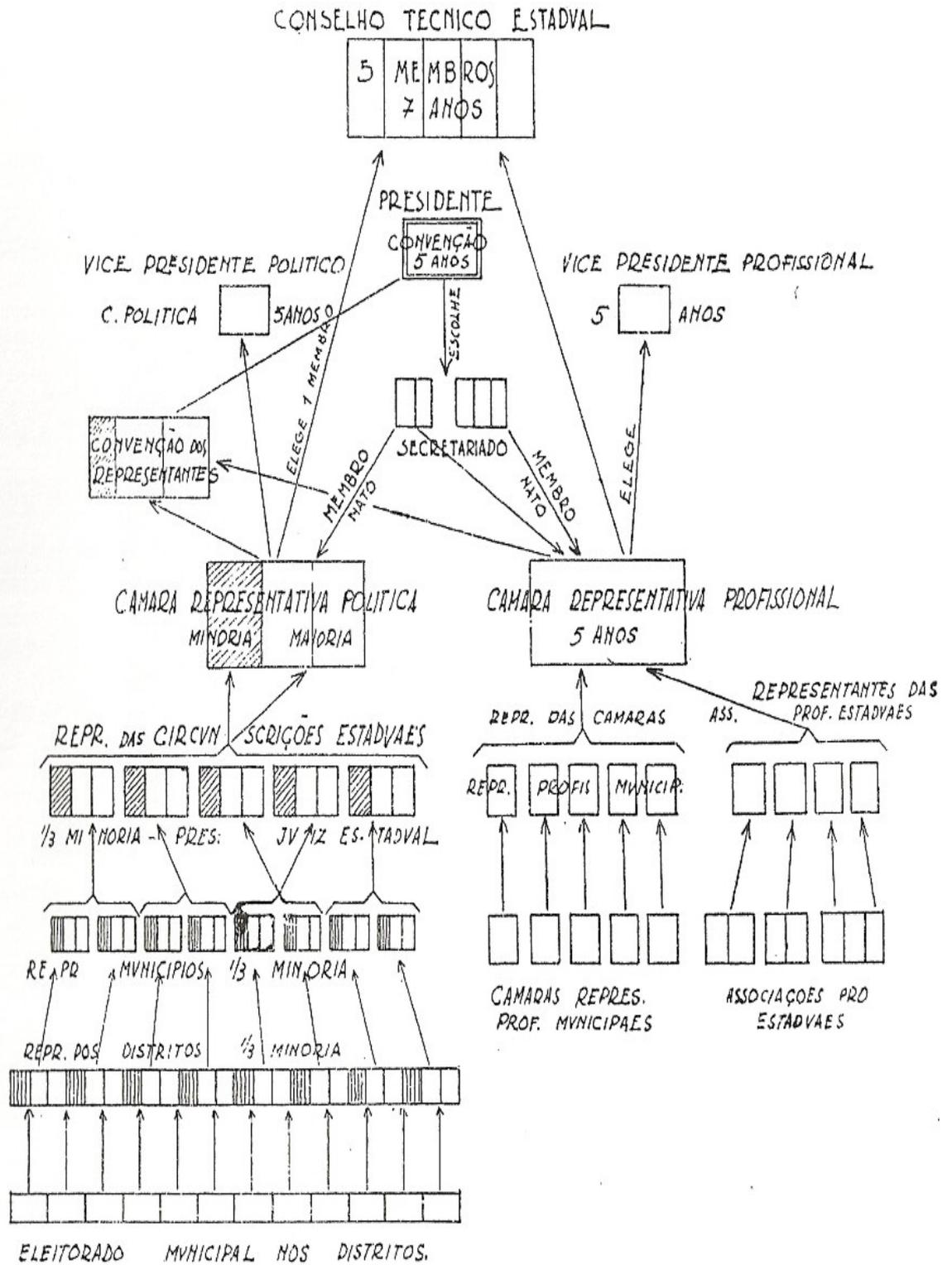
CONSELHO TÉCNICO MUNICIPAL



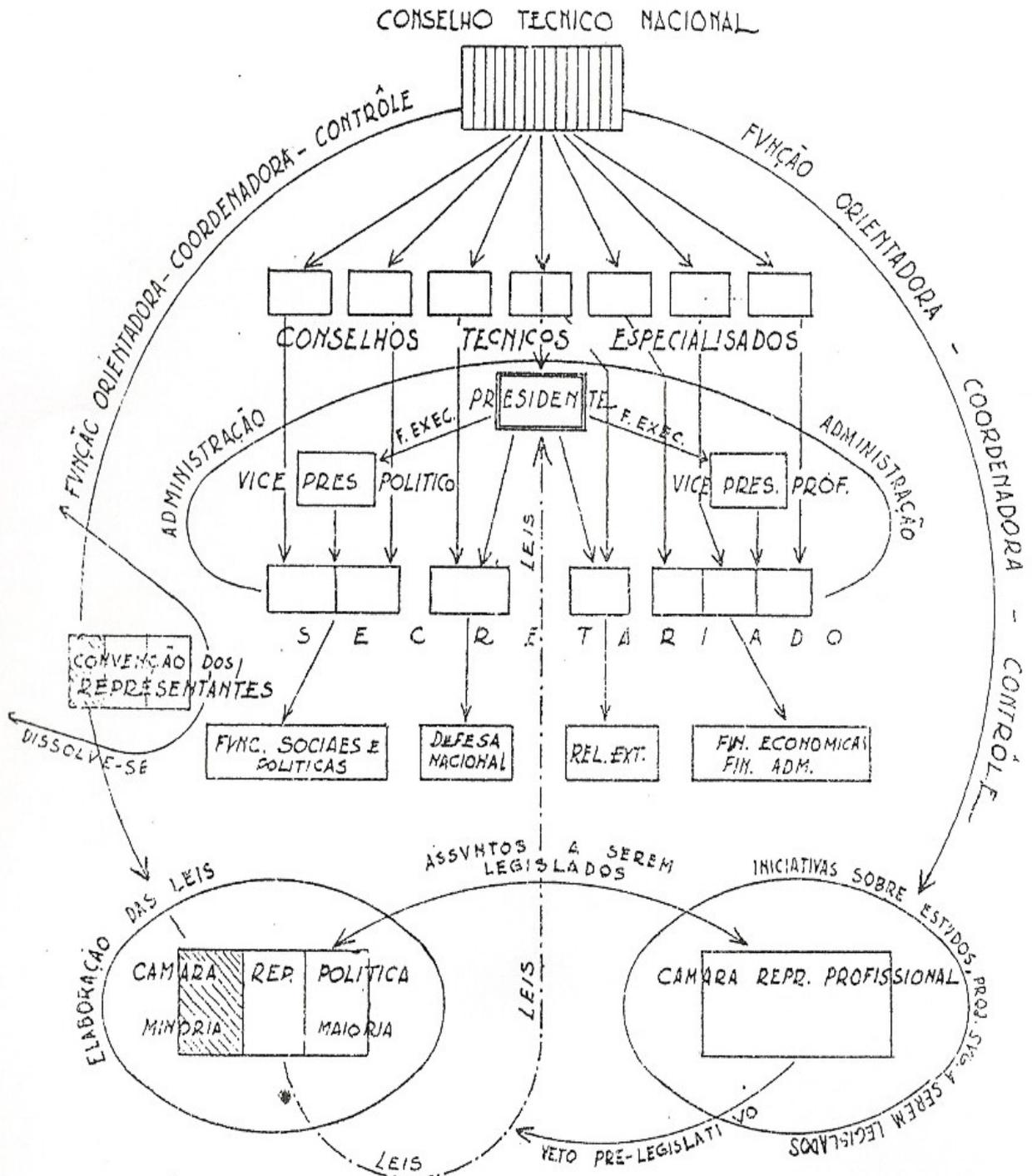
FUNCIONAMENTO DO ESTADO



ORGANIZAÇÃO DO ESTADO



FUNCIONAMENTO DA REPUBLICA



ORGANIZAÇÃO DA REPÚBLICA

